

**Autogestão e Extensão Universitária:
20 anos de história**

Renato da Silva Della Vechia
Aline Mendonça dos Santos
Tiago de Garcia Nunes
(orgs.)

**Autogestão e Extensão Universitária:
20 anos de história**

Renato da Silva Della Vechia
Aline Mendonça dos Santos
Tiago de Garcia Nunes
(orgs.)

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília – 2019

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Júlio César Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Foto da capa: Maria Laura Marques

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

A939 Autogestão e extensão universitária 20 anos de história /
Renato da Silva Della Vechia, Aline Mendonça dos
Santos, Tiago de Garcia Nunes (org.). – Marília :
Lutas Anticapital, 2019.
339 p.

ISBN 978-85-53104-41-3

1. Extensão universitária. 2. Economia solidária. 3.
Socialismo. 4. Cooperativismo. I. Della Vechia, Renato
da Silva. II. Santos, Aline Mendonça dos. III. Nunes,
Tiago de Garcia.

CDD 378.173

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: outubro de 2019

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

edlutasanticapital@gmail.com

www.lutasanticapital.com.br

Apresentação

20 Anos INTECOOP/NESIC: Agradecimentos a quem de direito.....7

1. Questões Históricas e Conceituais à Respeito da INTECOOP e do NESIC/UCPEL

INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL

Renato da Silva Della Vechia/Aline Mendonça dos Santos/Tiago de Garcia Nunes/Solaine Gotardo/Antonio Martins da Cruz

.....21

Extensão universitária e o mundo do trabalho na atuação da INTECOOP/UCPEL no período 2000/2004

Reinaldo Luiz Xavier Tillmann

.....53

Gênero, raça e classe: um debate necessário junto aos empreendimentos de Economia Solidária no sul do Rio Grande do Sul

Carla Silva de Ávila

.....77

O PRONINC na perspectiva das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

Lia Beatriz Gomes Victória

.....93

A incubação de empreendimentos solidários frente às rupturas e continuidades do processo de consciência nas organizações de trabalho associado

Tiago de Garcia Nunes

.....123

2. Experiências e vivências construídas na INTECOOP e no NESIC/UCPEL

<i>REDE RECICLAR: A Pesquisa e a extensão universitária contribuindo com uma experiência de autogestão dos/as trabalhadores/as de cooperativas de resíduos sólidos</i> Renato da Silva Della Vechia/Bruna Corrêa Tillmann/Diego R. Gonçalves	161
<i>A atuação do/a trabalhador/a social no âmbito da Economia Solidária: a história oral de vida como recurso metodológico no processo de incubação junto ao NESIC-UCPEL</i> Janaina da Silva Guerra	191
<i>REDE BEM DA TERRA: Produção solidária, consumo responsável e autogestão a partir da perspectiva extensionista no NESIC/UCPEL</i> Tiago de Garcia Nunes/Solaine Gotardo/Aline Mendonça dos Santos/Renato da Silva Della Vechia/Samara Christ Teixeira	225
<i>A formação como ação extensionista: a participação do NESIC/UCPEL na concepção e execução de cursos PRONATEC adaptados à realidade de acampamentos do MST em Pelotas/RS</i> Vanessa Monks da Silveira	245
<i>Gestão relacional e iniciativas de Economia Solidária: cartografia de um tempo curto</i> Cristine Jaques Ribeiro/Aline Cunha da Fonseca	271
<i>Economia Solidária na estratégia de desenvolvimento: da Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadicção (CAEX) ao Centro de Referência em Práticas Sustentáveis.</i> Aline Mendonça dos Santos/Renato da Silva Della Vechia/Carlos Eduardo Arns/Tiago G. Nunes/Solaine Gotardo/William Borges Aldrighi	295
Sobre os autores	331

20 Anos INTECOOP/NESIC: Agradecimentos a quem de direito

Esta publicação se constitui em uma marca do trabalho de 20 anos em extensão universitária na Universidade Católica de Pelotas, trabalho este focado na economia solidária como forma de produção de um novo modo de produzir, comercializar e viver.

Inicialmente enquanto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, (INTECOOP), posteriormente enquanto Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, (NESIC)¹, mas carregando sempre a mesma concepção: a busca da construção de formas alternativa de produção e consumo, onde o centro do processo produtivo econômico não seja o lucro e a exploração, mas a autogestão e a cooperação.

Os chamados “anos redondos”, que marcam décadas ou séculos, sempre foram mais apropriadamente utilizados para comemorações. Nesse sentido é que avaliamos que não poderíamos deixar de comemorar e marcar nossos 20 anos de experiência. Mas para além da comemoração, entendemos que é fundamental a sistematização de experiências, seja enquanto resguardo de memória, seja enquanto exercício de articulação entre ensino, extensão e pesquisa, papel por excelência das universidades.

Homenagear os 20 anos de existência do núcleo de economia solidária da Universidade Católica de Pelotas

¹ Atualmente, a equipe do NESIC é composta por três professores vinculados ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos e ao Grupo de Pesquisa Emancipação, que são os organizadores desta obra: Aline Mendonça, Renato Della Vecchia e Tiago Nunes; quatro técnicos com formações diversas: Solaine Gotardo (filosofa); Rovena Lima (filosofa), William Aldrighi (agrônomo) e Alexandre Lima (Assistente Social); quatro bolsistas de graduação: Samantha Zschornack (moda), Luana Ribeiro (sociologia), Sabrina Timm (serviço social) e Lucas Gibbon (serviço social). Todos, de alguma forma, participes no processo de realização deste livro.

(UCPEL) significa homenagear a todos e todas que durante esse período, em diferentes posições, entendimentos e contribuições, ajudaram a construir esse processo.

Impossível listar nomes. Centenas de alunos passaram por cursos, estágios e foram bolsistas do núcleo. Mais de duas dezenas de professores participaram de forma ativa em diferentes momentos, afora todos aqueles que contribuíram de forma pontual. Também dezenas de técnicos trabalharam em nossos projetos. Da mesma forma, centenas de trabalhadores e trabalhadoras se relacionaram com nosso núcleo, alguns de forma mais ativa, outros de forma mais pontual. Alguns participando de experiências exitosas, bem como outros de tentativas mal sucedidas. Sem a contribuição de todos e de cada um, não chegaríamos a este momento.

Tivemos contatos e convênios com diferentes governos, seja prefeituras municipais, bem com os governos estadual e federal em gestões de diferentes cores partidárias. Relacionamo-nos com dezenas de incubadoras e Instituições de Ensino Superior do Brasil inteiro, seja através da Rede UNITRABALHO, como da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs.

Especificamente na Rede de ITCPs, durante 3 gestões estivemos presentes na Coordenação Nacional representados por algum professor do NESIC (mandatos bianuais), e durante 4 gestões algum aluno e ou técnico do NESIC assumiu a função de secretário/a da Rede.

Ao longo dos anos, através de mecanismos de autoavaliação de nossos processos de incubagem, reformulamos e reconstruímos metodologias distintas. Também disputamos internamente diferentes concepções de trabalho. Buscamos interpretar o momento que vivíamos e quais as melhores formas de organização de nossa atividade. Vivenciamos momentos positivos como também momentos de muita dificuldade. Erramos algumas vezes, acertamos outras, mas continuamos insistindo na busca da consolidação de maiores espaços para as experiências de economia solidária na

região. Elaboramos dezenas de projetos a partir da publicação de editais públicos e de entidades da sociedade civil comprometidas com a Economia Solidária.

Resistimos e sobrevivemos sem interrupção nestes últimos anos, um processo que poucas incubadoras conseguiram, principalmente aquelas vinculadas às universidades comunitárias. Afinal, todas as incubadoras passaram por determinados períodos sem o suporte de políticas públicas que permitissem a continuidade do trabalho das mesmas. Para isso foi fundamental a compreensão das diferentes gestões (reitorias) que mesmo com as dificuldades financeiras típicas das instituições comunitárias sempre mantiveram a estrutura da incubadora, com ou sem financiamento externo.

Da mesma forma, nossos técnicos, bolsistas e professores sempre se envolveram de forma militante no trabalho, doando muito mais tempo do que o formal na carga horária e participando de atividades que muitas vezes ia além do previsto nos projetos, mas que eram fundamentais para a consolidação do trabalho e de nossa relação com os grupos incubados.

Precisamos agradecer também àqueles que são a própria razão de existência de um núcleo de incubadora. Os grupos de economia solidária com os quais nos relacionamos ao longo destes anos. Agradecemos porque foram fundamentais para nosso aprendizado, seja coletivo ou individual. Entendemos que o trabalho de extensão sempre é um processo de mão dupla. Ao tempo que tentamos contribuir com a organização e com a socialização de informações, também aprendemos muito com os mesmos. Nossos bolsistas não seriam os mesmos se não vivenciassem uma realidade que em geral está muito distante dos muros universitários.

Nestes tempos sombrios à ciência e ao conhecimento, é fundamental que aquelas experiências de pesquisa e extensão vinculadas a projetos de transformação de nossa sociedade sejam potencializadas e divulgadas. Precisamos de mais

solidariedade e menos preconceito, mais conhecimento e menos obscurantismo, mais cidadania e menos discriminação, maior distribuição de riquezas e poder e menor concentração de privilégios. Embora as universidades por si só não sejam os instrumentos suficientes para implantar estas mudanças, com certeza o tipo de formação que darão a seus estudantes fará a diferença na atuação profissional e cidadã de cada um e de todos os egressos.

Quanto aos artigos que compõem esta coletânea, precisamos em primeiro lugar agradecer àqueles que se dispuseram, em tão pouco tempo, a fazê-los. E pedir desculpas aos demais que não tivemos tempo de procurar para conversar sobre a possibilidade de sistematizar experiências que vivenciaram em nossa incubadora, (que seriam muitas), como também aqueles que tentaram, mas que não conseguiram em função do curto prazo para a elaboração. Fica em aberto, portanto, a possibilidade de construirmos um segundo volume a partir de outras experiências não relatadas e/ou que reflita outros olhares sobre os processos de incubação.

Por uma questão didática, optamos em distribuir as contribuições em dois blocos. O primeiro está focado em questões históricas e conceituais que fazem parte do arcabouço em que trabalhamos, (mesmo que plural e nem sempre concomitante). O segundo traz relatos sistematizados sobre processos de incubação que acompanhamos ao longo do tempo. Claro que esta classificação é bastante aleatória, afinal sempre é difícil separar de forma tão distinta o que seja um texto conceitual de um relato de experiência, visto a própria impossibilidade de separarmos nossos relatos de nossas percepções de mundo e de ciência. Mas entendemos que tal critério serve para melhor distribuir as contribuições à coletânea.

Entre os artigos, alguns são individuais, outros são textos coletivos que sistematizam experiências do núcleo, como o primeiro artigo do primeiro bloco, intitulado “INTECOOP e NESIC: 20 Anos de Incubação de Cooperativas Populares na

UCPEL”, o qual abre o primeiro bloco e procura elaborar um pequeno histórico do surgimento da INTECOOP, da relação com as redes de incubadoras (UNITRABALHO e Rede ITCs) e do surgimento do NESIC enquanto um núcleo permanente de incubação. Procura também lembrar algumas experiências do processo de incubação, algumas delas melhor desenvolvidas em outros artigos do livro.

O texto de Reinaldo Luiz Xavier Tillmann busca pensar a relação entre o mundo do trabalho (provocação inicial da constituição do núcleo) e sua relação com a extensão universitária, focando basicamente nos anos iniciais do trabalho da incubadora, período em que o autor atuou como coordenador da INTECOOP e como um de seus fundadores.

Na sequência, Carla Silva de Ávila propõe em seu texto uma reflexão sobre a influência da história de nossa região na constituição atual dos grupos com os quais trabalhamos. Uma discussão sobre o cruzamento entre os conceitos de raça, classe e gênero. Pelotas e região carregam as marcas de um passado escravocrata muito marcante, (circunstância peculiar em relação a outras regiões do estado e do país). Como também traz as marcas de uma região que possuía uma elite violenta e excludente. Marcas presentes hoje na maioria dos grupos populares e nas periferias de nossas cidades. O bojo desta discussão reflete a experiência de discussão destas temáticas dentro do processo de formação de grupos que foram incubados pelo NESIC.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, programa estruturante que deu sustentação à constituição e manutenção das incubadoras de economia solidária em nosso país é analisado por Lia Beatriz Gomez Victória. O PRONINC, constituído no governo de Fernando Henrique Cardoso e que ganhou força nos governos posteriores foi fundamental para a constituição de uma grande rede de incubadoras universitárias, em que pese suas limitações, que são analisadas neste artigo.

Por fim, o quinto e último artigo dessa primeira parte é uma discussão elaborada por Tiago Nunes a partir de sua tese de doutorado, onde analisa a relação autogestão versus processo de consciência a partir de um estudo comparativo de quatro organizações de trabalho associado, (uma delas assessorado pelo NESIC), buscando verificar se a forma autogestionária de organização do trabalho contribui para o impulsionamento de resistências e lutas mais amplas, capazes de pôr em cheque a forma de organização de nossa sociedade, sob amplo domínio do capital.

Já o segundo bloco apresenta experiências diversas incubadas pela INTECOOP e NESIC ao longo destes 20 anos. Inicia com um artigo que busca sistematizar o resultado de dois projetos de pesquisa relacionados à questão dos catadores de material reciclável, um deles identificando os catadores do município de Pelotas e outro mapeando os pontos de comercialização de resíduos sólidos da região sul do RS, bem como a articulação das mesmas com um projeto de extensão que resultou na constituição de uma rede de cooperativas de catadores na região, a Rede Reciclar, projeto este que hoje estamos desincubando, experiência que compartilhamos com o NESOL (Núcleo de Economia Solidária do Instituto Federal Sul-rio-grandense) e o INEESOL (incubadora vinculada ao Campus São Lourenço do Sul da FURG).

O artigo de Janaína da Silva Guerra, intitulado “A Atuação do/a trabalhador/a social no âmbito da Economia Solidária: a história oral de vida como recurso metodológico no processo de incubação junto ao NESIC UCPEL”, aborda o processo de construção coletiva do conhecimento crítico dentro dos empreendimentos populares. O artigo foi produzido a partir do levantamento da história oral de vida de algumas cooperadas que compunham dois empreendimentos que a então INTECOOP incubou junto ao Loteamento Dunas, o CRID, (Cooperativa de Reciclagem Integrada do Dunas), e DunasVest (Cooperativa de Vestuário do Dunas).

O artigo “Rede Bem da Terra: produção solidária, consumo responsável e autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPEL”, trabalho de autoria coletiva, trata da experiência de constituição e consolidação da “Feira Virtual Bem da Terra”, um “grupo de consumo responsável” (GCR) inspirado nas tradicionais cooperativas de consumo, mas que incorpora novas tecnologias sociais para atuar como instrumento estratégico na autogestão entre a produção e o consumo solidário na região da cidade de Pelotas/Brasil. Essa é uma experiência importante na história do NESIC, a qual completa 10 anos de história (setembro de 2009) no mesmo momento em que o NESIC comemora seus 20 anos. A Feira Virtual surge a partir de um projeto impulsionado em parceria com o TECSOL e com o NESOL, núcleos de incubação de cooperativas da UFPEL e do IF Sul-rio-grandense, respectivamente.

O artigo de Vanessa Monks da Silveira, “A Formação como ação extensionista: a participação do NESIC/UCPEL na concepção e execução de cursos PRONATEC adaptados à realidade de acampamentos do MST em Pelotas/RS”, trata de uma experiência singular da qual o NESIC participou. Incubação que surgiu a partir da ocupação de uma área de terra improdutiva que existia na Colônia de Pescadores de Pelotas (Z-3), ocorrida em 2014. Processo organizado pelos próprios moradores da comunidade com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, (MST), e dentro de um contexto de muita dificuldade dos pescadores sobreviverem apenas pela pesca (diminuição da safra pesqueira na lagoa dos Patos e aumento populacional em uma região isolada e sem perspectivas de emprego para as novas gerações). O processo de ocupação permitiu que fosse visualizada a necessidade de busca de alternativas aos moradores desempregados na comunidade. Para tanto, era necessário em primeiro lugar a capacitação dos mesmos. Dentro desta perspectiva, e com a articulação com o Instituto Federal Sul-rio-grandense a partir de um projeto que o mesmo desenvolvia, (PRONATEC), foi

pensado outro modelo de cursos. Não mais da forma tradicional, (onde o aluno se dirige à instituição de ensino), mas aplicados no próprio acampamento e organizados pelos moradores, sendo que até mesmo o currículo foi pensado e produzido de forma coletiva entre moradores, técnicos e professores (cursos de Piscicultura e Horticultura Orgânica).

Já o artigo “Gestão Relacional e iniciativas de economia solidária: Cartografia de um tempo outro”, de Cristine Jaques Ribeiro e Aline Cunha da Fonseca, analisa um período, (2004 a 2007), em que nossa metodologia de incubação acontecia a partir da constituição de equipes interdisciplinares, cada qual composta por, no mínimo, um professor/a e pelo menos 3 estudantes, (bolsistas e ou voluntários). Um ligado à área pedagógica, outro relacionado às questões sócio-técnicas e um terceiro responsável pela “gestão relacional”, ou seja, alguém proveniente da área de ciências humanas e ou ciências sociais aplicadas e que no dizer das autoras, “tinha como tarefa acompanhar grupos através da organização de cooperativas ou associações populares (...) para o enfrentamento das questões cotidianas comuns aos coletivos que pretendiam trabalhar juntos, como: motivação, mobilização, enfrentamento de conflitos, formação, entre outras necessidades que pudessem aparecer”. Esse acompanhamento, (que envolveu além dos bolsistas também alunos do serviço social em situação de estágio curricular), foi feito junto aos assentamentos de reforma agrária, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), na região sul do Rio Grande do Sul; em especial, nos municípios de Piratini, Canguçu, Pedras Altas e Herval. Esse artigo, baseado nas referências de Foucault, Guattari, Negri e outros, mostra também a diversidade de concepções teóricas presentes entre os professores, técnicos e bolsistas, onde nem sempre houve acordo interno entre os seus integrantes, o que muitas vezes provocou debates intensos e apaixonados entre as equipes.

Por fim, o último artigo desta edição, também de caráter coletivo, apresenta um projeto ainda em andamento e que nos

desafia profundamente neste momento. Trata-se do texto intitulado “Economia Solidária na estratégia de desenvolvimento: da Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadicção (CAEX) ao Centro de Referência em Práticas Sustentáveis”. O mesmo apresenta um projeto em curso vinculado à Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento de Alcoolismo e Drogadicção (CAEX/PELOTAS), projeto este que se constitui na criação de uma horta comunitária na comunidade e na vinculação desta ao projeto Bem da Terra, criando espaços para comercialização do excedente produzido e processado dentro da comunidade. Mas para além do projeto em si, limitado em função de recursos disponíveis e prazos, também apresentamos um projeto global para a instituição, o qual busca estabelecer a relação do atual projeto com uma proposta estratégica para a Unidade Agrícola e sua relação com a comunidade local e regional na perspectiva do fortalecimento da economia solidária e o desenvolvimento territorial, articulando as dimensões associadas à Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A apresentação de um livro que busca resgatar, sistematizar e refletir a respeito de experiências nas ações extensionistas (articuladas com pesquisas e com o processo de ensino-aprendizagem), para além da comemoração de um período importante para nós, também contribui no sentido de desconstituímos um discurso que desqualifica a academia e, especificamente, à área de humanidades. Discurso este representado por uma lógica obscurantista, que ignora a ciência, a exemplo de afirmar que terra é plana e negar os efeitos do aquecimento global; e que acredita que os problemas sociais podem ser resolvidos sem a responsabilidade do Estado, sem a necessidade de políticas públicas, onde cada indivíduo é o único responsável pela sua condição de ser na sociedade e sua inserção no mercado, os “empresários de si mesmos”.

Nós, ao contrário, acreditamos na produção do conhecimento científico comprometida com a transformação da realidade social e entendemos que os problemas fundamentais da humanidade dependem da resolução adequada de questões como distribuição de renda e oportunidades; organização de novas formas de sociabilidade motivadas por outra lógica de desenvolvimento; possibilidade de produzirmos alimentos saudáveis e para todos; cuidado com a natureza e a reversão do processo de destruição do planeta; adaptação tecnológica que seja de acesso universal, e outras tantas questões que estão relacionadas a debates sobre modelos de sociedade e o que desejamos de nossas vidas, temas por excelência do campo das humanidades.

Fica em aberto a necessidade de sistematizarmos e publicizarmos uma série de outros momentos e ou processos dos quais participamos, como: a constituição e incubação de uma cooperativa dos próprios funcionários da UCPEL (setor de limpeza e vigilância); a constituição da COOPERMETAL, empresa do setor de manutenção mecânica para ônibus e que foi à falência, empreendimento ao qual tentamos recuperar a partir de uma cooperativa; experiências focadas em grupos específicos como o acompanhamento junto ao CAPS Saúde Mental; o acompanhamento à Cooperativa dos Pescadores na Z-3; a experiência de arquitetos e ou bolsistas da área que planejaram a construção de projetos de galpões adaptados à demanda da reciclagem, (inclusive em alguns casos sendo utilizados em projetos que as prefeituras encaminharam à FUNASA); a criação de um programa de rádio semanal, durante mais de um ano, que tratava especificamente dos debates próprios à economia solidária; a participação (algo novo até então), em processos de certificação junto ao governo do estado para que empreendimentos de economia solidária tivessem condições legais de comercializar junto ao poder público. Enfim, em 20 anos vivenciamos muitas experiências, muitas delas que não se viabilizaram. Mas, nem por isso deixaram de ser importantes enquanto momento de aprendizado.

Infelizmente muito da diversidade de situações não pode ser abarcado nesta obra.

Finalmente, fica o registro do agradecimento a todos/as que dentro e fora da instituição UCPEL sempre contribuíram com essa experiência. Um agradecimento especial também aos inúmeros técnicos e ou dirigentes da Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho - SENAES/MTE² e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que ao longo do tempo sempre tiveram uma postura propositiva naqueles momentos em que passamos por dificuldades no encaminhamento dos projetos, muitas vezes trabalhando em condições adversas dentro de suas instituições, mas sempre colocando o interesse público acima das dificuldades. Apoio esse que está relacionado, inclusive, ao financiamento desta obra, uma vez que consiste em um livro organizado a partir de recursos relacionados de um dos projetos em vigência financiado pelo **Edital da Chamada CNPq/MTE-SENAES Nº 27/2017**.

Infelizmente, essas instituições públicas estão passando por um processo de desmonte, mas esperamos que tais dificuldades sejam superadas em breve, afinal, o desenvolvimento da ciência e da educação é um bem fundamental para toda a nação. Estes dois segmentos compõem políticas sociais que garantem direitos humanos e sociais e não podem ficar refém de compreensões que as desqualificam e as comprometem em nome de um projeto conservador de sociedade.

Este livro é acima de tudo um registro histórico de um tempo que, diferente do refrão “não volta mais”, esperamos que volte com muito mais intensidade, pois é disto que a sociedade brasileira e as universidades precisam para avançarmos no processo de transformação social.

Sabemos que vivemos tempos difíceis e que ameaças ao conhecimento e democracia estão presentes, mas também

² Ambos extintos na atual gestão governamental. Atualmente há um departamento de economia solidária vinculada ao Ministério da Cidadania.

sabemos que a história se compara a um carrossel, em que idas e vindas fazem parte de sua dinâmica, o que nos deixa confiantes de que outros tempos virão, e que a qualidade destes novos momentos depende de nossa ação no presente.

Saudações e vida longa ao NESIC e à extensão universitária de nosso país.

Renato da Silva Della Vecchia

1.
Questões Históricas e
Conceituais a Respeito da
INTECOOP e do NESIC/UCPEL

INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL

Renato da Silva Della Vechia

Aline Mendonça dos Santos

Tiago Garcia Nunes

Solaine Gotardo

Antônio Carlos Martins da Cruz

Resumo

Ao longo de 20 anos, um grupo de professores/as, estudantes e técnicos/as construiu e manteve a existência de um espaço importante de extensão dentro da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL): um núcleo de apoio à construção de empreendimentos de economia solidária. Durante este período, a economia solidária na UCPEL envolveu algumas centenas de universitários/as e acadêmicos/as. Existe uma tradição em comemorarmos os “anos redondos”. Nessa perspectiva, este artigo busca resgatar momentos importantes do processo da incubação de empreendimentos de economia solidária. Busca construir algum tipo de reflexão a respeito dessa história. Um resgate para que a mesma não seja esquecida e que permita um balanço sobre nossos erros e acertos, instrumento metodológico fundamental para a melhoria da intervenção nos processos extensionistas. Esse artigo, portanto, é, ao mesmo tempo, um levantamento documental de momentos importantes do processo de incubação e o início de uma reflexão sobre um longo processo de extensão universitária junto a grupos de trabalhadores em processo de organização (solidária).

Introdução

Ao longo de 20 anos, um grupo de professores/as, estudantes e técnicos/as construiu e manteve a existência de um espaço importante de extensão dentro da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL): um núcleo de apoio à construção de empreendimentos de economia solidária. Centenas de estudantes passaram por cursos de 20 e/ou 40 horas sobre cooperativismo e incubação (somente no ano de 2000, mais de 150 estudantes foram cadastrados nestes cursos); dezenas de professores/as (somente no ano de 2000, 12 professores/as integravam a iniciativa, sendo que atualmente a maioria deles/as já estão aposentados/as). Por fim, também dezenas de estudantes e profissionais passaram por esse processo na condição de bolsistas e ou técnicos/as. Esse é um levantamento que ainda precisa ser feito de forma organizada, pois precisaríamos de um tempo para resgatar os relatórios e documentos de nossa história para identificarmos todos os agentes envolvidos. Mas com certeza a economia solidária na UCPEL envolveu algumas centenas de acadêmicos/as e técnicos/as já formados/as.

Existe uma tradição em comemorarmos os “anos redondos”. Nesse sentido, avaliamos que no momento que marca os 20 anos de incubação na UCPEL, deveríamos construir algum tipo de reflexão a respeito de nossa história. Seja motivado por um resgate para que a mesma não seja esquecida, seja por permitir um balanço sobre nossos erros e acertos, instrumento metodológico fundamental para a melhoria de nossa intervenção.

Esse artigo, portanto, é, ao mesmo tempo, um levantamento documental de momentos importantes do processo de incubação e o início de uma reflexão sobre nossa prática extensionista.

Para dar conta desta reflexão, este artigo está dividido em três momentos. Primeiramente discutimos o papel da extensão universitária no contexto da universidade brasileira,

logo contextualizamos o processo de formação das incubadoras tecnológicas no Brasil e, por fim, apresentamos a experiência da INTECOOP e do NESIC.

1. A universidade brasileira e a extensão universitária

A história política da universidade no Brasil foi escrita a partir de uma função bem delimitada no sistema colonial: a formação de quadros profissionais de elite – da Igreja ou da aristocracia agrária – com o conhecimento necessário à reprodução da ordem social. Isto não impedia, entretanto, que as universidades fossem foco de agitação e questionamentos (SANTOS; CRUZ, 2008).

Mas, com as aspirações republicanas e o crescimento da classe média urbana, as universidades se abriram pouco a pouco aos setores intermediários. E a partir do final da segunda guerra mundial, com a elevação da juventude a uma categoria social de importância renovada, as reivindicações estudantis passaram a ocupar uma cena ainda maior que no passado.

Assim, a universidade tornou-se um lugar de contradição; se por um lado é compreendida como lugar de reprodução do status quo, por outro abre brechas para sua contestação.

A ideia da universidade como um centro de pesquisa científica, tem pouco tempo, remonta ao começo do Século XX. Na América Latina, a pesquisa científica esteve sempre a cargo de instituições formadas especialmente para isto. Apenas a partir dos anos 1960 é que as universidades começaram a centralizar de forma mais evidente esta função.

Sua consolidação, entretanto, parece ter chegado tarde. A partir dos anos 1980, a função científica da universidade começou a ser esvaziada nos países centrais do capitalismo, transferindo a pesquisa para centros privados corporativos, com investimentos impensáveis para as universidades. Ou, sob outra fórmula, centros de pesquisa universitários foram

praticamente “arrendados” às corporações em muitas universidades dos países mais desenvolvidos.

Na América Latina, os anos 1980 e 1990 foram as décadas do desmonte das universidades públicas e de sua função de pesquisa científica. A estratégia de algumas comunidades universitárias – geralmente contestadas por grupos não hegemônicos – tentou vincular a pesquisa científica às empresas e corporações como forma de obter recursos orçamentários cada vez mais escassos (DAGNINO, 2004).

Nos primeiros anos do século XXI, nos governos petistas, houve um incremento dos investimentos na área da educação bastante significativos. No entanto, por mais importante que tivesse sido este investimento, não foi suficiente para modificar o seu caráter hegemônico conservador. As universidades brasileiras continuaram via de regra reproduzindo seu papel dependente na economia internacional e reproduzindo discursos de um viés ideológico liberalizante.

E o que restou para o espaço da universidade? Muito pouco. Em que pese o fato de que uma minoria de brasileiros que cursam a escola de grau universitário, orçamentos e salários foram reduzidos, a explosão do número de vagas nos cursos superiores de instituições privadas acompanhou o aviltamento das condições de trabalho para os/as professores/as do ensino superior. Mais aulas, mais alunos/as em cada sala, menos tempo para pesquisa e para a extensão, menos possibilidades de ascensão profissional.

Atualmente todo o sistema educacional do país ainda vive um momento de apreensão e repressão através do próprio Ministério da Educação, controlado por um discurso religioso fundamentalista, por uma prática de controle ideológico dos espaços de ensino (projeto escola sem partido, militarização de escolas de segundo grau; cooperação técnica entre universidades e instituições militares, etc.), bem como uma visão profundamente privatista do processo educacional (projeto Future-se).

Neste contexto não é à toa que cada vez mais as grandes universidades (públicas) têm se transformado numa arena de disputas por verbas, enquanto as universidades particulares venham se transformando cada vez mais numa fábrica taylorista de técnicos das áreas humanas: advogados, contadores, administradores, comunicadores, psicólogos. Onde o investimento essencial é a sala, a cadeira, o quadro e o professor (NEVES *et al*, 2002).

Durante muito tempo a legislação brasileira reportou-se apenas a instituições educacionais públicas (podendo ser federais, estaduais ou municipais) ou privadas, sendo que todas as instituições não públicas eram referenciadas como privadas. Recentemente a legislação criou uma terceira figura jurídica, as instituições de ensino comunitárias¹, que fundamentalmente são aquelas que não visam lucro privado e reinvestem todos seus recursos em projetos educacionais, caso este em que se situa a Universidade Católica de Pelotas, objeto do presente artigo.

As universidades comunitárias, no entanto, embora não estejam na lógica das públicas no que diz respeito à disputa por orçamentos e ao mesmo tempo não estejam apenas preocupadas com a questão mercantil do processo educacional, sofrem as mesmas consequências derivadas do processo de desmonte e mercantilização da educação, visto

¹São consideradas ICES as organizações da sociedade civil brasileira, que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/instituicoes-comunitarias>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

estarem no mesmo ambiente econômico (mesmo mercado) competitivo, privatizante e de busca de “enxugamento” de suas estruturas. No entanto, mesmo nestas condições existe uma preocupação bastante grande das instituições comunitárias em dar respostas à algumas questões sociais, seja por questões regionais, seja por interesses de congregações confessionais. Nesse sentido os projetos de extensão sempre tiveram um papel relevante até mesmo na identidade destas instituições.

Este viés comunitário da UCPEL é, pois, que permitiu o surgimento e consolidação inicialmente da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) e posteriormente do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) enquanto núcleos de extensão voltados à construção da economia solidária em Pelotas e região. Toda esta intervenção extensionista de 20 anos carregou as contradições próprias da necessidade da UCPEL se vincular mais fortemente às questões sociais e regionais enquanto uma instituição comunitária e os limites decorrentes do contexto de crise econômica vivido pela região durante a maior parte deste período, bem como as dificuldades específicas enfrentadas pela Universidade. Não só isso, mas também as contradições de um modelo de universidade e sociedade voltado à reprodução do capital por um lado, e de setores buscando construir outras formas de sociabilidade e dinâmica econômica. Esta contradição não existe de forma isolada em uma e ou outra unidade educacional, mas faz parte da própria lógica governamental nos momentos da definição de alocação de recursos. Isto ficou evidente quando os recursos para as incubadoras empresariais recebiam recursos muitas vezes superior aos projetados para as incubadoras de base social e comunitária, algo que ocorreu nos diversos governos que se sucederam neste período analisado.

2. O surgimento de uma articulação nacional universitária voltada ao mundo do trabalho: UNITRABALHO e ITCPs

2.1 O surgimento da UNITRABALHO

A primeira experiência no Brasil de uma articulação intra universitária voltada à discutir e apoiar o mundo do trabalho por parte das universidades brasileiras ocorreu a partir da criação da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), registrada em cartório com identidade jurídica em junho de 1996.

A UNITRABALHO foi constituída a partir da iniciativa de alguns reitores que perceberam a existência de projetos de pesquisa e de extensão voltados à esta temática, bem como sabiam que existia uma pressão para que as universidades brasileiras fossem mais ativas na busca de saídas para a crise que o país vivia nas décadas de 1980 e início da década de 1990.

A UNITRABALHO tinha uma espécie de comitê gestor composto por alguns reitores e criou uma figura jurídica que tivesse condições legais de elaborar e disputar projetos de políticas públicas que articulassem ações voltadas ao fortalecimento do chamado mundo do trabalho, tanto editais nacionais como internacionais. Seria uma espécie de articuladora de projetos e também buscaria pressionar as instituições públicas para que as mesmas direcionassem recursos públicos através de editais e convênios voltados ao mundo do trabalho.

Durante esses anos iniciais (final da década de 1990), diversas universidades brasileiras, através de pesquisadores e extensionistas e com o aval de suas respectivas reitorias, começaram a se vincular à UNITRABALHO. A partir do final desta década, em 1998, foi construído, a partir desta entidade, uma articulação de algumas experiências vinculadas especificamente à economia solidária, posteriormente

denominada de Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

2.2 Uma breve história das ITCPs no Brasil

A primeira ITCP com este nome e esta sigla que impulsionou o surgimento das demais apareceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1996. Nasceu diretamente de uma demanda da Fundação Oswaldo Cruz, que estava às voltas com problemas relacionados à delinquência nos morros que rodeavam seu campus, com repercussões sobre o cotidiano da vida universitária (SANTOS; CRUZ, 2008).

A discussão se instaurava a partir de uma velha questão: o que as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria das populações mais pobres? Os integrantes da COPPE se perguntavam se toda aquela tecnologia que era pesquisada e gerada ali se revertia em geração de renda e melhores condições de vida para os trabalhadores.

Outras alternativas já tinham sido buscadas num passado muito recente: incubadoras de empresas, qualificação profissional etc., mas sempre sob muitas críticas em relação à sua eficácia. Daí surgiu a ideia de “subir o morro” e de fazer o morro descer à universidade: criar uma incubadora de “empresas populares”.

Haveria de ser uma incubadora “tecnológica”, a partir da compreensão de que a tecnologia não deve estar apenas a serviços de poucos. Uma incubadora tecnológica de “cooperativas”, porque esta era a forma jurídica mais acessível a grupos de trabalhadores/as que precisavam montar uma empresa e não detinham capital. Além do mais, o caráter igualitário das origens do cooperativismo se prestava muito bem à ideia.

Segundo Guimarães, (1999) existem deformações no contexto do cooperativismo que implicam em se apropriar dos benefícios oriundos da legislação cooperativa. Tais como:

“coopergato” (uma agência de empregos configurada como cooperativa); “coopatrão” (uma empresa cooperativa capitalista onde a maior parte das ações está concentrada em apenas um dono), etc.

Assim, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com o apoio da direção da COPPE começou a trabalhar na UFRJ. Quase à mesma época, um grupo de professores que atuava na Universidade Federal do Ceará, iniciava um trabalho muito parecido e que logo tomou o mesmo nome da UFRJ. Com a ideia percorrendo as universidades do país, logo se propôs um seminário no Rio de Janeiro, onde a experiência da COPPE foi apresentada oficialmente. Neste encontro realizado na UFRJ em 1998, a UCPEL esteve representada pelo professor Reinaldo Tillmann (que representava o núcleo Unitrabalho da UCPEL). Encontro este que foi muito importante para o início do trabalho de incubação local. Neste momento, a experiência já havia se reproduzido em outras universidades (Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Paraná, Fundação Santo André, Universidade Federal de São João Del Rey, Universidade Regional de Blumenau, entre outras). Criou-se uma Rede. Segundo Singer, assim sucedeu:

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a

economia solidária mais autêntica e mais efetiva (SINGER, 2002, p. 123).

Nesse contexto, imediatamente posterior à reunião de 1998 que articulou algumas experiências universitárias de economia solidária, um grupo de professores da UCPEL se articulou e criou um núcleo de extensão voltado ao mundo do trabalho, mais especificamente voltado à incubação de cooperativas.

Foi neste período que a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fez funcionar o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) que financiou seis incubadoras ao longo de dois anos.

Outro impulso foi dado com a vinculação da Rede de Incubadoras à Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, que vinha se construindo à mesma época e que reunia núcleos e pesquisadores de dezenas de universidades no Brasil. Ao juntar as duas redes, ambas se potencializaram: a experiência das incubadoras passou a ser vista como um grande cartão postal para a Unitrabalho, e a estrutura de núcleos da Unitrabalho permitiu multiplicar as experiências das incubadoras. Hoje as duas redes estão separadas (CRUZ, 2004).

No primeiro momento, a articulação na UCPEL se deu a partir da Rede Unitrabalho, sendo que logo que surgiu a Rede ITCPs, passou a integrá-la também. Durante alguns anos, a Rede ITCPs era apenas “um braço” da Unitrabalho, com um trabalho focado especificamente na economia solidária, enquanto a Rede Unitrabalho abarcava diferentes frentes de extensão e de pesquisa vinculadas ao mundo do trabalho de forma mais geral.

Em seguida, nasceram outras incubadoras que continuam se articulando em rede, pois se, por um lado, o projeto ITCP representava uma inovação na forma de buscar

respostas às exigências do desenvolvimento econômico local impingindo aos setores excluídos, por outro, sua consolidação depende de estratégias locais e articulação nacional (GUIMARÃES, 2000).

3. O contexto de Pelotas e região e o papel da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

Localizado na região sul do Rio Grande do Sul, o município de Pelotas, de acordo com o último censo (2010), tinha uma população de 328.275 habitantes (IBGE, 2012)² e o motor de sua economia, que em sua fundação foram as charqueadas e após baseavam-se na indústria³, é hoje basicamente a área de serviços. Pelotas localiza-se na chamada Região Sul, a qual se articula através de uma mobilização política e regional denominada de COREDE SUL (Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul) que abarca 22 municípios. Durante muitos anos (durante a República Velha e início da década de 1930), esta região foi considerada a mais rica do estado do Rio Grande do Sul, inclusive com um banco local, o Banco Pelotense. Já no período militar, Pelotas começou a sua crise econômica, processo que aos poucos foi se acirrando, gerando uma dinâmica de estagnação econômica regional.

Trata-se de uma região que foge à percepção comum que o resto do Brasil tem em relação ao Rio Grande do Sul, num claro contraste com a chamada ‘Metade Norte’: enquanto o PIB per capita estadual (RS), para 2015, situava-se na faixa dos R\$ 34 mil/ano, na Metade Sul ele foi de R\$ 16 mil/ano;

² População. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431440>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.

³A economia de Pelotas surgiu e se consolidou com a indústria do charque, principalmente no período da Guerra do Paraguai, onde a cidade abastecia as tropas brasileiras. Com a crise da República Velha e início do período Vargas, Pelotas começa a migrar sua economia para a agricultura e posteriormente para a indústria de enlatados, a qual foi bastante forte na década de 1970.

enquanto o IDH geral do estado é 0,746, o da Metade Sul é 0,6976; a Metade Sul corresponde a 26% da população gaúcha, mas contribui com apenas 17% do PIB estadual⁴.

Nesta região, Pelotas e Rio Grande se constituem os dois maiores municípios e conformam o maior PIB da região. Com uma longa extensão territorial e uma economia muito concentrada, a maior parte desta região é considerada área de latifúndio.

Neste contexto, com o passar dos anos e com a crescente taxa de desemprego, uma parcela significativa dos/as trabalhadores/as pelotenses começaram a buscar na economia solidária uma oportunidade de geração de renda.

No final da década de 1990, com o apoio da Cáritas Diocesana, e buscando organizar os diversos empreendimentos que se formavam de forma desarticulada e sem uma orientação mais coesa, foi fundado o Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas. Este se configurava como um espaço de articulação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários, com vistas a fomentar as discussões acerca da economia solidária na região. Nesse fórum se reuniam mensalmente os/as trabalhadores/as da economia solidária para discutir os caminhos, as possibilidades e os rumos de seu trabalho. No entanto ainda era uma articulação incipiente, muito focada em empreendimentos originados do trabalho da Cáritas de Pelotas.

3.1 O surgimento de um trabalho de extensão da UCPEL voltado ao mundo do trabalho

Neste contexto (1999) é que surge um grupo de professores da UCPEL dispostos a organizar dentro da universidade um espaço de articulação e apoio às atividades ligadas ao mundo do trabalho (oficialmente em 12/10/1999).

⁴ Dados da FEE reproduzidos do projeto Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS – Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n° 4/2011.

Esta iniciativa consistia na construção de um núcleo da UNITRABALHO dentro da UCPEL. Dentre estes professores⁵, três tiveram um papel destacado neste processo. O professor Antônio Cruz, que embora não esteja mais na UCPEL, atualmente ainda atua no núcleo de economia solidária da UFPEL, o professor Marcos Kammer, primeiro coordenador do núcleo da UCPEL e o professor Reinaldo Tillmann, segundo coordenador da INTECOOP UCPEL e que até sua aposentadoria e desligamento da universidade em 2018 manteve-se vinculado ao núcleo de economia solidária.

A construção da INTECOOP UCPEL pode ser considerada como o segundo projeto de extensão permanente da instituição. O primeiro seria o CETRES (Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade), o qual já possui mais de 25 anos de existência.

As primeiras ações da INTECOOP, ainda em 1999, foram pontuais e de articulação institucional e definição de metas e ações a serem desenvolvidas. Basicamente foram configuradas as linhas fundamentais que definiram o projeto INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), denominação essa que passou a ser utilizada por inúmeros núcleos da UNITRABALHO que tinham foco na economia solidária.

Já no ano 2000, além de ações pontuais como debates públicos⁶, cursos para alunos/as interessados/as, organização

⁵ Ana Luisa Xavier Barros (assistente social); Antônio Carlos Martins da Cruz (historiador e economista); Gabriela Scur Silva (economista); Yeda da Silva Porto (pedagoga); Eliana Moura (psicóloga); Jairo Nogueira (assistente social); Marcos Kammer (filósofo); Renato Della Vechia (sociólogo); Matilde Contreras (pedagoga); Pedro Ernesto Andreazza (estatístico); Antônio Garcia (administração); Adelina Baldissera (serviço social); Rosane Vieira (pedagoga) e Reinaldo Tillmann (advogado). Além destes professores, ainda integravam a equipe as bolsistas Maria da Graça Porto e Aline Mendonça dos Santos (atualmente professora da UCPEL e membro da Coordenação Nacional da Rede de ITCPs).

⁶ Em abril de 2000, dentro do Projeto *Encontros de Conjuntura: Universidade e Trabalhadores*, ocorreu uma palestra de Paul Singer, intitulada *A Crise do Neoliberalismo e as Perspectivas da Economia no Brasil*, quando Paul Singer ainda atuava na condição de professor da Universidade de São Paulo (USP).

do Encontro Estadual dos núcleos UNITRABALHO (a UCPEL sediou o primeiro encontro no estado do Rio Grande do Sul - RS), neste momento foram selecionados os cinco (5) primeiros grupos a serem incubados: Unimetal (uma pequena cooperativa originada a partir de uma metalúrgica que tinha encerrado suas atividades e que envolvia 22 ex funcionários); Coopernova (cooperativa de prestação de serviços de limpeza e vigilância que passou a prestar serviços para a própria UCPEL, envolvendo 41 pessoas); Coopal (cooperativa de pequenos agricultores produtores de leite da região sul, localizada em Canguçu); CRIAS BGV (proposta de uma cooperativa de reciclagem formada por trabalhadores desempregados de um bairro da cidade) e a Cooperdunas (cooperativa de produção de materiais sanitários, pequena fábrica artesanal que produzia kits sanitários para habitações populares a partir de uma articulação com a Prefeitura Municipal).

Ainda nesse ano, a UCPEL, juntamente com mais sete (7) universidades, participou da organização e implementação da Universidade do Trabalhador, que consistiu em um convênio com o governo do estado e que viabilizou cursos de extensão sobre a História do Trabalho para trabalhadores/as não vinculados às universidades.

Neste mesmo ano ainda houve dois importantes movimentos coordenados pela incubadora. O primeiro deles foi a construção de um projeto de pesquisa (aplicado em 2001) e que foi resultado de um convênio entre a UCPEL e governo do estado do Rio Grande do Sul (através da Secretaria do Trabalho e do Gabinete da Metade Sul), juntamente com Prefeitura Municipal de Pelotas, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Centro de Assessoria Multiprofissional de Porto Alegre (CAMP). Este projeto de pesquisa, intitulado “Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária e Autogestão - Um estudo de caso: A Metade Sul do RS”, buscou mapear todas as iniciativas de economia solidária das regiões Sul, Centro e

Campanha, envolvendo 6 municípios de médio porte (Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiiana e Livramento). Tratava-se do primeiro mapeamento da economia solidária no Estado. Posteriormente, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, (que nesta época ainda não existia), foram realizados dois mapeamentos nacionais (2003 e 2009), sendo que nos dois momentos a UCPEL participou coordenando a pesquisa na região). Este projeto construiu uma tipologia da economia solidária e identificou o que existia disperso e sem uma identidade clara até aquele momento, embora fossem empreendimentos que tivessem as características típicas de economia solidária.

O segundo movimento foi a participação na construção de um espaço de convivência e de articulação de atividades econômicas no bairro Dunas⁷, um dos espaços mais pobres da cidade. Este projeto foi um convênio entre a GTZ (Agência para Cooperação Técnica Internacional – República Federal da Alemanha), Governo do Estado do RS, Prefeitura Municipal de Pelotas e UCPEL. Foi construído um centro comunitário e esportivo (um quarteirão), sendo que na parte externa foram construídos diversos espaços para comercialização no próprio bairro. Por fim, ao lado deste complexo, um espaço com salas para incubação de empreendimentos econômicos e no andar de cima um espaço amplo para reuniões dos moradores do bairro. A participação da INTECOOP UCPEL no primeiro momento, foi no sentido de contribuirmos na organização de mecanismos de gestão por parte dos próprios moradores. Em um segundo momento o próprio complexo construído gerou demandas de grupos por incubação de empreendimentos (reciclagem, costureiras (Dunasvest), produção de pães,ucas e bolos (COOALA), açougue cooperativado, reciclagem de vidros para artesanato através de fornos de alta temperatura, etc.).

⁷ A denominação do projeto era “Planejamento de Qualificação para Gestão Comunitária e Iniciativas de Economia Solidária e Popular: Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Loteamento Dunas- Programa Pro-Renda Urbano”. O projeto é de 2000, mas sua execução inicia propriamente em 2001.

3.2 Metodologia do trabalho de incubação na INTECOOP E NESIC

A metodologia utilizada para a realização das atividades pelo NESIC/UCPEL junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), através do processo de incubação, é antes de tudo um processo pedagógico formativo de troca e interação, que permite apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, com a viabilização de mecanismos para sua organização. Além disso, através do processo de incubação, princípios de solidariedade, cooperação e participação entre outros são abordados sistematicamente junto os empreendimentos, podendo ser observados em seu interior as transformações derivadas do processo de incubação, tendo sempre como base principal a autogestão. Como indica Singer (2002), praticar a autogestão exige que os trabalhadores de EES, além de cumprir as tarefas de seu cargo, devem envolver-se com os problemas gerais do empreendimento. Por este motivo é que as oficinas e atividades formativas do processo de incubação são desenvolvidas com o coletivo e as decisões sobre o empreendimento tomadas em assembleias.

Cada universidade constitui uma instituição específica, comportando histórias, debates, contingências, enfim, um número grande de condicionantes que determinam a maneira específica como cada incubadora responderá às suas demandas.

As diferenças regionais, num país tão diverso como o Brasil, se impõem sobre os processos de incubação. Em algumas incubadoras, as cooperativas de camponeses (pequenos proprietários) constituem a prioridade; em outras, grupos mais desfavorecidos das favelas; em outras, ainda, a recomposição dos empregos perdidos em função da quebra das empresas.

Nesse sentido, não é possível construir uma metodologia ou uma linguagem única para realidades tão

distintas, pois as iniciativas estão submetidas a um ambiente socioeconômico distinto em cada lugar, senão mesmo, em cada caso.

Por fim, é preciso perceber que a incubação tem que operar neste espaço de intersecção entre um e outro ambiente. E, portanto, cada universidade busca escolhas metodológicas e estruturas diferenciadas em função de suas condições de trabalho, de sua história institucional, das representações sociais das pessoas que compõem a incubadora, etc.

O espaço da incubação é o espaço da intersecção entre dois saberes que se encontram e se complementam, que se conservam, se negam e se superam em sua relação. Por tudo isto, cada incubadora acabou construindo sua própria metodologia. É provável que isto continue sendo assim. Mas as diferenças não significam que a cada momento se deve “reinventar a roda”. Quer dizer apenas que não pode haver transposições mecânicas, porque nem sempre uma proposta produz os mesmos efeitos sob outras condições.

Mas mesmo que a diversidade seja a tônica quando pensamos em metodologias, alguns princípios são fundamentais para sustentarmos o trabalho de incubação. O primeiro deles, como vimos, é a concepção de construção da autonomia dos grupos em uma perspectiva democrática, ou seja, a construção do processo de autogestão. Um segundo princípio é o da educação popular (FREIRE, 1978). A educação popular constitui o princípio educativo/pedagógico fundamental da experiência, que permite desenvolver a dialogicidade das diferentes formas de saber representadas pelos diferentes agentes do processo, valorizando os aprendizados individuais e coletivos e possibilitando as suas trocas no interior de uma comunidade colaborativa, sujeito da produção do próprio conhecimento. É o princípio teórico estruturante de todo o projeto. Por fim, a adequação sociotécnica deve ser compreendida como um elemento fundamental de desenvolvimento das tecnologias sociais. Como perspectiva inspirada nos princípios da educação popular, ela

propõe a valorização recíproca das técnicas e tecnologias difundidas e utilizadas pelas comunidades tradicionais e grupos populares, de um lado, e pela pesquisa científico-tecnológica, de outro, num processo cooperativo de formulação de demandas e de pesquisa compartilhada para a busca de soluções tecnológicas sustentáveis e adequadas às condições socioeconômico-culturais dos grupos envolvidos. Do ponto de vista prático isto significa a construção coletiva de processos pré-avaliativos das condições históricas presentes no território, com a identificação de gargalos e problemas gerais e específicos, formulação de prioridades e desenvolvimento de estudos e experiências a partir de mecanismos de pesquisa participante (com o uso de técnicas como o DRP - diagnóstico rápido participativo, a dinâmica de FOFA – fortalezas & oportunidades / fragilidades & ameaças, grupos operativos, rodas de conversa, círculos de cultura etc., que devem ser propostas em função das características de cada situação). Imprescindível também é a necessidade de uma metodologia de avaliação permanente, que visa retroalimentar o processo de incubação, corrigindo eventuais ações de intervenção consideradas inadequadas em função das avaliações.

A partir destes princípios gerais no que diz respeito às metodologias de incubação, tanto a INTECOOP como recentemente o NESIC, utilizaram-se de diferentes metodologias, tanto para selecionar grupos, como para acompanhar o trabalho junto aos empreendimentos. A cada nova situação, novas formas de organização internas eram pensadas para dar conta das necessidades colocadas. Nas primeiras incubações, não havia a necessidade de critérios para a seleção de quais empreendimentos iríamos incubar, haja vista a pouca procura e ou articulação na perspectiva da economia solidária. No entanto, a partir de 2003/2004, com o aumento da demanda por incubação, construímos um processo mais estruturado de escolha de quais empreendimentos iríamos priorizar, processo este caracterizado como sendo uma pré-incubação.

O primeiro procedimento pensado foi a abertura de editais por parte da Universidade, nos quais abríamos um determinado número de vagas de acordo com nossas condições objetivas (número de professores e bolsistas disponíveis para acompanharmos os empreendimentos). Logo após a abertura do edital, aplicávamos um questionário em cada um dos pretendentes à incubação, buscando identificarmos um conjunto de variáveis (grau de coesão do grupo; compreensão sobre autogestão; grau de fragilidade econômica do grupo; viabilidade econômica do projeto, existência de outras possibilidades de apoios externos, etc). Os diversos itens pensados eram pontuados a partir de questionários e visitas que fazíamos aos pretendentes e de acordo com os critérios estabelecidos elaborávamos uma classificação, buscando grupos mais vulneráveis, com propostas mais consistentes e que tivessem maior capacidade de compreender as concepções autogestionárias (ver anexo).

Também neste momento, as equipes de incubação foram pensadas a partir das áreas de conhecimento que os professores da Incubadora achavam necessárias e que a universidade oferecia. Quando “completas”, cada equipe tinha um estudante de cada uma das seguintes áreas: administração de empresas, ciências contábeis, comunicação social, direito, psicologia, serviço social, pedagogia e uma especialização técnica do ramo da cooperativa (bioquímica, por exemplo, para uma cooperativa de produtores de leite; ou ecologia para uma das cooperativas de seleção de resíduos sólidos...). As equipes eram coordenadas/orientadas por um professor da Incubadora e os estudantes eram (ou deveriam ser, pelo menos) co-orientados por orientadores de estágio do seu curso. Ainda havia uma equipe volante, também composta de forma interdisciplinar e que tinha como função não acompanhar especificamente algum empreendimento, mas de fazer uma prospecção, um trabalho de pré-incubação.

A equipe era sempre coletivamente responsável pelo projeto de incubação, ainda que a “divisão do trabalho” fosse

feita a partir das competências de cada um/a. Isto significava que, ainda que dividissem tarefas, a realização efetiva do projeto era uma responsabilidade de todos/as.

Entre o “ponto de chegada” da incubação – com o EES consolidado e incubado, e o “ponto de partida” – com um grupo de trabalhadores em condições precárias de trabalho, havia um caminho longo, difícil, sinuoso e nem sempre de chegada certa. Ele era percorrido desde o momento em que a incubadora – seja através de uma equipe ou qualquer outra forma de estrutura – tomava contato com o grupo de trabalhadores/as até o momento em que a incubadora encerrasse seu trabalho e o EES se consolidasse de fato, podendo ser gerido pelo coletivo dos/as trabalhadores/as sem a interferência da ITCP.

3.3 Da INTECOOP À construção do NESIC

A fase que se situa entre os anos 2004 e 2006 pode ser considerada como um espaço intermediário entre dois momentos distintos. De um lado, as primeiras experiências de incubação através da construção da INTECOOP e com forte articulação com o governo do Estado, de outro, a transformação da INTECOOP em NESIC (2007)⁸ e a adoção de uma política de concentração de ações voltadas à construção de mecanismos de comercialização.

Nesta fase intermediária (2004/2006), é quando a INTECOOP irá consolidar sua metodologia de constituição de equipes multidisciplinares de forma mais articulada, pois também é o momento de maior envolvimento com alguns professores da UFPEL e do Instituto Federal (IF Sul). Como nenhuma destas instituições possuía alguma espécie de incubadora e ou até mesmo núcleo de professores/as organizados/as, a relação que estabelecemos foi com professores/as (e alunos/as) dispostos a contribuir em processos de incubação. Essa perspectiva buscava não apenas

⁸ O projeto de constituição do NESIC entregue à reitoria é datado de novembro de 2006.

ampliar a discussão da economia solidária e do papel das instituições educacionais no seu envolvimento com o mundo do trabalho, mas também buscávamos algum tipo de colaboração em áreas onde estávamos com alguma debilidade. Nessa perspectiva é que buscávamos parcerias principalmente com o IF Sul no que dizia respeito às questões tecnológicas e com a Faculdade de Educação da UFPEL no tocante à educação popular.

Dessa proximidade, chegamos a constituir uma coordenação conjunta com um professor da INTECOOP, um professor da UFPEL e um do IF Sul (sendo que em alguns momentos a representação não era de professor, mas sim de técnico administrativo da instituição, os quais também estavam envolvidos em incubação).

Posteriormente esta relação nos possibilitou construirmos uma proposta (encaminhada às respectivas reitorias) de constituição de uma única incubadora universitária no município de Pelotas que envolveria as três (3) instituições. Iniciativa esta que não foi adiante por não possuir respaldo oficial das respectivas reitorias.⁹

Neste período, as duas frentes principais em que nos envolvemos foi com dois projetos vinculados ao governo do Estado (governo Rigotto). Um dos projetos era vinculado à questão agrária e o outro ao programa denominado de Frentes Emergenciais de Trabalho.

O projeto vinculado à questão agrária, convênio da UCPEL com o Gabinete da Reforma Agrária do governo do Estado, previa o acompanhamento e apoio à constituição de cooperativas de produtores a partir de alguns assentamentos construídos pelo Movimento dos Sem Terra (MST) na região sul do Estado (Canguçu, Piratini, Pedras Altas e Herval).

⁹ Atualmente a UFPEL constituiu o TECSOL (Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária), e o IF Sul articulou o NESOL (Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares), sendo que o NESIC atua em parceria com os dois núcleos, embora nem sempre nas mesmas iniciativas.

Já o projeto das Frentes Emergenciais de Trabalho, é resultado de uma política que já existia no governo anterior (Olívio Dutra) e que buscava responder à crise do desemprego através de mecanismos de qualificação para que os desempregados conseguissem se situar novamente no mercado. Durante seis (6) meses, estas pessoas receberiam um salário mínimo e um “rancho”¹⁰, e ao mesmo tempo teriam o compromisso de assistir aulas e/ou oficinas que auxiliassem na requalificação dos mesmos para o mercado de trabalho. Até aquele momento, todos os convênios do governo do Estado tinham sido com prefeituras municipais, política esta que nem sempre funcionava na medida em que a escolha das pessoas que receberiam os benefícios era das prefeituras e o controle das atividades também dependia da mesma, o que muitas vezes gerava apenas um mecanismo de troca de votos.

Pela primeira vez o governo do estado construiu um convênio com uma universidade (UCPEL) com o objetivo de gerenciar o programa Frentes Emergenciais de Trabalho. A partir desse convênio, organizamos 4 grupos (média de 20 trabalhadores cada um) e com isto buscamos construir uma política mais articulada na área da reciclagem de resíduos sólidos.

Este projeto vinha na perspectiva de complementação de outro que já tínhamos mandado para a Fundação Banco do Brasil e estava sendo intermediada pela UNITRABALHO. O projeto em questão seria a construção de 4 galpões (os quais seriam financiados pela Fundação Banco do Brasil) e com apoio da prefeitura municipal para que organizássemos cooperativas de catadores. Como todas as informações que recebíamos da UNITRABALHO é que o projeto (que saiu em nome da UCPEL) tinha sido aprovado, que era apenas uma questão burocrática a liberação dos recursos, teríamos seis (6) meses para qualificarmos os trabalhadores no que diz respeito aos princípios da autogestão e educação popular, bem como nas

¹⁰ Sacola com alimentos básicos distribuídas pelo governo do Estado.

questões mais técnicas da reciclagem. O recurso das Frentes Emergenciais de Trabalho resolveria a necessidade das pessoas se manterem vinculadas ao projeto neste período de tramitação dos recursos para a viabilização dos galpões (os terrenos seriam cedidos pela prefeitura municipal).

No entanto, a partir de um longo processo de tentativa de obtermos informações mais precisas sobre a aprovação dos recursos e de que forma o mesmo seria encaminhado, em determinado momento fomos informados que embora o mérito do projeto tivesse sido aprovado, o mesmo não estaria apto a receber os recursos porque tecnicamente deveria ter sido assinado por alguma cooperativa e não pela universidade.

Nesse momento já havia uma crise nacional entre a maioria das ITCPs e a direção da UNITRABALHO. Poucas universidades ainda mantinham vínculos com a UNITRABALHO e ao mesmo tempo com a Rede de ITCPs. Cada vez tornava-se mais complicado conciliar a participação nas duas redes ao mesmo tempo. No entanto, a decisão de participarmos ou não da UNITRABALHO não era uma decisão do Núcleo, uma vez que o conselho deliberativo da UNITRABALHO dependia dos reitores. A partir da ampliação desta crise, houve uma decisão da reitoria da UCPEL em não vincular mais a universidade à esta rede. Esta medida coincidiu com outra definição da reitoria, qual seja a solicitação de que elaborássemos um novo projeto, agora com caráter de um núcleo permanente dentro da UCPEL. Por sua vez, a Universidade se comprometeria a manter condições de funcionamento de um núcleo de economia solidária independente da existência ou não de financiamentos externos. Nesse momento é constituído o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC).

3.3.1 NESIC e construção do projeto Bem da Terra

A construção do NESIC, enquanto um núcleo permanente de extensão, exigiu que definíssemos com maior

clareza qual o papel do mesmo diante das questões relacionadas ao universo da economia solidária. Os diversos momentos anteriores de incubação nos mostraram que havia um gargalo fundamental a ser resolvido: a viabilidade econômica dos grupos de geração de renda. Tratava-se do problema da comercialização. Com todos os percalços existentes no processo de organização de grupos para produzir (relações internas, qualidade dos produtos, dificuldade de financiamentos, burocracias para legalização, etc), ainda era possível constituirmos grupos que iniciassem algum tipo de produção.

No entanto, existia um problema fundamental que era a comercialização. Isto significava dificuldade de ter produtos com preços atrativos (problemas da escala); locais para comercializar (custos elevados), comercialização isolada em feiras ocasionais (normalmente uma única grande feira anual), etc.

A partir do momento em que identificamos que esta era uma questão importante, diversos grupos de empreendimentos e entidades de apoio foram chamados para construirmos um grande e único projeto regional que, mais tarde, intitulamos de “Rede de Comercialização Bem da Terra: Comércio Justo e Solidário”¹¹.

O primeiro projeto, que foi encaminhado para a Petrobrás, visava a constituição de uma rede de empreendimentos que comercializassem de forma conjunta em espaços físicos nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, São Lourenço, Jaguarão e Piratini. Na medida em que este projeto foi aprovado, mas sem destinação de recursos, buscamos construir alternativas com menos custos. A partir de um espaço de economia solidária que existia em Piratini (Casa da Mãe Gestante), que possuía uma padaria coletiva,

¹¹Para maiores informações sobre a Rede Bem da Terra ver o artigo intitulado *Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Autogestão e Consumo Consciente a partir da perspectiva Extensionista do NESIC/UCPEL*, também publicado neste dossiê.

construímos, com apoio da Prefeitura Municipal, o primeiro espaço de comercialização do Bem da Terra. Ao mesmo tempo, organizamos uma feira mensal em frente à UCPEL, bem como conseguimos um espaço de comercialização permanente no Mercado Público de Pelotas.

Mas estas iniciativas, embora importantes, ainda eram insuficientes para dar vazão à quantidade produzida pelos produtores que estavam se vinculando à economia solidária. Para melhorarmos este fluxo, foi construído então a Feira Virtual Bem da Terra, através da criação de uma Associação de Produtores e de uma Associação de Consumidores, que embora com papéis diferenciados, buscavam se complementar na manutenção de uma estrutura que unisse os interesses dos produtores com os dos consumidores. Com o tempo, o projeto Bem da Terra foi se ampliando enquanto rede e ganhando uma dimensão regional. Como existem outros artigos específicos sobre este processo de ampliação, não discutiremos de forma específica esta experiência.

Por fim, neste mesmo momento e paralelo à construção do Projeto Bem da Terra, também fomos contemplados a partir de uma seleção pública¹² com um projeto vinculado à área de reciclagem de resíduos sólidos. A partir da experiência anterior com alguns grupos de catadores no município de Pelotas, optamos por construir um projeto regional, abarcando fundamentalmente aqueles municípios que não tinham nenhuma organização no que diz respeito à coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Para tanto, contatamos 16 prefeituras municipais da região que participaram e/ou apoiaram o projeto. Desde universo, começamos a buscar constituir grupos em dez (10) municípios, sendo que em apenas seis (6) conseguimos consolidá-los. A partir do processo de

¹² Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n.º 004/2011 I - • Nome do Projeto: Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos na Região Sul do RS. • Local de Execução (municípios): Capão do Leão, Piratini, Turuçu, Cristal, Dom Feliciano, Cerrito, Pedro Osório, Pelotas, Camaquã, Chувиска. • Duração: 36 meses

constituição de cooperativas municipais (só foi possível onde os executivos municipais contribuíram de alguma forma, seja na cedência de galpões, seja na entrega do lixo coletado no município), construímos em um segundo momento uma articulação destas cooperativas para que não ficassem na mão de atravessadores e sem nenhum mecanismo de barganha de preços. Este processo resultou em uma espécie de cooperativa de segundo grau, denominada de Rede Reciclar, onde os grupos se reúnem mensalmente e estabelecem as condições de negociação (valores, quantias, logística, etc.) com os compradores. Para além do aumento do ganho individual e coletivo das cooperativas, este processo contribui para que a Associação Nacional dos Catadores se organizasse na região Sul do Estado através de representantes em suas instâncias de decisão do movimento.

A incubação destas duas redes, Bem da Terra e Rede Reciclar, marca também a migração de um tipo de acompanhamento individual de grupos para a incubação de redes de empreendimentos solidários.

Considerações finais

Ao tentarmos estabelecer uma espécie de “balanço” dos 20 anos em que um grupo de professores/as e estudantes da UCPEL dedicou o melhor de suas energias na busca de um projeto alternativo de inserção da universidade no mundo do trabalho, fica uma mistura de sentimento de satisfação e angústia.

Satisfação por provarmos para nós mesmos que é possível que as instituições universitárias saiam de suas “redomas” e consigam criar laços sólidos com os setores populares, sem que sejamos vistos, (como fomos no início), como acadêmicos que apenas iam em direção aos movimentos sociais e populares buscando “cobaias” para suas experiências e que ao final das contas esse processo resultaria apenas em pesquisas para abrilhantar currículos, sem nenhum retorno à

sociedade. Conseguimos construir uma relação de parceria e reciprocidade com todos os agentes envolvidos, seja no campo como na cidade; movimentos sociais ou agentes públicos. Elaboramos e aprovamos dezenas de projetos, formamos centenas de alunos/as que com certeza carregam nas suas vidas profissionais uma visão bem mais ampla das questões sociais e da necessidade de construirmos relações solidárias e democráticas em todos os espaços de atuação profissional.

Não discutimos a autogestão apenas no abstrato e/ou apenas como uma dinâmica que os empreendimentos deveriam seguir. Ao longo de nossa história, construímos uma relação absolutamente horizontal. Não foram raras as vezes em que professores/as perderam suas propostas em reunião do núcleo para estudantes e técnicos que tinham outras propostas de encaminhamento. Construímos coordenações onde professores/as, técnicos/as e alunos/as tinham o mesmo peso nas definições (embora do ponto de vista legal frente à instituição sempre tivéssemos que indicar professores/as). Não foram poucas as disputas e conflitos que enfrentamos. Muitos deles muito duros, mas o comprometimento com a busca de um novo modelo de sociabilidade e economia não permitiu que em nenhum momento, nestes 20 anos, tivéssemos aberto mão de continuarmos com o Núcleo. Momentos em que a universidade tinha condições e investiu em horas remuneradas para os professores atuarem no Núcleo, bem como momentos em que estávamos quase na condição de voluntários ou com muito poucas horas. Nada disso diminuiu o ritmo de intervenção de nosso núcleo.

Conseguimos realizar uma articulação entre ensino (disciplinas de economia solidária na graduação e no Programa de Pós Graduação em Política Social); na pesquisa (artigos, teses, dissertações, participação em congressos, etc.), bem como uma intervenção consistente na extensão universitária. Conseguimos construir o “famoso” tripé ensino-pesquisa-extensão, tão falado nas avaliações, mas tão pouco presente nas universidades. Construímos dezenas de parcerias, tanto

com o setor público como setores organizados da sociedade civil, segmentos urbanos e rurais (MST), alguns empreendimentos com foco na comercialização, mas também com funções terapêuticas (CAPS, CAEX); setor de produção de alimentos, pesca, serviços, artesanato, reciclagem, recuperação de empresas, etc. Trabalhamos as perspectivas de gestão, comunicação, formação política, saúde, contabilidade, logística, relações humanas e outras.

No entanto, se sentimos satisfação por todas as questões elencadas acima, também fica uma angústia muito grande, por percebermos o quanto ainda precisa ser feito para que possamos avançar na constituição de novas relações sociais e econômicas. Por percebermos que muitas vezes trabalhos de longo prazo se perdem em função de interesses menores. Por identificarmos de forma concreta todo o retrocesso que governos comprometidos apenas com o capital estão legando ao nosso país, onde não apenas a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é desarticulada, como o próprio Ministério do Trabalho e Emprego é extinto.

No entanto, sabemos que por mais que a conjuntura nos apresente um quadro de retrocessos e violências, temos a convicção que esse trabalho, iniciado por alguns e continuado por muitos, terá o vigor para continuar por mais 20 anos ou enquanto for necessário para que a universidade cumpra seu papel social. Muitos dos que iniciaram já se aposentaram ou foram atuar em outras frentes. Mas muitos estão chegando para continuar o processo de consolidação do NESIC. Neste momento dos 20 anos, desejamos vida longa ao NESIC e à economia solidária.

ANEXO

Tabela - Avaliação de potencialidades e necessidades de grupos a serem incubados a partir de seleção via edital

Tabela Sintética						
Critério	Aval. A	Pontos	Aval. B	Pontos	Aval. C	Pontos
1.Situação Socioeconômica dos trabalhadores	Média das pontuações obtidas nos subitens abaixo					
.risco social	Crítica	14 a 15	Difícil	9 a 10	Razoável	4 a 5
.estimativa de renda	Crítica	15 a 15	Difícil	10 a 10	Razoável	5 a 5
2. Grau de solidariedade do grupo	Média das pontuações obtidas nos subitens abaixo					
	Alta	14 a 15	Média	9 a 10	Baixa	4 a 5
	Alta	15 a 15	Média	9 a 10	Baixa	5 a 5
3. Viabilidade econômica do projeto inicial	Média das pontuações obtidas nos sub-itens abaixo					
.expectativa de mercado	Alta	9 a 10	Média	7 a 8	Baixa	4 a 5
.capacidade de escala	Alta	9 a 10	Média	7 a 8	Baixa	4 a 5

.qualificação dos trabs.	Alta	9 a 10	Média	7 a 8	Baixa	4 a 5
4. Financiamento do projeto de incubação	Total	9 a 10	Parcial	7 a 8	Não há	5 a 6
5. Grau de extensão científica	Média das pontuações obtidas nos sub-itens abaixo					
.Relacional	Excepc	9 a 10	Alto	5 a 6	Normal	3 a 4
.Empresarial	Excepc	9 a 10	Alto	5 a 6	Normal	3 a 4
.Tecnológico	Excepc	9 a 10	Alto	5 a 6	Normal	3 a 4
6. Localização das ações de incubação	Pelotas	9 a 10	Zona Sul	5 a 6	Outra	2 a 3
Pontuação máxima possível	70		Pontuação mínima possível			
			22			

Tabela construída pela INTECOOP em 2003 para o estabelecimento de critérios de avaliação de quais grupos seriam incubados.

Referências Bibliográficas

ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000

CRUZ, A. C. M. *Ê caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil*. **Cayapa**, Mérida. Vol. 4, núm. 8, p. 38-57, dez., 2004.

DAGNINO, R. *A relação universidade-empresa no Brasil e o 'argumento da hélice tripla'*. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas. Vol. 2, núm. 2, p. 267-307, jul./dez., 2003.

Faces do Brasil. **Cartilha faces do Brasil – o comércio justo e solidário no Brasil**. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/cartilha-sncjs.html>>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GAIGER, L. I. *A solidariedade como alternativa econômica para os pobres*. **Revista Contexto e Educação**. Vol. 50, núm. 13, p. 47-71, 1998.

GUIMARÃES, G. **Uma cidade para todos**. In: GUIMARÃES, G. (Org.). *Integrar cooperativas*. Rio de Janeiro: Unitrabalho - CUT, 1999.

_____, G. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades/link.php?cod_mun=431440>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

Ministério do Trabalho e do Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

Ministério da Educação. **Instituições Comunitárias**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/instituicoes-comunitarias>>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002

SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. (2008). Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos CES** [Online]. Vol. 02, dez., 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1354>>. Acesso em: 26 maio 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____, P. **Economia Solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. S., *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, P. **Incubadoras Universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

**Extensão universitária e o mundo do trabalho
na atuação da INTECOOP/UCPEL no período
2000/2004**

Reinaldo Tillmann

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise da extensão universitária a partir de uma imbricação entre academia e mundo do trabalho. Analisa de forma crítica a extensão, considerando uma dissociação entre teoria e prática, como se houvesse um conhecimento exclusivo da academia e outro exclusivo do mundo do trabalho. Propõe um projeto extensionista que dialogue com o mundo do trabalho e opere transformações, tanto na academia quanto no espaço do trabalhador. Conjectura que a universidade pode ser um fator propulsor de emergência de um princípio educativo, intrínseco ao trabalhador associado. Relata experiências propositivas neste campo, por meio da atuação em projeto de extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, no período de 2000 a 2004. O método, embora essencialmente descritivo da ação acima relatada, traz fortes elementos de pesquisa-ação, pois o autor está diretamente envolvido nesta ação descrita.

Introdução

O tema proposto neste artigo pode se prestar a diversas análises, conforme o direcionamento do olhar sobre o mundo do trabalho e sobre a universidade. Por conseguinte, existem diversas concepções a respeito de universidade e trabalho, bem como visões que associam e dissociam esses dois elementos da realidade.

Neste artigo, pretende-se analisar a universidade, em especial o seu caráter extensionista, a partir de uma imbricação entre academia e mundo do trabalho. É impossível analisar de forma crítica a extensão universitária se considerarmos uma

dissociação entre teoria e prática, como se houvesse um conhecimento exclusivo da academia e outro exclusivo do mundo do trabalho.

A forma de associação da universidade com o mundo do trabalho não pode desprezar as especificidades de cada realidade que, justamente, concedem a ela originalidade e autonomia. Associar trabalho e universidade é fundamentalmente reforçar a autonomia de cada um, é entender que não existe dependência, hierarquia ou precedência temporal entre estes. O que existe é uma construção conjunta e, ao desprezar este imperativo da realidade, tanto o trabalho como as universidades se tornam idealizados e cumpridores de uma função social de alienação, pois, de um lado, está a universidade que entende possível a construção de um projeto pedagógico em que o mundo do trabalho não tenha centralidade como fator real de alimentação de todo e qualquer conhecimento, e, de outro lado, estão as articulações do mundo do trabalho que desprezam a academia como um fator de real importância para o entendimento e a emancipação do trabalho das teias que o tornam eternamente dependente do mundo do capital.

Essa separação ainda fortemente presente entre trabalho intelectual e trabalho braçal representa mais que um preconceito, representa uma visão que se perpetua como cultura arraigada de dois mundos que não se comunicam, porque, ao não se comunicarem entre si, o trabalho é só trabalho e o conhecimento é só conhecimento.

A cultura fortemente arraigada permite simplesmente um conhecimento para potencializar o trabalho e um trabalho para transmitir o conhecimento, ou seja, não é permitido um entrelaçamento total e real das autonomias já referidas, pois o que interessa é um entrelaçamento parcial e superficial.

Entendo que a universidade, por meio de sua política de extensão, pode se deslocar desta lógica perversa de dissociação, que aqui será apresentada, estabelecendo uma real interação com a comunidade, a partir de um processo dialético de

comunhão de conhecimentos, e não de mera prestadora de serviços.

Para desenvolver com mais profundidade esta ideia de universidade, pretendo analisar, com mais vagar e apoio teórico, uma concepção crítica sobre a extensão universitária e relatar a história de minha experiência em projeto de extensão que dialogava com o mundo do trabalho.

Nesta tentativa de aproximar minhas vivências como extensionista em projeto da incubadora tecnológica de cooperativas populares, aprofundando uma visão crítica sobre a academia e o mundo do trabalho, sem dúvida, realizei um esforço descritivo muito grande, afinal o que estava descrevendo era justamente minha atuação no projeto, e não a visão dos trabalhadores e/ou de outros operadores do mesmo.

Na verdade, embora a técnica utilizada possa ser considerada descritiva, a reflexão crítica sobre o problema apresentado, da relação deficitária entre a universidade e o mundo do trabalho, só foi possível ser construída a partir da vivência do autor com as experiências relatadas, o que, sem dúvida, aproxima o método de busca dos objetivos fortemente arraigados à pesquisa ação.

1. A universidade e os questionamentos da modernidade

Não entendo possível analisar com profundidade a academia universitária sem avançar minimamente no entendimento de ciência e sua relação com a sociedade, com o cotidiano das pessoas ditas comuns, ou seja, que não participam ativamente de atividades de ensino e pesquisa, tarefa esta reservada a uma minoria que habitam as academias encarregadas dessas tarefas ou atividades, pergunto, portanto: o que é a ciência? Qual é a sua serventia?

Esses simples questionamentos são fundamentais para indagarmos se a produção científica das universidades tem utilidade (serventia) para a sociedade. Tais questionamentos,

porém, não denotam respostas rápidas e simples, sob pena de serem superficiais e abstratas.

É importante trazer esse mesmo questionamento feito por Jean-Jacques Rousseau, em 1750, ao tratar do progresso das ciências na modernidade:

Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (ROUSSEAU, 1971, p. 52).

Na verdade, Rousseau respondeu com um não a todos os questionamentos feitos por ele próprio, selando, assim, um julgamento da produção científica e suas utilidades naquele período.

Importa salientar que o momento histórico da resposta de Rousseau era de transição de um período científico, em que a ciência estava associada a fatores naturais e místicos, influenciando diretamente na vida dos indivíduos, para um período (a partir do Século XVI) em que o pensamento científico passara a se pautar pela racionalidade, pelo cálculo, pela prova objetiva do que é afirmado.

A modernidade questiona profundamente a utilidade do pensamento e da produção científica, desconfiando de tudo que não se consegue ser provado cientificamente. Neste passo, a modernidade construiu uma ciência e procedimentos científicos que afastam o pensador da realidade, pois, para provar e dar validade acadêmica ao seu pensar, deve-se submeter a procedimentos de extrema racionalidade que escapam, inclusive, da preocupação inicial da própria modernidade de se afastar do conhecimento mítico.

O tempo da modernidade, embora de transformações marcantes no campo científico, parece que não conseguiu afastar-se concretamente da origem mítica do conhecimento, pois, aparentemente, ela criou outro mito: o mito da racionalidade. Não teríamos mais sacerdotes, magos, profetas e suas previsões, mas teríamos cientistas, professores e laboratórios, que, da mesma forma, legitimariam uma forma especial e temporal de conhecimento¹.

O que mais impressiona no período moderno é que, justamente, por não ter respondido uma de suas questões fundamentais (verbalizadas por Rousseau), a atual universidade² continua com as mesmas questões. Simples e sem respostas.

Neste sentido, é que são pertinentes as observações de Marlene Ribeiro sobre a universidade brasileira:

este preâmbulo serve para situar a crise da universidade brasileira, vivenciando dilemas próprios da pós-modernidade, ao mesmo tempo em que enfrenta exigências que seriam próprias da modernidade, especialmente no que se refere à produção de ciência e tecnologia (RIBEIRO, 1999, p. 05).

Na verdade, Marlene retrata que a universidade não conseguiu cumprir com as promessas emancipatórias da modernidade, ao mesmo tempo em que se depara no cotidiano com as mesmas questões. A visão crítica da educadora quer demonstrar a possibilidade de construção de uma universidade democrática (inclusiva) e competente (produção de ciência e tecnologia socialmente articulada), sendo o viés da extensão universitária um caminho privilegiado para atingir este fim.

¹ Concepção a partir da *Dialética do Iluminismo*, de Theodor Adorno e Max Horkheimer

² Universidade pós-moderna não excluiu a universidade moderna. As duas coabitam na contemporaneidade. Concepção de Ribeiro, Marlene: universidade brasileira “pós-moderna” (democratização x competência).

1.1 Extensão universitária: uma resposta simples

Sem pretender definir extensão universitária, pode-se trabalhar a concepção de que o entendimento sobre extensão é sempre o de alcançar algo já existente, de estender para fora algo que é típico de determinado ambiente. No limite, pode-se pensar a extensão como uma dilatação do conhecimento produzido.

Noto que a extensão universitária não busca o novo e não interage com a sociedade, pois ela simplesmente presta um serviço (assistência judiciária, atendimento odontológico, serviços ambulatoriais, etc.) do qual a universidade detém o conhecimento e quer estendê-lo por razões diversas, ou seja, a universidade – lócus de produção científica – não aprende com o ambiente da extensão, simplesmente oferece o conhecimento e a verdade internamente produzidos. Admite-se no máximo um processo de alteração pontual de algumas práticas universitárias pela dilatação do conhecimento estendido.

Na verdade, os caminhos da extensão universitária só podem levar a duas situações, conforme nos relata Marlene Ribeiro, a partir de experiência em projetos de extensão do NEPE (Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais), da Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas:

Penso que a finalidade da extensão universitária não é, de modo algum, substituir o Estado na oferta de serviços básicos, nem os membros da comunidade no seu papel de reivindicar seus direitos e exercer sua cidadania. Daí a importância desta experiência para fundamentar tanto o trabalho que o NEPE vem desenvolvendo como o que a universidade pretende com trabalhos, em parceria com a comunidade, que podem caminhar em dois sentidos opostos: ou o da dependência ou o do questionamento ao papel social da instituição universitária e de sua relação com a comunidade (RIBEIRO, 1999, p. 220).

Entendo que os conhecimentos produzidos pelas universidades, de uma forma geral, não se alteram pela interação dialética com outros modos de conhecimentos, mas, simplesmente, eles se modificam a partir de sua própria dilatação, ou seja, a produção e a transformação dos conhecimentos se operam exclusivamente dentro da academia, mesmo quando esta realiza atividades de extensão.

Por evidente, esta situação fática de relacionamento entre universidade e comunidade traz em seu bojo cruciais relações de poder que aprisionam a sociedade a uma lógica de subordinação e conformação a espaços previamente delimitados, que são ocupados de forma privilegiada, conforme uma relação entre poder e saber. É o que observamos nas constatações que Ribeiro aponta:

Outro autor que analisa as relações entre poder e saber e que amplia a compreensão de questões colocadas pelo NEPE, sobre os saberes subalternos na reformulação curricular e sobre os trabalhos de extensão, é Michel Foucault. Para este autor, saber e poder encontram-se reciprocamente articulados em práticas particulares, localizadas e datadas. Ao se referir ao que denomina insurreição dos saberes dominados, Foucault expressa seu entendimento sobre duas espécies de saberes. Um deles refere-se aos conteúdos históricos concernentes às lutas e confrontos, que são omitidos nas sistematizações formais pelo seu caráter revelador e crítico. Outro refere-se ao saber “desqualificado” do povo, que não é legitimado pelo estatuto de conhecimento científico. O saber dominado, diferenciado, incapaz de homogeneidade, particular, paralelo e marginal ao saber científico e competente deve sua força à crítica que faz a este último. Tanto o primeiro, saber histórico, erudito, oculto, quanto o outro, “desqualificado” e “não competente”, apesar do paradoxo, tratam, segundo Foucault, do saber histórico das lutas e da memória até então subordinada dos combates. Esse acoplamento dos saberes que possibilita a construção de um saber

histórico das lutas e a utilização deste saber em táticas atuais dos movimentos emancipatórios é o que Foucault chama, provisoriamente, de genealogia (RIBEIRO, 1999, p. 229-230).

A universidade, nas suas atividades de extensão, não só está disposta a aprender com as situações e espaços com que se comunica, mas também apreender essas situações e espaços a uma lógica acadêmica – que tenta ser hegemônica³ – e que foi um pressuposto da modernidade, quando a universidade centralizava a produção cultural e o conhecimento científico. De acordo com o que relata Santos (1997, p. 193), percebemos que “a centralidade da universidade enquanto lugar privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenômeno do Século XIX, do período do capitalismo liberal [...]”.

É preciso pensar um novo modelo de universidade que não despreze e ignore o conhecimento que é gerado fora dela. Uma universidade deve, no meu entendimento, centrar forças no papel da extensão, não como prestação de serviços ou estratégia de publicidade, mas como o mais importante elemento de alimentação de seu banco de conhecimentos.

A ideia de uma universidade que detém a razão e a verdade sobre todas as situações fáticas deveria estar superada com a modernidade, porém parece que continua a absorver ou apreender, ao invés de sorver e aprender com a realidade.

Entendo que Santos é perspicaz, ao pensar uma ideia de universidade apontando com clareza a contradição atual do modelo universitário, e revela que:

Um pouco por todo o lado, a universidade confronta-se com uma situação complexa: são lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade, ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais restritivas às políticas de financiamento de suas atividades por parte

³ Santos, 1997, p. 193-200.

do Estado. Duplamente desafiada, pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança. (SANTOS, 1997, p. 187).

Diante desses fatos que Santos expõe, percebemos que estamos pensando em uma universidade contemporânea dentro de paradigmas funcionais típicos da modernidade, que caracterizam uma universidade engessada em suas próprias verdades e desconhece ou quer desconhecer o que acontece em termos de conhecimento fora de suas fronteiras.

Essa tendência moderna (da modernidade) de o conhecimento ser provado por critérios racionais, que só existem nas academias, tem conflitado o pensar a universidade na atualidade, visto que a própria universidade tem sido analisada por critérios diversos e inimagináveis, durante o período moderno, ou seja, a sociedade não vê mais a academia como espaço exclusivo de produção e certificação do conhecimento e, ao mesmo tempo, exige dela respostas pontuais e pragmáticas aos problemas que enfrenta no cotidiano. A verdade é que, enquanto a universidade não se pautar por esta nova realidade e continuar com os pés fincados na modernidade, certamente não encontrará instrumentos que possibilitem a sua real transformação.

Parece incrível que a universidade continue existindo dentro do tripé investigação, ensino e prestação de serviços (SANTOS, 1997, p. 188), como se detivesse a exclusividade da pesquisa (investigação) sobre a complexidade do mundo atual e, ainda, arvorar-se como o meio mais competente de

propagação – por meio do ensino – das conclusões, frutos da investigação.

A prestação de serviços (extensão), por sua vez, seria uma concessão feita à sociedade para demonstrar utilidade e justificar sua existência. É o que Santos denuncia ao concluir que:

A teorização hoje dominante dos programas de extensão é reveladora dos limites da abertura da universidade à comunidade e dos objetivos que lhe subjazem. Em primeiro lugar, a abertura desempenha um importante papel de relações públicas em comunidades com longo rol de queixas e ressentimentos contra a universidade, desde as isenções fiscais ao expansionismo das infraestruturas, em detrimento de outras atividades locais, e ao desassossego causado pela boémia estudantil (SANTOS, 1997, p. 208).

A academia tem que apostar, de forma decisiva, na extensão universitária como um elemento de renovação de seu conhecimento, de alimentação para uma realidade que se constitui fora dos muros da academia e que vêm ocupando um espaço que muitas vezes já foi ocupado pela própria universidade de forma hegemônica.

A extensão universitária não deve, todavia, configurar-se como um elemento de reconquista da hegemonia perdida desde a modernidade, mas como uma aceitação de que o conhecimento não é produzido somente pela academia, constatação presente, como cita Santos, na dicotomia “alta cultura x cultura de massas”, típica da modernidade, quando a universidade era produtora de uma cultura sujeito (alta cultura) e tornava seu objeto às culturas de massas.

A cultura de massas tem uma lógica de produção, de distribuição e de consumo completamente distinta e muito mais dinâmica da que é própria da cultura universitária e os seus produtos vão apertando o cerco à alta cultura universitária, quer porque reciclam constantemente os produtos desta, quer porque

concorrem com ela na formação do universo cultural dos estudantes. Incapaz de transformar esta nova forma cultural numa cultura-objeto, a universidade deixa de ser o produtor central de cultura-sujeito e nessa medida perde centralidade (SANTOS, 1997, p. 193).

Na realidade, a própria modernidade não conseguiu suportar a velocidade e o dinamismo das relações sociais, e, enclausurada em sua prova racional, esqueceu que novos mecanismos de produção e comprovação do saber desenvolviam-se em diversos campos onde a universidade não existia ou só existia com uma prática extensionista tradicional – dizer a verdade da academia.

É preciso que uma universidade se estruture a partir de uma nova concepção de produção e disponibilização do conhecimento.

1.1.1 Como construir uma nova universidade?

Não há resgate possível, talvez nem haja o que resgatar. É preciso criar o novo e se alimentar dele. O compositor Vitor Ramil, em um trabalho do ano de 1995, tem um dizer (e cantar) extremamente adequado ao momento de nossa universidade: “Com que roupa eu vou?/ Mais que o velho, o novo já gastou/ Mais que um pano novo/ Eu quero pôr/ Um novo à beça/ À beça, à beça”.

A universidade, como na citação de Santos, encontra-se perplexa frente às ameaças à sua centralidade acadêmica operada por fora de suas fronteiras e potencializada por sua total incompetência interna, a fim de transpor os ditames da modernidade rígida, funcional, e ingressar em uma ideia de universidade permeável e dialógica.

Não basta, portanto, usar métodos velhos e gastos, que já se comprovaram superados. Ocorre que também não é possível entender a contemporaneidade como um período “mágico”, uma época que irá operar as transições necessárias

no meio universitário, simplesmente pela transposição paradigmática de valores e conceitos. Transitar da racionalidade para a subjetividade, da robótica para a informática, da aferição para a emoção, não representa necessariamente o novo que poderia, por possíveis mudanças paradigmáticas, transformar a prática universitária.

É preciso mais que o novo, é preciso uma transformação paradigmática, não das ideias, e sim da produção das ideias, as quais não devem ser exclusivas de um espaço acadêmico, mas fertilizar um terreno híbrido de conhecimentos científicos (da academia) e populares (fora da academia). O conhecimento não deve ser classificado por espaços onde seus produtores habitam.

Em 1986, o Reitor da Universidade de Brasília, Cristóvan Buarque, apresentava as bases de uma política de extensão que condiz com o que foi afirmado anteriormente, sendo inclusive citado na obra de Santos:

Considera-se que o conhecimento científico, tecnológico e artístico gerado na universidade e institutos de pesquisa não é único. Existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir dos inúmeros segmentos da sociedade, ao longo de gerações, que, por não serem caracterizadas como científicas, são desprovidas de legitimidade institucional. Essas práticas estão sendo recuperadas à luz de uma atividade orgânica com a maioria da população (BUARQUE, S/D apud SANTOS, 1997, p. 209).

Isto é um “novo à beça”. É, para mim, uma concepção desejável de universidade contemporânea, universidade de um espaço e de um tempo em que a extensão universitária não se limita a estender ou dilatar o conhecimento que é produzido internamente, mas se caracteriza como um diálogo franco e sincero com a realidade e especificidade de cada local, buscando uma interação pela qual a universidade, operando a extensão de seus conhecimentos, acaba por transformar esses

próprios conhecimentos, que, por sua vez, transformarão a realidade local.

1.2 Experiências de extensão universitária

A decisão de trabalhar este tópico, sob o formato de experiências e não propriamente de projetos de extensão, deve-se as leituras do pedagogo Anton Semiónovitch Makarenko. A escolha influenciará a forma de exposição com que as atividades serão expostas, procurando realçar mais as vivências pedagógicas do que o formato acadêmico das mesmas.

Makarenko valorizava de forma extrema suas experiências pedagógicas, inclusive revelando que jamais alcançaria sucesso com seus coletivos pedagógicos (em especial, a Colônia Gorky) sem a valorização da prática, do cotidiano, do dia a dia das atividades nas colônias infantis onde coordenava. O pedagogo defrontou-se com um desafio: a construção de um homem novo para servir os ideais da revolução soviética. A forma com que encarou este desafio foi exercendo uma distância crítica da burocracia soviética e uma falta de apego às teorias existentes (que, na verdade, eram inexistentes ao caso concreto), procurando teorizar a partir das vivências das colônias e, principalmente, do risco constante de fracassar.

Os primeiros meses da nossa colônia foram, para mim e para meus companheiros, não só meses de desespero e esforço impotente, foram também meses de procura da verdade. Em toda minha vida, eu não li tanta literatura pedagógica quanto naquele inverno de 1920. [...] Quanto a mim, o resultado principal dessas leituras foi uma convicção firme e, subitamente, não sei por que, fundamental, de que, em minhas mãos, não existia nenhuma ciência nem teoria nenhuma, e que a teoria tinha de ser extraída da soma total dos fenômenos reais que se desenrolavam diante dos meus olhos. No começo,

eu nem sequer compreendi, mas simplesmente vi que eu precisava não de fórmulas livrescas, as quais não podiam se aplicar aos fatos de qualquer maneira, mas de uma análise imediata e de uma ação não menos urgente (MAKARENKO, 2005, p. 21-22).

A partir dessas colocações de Makarenko, observo que minha atuação junto aos programas de extensão na Universidade Católica de Pelotas, onde participei ao longo dos anos, tem similitude com o dilema retratado anteriormente. Abordarei somente um dos projetos de extensão em que atuei, relatando o período de seu surgimento e consolidação.

1.2.1 A experiência da INTECOOP/ UCPEL⁴

A Universidade Católica de Pelotas ingressou na rede de incubadoras no ano de 2000, época em que outras 13 incubadoras universitárias já faziam parte da rede, inclusive com financiamentos aprovados junto à FINEP (Financiadora Nacional de Estudos e Projetos). É deste período que descrevo, pois representa um tempo de muita construção coletiva e interação dialética entre professores e estudantes de áreas diferenciadas, bem como entre a universidade e o mundo do trabalho.

A incubadora surgiu a partir de uma discussão democrática entre um grupo de professores pertencentes ao núcleo local da Unitrabalho, que questionava sobre um projeto de desenvolvimento para a metade sul do Rio Grande do Sul, em especial para cidade de Pelotas.

Após várias reuniões e projetos alinhavados, embarcamos na concepção de economia solidária, por meio da

⁴ A experiência refere-se ao espaço temporal de surgimento e consolidação da incubadora (2000-2004). Hoje a INTECOOP/UCPEL tem uma estrutura e funcionamento diferenciado, além de estar identificada como NESIC (Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas). A incubadora atualmente pertence à rede de incubadoras populares, desligando-se da Unitrabalho, no processo de constituição da nova rede.

participação em grupos de estudos e seminários nacionais sobre o tema.

O entendimento sobre o tema, associado à ideia de autogestão, pela participação da ANTEAG nestes encontros, uniu o grupo que se pautava por uma proposta de desenvolvimento que contemplasse o trabalho como o fator principal do projeto.

O grupo, enfim, entendia que não podia ficar atrelado à formulação do desenvolvimento pela atração de empresas e/ou pelo incentivo e capacitação ao empreendedorismo, entendido aqui o empreendedor como aquele que quer arriscar determinada quantia de capital em um investimento produtivo.

Necessário se fazia pensar o desenvolvimento a partir do trabalho, ou seja, o trabalhador não mais objeto do detentor de capital e sua respectiva capacidade gerencial, mas o próprio trabalhador como sujeito do desenvolvimento e gestor de seu empreendimento.

A autogestão de empresas coletivas pelos trabalhadores referendou nossa adesão à rede de incubadoras como uma proposta viável de desenvolvimento pelo trabalho, na cidade de Pelotas.

Desde o surgimento da incubadora até o final do período referido, tive a imensa satisfação em coordenar os trabalhos de uma equipe de professores orientados por um projeto interdisciplinar de extensão, o qual enriqueceu os docentes, os acadêmicos e a comunidade onde nos relacionamos.

Foi uma experiência única e que entendo ter apontado fatores de emancipação do trabalho, a partir de uma relação dialógica com um projeto de extensão universitária.

Nossas atividades de funcionamento foram baseadas na experiência do que constatamos em outras incubadoras pelo Brasil, procurando repetir aquilo que avaliávamos bom e aperfeiçoar outros pontos.

Uma das metas era reforçar o vínculo acadêmico e interdisciplinar do projeto de extensão, ou seja, um olhar para dentro da universidade, visto que, no nosso entendimento, a

extensão não poderia se caracterizar como uma atividade que operasse resultados somente fora dos muros da academia. Era fundamental que as atividades de extensão reformulassem o pensar da universidade.

Com este intuito, organizamos um semestre em discussões internas com a reitoria, escolas e professores interessados, por meio de reuniões, painéis etc.

Após um período de reuniões com a estrutura docente e administrativa da universidade, passamos a dialogar com o que entendíamos ser o nosso maior aliado e fator decisivo de sucesso ou fracasso de nosso projeto: o setor discente, pois, sem um encantamento e conscientização dos estudantes, nossa proposta de incubação certamente não se concretizaria. Era preciso conjugar uma aceitação e entusiasmo dos estudantes com uma estrutura interdisciplinar da universidade, experiência, aliás, inédita na UCPEL.

Foi um período difícil, pois estávamos pressionados para ir a campo, pelas iniciativas cooperadas e associações que nos procuravam, e relutávamos para cumprir com o dever de casa. Foi um semestre de nos fortalecermos e criar alicerces. Creio que isso foi cumprido a contento, embora muito ainda devesse ser feito.

Precisávamos também garantir a continuidade de nossas atividades e, para isso, fomos buscar parceiros que financiassem o orçamento da incubadora que a universidade havia se comprometido de custear pelo período de um ano.

A relação já antiga com a SEDAI/RS (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul), em especial, com o setor de Economia Popular e Solidária (ECOPOPSOL), aproximou-nos de um recente convênio entre essa Secretaria e a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias), de forma que passamos a obter financiamento total, por parte da ANTEAG, de nosso custo.

Nós, juntamente com nossas parcerias, não só financeiras, inclusive a ANTEAG e SEDAI, articulamos ações e

discussões conjuntas, envolvendo outros parceiros, como a Cáritas Diocesana de Pelotas, o CAMP (Centro de Formação Multiprofissional de Porto Alegre), universidades públicas e privadas, associações, ONGs, etc., elementos fundamentais dentro da nossa concepção de extensão.

A última parte refere-se às incubações propriamente ditas.

Estávamos trabalhando, à época, com cinco empreendimentos cooperados, cada um em uma fase diferente de maturidade e produção:

- **Cooperativa Unimetal:** a Unimetal, cooperativa de trabalhadores no ramo metalúrgico, surgiu em Pelotas, no dia 03 de setembro de 1999, ocasião em que 22 trabalhadores reunidos, em Assembleia Geral, aprovaram o estatuto de fundação dessa empresa cooperativa, formalizando, assim, um processo que já se desenvolvia no campo dos fatos há algum tempo. A cooperativa Unimetal surgiu em decorrência de um processo falimentar da empresa Ancar, que trabalhava na recuperação e reparo de ônibus e *motor-homes*. Momentos de muitas dificuldades foram vivenciados pelos trabalhadores da antiga empresa, pois, antes de seu fechamento definitivo, os salários se encontravam em atraso e, quando a falência foi decretada, não houve como receber nenhuma verba rescisória, salvo uma pequena parcela do fundo de garantia, resultado de uma mobilização intensa. Os trabalhadores, porém, não aceitaram a ideia de aumentarem as estatísticas do desemprego e se organizaram a partir do único patrimônio que possuíam: sua força de trabalho. Dessa força nasceu a Unimetal e, com absoluta certeza, esse patrimônio será sempre o mais importante neste e em todos os empreendimentos de economia solidária. A história da Unimetal é fundamentalmente uma história do trabalho, condição e adjetivo fundamental para a constituição de um empreendimento em que os trabalhadores sejam os

sujeitos de sua própria história; uma história que somente eles podem construir: a história de sua emancipação. A equipe de incubação era orientada por este autor.

- **Cooperativa do Loteamento Dunas:** Cooperdunas era uma cooperativa que se dedicava à produção de *kits* sanitários populares, de baixo custo, pois são produzidos em estrutura de fibrocimento, com acabamento em massa corrida. Esse empreendimento, cuja equipe de incubação era orientada pelo Professor Marcus Kammer, só foi constituída em setembro de 2000, sendo resultado de um projeto social denominado “Pró-Renda/RS”, envolvendo o governo da Alemanha (GTZ), a secretaria metropolitana do estado do Rio Grande do Sul e a prefeitura de Pelotas, os quais desenvolveram uma série de projetos neste loteamento popular do Bairro Areal, em Pelotas, sendo que um potencializou-se na forma de cooperativa.
- **Cooperativa de Produtores de Laticínios:** em Canguçu, cidade vizinha ao município de Pelotas, a Professora Gabriela Scur orientava uma equipe de estagiários que incubava a cooperativa Coopal, empreendimento associativo resultante do desligamento de pequenos produtores de leite (em torno de 250) de uma tradicional cooperativa de produtos lácteos da região. Na época, a cooperativa já contava com 450 famílias, que pretendiam, a partir de 2001, desenvolver sua própria marca e embalar o leite e os iogurtes de frutas da região.
- **Cooperativa de Reciclagem de Lixo:** no Bairro Getúlio Vargas, de alta vulnerabilidade social em Pelotas, desenvolveu-se outra experiência associativa por meio de uma cooperativa de reciclagem de lixo e produção de vassouras pelo desfibramento de garrafas PET. Na verdade, a cooperativa encaminhou sua documentação à Junta Comercial, no ano de 2000, esperando obter o

financiamento para a fábrica de vassouras, pelo projeto “Mar de Dentro”, do Governo do RS, ao concluir as formalidades de sua fundação. As professoras Carmem Júlia Yanke e Rosane Vieira orientavam a equipe de incubação.

- **Cooperativa de Novos Valores:** dentro de nossa própria Universidade, ocorria uma situação de terceirização dos serviços de limpeza por meio de uma cooperativa que não parecia atender aos princípios do cooperativismo. Os trabalhadores associados vieram nos procurar para reclamar da situação difícil que estavam enfrentando. Passamos a assessorá-los na formação de uma nova cooperativa, que, após vencer um processo de licitação, presta serviços dentro de nossa universidade, com qualidade e respeito aos princípios cooperativistas. A Coopernova teve a incubação orientada pelas professoras Ana Luiza Xavier Barros e Eliana Moura.

1.2.2 A experiência da extensão e a emancipação no mundo do trabalho

Em primeiro lugar, a experiência demonstrou um efeito interno (academia) na formação dos estagiários que desenvolvem este tipo de experiência, por encontrarem um campo rico e diversificado de situações e dificuldades que devem procurar resolver, a partir dos conhecimentos que adquirem na própria academia.

Os estagiários têm percebido que sua formação para o trabalho não é abstrata, bem como muitas dificuldades intransponíveis podem ser superadas pela disponibilização de suas formações universitárias.

O quadro, em relação aos estagiários, ainda era muito recente para uma verificação mais precisa, porém reuniões de avaliação e relatos de atividades demonstravam, com alguma clareza, a transformação no processo de aquisição e

disponibilização de conhecimento por parte de estudantes envolvidos nas atividades de incubação de empreendimentos solidários.

O espaço, porém, que podíamos verificar efeitos claros de emancipação do trabalho era nos empreendimentos solidários, onde o trabalhador, em geral, encontrava-se em uma situação de total falta de recursos para iniciar o seu empreendimento, contando simplesmente com sua força de trabalho e uma vontade de superação da situação de penúria em que se encontravam.

É importante relatar que, em todos os empreendimentos, superada a dificuldade inicial (que é constante) de falta de recursos, os trabalhadores associados se defrontam com o problema maior: que é a formação cultural para exercer uma função de gestão de um empreendimento, principalmente de uma empresa coletiva e solidária.

O caminho de superação desta alienação imposta pelo capital ao trabalho é o caminho da emancipação de cada um e de todos os trabalhadores envolvidos nos processos de empresas solidárias e autogestionárias.

A afirmação de que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares apontavam para a emancipação do trabalho, em relação ao Capital, é justamente pelo caráter educativo que atravessava este programa de extensão. Entenda-se este viés educativo não como uma transferência unilateral de conhecimentos e técnicas de gestão e produção, mas como uma duplicidade de experiências entre a universidade e o mundo do trabalho.

Ocorre que, neste caminho de mão dupla, o mundo do trabalho vai se transformando como sujeito de sua própria transformação, pois os trabalhadores das cooperativas incubadas vão tendo conhecimento e consciência da totalidade de um processo de gestão e produção da qual eles só faziam parte como objetos parciais de uma engrenagem produtiva, que somente funcionava com a venda de sua força de trabalho ao capital.

É de se notar que, ao mesmo tempo em que as condições objetivas dos trabalhadores vão melhorando, por conta da alteração da realidade que os cerca no local de trabalho, também os trabalhadores vão se autotransformando em seu cotidiano.

Marx (apud DUSSEL, 2000, p. 508) já se referia a esta possibilidade como de uma práxis revolucionária⁵: “A coincidência da transformação das circunstâncias com a da atividade humana ou autotransformação só pode ser concebida racionalmente como práxis revolucionária”.

Na verdade, a emancipação não exige nada mais que o próprio trabalho como condição de sua implementação, porém a universidade pode contribuir em muito para este desiderato, por meio de programas de extensão que articulem, no trabalho, um princípio educativo que já se encontra lá presente, porém camuflado pelos interesses de uma organização da economia, que funciona com a primazia do capital sobre o mundo do trabalho.

Importante frisar que, nesta duplicidade dialética, não cabe à universidade somente um espaço de colaboração com os trabalhadores, mas fundamentalmente os trabalhadores também influenciam, de forma contundente, a alteração do papel social da universidade.

A questão que ainda me parece distante é como os trabalhadores poderão contribuir efetivamente com um projeto novo de universidade se o que se mostra é uma total carência de condições objetivas de sobrevivência, em que o conhecimento produzido pelas universidades opera muito mais efeitos de subordinação aos trabalhadores, quer pela introdução de novas tecnologias quer por complexos teoremas de explicações de realidades, do que propriamente uma

⁵ Dussel entende que Marx confunde, na citação, revolução e transformação ética.

condição propícia para uma comunicação entre o mundo do trabalho e a academia universitária?

Considerações Finais

A pergunta importante, ao que foi afirmado anteriormente, seria: por que um processo produtivo (trabalho coletivo) poderia ser considerado dotado de um princípio educativo próprio e com condições de dialogar com outro processo educativo típico da academia universitária? A resposta encontra-se na forma como a gestão do conhecimento estava consolidada naquele determinado processo produtivo, se aquele conhecimento lá gerado teria a condição de gerar alienação ou emancipação. A alienação produziria trabalhadores desprovidos da educação pelo trabalho, enquanto a emancipação seria o resultado possível de um processo autogestionário, o qual dialogaria com o projeto de extensão relatado. Creio importante deixar muito claro que a compreensão da emancipação ou da subordinação com base no trabalho representa objetivamente dois modelos possíveis a partir de um princípio educativo no mundo do trabalho ou de sua ausência:

1. O mundo do trabalho como fomentador de um homem funcional, que existe e se forma no trabalho, com o claro objetivo de manutenção do *status-quo* vigente. Aqui, o mundo do trabalho opera efeitos de subordinação e alienação.
2. O mundo do trabalho como fomentador de um homem integral (total), que existe e se forma no trabalho, com o claro objetivo de transformação do *status-quo* vigente. Aqui, o mundo do trabalho opera efeitos de emancipação.

Emancipar é articular as forças individuais dentro de um contexto coletivo de produção. Necessariamente, essas forças individuais somadas (coletivas) se tornam o pressuposto

de um processo educativo longo e penoso, o qual permitirá ao trabalhador acumular as condições objetivas de sua autoemancipação.

Por evidente, a condição fundamental para um diálogo construtivo entre academia e mundo do trabalho passa por um equilíbrio de poderes, do poder de dizer a verdade. Esse equilíbrio somente será factível a partir de um trabalho emancipador e de uma universidade que acredita na extensão como fonte de produção de conhecimentos.

Referências Bibliográficas:

ANTEAG. Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: ANTEAG, 2000.

BOBBIO, N. **Dicionário de política.** 10. ed. Trad. Nicolla Mateucci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

DURKHEIM, É. **Sociologia, educação e moral.** Porto Alegre: Rês, 1984.

_____. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DUSSEL, E. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, F. (Org.). **K. Marx e F. Engels – História.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

_____. **Educação e mudança.** 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achiamé, S/D.
- _____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- _____. **Problemas da educação escolar: experiência do trabalho pedagógico**. Rio de Janeiro: Progresso, 1986.
- RAMIL, Vitor. CD à beca, 1996
- RIBEIRO, M. **Universidade brasileira pós-moderna: democratização x competência**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.
- ROUSSEAU, J. J. Discours sur les sciences et les arts. **Oeuvres Complètes**, Paris, vol.2, 1971.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortes, 1997.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999.
- _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. **A formação da classe operária**. 5. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- _____. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho**. Ijuí: Unijuí, 2001.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- UNITRABALHO. **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: UNITRABALHO, S/D.

Gênero, raça e classe: um debate necessário junto aos empreendimentos de Economia Solidária no sul do Rio Grande do Sul

Carla Silva de Avila

Resumo

A reflexão central do texto dá-se a partir da prática formativa em empreendimentos de economia solidária na região sul do Rio Grande do Sul, atendo-se a questões centrais de gênero, classe e raça que permeiam as vulnerabilidades econômicas e sociais de grupos atendidos pelo Projeto Reciclar, uma parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência promovidos pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas . Parte-se da articulação teórico-prática como elemento essencial para pensar os processos de organização da classe trabalhadora na região sul do estado.

Introdução

O sul do Rio Grande do Sul tem em comum um processo social e econômico marcado pela discrepância histórica de grupos étnico-raciais que formaram essa região. Grupos europeus primeiramente como colonizadores, a partir da apropriação e violência contra as etnias indígenas e africanas, que por quase quatrocentos anos foram dizimadas e escravizadas, respectivamente, e posteriormente como um tipo ideal de trabalhador/a. Foram processos que construíram lugares socialmente estruturados a esses grupos étnicos, marcados pela precarização do trabalho e pela marca racial de um povo historicamente explorado.

Um passado colonial que ainda hoje marca a região sul, tanto pela monocultura, latifúndio, desemprego e segregação racial. Neste contexto propõe-se realizar uma breve reflexão entre a prática vivenciada da economia solidária frente às

questões de raça, classe e gênero, que atravessam essa realidade social. Parte-se de uma breve reflexão através da experiência vivida junto ao Núcleo de Economia Solidária da Universidade Católica de Pelotas (NESIC), especificamente no acompanhamento e assessoria como docente colaboradora do Projeto Reciclar. O Projeto Reciclar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência, se propôs a assessorar e acompanhar grupos de catadores/as que trabalhavam com a coleta seletiva em diferentes municípios da região Sul do Rio Grande do Sul. Dentre as atividades de assessoria, havia oficinas de formação tanto no sentido jurídico para a constituição das Associações e Cooperativas, bem como em formações sócio-políticas que abrangiam a discussão sobre economia, política, formação social do capitalismo.

A eminência da reflexão está em torno da economia solidária como uma alternativa de empreendimento e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de repensar a estrutura social e os problemas que envolvem o cotidiano destas famílias que em primeiro momento encontram-se em situação de subemprego.

Referente ao universo de trabalhadores/as atendidos/as pelo NESIC, em sua maioria mulheres negras, buscou-se articular a temática étnico-racial a umas das temáticas trabalhadas no Projeto Reciclar. A oficina ofertada aos empreendimentos participantes no Projeto Reciclar servirá como base reflexiva deste trabalho a fim de articular questões estruturais com os recortes de raça, classe e gênero.

O artigo será dividido em três seções, a primeira delas trazendo uma breve reflexão sobre o debate teórico da economia solidária e a prática vivenciado no Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). A segunda trará o relato da oficina realizada em outubro de 2012, junto ao empreendimento na cidade de Piratini no sul do Rio Grande do Sul. A terceira parte propõe uma reflexão teórica, articulando as noções de classe, raça e gênero, no debate pós-colonial e no pensamento feminista negro.

1. As transformações do mundo do trabalho e a economia solidária como uma alternativa às contradições do capital

Os avanços do modo de produção capitalista estão exclusivamente relacionados aos processos de precarização da vida. Como coloca Ricardo Antunes (2008), a partir dos anos 1990 o capitalismo passou por algumas metamorfoses como a precarização do mundo do trabalho, a subproletarização, a flexibilização e o aumento da sociedade de serviço. Percebe-se a intensificação do desemprego estrutural que atinge em especial a América Latina, que teve sua formação alicerçada em processos de apropriação e violência (SANTOS, 2010). Realidade encontrada na região sul do Rio Grande do Sul, que teve sua formação econômica pela exploração do trabalho escravo e a manutenção de situações de vulnerabilidade aos descendentes de africanos nesta região (AL-ALAN, 2008; AVILA, 2011).

Sem sombra de dúvidas o aumento constante do desemprego e da precarização do mundo do trabalho são as principais contradições vivenciadas pela manutenção das relações de exploração do modo de produção capitalista. E é nesse contexto de crise e contradições do capital que a economia solidária se apresenta como uma alternativa de organização social, econômica e política dentro do próprio sistema, uma alternativa forjada a partir de organizações populares como nos/as trabalhadores/as do Movimento Sem Terra ou das Comunidades Eclesiais de Base que constituíram como uma alternativa de resistência, coletivos que pensam em formas distintas de organização social para além do capital. Para Aline Fátima Nascimento, uma prática como essa

refere-se à forma de experiências que, fazendo parte da Economia Popular, se caracterizam, necessariamente, pelo modo coletivo de funcionamento e que possuem a concepção de solidariedade como norteadora das suas

ações, ou seja, uma perspectiva de trabalho solidário, protagonizada pelas classes populares, quando grupos se formam para propor alternativas coletivas para a sobrevivência, objetivando a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida dos participantes (NASCIMENTO, 2009, p. 65).

A economia solidária ganha fomento nos anos 1990 como uma resposta das organizações sociais à realidade precária de subsistência. Mesmo de forma tímida e de caráter emergencial de subsistência, configurando-se como experiências frágeis diante da macro organização do capital, se constitui como um elemento político de extrema importância pois,

o elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático (motivado pela dinâmica autogestionária da economia solidária) são fatores decisivos para o trabalhador viver outra relação de trabalho e, conseqüentemente, apropriar novas representações sociais. Com a participação, os trabalhadores interagem com a diferença e com o erro, expõem preferências, percepções e revelam diferenças e contradições. Essa interação é o que possibilita uma revisão, por parte dos trabalhadores, de suas posições e interesses não só no que diz respeito ao EES, mas também ao ambiente externo: a comunidade e a sociedade. Os novos valores e representações motivam os trabalhadores a uma organização política entre os EES que resultaram em espaços de articulações locais, regionais, estaduais e nacional (SANTOS, 2015, p. 53).

A pesquisadora Aline Mendonça dos Santos (2015) aponta para a possibilidade de repensar novos valores e formas de organização social a partir do trabalho como um eixo central. É interessante pensar nessa possibilidade de reflexão sobre a prática e sentidos do trabalho junto aos empreendimentos ligados ao projeto Reciclar (2012-2015) na organização das cooperativas de catadores/as. Atividade

laboral estigmatizada por lidar com resíduos sólidos, pode ser repensada junto à prática da economia solidária fornecida pelo projeto.

A experiência base da reflexão proposta desse texto, está ligada ao Projeto Reciclar, que no ano de 2012 articula uma rede de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos na região Sul. Dez municípios foram incubados pelo NESIC, contemplando aproximadamente 200 trabalhadores/as. Os municípios são: Camaquã, Dom Feliciano, Pelotas, Chувиска, Cristal, Turuçu, Capão do Leão, Cerrito, Pedro Osório e Piratini. Um dos objetivos do projeto foca-se na autonomia e na autogestão dos empreendimentos promovendo oficinas de gestão, questões jurídicas e de comercialização.



Fonte: Site UCPEL¹

A foto anterior retrata grande parte da realidade dos empreendimentos da Rede Reciclar, composta por maioria de

¹ UCPEL. Projeto Reciclar qualifica atuação de catadores de cinco municípios região. Disponível em: <<http://www.ucpel.edu.br/noticias/projeto-reciclar-qualifica-atuacao-de-catadores-de-cinco-municipios-regiao>>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

mulheres, sendo elas a maioria de mulheres negras. Salienta-se que as diferenças raciais praticamente não eram mencionadas nas oficinas, uma vez que o foco central estava nas contradições da relação capital versus trabalho e não nas demais consequências do capitalismo. Assim elaborou-se uma oficina pensando em outras contradições oriundas da forma de organização do capital, sendo elas as contradições de raça e de gênero. A partir da roda de conversa percebe-se como é difícil tratar das questões referentes ao preconceito racial, pois essas diferenças não são problematizadas no cotidiano das pessoas, são sim mascaradas e naturalizadas. Contudo as questões de gênero são mais faladas e até mesmo percebidas pelas participantes, demonstrando a necessidade de articular essas questões que estruturam as relações de trabalho na sociedade brasileira.

2. Articulando classe, raça e gênero: Oficina “Sociedade, Minorias e Preconceito”

Mesmo não sendo o foco de trabalho do Projeto Reciclar, as questões de gênero e raça foram trabalhadas em uma oficina na cidade de Piratini em outubro de 2012. A oficina se denominava "Sociedade, minorias e preconceito" (gêneros, etnias, sexualidade, etc.), tendo por finalidade fomentar o debate sobre a noção básica a respeito da vida em sociedade e o conjunto de relações que envolvem o mundo do trabalho, focando a relação de gênero, raça/ etnia. Assim, em roda de conversa com palavras-chaves, trabalhou-se as seguintes questões: o conceito de sociedade e organizações sociais; os princípios da economia solidária e a relação com a diversidade cultural e étnica. Objetivou-se também fomentar a importância do papel da mulher na sociedade e a luta pela garantia dos direitos sociais.

A oficina foi dividida em três momentos no intuito de possibilitar a problematização e a construção coletiva de alguns conceitos e princípios em relação às diferenças sociais na

atualidade. No primeiro momento retomaram-se os princípios de um empreendimento de economia solidária e construiu-se a definição de sociedade através da percepção do grupo sobre realidade social. No segundo momento dividiu-se o grande grupo e através da observação de diversas figuras sobre distintas realidades sociais construiu-se coletivamente o entendimento sobre o papel da mulher na sociedade, as noções de economia solidária e por fim a noção de diversidade cultural, étnica e racial, atendo-se à relação do preconceito racial e do machismo como componentes estruturais dos processos de exploração existentes no modo de produção capitalista.

A oficina foi uma possibilidade de discussão sobre essas questões que muitas vezes são ultrapassadas pelas necessidades emergenciais de subsistência, podendo ser refletidas por intermédio das ações propostas pelo projeto.

3. Para além das contradições da relação capital versus trabalho, o debate entre gênero, classe e raça

A experiência vivenciada no NESIC e no Projeto Reciclar no ano de 2012 nos possibilita pensar nas reflexões apresentadas por autores do debate latino americano sobre o papel da América Latina na constituição do Capitalismo internacional e pelas contribuições das pensadoras do Feminismo Negro atendo-se na articulação raça, classe e gênero. Parte-se da noção de interseccionalidade e por fim um debate recente no interior da área do Serviço Social que parte da noção de consubstancialidade-coextensividade para pensar os processos de racismo e machismo junto ao capitalismo.

A oficina foi uma possibilidade de discussão sobre essas questões que muitas vezes são ultrapassadas pelas necessidades emergenciais de subsistência, podendo ser refletidas por intermédio das ações propostas pelo projeto.

Parte-se da explicação da dominação do capital para além das questões econômicas. Ater-se a racialização da força de trabalho, demonstrando a existência de outras opressões

oriundas, não somente da oposição da relação capital versus trabalho como percebido na Europa. Necessita-se na percepção da historicidade inicial das relações de não-trabalho para os indígenas, mestiços e negros na América.

Para o autor, a noção de raça traz à tona novas identidades configuradas por relações de dominação, partindo da noção de cor como classificação, configurando um novo padrão global de controle do trabalho. São identidades produzidas pela construção social de raça, sendo estas naturalmente associadas à noção de inferioridade e dá-se pela institucionalização dos brancos como raça dominante. Nesses processos o autor nos leva a perceber o capitalismo mundial para além da relação capital versus trabalho, colocando a noção de domínio colonial europeu como uma importante variável dessa equação. Quijano traça uma crítica à noção/invenção de modernidade centrada na realidade europeia, atendo-se a essa experiência como uma base universal para todas as realidades.

Quijano (2005) aponta para especificidades centrais historicamente negligenciadas até mesmo pelos setores mais críticos tanto da produção do conhecimento, bem como das organizações sociais de esquerda. Dessa forma, nos permite compreender a partir da colonialidade do poder tanto do ponto de vista de constituição racializada das relações sociais de produção, quanto do ponto de vista da construção do monopólio de um discurso único sobre a modernidade e suas consequências nas relações de dominação ainda existentes, as quais não permitem reais rupturas tanto com o capital, bem como com a forma eurocêntrica de perceber e ler o mundo. Suas contribuições nos possibilitam pensar que a questão racial é tão central quanto a categoria classe para compreender a formação e difusão do modo de produção capitalista. Assim o debate decolonial e pós-colonial se anuncia como uma possibilidade de pensar a realidade brasileira sem a exclusividade das lentes eurocêntricas.

No que tange às contribuições da intelectual negra Djamila Ribeiro (2017) em seu livro “O que é o lugar de fala?”, a autora nos leva a pensar nas particularidades que atravessam as mulheres negras na sociedade brasileira. Em especial no capítulo “Mulher Negra, o Outro do Outro” no qual a autora problematiza os processos de construção do olhar colonizador sobre os corpos negros, no sentido de previamente enquadrar negros e negras em situações de subalternidade e invisibilidades. Reflexões muitas vezes negligenciadas ao não tratar a raça como um demarcado essencial de compreensão da realidade brasileira. Em contraponto à universalidade de pensamento sobre a noção de mulher e de seus processos históricos a autora nos leva a pensar nas desigualdades dentro das desigualdades, ou seja, quando menciona-se que as mulheres recebem 30% a menos do que os homens, questiona-se, de que mulheres se está falando? Como as diferenças raciais são consideradas perante as vulnerabilidades? Para a autora,

segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico (RIBEIRO, 2017, p. 40).

A crítica feita por Djamila Ribeiro (2017) e as demais feministas negras está na recorrente homogeneização dos dados como se a categoria pobre, mulher, estudante, jovem, entre outras, não tivesse outras características que também são estruturais e causadoras de opressão e, ainda como nos coloca Quijano (2005), constituinte do modo de produção capitalista na América Latina.

São dados que mostram situações distintas entre mulheres negras e mulheres brancas, como no caso o mapa da violência que constantemente aumenta o número de mulheres negras sendo vítimas e diminuindo o número de mulheres brancas. Djamilia traz o Mapa da Violência de 2015, em que aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras, ao mesmo tempo em que diminuiu em 9,6% o de mulheres brancas.

Lélia Gonzales (1984) no texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, questiona o lugar socialmente construído à mulher negra, seja na forma de hipersexualização, no caso da figura da mulata, ou de subordinação, como no caso da doméstica. Para a autora

o fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência (GONZALES, 1984, p. 225).

Lélia Gonzales (1984) problematiza a noção de memória coletiva construída em relação ao imaginário social sobre os negros e as negras no Brasil. Aqui pode-se pensar que mesmo em situações de extrema vulnerabilidade essas diferenças são diluídas, naturalizadas, e foi nesse sentido que propusemos a oficina, no intuito de pensar nas relações de gênero e raça dentro das organizações e empreendimentos de Economia Solidária, em atenção à necessidade de pensar na articulação dos grupos para além do econômico.

É importante ressaltar a necessidade de ater-se à forma de tratar as questões relacionadas às situações estruturais ligadas à negritude, ter o cuidado para não cair na armadilha de reforçar as opressões ou de reforçar os estigmas socialmente construídos sobre o ser negro e negra na sociedade brasileira. Nesse sentido é importante junto às atrocidades, ressaltar os processos de resistência tanto cultural, política e simbólica. Até mesmo perceber essas mulheres negras, que constituem grande parte destes/as trabalhadores/as incubados, não somente pelo olhar da vulnerabilidade, mas de mulheres que buscam alternativas econômicas para sua subsistência.

A articulação de classe, raça e gênero, está obtendo recente visibilidade no cenário atual de produção sobre as desigualdades sociais. Áreas duras das ciências sociais aplicadas estão reconhecendo o que há anos as intelectuais negras já estavam alertando, o quanto as dimensões de raça e gênero são essenciais para compreender os processos de produção das desigualdades, bem como os processos de lutas e de organização social. Céli Pinto (2004) em seu texto que discute as democracias contemporâneas, ao discutir as dimensões de gênero, nos alerta para a necessidade da construção de uma nova totalidade centrada não somente na classe e sim na articulação com outras categorias. Foi neste sentido que as autoras feministas e não negras Miria Cisne e Silvana Mara Moraes dos Santos (2018), escrevem o livro "Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social", o qual, mesmo defendendo a centralidade da categoria trabalho, admitem o que as autoras e autores negros vêm problematizando desde os anos 1940: a constituição histórica da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina tem particularidades relacionadas ao colonialismo e ao patriarcado, sendo assim necessário ater-se às dimensões de raça e gênero. No livro, as autoras ampliam a noção de totalidade, focando mais nas dimensões de gênero sem aprofundar-se nas questões de raça. Contudo, já percebe-se um avanço para poder pensar

na complexidade tanto nos processos de opressão, bem como os de luta, como já mencionado anteriormente.

Cisne & Santos (2018) retomam o caráter radicalmente histórico das relações de trabalho, atendo-se às formas às quais deram-se as relações de produção nesses processos. Elas se propõem a desconstruir questões já naturalizadas sobre a homogeneidade da leitura marxista da realidade, para elas mesmo centrando na categoria trabalho, deve-se perceber que

o trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais entre si: a) a divisão social fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre o outro. São essas as relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (CISNE; SANTOS, 2018, p. 25).

Para as autoras, o processo histórico de formação da sociedade brasileira está permeado por esses três sistemas formando um sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista, sendo essa fusão funcional para o sistema, sua produção e reprodução.

Interessante pensar nesta reviravolta teórica sobre essas questões de gênero e raça que antes eram por alguns autores como dimensão identitária e não estrutural, chegando até a ser responsabilizadas pela desarticulação da classe trabalhadora não centralizando na unicidade da categoria classe. Percebe-se este avanço apresentado não só pelos intelectuais da área do Serviço Social, mas também pelos militantes de esquerda, organizações político-partidárias, em especial após a prisão de Rafael Braga em 2013 e do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em março de

2018. Outro fator essencial para pensar nessa articulação de raça, gênero e classe, são os dados apresentados pelo Mapa da Violência, os quais indicam um crescente processo de genocídio da juventude negra, o encarceramento da negritude, bem como as vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres negras, como já mencionado anteriormente.

As autoras Cisne e Santos (2018) problematizam o conceito de interseccionalidade, forjado pelas autoras negras norte-americanas ao pensar as discrepâncias entre as mulheres brancas e negras a partir de noções incorporadas pelo feminismo europeu. Para tal crítica, apostam no conceito de consubstancialidade/coexistensividade apresentado pela feminista europeia Danièle Kergoat (2008) para tratar da relação de gênero e classe em contextos europeus. Sendo a principal crítica a noção de intersecção apresentadas pelas norte-americanas apostando na consubstancialidade/coexistencialidade como uma forma indissociável, como algo único constituído pelas dimensões de raça, classe e gênero. Lembrando que o foco de análise de Kergoat (2008) era a relação de gênero e classe.

A principal crítica ao conceito de interseccionalidade está na forma geométrica, cartográfica, levando a naturalizar categorias analíticas, mascarando as relações sociais. As autoras que defendem a consubstancialidade/coexistensividade alegam que ao pensar nas questões de raça, classe e gênero como intersecções, elas não são percebidas como estruturantes, para elas essas questões não são adicionais ou segmentadas, elas formam um nó. Portanto, “nesse sentido, é importante compreender que essas relações se fundem entre si, uma não esgota a outra, tanto que podem entrar em contradição entre si, posto que se inscrevem na dinâmica dialética e conflitual entre patriarcado-racismo-capitalismo (CISNE, SANTOS, 2018, p. 85).

Já a autora negra, ativista e Assistente Social, Carla Akotirene (2019) a noção e interseccionalidade, a partir das ideias de Kimberlé Crenshaw, é a que nos permite enxergar a

colisão das estruturas que constituem historicamente os processos sócio-históricos dos negros e das mulheres no continente americano. Diferente das autoras europeias e não negras, essas autoras partem das relações oriundas de processos de apropriação e colonização a partir do Atlântico, uma vez que em muitas situações a questão de raça se difunde em outras categorias, como já problematizado.

4. Os desafios de aplicar na prática as noções de interseccionalidades e/ou consubstancialidade / coexistensividade

A vivência junto às práticas autogestionárias de Economia Solidária acompanhadas pelo NESIC, em especial aos processos de formação de cooperativas aqui apresentadas pela cooperativa de Piratini, nos permite perceber o quanto essas questões são mais complexas na prática organizacional. Pois lidar com esses empreendimentos implica em lidar com situações reais de subsistências, de emergência, focando essencialmente nos processos organizacionais do mundo do trabalho. Nesses processos os princípios da economia solidária se apresentam como uma possibilidade distinta de organização, não de forma verticalizada e hierarquizada, mas sim cooperada. Como o processo de constituição das cooperativas previa uma agenda contínua de formação, foi possível tratar de questões essenciais e não somente emergenciais, como as oficinas propostas. Percebe-se que são desafios que vão além de uma discussão teórica, acadêmica ou militante. São questões estruturais de classe, gênero e raça que se apresentam de formas distintas, cruzadas, e devem ser abordadas de forma que não caia na naturalização. Contudo, isso não significa que essas questões devam ser negligenciadas ou mesmo não tratadas pois, como vimos no atual debate, é necessário ater-se nessa tríade como mecanismo de reflexão e luta. Outra questão a ser considerada é problematizar junto aos participantes, quais políticas públicas com recorte de

gênero, classe e raça estão disponíveis aos integrantes e familiares dos/as cooperados/as, políticas como repasse de renda, cotas sociais e raciais nos Institutos Federais, no SISU, PAVE e PROUNE. Na identidade da classe trabalhadora, bem como o acesso a direitos sociais referente às lutas e reivindicações de grupos que historicamente percebem essa articulação de gênero, classe e raça encontradas nos grupos atendidos pelo projeto Reciclar.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- AL-ALAN, Caiuá. **A negra força da princesa:** política, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor, 2008.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades.** São Paulo: Pólen, 2019
- AVILA, Carla Silva de. **Negros em Movimento, o movimento dos negros: A mobilização negra em Pelotas 1987-2007.** 2008 Monografia (Especialização em Sociologia e Política). Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2008
- CISNE, Miria; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- NASCIMENTO, Aline Fátima. **Economia Popular Solidária: Alternativa de Inclusão Social ou Forma oculta de Precarização?** Porto Alegre: PUC, 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Teorias da Democracia: diferença identidade na contemporaneidade.** Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina.** In: Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2005., p. 117-142.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é o Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento/Justificando, 2017.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no Brasil.** Praxis Sociológica, n. 20, 2016.

Disponível em:

<<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35333/1/Quest%20social%20desemprego%20precariza%20e%20produ%20da%20pobreza.pdf>>. Acesso

em: 10 de ago. 2019.

O PRONINC na perspectiva das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

Lia Beatriz Gomes Victória

Resumo

O presente texto apresenta os resultados de estudo realizado sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), política pública de apoio ao desenvolvimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A experiência de trabalho desenvolvido no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), foi a motivação para o desenvolvimento de uma pesquisa que teve como objetivo contribuir para a melhor adequação do Programa às necessidades das incubadoras por meio da percepção de sujeitos diretamente envolvidos como a Política. Para tal, desenvolveu-se pesquisa qualitativa, por meio da qual foram entrevistados componentes de nove incubadoras das quarenta e três partícipes da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Os resultados obtidos indicam a necessidade de ajustes na Política para maior adequação do Programa às necessidades das ITCPs. Além disso a pesquisa reuniu pistas para o aprimoramento da Política. A matéria foi tema de dissertação de mestrado em Política Social realizado na Universidade Católica de Pelotas no período de 2009 a 2011, portanto os resultados aqui apresentados datam aquele período, entretanto, algumas informações foram inseridas para contextualização da atual situação do Programa.

Introdução

O projeto neoliberal para a expansão do capital, iniciado em 1970, em âmbito global, produziu efeitos significativos na estrutura econômica e social brasileira. A orientação para a liberalização econômica do país desencadeou internamente um

processo de desestabilização econômica, política e social que promoveu mudanças significativas na perspectiva de desenvolvimento de políticas públicas.

Os “anos de ouro” do capitalismo regulado entraram em crise no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nesse período, a “lua de mel” do capital com o *Welfare State* terminou. A partir de então, inicia-se um “longo período de estagnação que se estendeu até os dias de hoje. Segundo as melhores análises críticas dos processos contemporâneos, essa reconfiguração econômica e social modificou efetivamente o quadro mundial da esfera da política social” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 113).

A crise estrutural do capital se desenvolveu em um contexto de queda da taxa de lucro causada pela valorização da força de trabalho resultante das lutas dos trabalhadores no ano de 1960; pelo desemprego estrutural que acabou por ocasionar uma retração no consumo; pela crise do Estado de Bem Estar Social e a intensificação dos processos de privatizações em função da crise fiscal dos estados capitalistas (ANTUNES, 2007).

O contexto representou, contudo, o fôlego que os neoliberais precisavam para dar corpo à crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista regulador *Keynesiano* e assim expandir a ação do capital. Neste período, o *Welfare State* representava um entrave ao capitalismo financeiro reorganizado a partir de estratégia embasada na possibilidade de expansão endógena e exógena do padrão capitalista. Este alargamento tinha como objetivos ampliar o mercado consumidor aos países periféricos; incrementar suas capacidades produtivas em função da abundância de recursos naturais existentes nesses países e, ainda, tirar proveito da ausência de controle social devido ao incipiente processo de organização democrática da sociedade civil. O projeto de expansão do capital retoma nesse contexto os conceitos clássicos da economia, ou seja, mercados autorreguláveis e com intervenção mínima do estado.

Os reflexos desse rearranjo econômico nos anos de 1980 foram uma revolução tecnológica e organizacional na produção, tratada na literatura disponível como reestruturação produtiva. Esses efeitos, são tratados na assertiva *mandeliana*, reforçada por Husson (1999), como uma corrida tecnológica em busca do diferencial de produtividade do trabalho, como fonte dos superlucros, cuja característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural.

Com essa conjuntura, a relação centro-periferia foi produzindo um novo perfil político dos estados nacionais estabelecendo outro tipo de padrão de relação entre o Estado e a sociedade civil. No Brasil, ainda que o Estado de Bem-Estar Social não tenha se efetivado como nos países do centro, às políticas sociais foram atribuídas as causas da fragilidade do sistema econômico, pois eram vistas como custos e oneravam o Estado.

Nas décadas de 1980 e 1990 o neoliberalismo foi adotado por diversos países da América Latina. No Brasil iniciou no governo de Fernando Collor de Melo e teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa perspectiva, as novas medidas de governo determinavam estrategicamente as tendências das políticas públicas no país. No campo econômico, o projeto visava a flexibilização da política econômica com vistas a facilitar a penetração do capital estrangeiro. Nesse contexto, por um lado, o desenho governamental das políticas públicas buscava a implantação e a manutenção futura do projeto neoliberal. Por outro, a sociedade civil organizada articulava-se para o desenvolvimento de estratégias que amenizassem os efeitos negativos produzidos pelo projeto de desenvolvimento pautado pela política liberalizante.

O elemento expressivo neste movimento foi a forma como, mesmo com realidades historicamente diferenciadas, os países penetrados acabavam por adotar tal e qual a mesma dinâmica de estruturação das políticas econômicas dos países penetrantes líderes, Estados Unidos da América (EUA) e

Inglaterra, sem qualquer adaptação para os seus contextos nacionais. Fato este que, de certo modo, explica por que as políticas públicas de estados nacionais diferentes, na América Latina, tenderam, a partir dos anos de 1990, a apresentarem certa homogeneidade no tratamento da “questão social”¹.

No Brasil, a política econômica passou a ter orientação básica para a transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro e a redução da responsabilidade pública para com a questão social, o chamado “Estado Mínimo”, (SCHIOCHET, 2011). A partir de então, as políticas públicas no Brasil passaram a ser estruturadas com base em diretrizes alinhadas às condições impostas pela agenda neoliberal que orientava os estados nacionais a funcionarem em favorecimento da redução da atuação do Estado e da ampliação da liberdade de mercado. Entre outras, as determinações e resultados foram: (i) abertura do mercado ao capital estrangeiro (esta medida fragilizou de forma efetiva a estrutura produtiva dos estados, resultando em falência de empresas nacionais); (ii) ataque ao movimento sindical no sentido de fragilizar a ação organizada de trabalhadores e trabalhadoras, e (iii) privatizações e planos de demissão voluntárias sob o argumento de otimização dos recursos do Estado à superação da crise fiscal. Esta última determinação levou a transferência de parte da administração pública para terceiros por meio de parcerias com o setor privado sob a lógica pragmática da administração concorrencial. Esse processo de descentralização deu início ao processo de desresponsabilização do Estado com a “questão social” e transferência ao cidadão da responsabilidade única pela sua prosperidade econômica e social.

¹ De acordo com Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

No cenário caótico que foi instaurado no país a perspectiva de desenvolvimento social no Brasil teve dois direcionamentos, um que buscava desenvolver o projeto neoliberal com a reunião de esforços de uma elite política e empresarial que se beneficiava com os ganhos oriundos da expansão do capital e outro constituído por um conjunto de instituições e sujeitos sociais que buscavam alternativas aos efeitos negativos do neoliberalismo.

No contexto social desse segundo grupo podemos situar a Economia Solidária, um dos movimentos que no início da década de 1990 buscava respostas à situação de vulnerabilidade econômica e social que se instalou no país. O movimento se configurou com iniciativas diversificadas - experiências concretas de trabalho associado, instituições públicas, pesquisadores, ONGs, universidades, entre outras. No ambiente acadêmico, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares foram se constituindo a partir da iniciativa de professores/as, técnicos/as e estudantes, com o objetivo de promover um tipo peculiar de assessoramento aos empreendimentos de Economia Solidária. Unidades econômicas que até então não estavam contempladas em programas já existentes de assessoramento a iniciativas econômicas.

Para apoiar o trabalho das incubadoras foi criado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas (PRONINC), política pública destinada ao apoio do trabalho das incubadoras e objeto da pesquisa aqui apresentada.

A experiência de trabalho desenvolvido no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC)² da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi a motivação para o desenvolvimento de uma pesquisa que teve como objetivo verificar os efeitos do PRONINC na ação das incubadoras.

² Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas. Disponível em: <<http://nesic.ucpel.edu.br/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

No ano de 2005 ingressei no referido núcleo como monitora voluntária na área de gestão cooperativa enquanto cursava Administração na Universidade Federal de Pelotas. Em 2008 com a graduação concluída passei a atuar como técnica de extensão na mesma área, nessa função permaneci até minha saída do núcleo no ano de 2016. Nesse período estive vinculada ao núcleo por meio de três parcerias financeiras estabelecidas entre a UCPel e o Programa. No percurso pude verificar a relevância do PRONINC para o funcionamento da incubadora, pois seus recursos viabilizavam parte significativa do trabalho do Núcleo³.

Por outro lado, também foi possível constatar aspectos negativos que diziam respeito ao trabalho e estavam diretamente relacionados à estruturação do Programa. Por vezes, as possibilidades de oferta da Política se desarticulavam em certa medida das necessidades dos processos de incubação. Não raras foram as situações em que para viabilizar o trabalho houve a necessidade de desenvolvimento de propostas de projetos em resposta a chamadas públicas mais alinhadas às possibilidades dos editais do que às necessidades da incubadora.

Nos espaços de interação com outras incubadoras foi possível discutir aspectos pertinentes às limitações do programa.

Com os elementos de observação direta, algumas pistas de que a mesma realidade nossa era vivida por outras incubadoras, bem como, a viabilidade de realização de uma pesquisa empírica pela proximidade com um grupo de sujeitos que reuniam um conjunto significativo de informações - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - me dediquei à realização de uma pesquisa qualitativa para averiguar como a estrutura oferecida pelo

³ Entre 2007 e 2013, para a atuação do NESIC o Programa destinou, por meio de parcerias com a FINEP, Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES e CNPq, o valor aproximado de R\$ 1.200.000,00.

programa na época se relacionava com as expectativas das ITCPs.

A organização da pesquisa é aqui apresentada em cinco seções: na primeira seção é feita a apresentação do PRONINC, o seu contexto de formação, bem como sua estrutura de funcionamento e gestão; na segunda seção é feita uma breve apresentação das ITCPs, focando em como estão estruturadas e como funcionam na relação com o Programa; na terceira seção a metodologia da pesquisa é apresentada, quando é feita a descrição dos procedimentos utilizados para a realização da pesquisa e o método de análise empregado; na quarta seção os resultados são apresentados estabelecendo relação entre as categorias de análise; na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais.

Convém destacar que na seção destinada à apresentação do Programa foram feitas algumas atualizações sobre o desenvolvimento da política após a realização da pesquisa para situar a atual situação do Programa.

1. O programa: seu contexto político e social de constituição, histórico e metodologia de gestão

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) é um programa governamental constituído para viabilizar a ação social das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no suporte à organização do trabalho em empreendimentos autogestionários. O contexto de criação do programa foi de articulação de instituições e pessoas que se organizavam de modo autônomo para o enfrentamento das mazelas sociais decorrentes da inserção efetiva do projeto neoliberal no Brasil na década de 1990.

Em nível global o capitalismo desenhava o mapa da distribuição internacional do trabalho, delineava o padrão de desenvolvimento econômico para os países “dependentes” com mecanismos reformulados para dar maior eficiência produtiva, seja de bens de capital ou financeiro. A ideia era a manutenção

do *status quo* dos países economicamente dominantes. Essa reestruturação do padrão de acumulação empregou nova dinâmica ao mundo do trabalho, abandonando definitivamente o regime de acumulação fordista-keynesiano no sentido da flexibilização e levou a milhões de trabalhadores e trabalhadoras ao desemprego (ANTUNES, 2007).

O cenário brasileiro era de elevado índice de desemprego, em especial, pela priorização de políticas econômicas voltadas à liberalização do mercado para o capital estrangeiro. Essa medida levou à falência um número significativo de empresas nacionais e a demissão de um contingente expressivo de trabalhadores e trabalhadoras do setor privado. Além disso, sob orientação de agências multilaterais o governo reduziu sua estrutura por meio de privatizações e a terceirização de serviços sob o argumento de elevado déficit público. A consequência disso foi um aumento expressivo no número de desempregados e desempregadas, também no setor público.

Como resposta a essa situação de fragilidade econômica e social em que a população brasileira se encontrava houve resistência de setores sociais populares. Sindicatos, universidades, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores/as, trabalhadores/as articularam-se para o enfrentamento da situação. Nessa conjuntura, “como um conjunto de formulações teóricas e práticas que visam construir uma resposta abrangente aos desafios do mundo do trabalho e dos vínculos sociais que dele derivam” (BOCAYUVA, 2007), a economia solidária se apresentou como uma das possibilidades.

Esse movimento tinha como protagonistas a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), os Projetos Alternativos Comunitários (PACS)⁴ desenvolvidos pela Cáritas nas comunidades em estado de

⁴ 30 anos de Economia Popular Solidária. Disponível em: <<http://caritas.org.br/30-anos-de-economia-popular-solidaria-conheca-nossa-trajetoria/14962>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

vulnerabilidade econômica e social do interior do Brasil e um grupo pequeno de ITCs, que replicavam a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, projeto piloto de assessoramento de empreendimentos cooperativos iniciado em 1995. A exemplo dessa incubadora foram constituídas outras ITCs com o mesmo objetivo, apoiar trabalhadores e trabalhadoras organizadas em coletivos de trabalho associativo.

No âmbito dessa articulação o PRONINC foi estruturado para o fortalecimento dos processos de incubação das ITCs. Em sua primeira edição esteve vinculado à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)⁵, à Fundação Banco do Brasil (FBB) e ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP)⁶. Essa edição teve curta duração, mas no período de dois anos, de 1998 até o ano 2000, viabilizou financeiramente o trabalho das seis primeiras incubadoras.

Nos anos que seguiram houve no país uma mudança de rumo na política. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 o projeto político neoliberalizante do governo anterior é interrompido. Desse modo o processo de enxugamento do Estado é descontinuado e na contramão do governo de Fernando Henrique Cardoso é iniciado um processo de reestruturação do Estado mais articulado com as “forças democrático-populares”. Nesse contexto um conjunto de iniciativas governamentais e da sociedade civil se rearticularam. A ECOSOL foi reconhecida institucionalmente. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁷, o crescente número de empreendimentos e a

⁵ IDR Consultoria. **O que é a FINEP e quais as linhas de financiamento.** Disponível em: <<http://idrconsultoria.com.br/conheca-finep/>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

⁶Celebrar Betinho. **COEP, COPE/UFRJ e Betinho.** Disponível em <<http://www.celebrarbetinho.org.br/coep-coppe-betinho/>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

⁷IPEA. **Dez anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em:

crescente procura pelo trabalho das ITCs, o programa foi retomado e reestruturado em 2003 por iniciativa de um conjunto de pessoas que integravam a Secretaria sob coordenação de Paul Singer⁸.

O resultado desse empenho foi o financiamento de 33 incubadoras e a criação de novas no período de 2005 até 2007 (SINGER, 2007). Nesse cenário, o movimento de ECOSOL se avolumava, o surgimento de novas incubadoras ocorria rapidamente e a articulação de instituições envolvidas com o Programa também se expandia⁹.

No contexto dessa dinâmica, a gestão do PRONINC foi constituída de forma colegiada e composta por integrantes de instituições que se reuniram na retomada do programa em 2003 e àquelas que estiveram reunidas na sua primeira edição. A composição da gestão contava com as seguintes instituições: COEP, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, FINEP, alguns ministérios que desenvolviam programas direcionados a populações de baixa renda, vulnerabilidade social e

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

⁸ Singer foi um intelectual reconhecido em âmbito global como de elevada importância para o desenvolvimento da ECOSOL. Sua trajetória política e de vida é apresentada no livro biográfico que se encontra disponível em um e-book gratuito. SANTOS, Aline; NASCIMENTO, Cláudio. **Paul Singer: Democracia, Economia e Autogestão**. Disponível em:

<<http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Santos-Singer-Ebook-Paul-Singer-democracia-economia-e>>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

⁹ De acordo com o mapeamento do Sistema Nacional da Economia Solidária realizado do período de 2005 a 2007, na época existiam no Brasil 21.859 empreendimentos de economia de ES, entre urbanos e rurais, espalhados pelo território nacional que reúnem 1.687.496 trabalhadores. Para uma população de 190.732.694 habitantes o número de trabalhadores da ES representa a significativa parcela de 0,88 % da população brasileira. Uma análise pormenorizada qualitativa dos dois mapeamentos de iniciativas de ECOSOL já realizados no Brasil encontramos em GAIGER, Luís Inácio. **O mapeamento nacional e o conhecimento da Economia Solidária**. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/ojs_index.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

adoecimento mental¹⁰, as duas redes de incubadoras, (Rede Universitária de ITCPs e Rede UNITRABALHO)¹¹, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX)¹² e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹³. O comitê gestor colegiado reunia-se ordinariamente a cada quadrimestre com as seguintes finalidades e atribuições: (i) planejamento e definições de prioridades e metas do Programa, (ii) promoção da integração e intercooperação das instituições apoiadoras do Programa com as redes de incubadoras e organizações da economia solidária, (iii) formulação de diretrizes para seleção de projetos de financiamento e apoio às incubadoras, (iv) acompanhamento e monitoramento dos projetos de apoio às incubadoras e (v) avaliação das ações do programa e seus resultados.

O processo de gestão foi estruturado a partir de três grupos constituídos por membros do Comitê Gestor (CG), com diferentes atribuições, são eles: (i) Coordenação Executiva, feita pela SENAES que tem como atribuição a preparação e organização das atividades do Comitê e dos Grupos Executivo e de Monitoramento e Avaliação, (ii) Grupo Executivo, constituído por membros indicados pelo CG e tem como atribuição o planejamento e elaboração de subsídios para às reuniões do CG, elaboração e sistematização dos documentos de referência, além de dar providências necessárias ao encaminhamento de deliberações pós-reunião do CG e (iii) Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação do Programa,

¹⁰ Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Justiça, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério da Aquicultura e Ministério da Pesca.

¹¹ Rede UNITRABALHO. Disponível em:

< <http://www.unitrabalho.uem.br/institucional>>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

¹²FORPROEX.<www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

¹³Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <www.rededegestoresecosol.org.br>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

constituído por membros indicados pelo CG com a finalidade de desenvolver e implementar mecanismos e procedimentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação que subsidie o aperfeiçoamento do Programa.

Nessa perspectiva política e modo de funcionamento, as instituições reunidas em prol do desenvolvimento do Programa, juntamente com a Financiadora de Estudos e Projetos¹⁴ e a SENAES, estiveram articuladas para a manutenção das atividades das ITCPs até o ano de 2013. Nesse ano a FINEP foi substituída pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) por meio de uma parceria da SENAES com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). Essa parceria deu continuidade ao processo de consolidação, formação e institucionalização de novas incubadoras.

No ano de 2016, com a mudança drástica de rumo da política brasileira iniciada com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores sua substituição pelo vice-presidente Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), o país é tomado por uma onda política neoconservadora que resultou em expressivos retrocessos das conquistas políticas, sociais e de direitos humanos. Nesse cenário em âmbito institucional a ECOSOL foi contexto de mudanças significativas, Paul Singer foi destituído do cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária. A SENAES foi rebaixada para subsecretaria no governo interino de Michel Temer e em janeiro de 2019 foi transformada em departamento do Ministério da Cidadania.

Com esse redimensionamento do espaço institucional da ECOSOL e a política generalizada de redução de investimentos em pesquisa e inovação do atual governo, o Programa continua ativo por meio da execução de projetos aprovados em sua última chamada pública realizada no ano de

¹⁴Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP). **PRONINC**. Disponível em: <<http://finep.gov.br/component/content/article?id=55:proninc>>. Acesso em: 23 de ago. de 2019.

2016. Entretanto, por conta de cortes orçamentários e a orientação política do atual governo, no momento existe pouca possibilidade de continuidade do Programa.

2. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: as unidades executoras da política

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são as unidades executoras da política pública. No espaço acadêmico destinam-se ao estudo e ao desenvolvimento de pesquisa e de tecnologias de incubação voltadas para a organização do trabalho com foco na autogestão e no trabalho associativo. Funcionam de modo interdisciplinar e estão vinculadas a universidades públicas ou privadas e Institutos Federais por meio de programas de extensão universitária. São constituídas por estudantes, docentes, técnicas e técnicos extensionistas.

A constituição das incubadoras teve início no ano de 1995, quando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entidade vinculada ao movimento de combate à fome, à miséria e ao desemprego, liderado pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) uniram-se para ampliar as ações do referido movimento no sentido da geração de trabalho e renda para trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e econômica. A síntese disso foi a constituição da Cooperativa Popular de Manguinhos, na comunidade da Maré no Rio de Janeiro (RJ) e a criação da primeira ITCP na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa experiência motivou a realização de eventos para disseminar a ideia e, assim, outras universidades a constituírem incubadoras de mesma natureza.

A forma de trabalho era inspirada no padrão das incubadoras de empresas surgidas na região do Vale do Silício e da Rota 128, nos Estados Unidos da América no início da década de 1990. Essas, ao contrário das ITCPs, são pautadas no desenvolvimento de tecnologias voltadas para o maior

dinamismo econômico e tecnológico na perspectiva de transferência privada do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior (IES). Em sentido contrário, as ITCs atuam na formação continuada de assessoria e assistência técnica com base no desenvolvimento de tecnologia social na perspectiva de inverter a lógica das incubadoras de empresas, ou seja, produzir conhecimento científico a partir do conhecimento tácito de trabalhadores e trabalhadoras tendo como orientação principal a centralidade do trabalho em uma perspectiva não alienante do trabalhador/a no processo de produção.

Esse processo de trabalho é sistematizado com base em alguns elementos metodológicos prioritários: (i) articulações e mediações entre princípios e técnicas, (ii) interdisciplinaridade na incubação, educação popular, ação social transformadora e (iii) adequação sócio técnica¹⁵ (CRUZ, 2006). O período de vinculação do empreendimento com a incubadora é de dois anos aproximadamente, podendo variar de acordo com o caso. É dividido em três etapas: pré-incubação, incubação e pós-incubação, todas com atividades programadas a partir de um planejamento conjunto realizado entre empreendimento e incubadora. Nessa interação o aspecto pedagógico da relação é a valorização do saber popular com base nos fundamentos de Paulo Freire¹⁶.

A metodologia de trabalho aqui apresentada de modo sucinto não exprime a complexidade desse processo, mas proporciona uma certa noção sobre a demanda de tempo, material e capital humano para a realização das atividades e justifica de certa forma a necessidade de políticas de apoio

¹⁵ DAGNINO, Renato. **Ciência e tecnologia para a cidadania” ou Adequação Sóciotécnica com o Povo?**. Disponível em:

<<http://books.scielo.org/id/7hbd/pdf/dagnino-9788578793272-06.pdf>>.

Acesso em: 2 de set. de 2019.

¹⁶ SERRANO, Rossana M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: <<http://nesic.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Conceitos-de-extensao-universitaria.-Paulo-Freire.pdf>>. Acesso em: 2 de set. de 2019.

financeiro às incubadoras como o PRONINC, considerada a principal política pública de apoio à economia solidária. Assim, cabe aqui, retomando o aspecto que diz respeito à interação do Programa com as ITCs, destacar alguns elementos sobre a forma como o Programa se relaciona com as incubadoras.

Os recursos que as incubadoras recebem por meio do programa são oriundos do orçamento dos ministérios que participam do Comitê Gestor, atualmente cada ministério destina recursos por meio de chamadas públicas específicas, ou seja, demandas populares que dizem respeito a sua pasta. De modo geral, os editais permitem a vinculação aos projetos de pessoal de nível superior completo, incompleto e médio por meio de contratações por tempo determinado via Consolidação das Leis Trabalhistas ou por meio de bolsas. Há também rubricas para capital e custeio, a primeira permite a aquisição de equipamentos para as incubadoras e a segunda é utilizada para deslocamento, diárias, material de expediente, entre outras despesas correntes. A forma como a despesa é realizada e a prestação de contas deve seguir a orientação de legislação específica para a contratação com o setor público, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02¹⁷.

Na estrutura inicial do PRONINC havia um fundo que reunia recursos de ministérios que eram destinados ao financiamento das atividades das incubadoras mediante a apresentação de planos de trabalho em resposta às chamadas públicas do programa¹⁸. Esses planos eram estruturados pelas ITCs a partir da demanda dos empreendimentos incubados que poderiam ser, de acordo com a localização e estrutura da incubadora, de setores e atividades econômicas diferentes. O recurso poderia ser para consolidação (financiamento linha A) ou para a criação de incubadoras (financiamento linha B).

¹⁷ Lei de Licitações e Lei de Licitação Pregão, respectivamente.

¹⁸ Em nenhum período o Programa teve fluxo contínuo de financiamento às ITCs. Os seus recursos são disponibilizados por meio de chamadas públicas por período pré-determinado, em geral dois ou três anos, podendo haver solicitação de aditamento de tempo, mas sem acréscimo de recursos.

Entretanto, em determinado momento por conta de questões burocráticas e políticas (VECHIA et al, 2011) houve descentralização do fundo e a forma de destinação de recursos passou a ser feita por meio de chamadas públicas específicas dos ministérios vinculados à política, ou seja, alinhadas às demandas dos ministérios. Nesse sentido, os processos de incubação tendiam mais ao atendimento das demandas dos ministérios e menos às demandas das incubadoras¹⁹.

Situações como essa e outras causavam estranhamento nas ITCPs quanto ao modo como a política estava estruturada. As dificuldades de operacionalização dos processos de incubação provocavam indagações sobre como a política deveria funcionar para melhor adequação ao funcionamento das incubadoras. Com o objetivo de contribuir para a adequação do programa às reais necessidades das incubadoras buscou-se capturar a subjetividade dos sujeitos diretamente envolvidos com a política. Nessa perspectiva, o processo de pesquisa foi estruturado do modo como está apresentado na seção seguinte.

3. Metodologia

Por meio da análise da percepção dos sujeitos diretamente envolvidos com a atividade de execução de projetos vinculados ao PRONINC, o estudo de natureza qualitativa buscou problematizar a dinâmica do Programa e verificar como a estrutura da política respondia às expectativas das incubadoras. O universo da pesquisa como já mencionado na introdução foi a Rede Universitária de Cooperativas Populares que na época era composta por quarenta e três incubadoras. O critério único de seleção pré-estabelecido foi a incubadora ter sido financiada pelo programa em alguma de suas edições. Com essas definições no III Congresso Nacional da Rede Universitária de ITCPs, ocorrido em Porto Alegre (RS) no ano de

¹⁹ Quando é feita referência à demanda das incubadoras, nessa demanda também está incluída a demanda dos empreendimentos.

2010, foram realizadas nove²⁰ entrevistas com representantes de incubadoras que estiveram presentes²¹.

Na intenção de captação do real e possibilitar maior liberdade de expressão sobre o tema, optou-se por realizar a coleta dos dados por meio de entrevistas semiestruturadas, a compreensão da utilização desse instrumento ia além da utilização de um método formal de levantamento de informações. Com a técnica, buscou-se também promover o intercâmbio dialógico na perspectiva de Godoi e Mattos. Para os autores a técnica também possibilita “promover reformulação metodológica capaz de enriquecer a prática de pesquisa e construir novas situações de conhecimento” (2007, p. 302).

Considerando a importância do momento de coleta de dados, a formulação do roteiro de entrevistas teve como referência Thiollent (1980), pois na perspectiva do autor existe a possibilidade de uma pesquisa proporcionar o autoconhecimento, conhecimento da situação concreta e a interpretação da significação histórica dos fenômenos. Com essa noção o roteiro de perguntas foi estruturado em dois blocos. O primeiro, com onze questões objetivas, visou coletar dados relativos à estrutura de funcionamento e ao histórico da incubadora com questões como número de integrantes, ano de fundação, entre outras. O segundo bloco, com dez questões abertas, buscou levantar informações que possibilitassem captar a subjetividade dos entrevistados sobre a ação da ITCP na interação com o Programa.

²⁰ Representantes das seguintes instituições: Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade La Salle (UNILASALLE); Fundação Universidade do Rio Grande (FURG); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Blumenau (FURB); Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Universidade do Vale dos Sinos (UNISINUS).

²¹ Os entrevistados foram selecionados levando em consideração os seguintes critérios: o exercício de função que exigisse conhecimento sobre o programa, bem como, da dinâmica da incubadora como um todo.

O conjunto das incubadoras participantes da pesquisa apresentava na época as seguintes características: o tempo de existência variava de quatro a oito anos, todas estavam vinculadas aos programas de extensão de suas respectivas universidades e o número de empreendimentos incubados variava de cinco a dezessete. O Programa financiava a vinculação de técnicos e bolsistas com carga horária de vinte horas semanais, bem como a realização de despesas com custeio e capital das incubadoras.

Na intenção de garantir o rigor científico do estudo realizou-se uma análise textual discursiva na perspectiva de Roque Moraes (2003)²². De acordo com o autor, a emergência da compreensão de um fenômeno pode ocorrer de um processo analítico que resulta na construção de uma nova noção de um fenômeno. Essa nova ideia pode ser derivada de uma sequência organizada de elementos constituintes de textos, falas e outros meios de comunicação já existentes, mas combinados entre si. Ainda segundo o autor, os materiais de análise podem ser observações, entrevistas, textos, entre outros.

Essa técnica de análise de dados foi escolhida por ter sido considerada a mais adequada à proposta da pesquisa diante da flexibilidade de análise que entendemos ela permitir dentre as comumente utilizadas para análises textuais em pesquisas qualitativas, como por exemplo, a análise de conteúdo e análise do discurso. Apesar da semelhança com o processo de análise dessas metodologias a compreensão é que a análise textual discursiva permite uma abordagem que vai além de uma análise quantitativa/estatística, típica da Análise de Conteúdo, e não se limita a análise de construções ideológicas de textos, característica central da Análise do Discurso.

Na perspectiva de Moraes (2003), o processo de análise textual consiste na organização de argumentos em torno de

²² Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-graduação de Educação e do Mestrado em Ensino de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil.

quatro focos a partir da desconstrução do *corpus*²³: (I) desmontagem dos textos ou processo de unitarização, que incide no exame dos materiais no detalhe. Para tal, os textos são fragmentados no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados, (II) estabelecimento de relações. Nessa segunda etapa ocorre o processo de categorização, quando são construídas relações entre as unidades. Essa relação é estabelecida a partir da combinação e classificação das unidades extraídas do texto na primeira etapa (unitarização) no sentido de compreender como os elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias. E (III) captura do novo emergente, que consiste na emergência de uma compreensão renovada do todo a partir da intensa impregnação nos materiais, desencadeada pelos dois estágios anteriores.

Segundo Moraes (2003) esse é o último estágio do ciclo de análise por ele proposto. O resultado desse processo geralmente é apresentado através de um metatexto, isto é, um texto explicativo sobre a compreensão do estudo. Ou, em outras palavras, o produto de uma nova combinação dos elementos construídos a partir dos passos anteriores. Em alinhamento com a metodologia, considerando as balizas encontradas no desenvolvimento do estudo, esse último estágio será apresentado nas considerações finais.

4. Apresentação e análise dos dados

Com base na metodologia apresentada realizou-se inicialmente a identificação de marcadores nas falas dos entrevistados que permitiram a fragmentação do texto e a constituição das unidades. Por meio de associação entre as unidades foram construídas quatro categorias de análise que

²³ De acordo com Moraes (2003), é o conjunto maior de textos inicialmente reunido para uma pesquisa.

serão apresentadas na sequência juntamente com algumas falas transcritas. Com essa forma de apresentação e análise da percepção dos entrevistados buscou-se facilitar a apreensão de elementos considerados aqui fundamentais, ou seja, como a política é e como deveria ser.

Categoria 1 - O Programa enquanto política pública para a economia solidária e a relação com o Estado

Para a construção dessa categoria foram reunidos elementos relacionados ao espaço da ECOSOL no âmbito das políticas públicas. De acordo com as falas, a complexidade do campo, ainda em construção, é um elemento que precisa ser considerado na análise do programa. No momento a Política ainda tem aspectos que precisam ser trabalhados no sentido de melhor adequação à sua finalidade. Nesse sentido, o modo como o Estado está estruturado para o atendimento das demandas sociais foi mencionado como fator que determina, de certa forma, o desajuste do PRONINC à realidade de seu público alvo.

As práticas de políticas públicas no Brasil são recortadas, setorizadas e dirigidas e as ES não trabalha desta forma. Nós não temos um conjunto de políticas para atender a um conjunto de demandas e necessidades, estamos em construção. Entendo que faz parte do processo de construção e consolidação de políticas públicas para a ES, entretanto, há uma inadequação da estrutura do Estado para lidar com realidades mais complexas como as dos grupos excluídos, isso dificulta o nosso trabalho (Entrevistado 1).

Outro registro sobre a categoria foi a responsabilização excessiva do Programa em função da dimensão dada pelo governo à ação social da ECOSOL no resgate da cidadania, geração de trabalho e renda. Para tal, haveria a necessidade de redimensionar o Programa para suprir as necessidades das

incubadoras e as iniciativas econômicas de ECOSOL. A criação de outras políticas públicas de apoio financeiro, por exemplo.

O Programa está direcionado para públicos carentes, empreendimentos em fase inicial. O PRONINC hoje não está estruturado para dar suporte à diversidade de demandas. Neste sentido, o Programa precisa ser ampliado para dar suporte às incubadoras, se é para a ES ter a dimensão que é para ter, precisa também para além do Programa, ter outros programas, porque senão ele vai ser cobrado de tudo aquilo que ele não pode dar. Não adianta pensar em ampliar o PRONINC se não pensar no conjunto de políticas públicas necessárias para a ES, porque assim o Programa será responsabilizado por isso, pois o pessoal dos empreendimentos diz “as incubadoras têm dinheiro, mas nós não temos crédito para financiamento de nossa infraestrutura física (Entrevistado 4).

Categoria 2 - Limitações do Programa no apoio aos processos das incubadoras

Sobre essa categoria as falas orbitaram a incompatibilidade e a insuficiência dos recursos disponibilizados pelo Programa, tanto para a consolidação e constituição de novas incubadoras como para os empreendimentos. Os problemas estruturais dos empreendimentos restringem a sua atuação econômica e essa situação limita também a efetivação do trabalho das incubadoras. Nesse sentido, a limitação do orçamento do programa também interfere diretamente nos processos das incubadoras. A necessidade de haver linhas de financiamento para os empreendimentos adquirirem os meios de produção e a obtenção de capital de giro no âmbito do programa foi mencionada como solução possível.

A quantidade de recursos não é compatível com as necessidades das ITCPs, com ele não damos conta de

fazer o trabalho completo, pois o programa não mais financia equipamentos e material para os empreendimentos poderem alavancar. Essa demanda fica para a incubadora, ou seja: a de buscar outras fontes de financiamento e estas quase inexistem. Hoje “vemos” como é difícil um empreendimento ser constituído, ainda mais sem os meios de produção. E principalmente sem a possibilidade de potencializarmos os empreendimentos também com os meios de produção, a incubadora fica somente no campo da assessoria, trabalho importante, mas insuficiente para consolidação dos EES (Entrevistado 6).

O intervalo entre uma chamada pública e outra do programa também foi mencionado como problema para a efetivação do trabalho da incubadora, visto que por períodos as incubadoras ficam sem recursos e acabam por reduzir ao extremo o seu nível de atividade. Sobre essa questão os entrevistados destacaram a importância da existência de um fundo permanente direcionado para a manutenção perene das incubadoras, como o PRONINC funcionou inicialmente.

Categoria 3 - Limites operacionais das incubadoras no processo de execução de projetos no âmbito do Programa

A limitação operacional citada foi associada à falta de clareza sobre as diretrizes de execução dos projetos. As pessoas responsáveis por orientar os processos (técnicos analistas) mudam frequentemente as orientações gerando retrabalho para as pessoas responsáveis pela prestação de contas. Atividade essa que demanda tempo significativo de trabalho no interior das incubadoras.

Algumas das dificuldades enfrentadas foram no sentido em que a partir da estruturação do programa, tivemos que trabalhar com diferentes gestores (técnicos analistas) do repasse dos recursos, estes tinham diferentes práticas e isto gerava uma confusão muito grande na

interpretação do que poderia e do que não poderia ser feito. Esses gestores, também eram inexperientes, por exemplo: quando estávamos terminando os recursos foi realizado um encontro com um gestor para passar orientações de como operacionalizar a execução dos recursos, neste momento viemos a descobrir que realizamos uma série de erros e que poderíamos ter feito diferente uma porção de coisas. Também há muita mudança no regramento, toda hora muda, dificultando assim, o modo de fazer as coisas (Entrevistado 7).

Outra limitação mencionada foi o descompasso de tempo entre a execução dos projetos e a real necessidade para a realização de todo o processo de incubação que de modo geral é estipulado nos editais em vinte e quatro meses, podendo haver prorrogação de prazo por duas vezes sem ultrapassar o período total do convênio. A intermediação da gestão do programa por meio de agências financiadoras e não diretamente pelo programa às instituições de ensino superior que se responsabilizam pela realização dos convênios²⁴, agudiza essa situação, pois o tempo da incubadora é pautado pelo tempo do espaço social em que atua e o Estado se pauta pelo tempo da eficiência produtiva.

O Programa financia, mas demanda para as agências financiadoras fazerem a execução dos projetos, com isso há um entrave de tempos, o tempo do PRONINC é um, o tempo da incubadora é outro e o tempo da agência financiadora é outro, dessa forma, todos são diferentes entre si. Assim, se no campo político, está havendo

²⁴ De modo geral os convênios são firmados entre as universidades e os ministérios responsáveis pela chamada pública por meio de agências financiadoras, CNPq, FINEP, por exemplo. Após o recebimento dos recursos o repasse para o trabalho das incubadoras é feito internamente e cada universidade estabelece o processo burocrático para isso. Em alguns casos, como em convênios estabelecidos com o CNPq, a relação é direta entre o coordenador do projeto aprovado, não há intermediação da universidade na gestão dos recursos.

dificuldades, e estas não estão muito visíveis. O processo fica todo emperrado. Então, se o objetivo do programa é apoiar a incubadora, esse programa deveria estar melhor estruturado no sentido de entender o tempo das incubadoras e empreendimentos para que, aí sim, nós conseguimos ter recursos suficientes para realizarmos nossas ações de acordo com a necessidade dos EES (Entrevistado 9).

A utilização de sistemas burocráticos cada vez mais complexos para a realização de despesas e a prestação de contas também foram mencionados como limitadores operacionais. De acordo com os entrevistados o tempo escasso deveria ser direcionado a atividade finalista dos projetos, ou seja, no desenvolvimento dos empreendimentos, de metodologias de incubação, formação e qualificação do trabalhador e inovação tecnológica.

O caminho que se está tomando, ou seja, o estabelecimento do lugar de cada coisa, o engessamento, vai trazer um problema muito grande para trabalharmos com o tipo de público que temos. Neste sentido, o problema central reside no fato de termos de dizer o que vamos fazer, diante da instabilidade dos EES, você não tem como predizer o que será feito. O que é posto no SICONV²⁵ não pode ser alterado, para mexer em uma coisa é preciso mexer em tudo, então você não consegue mais operacionalizar. Eu acredito serem problemas que o programa precisa repensar para o atendimento das demandas da economia solidária” (Entrevistado 2).

Por outro lado, a exigência de burocracia não foi tratada nas falas como um processo totalmente negativo, pois colabora com a organização das incubadoras, mas que merecia atenção

²⁵ Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal, utilizado para a prestação de contas de convênios firmados entre o Estado e instituições privadas. As instituições públicas não prestam contas por meio dessa ferramenta.

por parte dos gestores públicos para adequá-la às necessidades dos processos das incubadoras.

O valor máximo de recursos por projeto também foi tema e considerado como limitação para a operacionalização dos processos de incubação, pois mesmo que o prazo seja prorrogado não há disponibilização de recursos para o período aditado.

A quantidade máxima de recursos normalmente disponibilizados para os projetos por meio dos editais não passa de R\$ 250.000,00, este valor é insuficiente para os vinte e quatro meses e mais os períodos de prorrogação” (Entrevistado 6).

Categoria 4 - O papel das ITCPs na evolução do Programa no sentido das expectativas das incubadoras

Para os entrevistados de incubadoras com experiência na política, ou seja, incubadoras que já haviam acessado o programa por mais de uma vez, a aproximação do Programa às expectativas da ITCP é insuficiente. Nesse sentido as respostas dos entrevistados convergiram para a necessidade de adequação do programa e que essa é uma tarefa que as incubadoras da Rede de ITCPs deveriam assumir, direcionando esforços para uma análise mais pormenorizada do PRONINC,

[...] a ITCP precisa ter mais protagonismo, é preciso comprar uma briga, fazer trabalhos que discutam isso. Não podemos deixar essa discussão esfriar. Nos espaços como congressos e encontros é importante a apresentação de trabalhos que discutam esta questão como ocorreu neste²⁶ (Entrevistado 1).

²⁶ III Congresso Nacional da Rede Universitárias de ITCPs – Porto Alegre (RS), 2010.

A Rede de ITCPs foi mencionada como espaço relevante no diálogo com o Estado para potencializar o Programa. Pelo fato dessa reunir periodicamente e sistematicamente as incubadoras, viabiliza a troca de informações entre os sujeitos diretamente envolvidos com a política.

Ao mesmo tempo, em que chamam a atenção para um maior protagonismo das incubadoras e da Rede no processo de qualificação do Programa e das políticas públicas para a ES como um todo, os entrevistados também deram pistas de como realizar tal tarefa considerando haver pessoal qualificado nas incubadoras para tal.

Nós temos uma base técnica e científica, temos de direcionar esse conhecimento para ajudar a construir, só não podemos fazer isso sozinhos, temos de fazer com o movimento, com os atores da economia solidária. Mas nós devemos ter essa responsabilidade, temos um conjunto de técnicos, profissionais com conhecimentos que tem de ser colocado à disposição da ES. Precisamos assumir essa responsabilidade conquistada junto com o movimento, o que não podemos fugir é da raia. A rede precisa fazer a avaliação do PRONINC, precisa construir seus posicionamentos, identificar problemas, construir propostas conjuntas. A Rede não tem feito isso, não temos destinado tempo para fazer uma avaliação mais qualificada do Programa, tem sido feito no “rolo”, no movimento, nas falas, mas não tem sido feito de forma sistemática com método para se chegar em algum produto (Entrevistado 4).

Além de pontuar aspectos que dizem respeito às fragilidades do Programa, os entrevistados foram unânimes em ressaltar a importância do Programa para a manutenção e melhoria do trabalho das incubadoras, já que as incubadoras não estão incluídas nos orçamentos das universidades. De acordo com as falas, essas contribuem com parte importante do processo disponibilizando professores (horas), bolsistas e

certa infraestrutura, entretanto não é suficiente para a realização de todo o trabalho que é desenvolvido.

Outro aspecto relacionado a essa categoria foi a contribuição indireta do Programa para a organização interna do trabalho da incubadora. A obrigação de emitir relatórios contribui para a sistematização e formalização das atividades da incubadora.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo problematizar a dinâmica do PRONINC e verificar como a estrutura desta política respondeu às expectativas das incubadoras. Sinalizou a existência de contradições no Programa que se evidencia no efetivo trabalho das incubadoras, pois verificou-se que quando a finalidade deste programa é colocada em perspectiva, afloram desconexões. A qualificação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de estratégias populares emancipatórias no âmbito de um Estado que funciona sob o argumento de restrição de recursos públicos para as demandas sociais é tarefa constante. Dar voz aos sujeitos envolvidos alimenta a tensão necessária para a sua adequação às necessidades do público para o qual é destinada.

A reunião das informações possibilitou a construção de um argumento que possivelmente explique em parte a desarticulação da Política com o propósito das incubadoras, situação manifestada recorrentemente nas falas. Nesse sentido, no desenvolvimento do Programa em dado momento houve a ampliação de seu escopo para o atendimento de algumas demandas ministeriais, com isso, a demanda para as incubadoras se reconfigurou. Questões sociais complexas de responsabilidade do Estado foram inseridas na agenda das ITCsPs. Essa situação gerou em certa medida um conjunto de novas possibilidades, entretanto não houve o devido suporte para a nova realidade que se apresentava desproporcional à capacidade operacional das incubadoras. A expectativa de

ampliação do orçamento do PRONINC junto com a demanda crescente pelo trabalho das incubadoras não se concretizou.

A incompatibilidade da forma como os projetos precisam ser executados no âmbito do Programa foi um aspecto evidenciado por meio das falas. Esse elemento é compreensível pelo fato do Programa estar inserido em uma lógica gerencial de funcionamento do Estado, perspectiva essa que visa empregar na gestão pública a mesma dinâmica de gestão de organizações privadas. Essa racionalidade é transferida para as incubadoras e de modo geral impõe uma dinâmica inadequada para o processo de trabalho.

Cabe aqui mencionar que as mudanças políticas que ocorreram nos últimos dois anos comprometeram a existência do Programa. Atualmente, como já dito na seção de apresentação do Programa, a Política está em risco de extinção. Ainda há projetos em funcionamento e projetos aprovados para os quais os recursos não foram repassados. Como em outros momentos em que o PRONINC esteve “congelado”, o cenário é de redução de atividade das incubadoras.

Desse diálogo resultou uma leitura entre outras tantas possíveis sobre a configuração da política.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2007. 12ª Ed. São Paulo: Cortez.

BOCAYUVA, Pedro C. C. **A metamorfose do trabalho e da cooperação produtiva:** a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete et all. (orgs.). **Política Social no Capitalismo - tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Antônio. **Políticas públicas para a Economia Solidária:** fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. In Sociedade em debate, Escola de Serviço Social/UCPEL. V. 12 N. 1 Junho/2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. **Entrevista qualitativa**: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

HUSSON, Michel. **Fim do trabalho ou redução de sua duração?** In: Revista Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 5, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciênc. educ. (Bauru)*. 2003, vol.9, n.2, pp.191-211. ISSN 1516-7313.

SCHIOCHET, Valmor. **Políticas públicas em economia solidária**: reflexões da Rede de Gestores/ Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE. Rede de Gestores de políticas públicas de Economia Solidária. Centro de Estudos Josué de Castro. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 2006. 7ªed. São Paulo: Contexto.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

VECHIA, Renato. D. et al. **A Rede de ITCPs**: Passado, Presente e alguns desafios para o futuro. *Diálogo*, Canoas, v. 1, n. 18, p.115-144, jan/jun, 2011.

VICTÓRIA, Lia. **O PRONINC e seu reflexo na ação social das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2011. 98 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. Disponível em:

<http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wpcontent/uploads/sites/5/2018/03/LIA.VICT%C3%93RIA_O-PRONINC-e-seu-Reflexo-na-A%C3%A7%C3%A3o-Social-das-Incubadoras-Tecnol%C3%B3gicas-de-Cooperativas.pdf>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

A incubação de empreendimentos solidários frente às rupturas e continuidades do processo de consciência nas organizações de trabalho associado¹

Tiago de Garcia Nunes

Resumo

O padrão de sociabilidade forjado pelo capital não pode ser superado por decreto, como num passe de mágicas, ou ainda pela simples socialização dos meios de produção. O objetivo deste artigo é verificar *se, e, em que medida* o processo autogestionário em quatro Organizações de Trabalho Associado impulsiona transformações cotidianas das relações de trabalho, e se está relacionado a outras perspectivas mais amplas de resistência e luta política nestas organizações. Tal abordagem, influenciada pela *pesquisa-ação* e pela *enquete operária* de Karl Marx, interpreta o impacto da relação (autogestão x consciência) e os seus condicionantes, para problematizar os limites e as possibilidades da autogestão como mediação para aprimorar o processo de consciência e autodeterminação dos/as trabalhadores/as, ou seja: problematizar as *rupturas e as continuidades* do Trabalho Associado com a *antiga forma heterogestionária*. O cruzamento e a interpretação dos indicadores institucionais e comportamentais utilizados na pesquisa sugerem a existência de 3 tipologias de consciência dominantes nas Organizações de Trabalho Associado em processo de autogestão. A motivação desta pesquisa advém dos 20 anos de experiência do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). Os resultados desta reflexão podem constituir um importante *termômetro* para a atuação (técnica e política) das incubadoras empenhadas com

¹ Artigo desenvolvido a partir da tese “A Autogestão em Perspectiva Comparada - Quatro Organizações de Trabalho Associado na Resistência da Produção à Contestação do Capital” (NUNES, 2016).

o processo de autonomia dos sujeitos que protagonizam estas organizações.

Introdução

As Organizações de Trabalho Associado (OTAs)² são modalidades específicas de associativismo surgidas ao longo da história de lutas da classe trabalhadora. Emergiram como cooperativas, mas com o passar dos tempos - e especialmente se pensadas de maneira atrelada às grandes lutas autogestionárias -, aparecem sob outras configurações que buscam, dentre outras coisas, alterar as relações de produção a partir do interior das unidades produtivas. O aparecimento deste tipo de organização acontece sob condições sociais muito específicas e heterogêneas que podem determinar o maior ou menor grau de incidência do fenômeno assim como o nível de consolidação das experiências, sua abrangência territorial e sua duração no tempo.

A América Latina é um importante laboratório de experimentos autogestionários. O período neoliberal da década de 1990 fez com que o Trabalho Associado (TA) aflorasse com grande potência em todo o continente, tanto pelo contexto das duras condições de reprodução da vida e das especificidades do

² Aqui e em todo o texto será empregada a terminologia Organização de Trabalho Associado (OTA) como gênero em que estão compreendidas algumas espécies de cooperativas populares, empreendimentos econômicos solidários, empresas recuperadas, fábricas ocupadas, coletivos informais e outras definições (VIEITEZ; DAL RI, 2010). O trabalho associado (TA) configura-se quando um coletivo detém posse ou a propriedade de uma unidade econômica passando a controlar a sua gestão, possuindo algumas características que o diferenciam das empresas capitalistas, como: supressão do trabalho assalariado; retiradas (salários) iguais ou equitativas; substituições das hierarquias burocráticas por coordenações; deliberações em assembleias gerais; nova perspectiva educacional para os trabalhadores, entre outras. Destaca-se que Vieitez e Dal Ri (2010) empregam a expressão OTAs *mais-democráticas* para designar empreendimentos com algumas características mais propensas ao engajamento em processos de mudança social porque o trabalho associado está ainda inserido num sistema de *cooperação* com o capital. No TA essa mesma cooperação com o capital é empregada no intuito de forjar outro sistema de *cooperação autônomo ou para si*.

desenvolvimento *capitalista dependente* como pela reconfiguração da divisão internacional do trabalho sob a *finança mundializada*.

A motivação desta pesquisa advém dos 20 anos de experiência coletiva do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). O NESIC incubou e assessorou diversos tipos de *empreendimentos e redes de empreendimentos* vinculados a esferas distintas da produção, da comercialização e do consumo³. A partir do contato cotidiano com diversas unidades produtivas em processo de autogestão, constatou-se que em muitas destas o tema da *consciência* dos trabalhadores não está inserido na agenda de trabalho. É possível deduzir os diversos motivos que causam tal *distanciamento*. No entanto, percebe-se uma escassez de pesquisas dedicadas a desvendar tal *separação*, por assim dizer, entre a agenda *técnico-coorporativa* e a agenda *político-formativa* no interior dos empreendimentos. Assim, nossa abordagem questiona o porquê de os *embriões* desta *nova consciência* aparecem somente em algumas organizações de trabalho associado, e não em outras.

De forma mais específica, o objetivo do artigo é problematizar as *rupturas e continuidades* do trabalho associado a partir da comparação entre as distintas perspectivas autogestionárias identificadas em quatro OTAs sob autogestão, tanto nas suas dimensões institucionais/organizativas como no que se relaciona à experimentação desta pelos trabalhadores⁴.

³ Os empreendimentos e redes de empreendimentos já assessorados pelo NESIC contemplam uma variada porção de ações econômicas que vão desde a atividade de triagem/reciclagem de resíduos sólidos e a pesca artesanal, até a produção de alimentos, bebidas processadas, artesanato, brinquedos infantis, artigos de higiene pessoal, artigos para casa, carnes, conservas, doces, especiarias, grãos, cereais, homeopatas, produtos hortifrutigranjeiros, laticínios, massas, plantas ornamentais, produtos de limpeza, panificados, pescados, vestuário, calçados etc.

⁴ Para um aprofundamento da metodologia e das bases teóricas da pesquisa veja-se NUNES (2016).

O marco teórico orienta-se pelo *marxismo autogestionário*, buscando subsídios teórico-metodológicos em autores filiados ao materialismo histórico e que se propuseram a pensar a imbricação entre a autogestão e o Trabalho Associado e, em certa medida, a relação dialética de ambas com os movimentos populares. Destacam-se as abordagens de István Mészáros (2011), Cláudio Nascimento (2004), Neusa Dal Ri e Cândido Vieitez (2001; 2010; 2011), Inácio Gaiger (2003) e Henrique Novaes (2011). Para tratar do tema da consciência foi utilizada a abordagem teórica de Mauro Iasi (Iasi, 1999; 2007; 2012) sobre os processos de consciência e a metamorfose da consciência de classe, que o autor elabora a partir de algumas categorias de Jean-Paul Sartre (1979), Norbert Elias (1994) e Sigmund Freud (1978).

As experiências das OTAs são construídas por certas condições sociais que levam as marcas do momento histórico e da totalidade social concreta assentada sobre determinadas relações de poder que forjam um determinado tipo de comportamento e consciência nos trabalhadores. Destaca-se que a abordagem empregada não prioriza a compreensão do comportamento e da consciência como algo que o trabalhador deva alcançar como *essência* para constituir-se num sujeito transformador, ou seja: o que a consciência deveria ser para ser *de classe ou revolucionária*, como uma fórmula cartesiana.

Concordamos com Lia Tiriba quando sugere que não seria justo afirmar que a constituição de OTAs, é por si só, indício de um processo contra-hegemônico e que seus objetivos são antagônicos aos de uma sociedade estratificada em classes (TIRIBA, 2001). No entanto, dependendo dos elementos institucionais forjados dentro das OTAs, é possível compreender a experimentação autogestionária como um conjunto de mediações mais ou menos propícias para o desenvolvimento da consciência e da práxis que avança inclusive para outras esferas econômicas e políticas da realidade concreta.

Entendemos que algumas OTAs podem apresentar elementos favoráveis ao surgimento de uma *nova consciência* (*consciência revolucionária ou de classe*), pois sustentam suas experiências em bases favoráveis a formação de outra forma de perceber o mundo e de interagir neste. Cooperação, comprometimento, liberdade e autonomia se combinam e se repelem a cada instante. As *rupturas* e *continuidades* do TA com a *antiga forma* (ou seja, a forma *heterogestionária*) precisam ser constantemente avaliadas e desvendadas. O cruzamento e a interpretação dos indicadores institucionais e comportamentais construídos na pesquisa sugerem a existência de 3 tipologias de consciência dominantes nas Organizações de Trabalho Associado em processo de autogestão.

1. Metodologia

Foram selecionadas, intencionalmente, 4 OTAs com significativas diferenças, como: o ramo e a atividade fim; o envolvimento dos trabalhadores no seu surgimento; a organização territorial; a configuração institucional/formato jurídico; a forma de ingresso e associação de novos integrantes; a organicidade e a maior ou menor autonomia em relação a agentes externos⁵. Tais diferenças refletem as distinções concretas entre os diversos tipos de OTAs na atualidade latino-americana. Uma das organizações selecionadas para a pesquisa foi o *Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP)*, por ter sido um empreendimento impulsionado e assessorado pelo NESIC. O NP resultou de uma demanda histórica das trabalhadoras do Bem da Terra e foi consolidado a partir do processo de incubação realizado pelo NESIC, com financiamento externo, durante anos de 2014-

⁵ Foram investigadas 4 OTAs brasileiras: OTA 1 - Fábrica Ocupada Flaskô (SP); OTA 2 - CooperActiva Okupa 171 (RS); OTA 3 - Restaurante Cooperativa Teia Ecológica (RS); OTA 4 Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (RS).

2015⁶. O NP foi escolhido como objeto de investigação porque cumpre papel relevante, pois foi o primeiro grupo de artesanato a se estruturar como uma *Organização de Trabalho Associado* com atividades produtivas próprias, no interior da Rede Bem da Terra.⁷ Tal escolha justifica-se por outro motivo: por estar em fase inicial, o NP atravessa um momento crucial no qual os comportamentos individuais vão forjando a identidade coletiva no interior do processo de auto-organização do trabalho.

Em termos analíticos, a *autogestão* no trabalho associado foi a categoria que permitiu equacionar experiências tão ricas e diversas. As conclusões apresentadas para os quatro casos estudados podem ser estendidas, com cuidado, a um universo mais amplo que o estudado. A pesquisa foi realizada a partir de um recorte histórico-sociológico com intuito comparativo que combinou a análise documental, audiovisual e eletrônica das organizações a outras fontes históricas escritas às técnicas de pesquisa de campo. Pretendeu-se relacionar e cruzar duas unidades dialeticamente relacionadas, a saber: (1)

⁶ O financiamento foi obtido por intermédio do projeto de pesquisa submetido junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do Núcleo de Produção. Os recursos aprovados contemplaram: contratação de assessores em áreas técnicas como *design* e gestão da produção; locação de veículo e combustível; instrumentos de produção como máquina de costura, tesouras, bastidores, teares, agulhas; matéria-prima para pesquisa e desenvolvimento da coleção como algodão, álcool, botões, tecidos diversos, linhas, fibras; material de expediente; computador e projetor; passagens para assessores de outras localidades e para integrantes do NP. Além disso, a assinatura do convênio entre a UCPel e o CNPQ viabilizou a cessão do uso de uma sala da universidade para a produção, que funciona como ateliê do NP. O projeto possibilitou a realização de um estudo de mercado preliminar à execução da coleção e de uma pesquisa sobre o perfil das trabalhadoras do núcleo, realizado concomitantemente à execução das etapas da coleção.

⁷ Até então os integrantes dos diversos grupos de artesanato da *Rede Bem da Terra* reuniam sua produção individual para fins de comercialização, com raros momentos de produção coletivizada, o associativismo no artesanato se resumia a comercialização. Para saber mais sobre a Rede Bem da Terra e o Núcleo de Produção veja-se o artigo *Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel*, nesta edição.

a organicidade do processo autogestionário em cada OTA e (2) o comportamento e a consciência individual e coletiva dos trabalhadores.

No que toca ao comportamento e a consciência foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com questões diretas e não diretas aplicadas aos trabalhadores e trabalhadoras das OTAs e quatro entrevistas semiestruturadas aplicadas aos informantes-chave destas. Para levantar informações mais amplas sobre a sua realidade organizacional foram utilizados ainda os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa-ação e militante com participação em diversas situações deliberativas, formativas e recreativas durante o período compreendido entre 2012-2016; pesquisa bibliográfica *das e sobre*⁸ as OTAs; pesquisa documental nos arquivos internos; pesquisa fotográfica e audiovisual; pesquisa eletrônica em *blogs* e páginas nas redes sociais das organizações, assim como nos murais, vídeos, materiais informativos, panfletos, programas de rádio etc. Importante destacar a influência exercida pela estrutura e pelos pressupostos epistemológicos e políticos da *Enquete Operária* (MARX, 1984) sobre nossos roteiros de entrevista e indicadores. O *questionário de 1880* inaugura uma importante discussão sobre a prática do movimento socialista e do papel das enquetes como modo de *investigação ação* e de trabalho político junto ao movimento operário e à classe trabalhadora.⁹

Neste intuito foram desenvolvidos e aplicados os seguintes instrumentos de pesquisa: a) um roteiro semi-

⁸ Importante referir que os movimentos populares têm se destacado no protagonismo da produção do conhecimento, muitos deles, com editoras e bibliotecas próprias para este fim.

⁹ A enquete operária trata-se de um questionário elaborado em 1880 por Karl Marx, composto por 100 perguntas dirigidas aos operários franceses do campo e da cidade, pois “apenas eles podem descrever, com todo o conhecimento de causa, os males que suportam, e de que só eles, e não os salvadores providenciais, podem energicamente remediar as misérias sociais que sofrem” (1984, p. 249). A partir da leitura do instrumento, os trabalhadores seriam provocados a refletir sobre as péssimas condições de trabalho as quais estavam submetidos.

estruturado para entrevista dos informantes-chave e coleta de dados referentes às OTAs contendo 23 tópicos divididos em três grandes eixos; b) um roteiro estruturado para entrevista dos trabalhadores das OTAs contendo 83 questões diretas e não diretas.

2. A autogestão como referencial teórico-analítico para compreender o Trabalho Associado na vigência do Capital

Uma grande dificuldade recai nos ombros de qualquer pesquisador ou militante que se desafie a definir, compreender ou aplicar a *autogestão* como categoria analítica. As análises existentes oscilam entre o registro historiográfico das várias experiências que incorporaram em maior ou menor intensidade a auto-organização plena da vida; a exposição dos fundamentos epistemológicos das matrizes teóricas dos principais autores que trataram da temática; ou ainda, dos elementos centrais da própria *práxis* autogestionária.

Marx, em diversas passagens, falou em *modo de produção de produtores associados* (1982; 1998) e se declarou favorável às cooperativas de produção ¹⁰. No entanto, não se

¹⁰ Em várias passagens Marx e Engels utilizaram os termos *trabalho associado*, *produção coletiva*, *sociedades cooperativas* e *associação cooperativa* para definir uma célula no interior do modo de produção fundada na negação do trabalho assalariado, na propriedade e gestão coletiva dos meios de produção e na distribuição igualitária dos frutos do trabalho dentro do contexto da sociedade capitalista. Nas *Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório*, Marx (1982) reconhece a importância do movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade baseada no antagonismo de classes, destacando o seu grande mérito em “mostrar praticamente que o presente sistema, pauperizador e despótico, de subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente de associação de produtores livres e iguais” (np). No entanto, alerta que “restringido, contudo, às formas anãs, em que escravos assalariados individuais o podem elaborar pelos seus esforços privados, o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista” (np). O autor sugere que para que a produção cooperativa ataque o alicerce do sistema econômico, é preciso que converta a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo com “mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que

debruçou sobre a discussão da organização autogestionária ou do socialismo em bases autogestionárias de forma direta. Talvez não tenha dado tempo de enfrentar tal empreitada. Assim, a *autogestão* pode ser apresentada como *teste de ferro* a qualquer processo, evento ou experiência que se autoproclame socialista, pós-capitalista ou emancipatório.

Para muitos autores a autogestão aparece como sinônimo de forma ideal de organização dos trabalhadores em situação pós-revolucionária, pós-capitalista ou ainda pós-Estado, com ou sem a tomada do poder político. Para outro grupo de teóricos, a autogestão é concebida como forma social possível dentro do próprio capitalismo, entendendo que os trabalhadores podem conquistar autonomia política e econômica, sem a necessidade de conquista do poder político e econômico e que este é o caminho para a sociedade dos *produtores livremente associados*.

O principal paradoxo da autogestão foi assinalado por Daniel Mothé, na obra *Autogestão gota a gota* (MOTHÉ, 1980 *apud* NASCIMENTO, 2013). O autor problematizou os principais nós do socialismo autogestionário a partir de algumas reflexões, são elas: (a) *como articular a autogestão como ideologia com as experiências práticas?* (b) *Só pode existir autogestão com a Revolução (dilúvio), ou, esta também pode existir com experiências pontuais (gota a gota)?* (c) *Seria possível conciliar a audácia do projeto autogestionário com a limitação das tentativas de gestão das unidades produtivas?*

Buscando dar respostas a estas indagações, Mothé formulou a ideia da *autogestão gota a gota*, dentro de uma visão ampla de *experimentação*, baseada também na perspectiva de Rosa Luxemburgo. Sob tal paradoxo, Mothé defendeu a participação dos trabalhadores em experiências de funcionamento coletivo nas empresas de autogestão, mesmo que limitadas quando inseridas na lógica do capital.

nunca serão realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade (...) para os próprios produtores” (np).

Contudo, a autogestão ganha materialidade histórica a partir do resgate de diversas experiências, eventos ou processos pretéritos e atuais, dotados de distintos sentidos, formas, contextos e condições subjetivas/objetivas (pois nem sempre se constituem em períodos revolucionários nos quais está em jogo a conquista do Estado ou a ruptura com o sistema capitalista); apresentando diferentes graus de controle dos meios de produção e sustentabilidade no tempo. A história conheceu vários experimentos autogestionários, não cabe aqui citá-los.

Cláudio Nascimento aponta uma saída ao dilema, quando, despretensiosamente, registra que a “autogestão é uma estratégia-movimento social e um ideal-teoria social” (2013). O autor assinala que a autogestão, antes de tudo, é referenciada em eventos e processos históricos mais ou menos duradouros e capilarizados, nos quais os trabalhadores tentaram o *assalto ao céu*.

É notório que nos últimos tempos, a *autogestão* passou a ser banalizada e utilizada livremente como palavra de ordem e tema de pesquisas, criando uma espécie de *saco de gatos*¹¹. Sob esse horizonte, torna-se importante validar a essência histórica da categoria autogestão como *estratégia-movimento e ideal-teoria social*, a fim de utilizá-la para avaliar as possibilidades emancipatórias do *TA na vigência do capital*, problematizando suas *rupturas e continuidades*.

No que diz respeito às análises contemporâneas sobre o *TA*, percebe-se uma polarização entre as interpretações que enaltecem, por um lado, *que tudo mudou* como num passe de mágicas e as leituras que denunciam, por outro, que *nada mudou*, como se estes coletivos nem tivessem existido. Em que pesem algumas importantes exceções, tal maniqueísmo ainda pautava boa parte da discussão acadêmica e política sobre as experiências e processos de trabalho associativo.

¹¹ Para elucidar o problema, Guillerme e Bourdet (1976) mencionam o episódio de uma publicação feita na época, que aplicou o termo *autogestão* para caracterizar o *direito* dos detidos numa célula presidiária de se encarregarem, diariamente e por rodízio, da missão de *despejar o urinol*.

Henrique Novaes (2011), ao analisar a *alienação* e as possibilidades de *desalienação* em associações de trabalhadores, sinaliza a existência de inúmeros *problemas* na análise destas experiências pelos pesquisadores latino-americanos e aponta três tendências dominantes nas pesquisas realizadas até o momento: (1) *tudo mudou*; (2) *nada mudou* e (3) *visão microscópica da realidade social*. De um lado, alguns pesquisadores afirmam que *tudo mudou* depois do arrendamento ou aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores de fábricas recuperadas e cooperativas de trabalhadores. No outro extremo, existe uma linha argumentativa do *nada mudou*, pois as associações e cooperativas estão diante do sistema produtor de mercadorias sob a *lei do valor* e a relação capital-trabalho se reproduz dentro de todas as empresas, sejam elas de trabalhadores ou de patrões. Em relação à terceira tendência, embora composta por perspectivas que não caem na falácia do *enquanto não tomarmos o poder, nada mudará*, e de mostrar as permanências e mudanças nas fábricas recuperadas e cooperativas de trabalhadores, tende a adotar uma visão *microscópica* da realidade social (2011). Novaes aponta a existência de uma ainda incipiente quarta via argumentativa. Esta via - que apresenta consequências não só analíticas, mas para a ação política - é esboçada a partir das trilhas deixadas por Marx, quando este faz a dialética da parte com o todo: das rupturas com a *antiga forma* e a *reprodução da antiga forma*, para sinalizar as possibilidades de ruptura social do movimento associativo reconhecendo-o como uma das forças transformadoras da sociedade atual baseada em antagonismo de classes, mas sem, contudo deixar de apontar a suas limitações para derrubar o sistema social do capital.

Assim, os horizontes de percepção construídos por Dal Ri e Vieitez (2001; 2010; 2011), Gaiger (2003) e Novaes (2011), são interessantes exemplos de superação das limitações analíticas e políticas das três tendências investigativas sobre o TA, abrindo caminho para uma *quarta via*. Para Dal Ri e Vieitez

há mudanças nas fábricas recuperadas, principalmente na organização e nas relações de trabalho, bem como na gestão. Contudo, os autores afirmam que as modificações realizadas até agora não dão conta de transformar a essência das fábricas – produção de mercadorias, supremacia dos quadros etc.; assim a possibilidade de avanço estaria na articulação das fábricas recuperadas, cooperativas e associações de trabalhadores com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas de unidades produtivas.

Para Gaiger, as diversas formas de produção coletivas existentes no universo da Economia Solidária são atípicas, porém podem conviver - sem abalar - o capitalismo; para que se convertam num novo modo de produção que transcenda a alienação do trabalho, são necessárias mudanças significativas. Entende-se que a leitura desses quatro autores permite superar as limitações analíticas das três tendências apontadas, conectando o campo analítico ao elemento político do TA na medida que as OTAs - quando concebidas como sujeitos políticos -, prefiguram ou nos mostram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo: com sentido social e com possibilidades de emancipação humana e política. Evidentemente que as OTAs não se realizam em sua plenitude porque estão imersas no modo de produção capitalista; apresentam *descontinuidades na continuidade* e *continuidades na descontinuidade*, conforme apontado por Mészáros na caracterização dos avanços e retrocessos do cooperativismo e associativismo no século XXI (2011).

Ao se conferir desproporcional atenção ao tema das decisões democráticas realizadas dentro dos muros de cooperativas populares, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas em detrimento de uma crítica profunda dos mecanismos de mercado, acaba-se por negligenciar o tema da alienação e da desalienação dos trabalhadores e a sua potencialidade enquanto horizonte de transformação social. A

plasticidade do termo autogestão comporta designações analíticas que vão desde aquelas que incitam o controle das empresas pelos trabalhadores competindo no mercado; as que defendem o socialismo de mercado; até as que postulam a necessidade de se combinar *ataques duplos*¹², ou seja: mudanças na divisão do trabalho nas fábricas e associações até o planejamento global da produção e distribuição. Não surpreende que a retomada do TA enquanto prática popular tenha revigorado o debate histórico acerca dos seus limites e potencialidades, tanto no campo acadêmico como na esfera política. Nestes termos, os clássicos debates entre o *socialismo utópico e científico* e sobre a *natureza degenerativa das cooperativas* vêm incorporando novos elementos, como o aspecto da consciência dos trabalhadores das OTAs e a crítica da alienação como possibilidade de questionamento das *(des)continuidades* da perda do controle do produto do trabalho numa sociedade regida pelo capital, mesmo em associações de trabalhadores, onde aparentemente a questão da transferência da propriedade dos meios de produção já se encontra realizada. Neste sentido, importa questionar: *Por que os embriões de uma nova consciência aparecem somente em algumas OTAs? Se os elementos organizativos são as variáveis determinantes dessa possibilidade, de onde eles vêm, considerando que a organicidade dos grupos é constituinte, mas também constituída pelos próprios trabalhadores? Como se dá o processo de consciência dos trabalhadores das OTAs?*

¹² A ideia dos *ataques duplos* foi extraída de uma passagem da obra de Mészáros quando imbuído da tarefa de uma *teoria da transição*, propõe-se a responder o complexo questionamento: “como solapar o processo produtivo capitalista constantemente renovado pela homogeneização orientada para a quantidade e o valor de troca e substituí-lo pelo processo qualitativo orientado para a necessidade e o valor de uso?” (MÉSZÁROS, 2011, p. 629-630).

3. Desvendando o comportamento e a consciência em Organizações de Trabalho Associado – rupturas e continuidades. Indicadores institucionais organizativos e comportamentais (consciência)

A subjetividade é um assunto muito relevante ao debate marxista. Durante um largo período a leitura positivista das obras de Marx negligenciou a relevância do tema da subjetividade, tratando-a como desimportante na análise dos fenômenos sociais. No debate sobre a consciência de classe não havia muito a se dizer – cada classe com sua consciência própria, se esta não estava a manifestando propriamente, bastava *despertá-la*. O debate sobre a consciência se estende em diversas direções e se orienta por distintas matrizes epistemológicas: Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Claude Lévi-Strauss, além de Marx, trabalharam, conservadas as suas peculiaridades, questão relacionadas ao exterior/interior, objetivo/subjetivo. Alguns deles empregam ainda outras noções como reflexividade, discursividade, racionalidade, habitus; mas todas comungam da noção de subjetividade.

Para tratar dos dados empíricos utilizou-se a abordagem teórica de Mauro Iasi (1999; 2007; 2012) sobre os processos de consciência e a metamorfose da consciência de classe, que o autor elabora a partir de algumas categorias de Jean-Paul Sartre (1979), Norbert Elias (1994) e Sigmund Freud (1978).

Em síntese, Iasi considera a consciência como *processo* e identifica três momentos, que conforme o autor, não podem ser considerados meras *etapas* lineares, mas sim uma tipologia para auxiliar na compreensão da forma como os sujeitos compreendem e interferem no mundo, a saber: (1) primeira forma de consciência – a alienação subjetiva, manifesta pela ultrageneralização da realidade e pela submissão do indivíduo

às relações e aos valores sociais dados¹³; (2) segunda forma de consciência – consciência em si, marcada pela incidência de contradições da primeira forma de consciência e pelo surgimento do sentimento de grupo, da consciência do grupo¹⁴; (3) terceira forma de consciência – consciência para si, nova consciência, consciência humana ou de classe¹⁵. A partir desta tipologia, os indicadores institucionais e comportamentais da pesquisa foram construídos no intuito de denunciar e interrogar os aspectos objetivos e subjetivos da relação de exploração, alienação e opressão da classe trabalhadora dentro do sistema do Capital.

¹³ Iasi sintetiza a primeira forma de consciência em sete elementos (1) A vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada; (2) a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual, torna-se *a realidade* (ultragereralização); (3) por esse caminho, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando à percepção de que *sempre foi assim e sempre será*; (4) a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e o como; (5) essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o *superego*, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa; (6) na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo; (7) assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução (IASI, 2007, p.18-19).

¹⁴ A consciência em si representa ainda a consciência que se baseia na vivência das relações e dos interesses imediatos, não mais do ponto de vista do indivíduo, agora do grupo, da categoria, e pode evoluir até a consciência de classe. Para Iasi, ela é parte fundamental da superação da primeira forma de consciência, portanto, da alienação; no entanto, seu pleno desenvolvimento ainda evidencia traços da antiga forma ainda não superados (IASI, 2007). Interessante a definição de Lia Tiriba quando descreve esta *etapa* da consciência como sendo a passagem do *egoísmo individual ao egoísmo coletivo*. “Se por um lado, o egoísmo coletivo parece ser um avanço em relação ao egoísmo individual, de outro, o egoísmo não deixa de ser egoísmo” (TIRIBA, 2001, p. 351).

¹⁵ Neste nível de consciência, o sujeito percebe que sua emancipação só ocorrerá pela superação da sociedade dividida em classes sociais, ou seja, com a emancipação profunda de toda a sociedade. Para Iasi, a superação da segunda forma de consciência pode ocorrer a partir do que Sartre chamou de *Processo dialético de totalização mediado pelos grupos*, capaz de provocar o descontentamento dos sujeitos e convertê-lo em *livre práxis* (SARTRE, 1979).

Uma prática comum na literatura sobre o associativismo/cooperativismo é a de tomar, sem maiores reflexões, a solidariedade e a autogestão como elementos já alicerçados e capilarizados entre os trabalhadores dos coletivos, negligenciando que também existem alienações nas propostas que almejam justamente a emancipação dos trabalhadores. Em sentido similar, os comportamentos são tomados como solidários e participativos sem identificar as intencionalidades dos trabalhadores e as suas oscilações. Sem compreender os elementos subjetivos e objetivos da alienação fica impossível avaliar as possibilidades de (des)alienação dos trabalhadores pela sua inserção em experiências de trabalho associado ou ainda tencionar em que medida a autogestão pode ou não ser (mais) um instrumento de mediação e de auto-organização da classe trabalhadora assumida pelas massas enquanto fato de poder. Frente à diminuta disponibilidade de indicadores desta natureza na literatura, o resultado preliminar da pesquisa redundou na elaboração de indicadores institucionais e comportamentais, muitos deles apontados pelos próprios trabalhadores durante as entrevistas e atividades internas das OTAs.

3.1. Indicadores institucionais/organizativos de autogestão

Os indicadores institucionais que circundam a realidade das Organizações de Trabalho Associado pesquisadas foram divididos em três grandes blocos estruturantes: (1) identidade da OTA; (2) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia e participação; (3) autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioproductiva ampliada.

No primeiro bloco – identidade da OTA – procurou-se levantar elementos relacionados aos aspectos constitutivos das organizações. Neste bloco foram analisados 6 indicadores: (1) envolvimento dos trabalhadores no surgimento da OTA; (2) o isolamento ou integração da estrutura produtiva; (3)

configuração institucional/formato jurídico definido - propriedade e/ou da posse segura dos meios de produção e a existência ou não de debate sobre o regime jurídico; (4) forma de ingresso e associação e critérios técnicos e políticos definidos assim como incidência de terceirização na unidade produtiva; (5) participação e relação institucional da OTA com movimentos populares, solidariedade de classe e organicidade e autonomia em relação a parceiros, apoiadores e agentes externos; (6) existência de um programa político, das demandas imediatas ou visão de sociedade. Note-se que apesar de os indicadores “1”, “2” e “3” estarem organizados no bloco *identidade*, estes possuem total relação com o terceiro bloco: *autogestão societal ampliada*. Foram aqui alocados por parecerem atributos centrais para definir a *identidade* da OTA. Utilizou-se a *Identidade* numa acepção sociológica simplificada no sentido de apontar características e diferenciar uma OTA de outra.

No segundo bloco – autogestão interna – procurou-se levantar elementos relacionados aos mecanismos de gestão das OTAs. Foram pesquisadas: a estrutura de produção e sua integração com canais internos de participação direta e representação – existências de diferentes setores, seções, coordenações, conselhos, frequência de assembleias, formas de eleição dos representantes, tempo de mandato, periodicidade das reuniões e percentual de participação, encontros preparatórios, estruturas vinculadas a agentes externos e a parceiros; a divisão do trabalho dentro das organizações - retirada, papéis e funções, cotas de participação, vínculo dos trabalhadores com a OTA, hierarquias, jornada de trabalho, índice de absenteísmo, acidentes de trabalho, conflitos internos; instrumentos e canais de informação e formação continuada voltadas para o processo produtivo e para a autogestão interna. Foram desenvolvidos 11 indicadores: (7) tipologia da gestão – *heterogestão*, *co-gestão*, *administração participativa ou autogestão*; (8) canais de participação e deliberação; (9) canais de troca de informações; (10) representação, rotatividade de cargos e revogação de mandato;

(11) divisão e forma de definição de funções e papéis; (12) existência de diferença de retirada ou remuneração entre os trabalhadores e o grau de maturidade e discussão sobre o tema; (13) nível de colaboração e cooperação entre diferentes setores; (14) carga horária e intensidade da jornada de trabalho em comparação com o trabalho heterogestionário formal; (15) canais internos de informação e comunicação; (16) intensidade da participação (em sentido qualitativo e quantitativo) dos trabalhadores; (17) oferta de atividades internas de formação técnica e/ou gestão associada.

No terceiro bloco - autogestão societal ampliada – o objetivo foi capturar elementos de socialização autogestionária para avaliar maiores e menores tendências para a integração socioproductiva ampliada com outras esferas da vida e a capacidade de mobilização política das OTAs. Nesta etapa, talvez a mais relevante da pesquisa, foi desenvolvido um instrumental metodológico para verificar em que medida as organizações estudadas estão comprometidas com a socialização dos avanços obtidos no interior da unidade produtiva a partir da incorporação de estratégias ampliadas de luta política, de superação do trabalho alienado e de controle sociometabólico da produção, da circulação e do consumo, potencializando um associativismo combativo e comprometido com interesses da classe trabalhadora. O trabalho de campo procurou captar: (a) as estruturas/canais de informação e formação continuada, divulgação externa, mobilização política e AGITPROP¹⁶ (agitação e propaganda) e (b) relação e integração orgânica práticas de outros atores sociais e econômicos. Foram

¹⁶ O termo AGITPROP foi disseminado por diversos países, bem como as experiências dos grupos, brigadas ou coletivos de agitadores e propagandistas. A expressão *agitação e propaganda* foi criada pelos revolucionários russos, para designar as diversas formas de fazer agitação de massas e ao mesmo tempo divulgar os projetos políticos da revolução (GARCIA, 1990). O coletivo de comunicação, cultura e juventude da Via Campesina define a *agitprop* como: “um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social” (COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE DA VIA CAMPESINA, 2007).

definidos 15 indicadores: (18) existência da expressão autogestão ou expressão análoga nos canais de comunicação; (19) registro de memória política e histórica da OTA; (20) solidariedade a outras experiências de trabalho associado e a movimentos populares; (21) atividades de formação/mobilização política e existência de setor específico para tal finalidade; (22) existência de espaço próprio ou adaptado para leitura e aprendizagem dos trabalhadores, familiares e vizinhos assim como de produção de conhecimento próprio (panfleto, jornal, mural, livro, zines, quadrinhos); (23) práticas artístico-culturais como artes plásticas (grafiteagem, muralismo, painelismo, faixas, cartazes, fotografia, estêncil), teatro (teatro jornal, teatro fórum, teatro invisível, teatro procissão, teatro de rua, apresentações livres de rua, mostras) ou música e poesia (corais, saraus, festivais, apresentações em rádio e televisão); (24) produção e utilização de indumentária e vestimenta pelos trabalhadores e pela comunidade (bonés, camisetas, bandeiras, broches); (25) meios de comunicação de massa (programa de rádio, televisão e/ou internet, cinema, jornal, blog e páginas nas redes sociais); (26) relações políticas orgânicas da OTA com outras OTAs, movimentos sociais, entidades de apoio, redes, outros coletivos e/ou com o Estado; (27) relações econômicas da OTA com outras OTAs, movimentos sociais, redes, entidades de apoio e/ou Estado; (28) existência de registro detalhado do programa político ou das demandas do movimento social referência - transversalidade de pautas da OTA com outras pautas ou lutas sociais do movimento referência ou de outros movimentos; (29) canais de escoamento da produção por fora do mercado capitalista- incorporação da produção com a circulação, o crédito e o consumo assim como a integração da produção com sistemas de compra direta governamental, com feiras agroecológicas/solidárias, cooperativas de consumo, Grupos de Consumo Responsável, sistemas CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), Sistema Orgânico do Trabalho etc.; (30) avaliação e planejamento para o desenvolvimento da OTA

- aspectos financeiros, de gestão, participação, cooperação interna e externa, autogestão ampliada, acesso à crédito e intercooperação econômica e política com outros empreendimentos; (31) compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário/intercooperativo, bens e objetos com outras OTAs ou redes de OTAs; (32) atividades de integração sociopolítica com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual a OTA está inserida, além de relacionamento com outras instituições como associação de moradores, coletivos artístico-culturais, cursos EJA (educação para jovens e adultos), escolas, universidades etc.

Para cada indicador institucional/organizacional foram fixados quatro níveis para quantificar maiores e menores tendências institucionais com mediações propícias para o desenvolvimento da consciência e prática autogestionária, distribuídas nos seguintes níveis: nível (1) socialmente inaceitável; nível (2) aceitável; nível (3) socialmente necessário; nível (4) padrão idealizado (veja-se abaixo nas imagens 1 e 2).

3.2 Indicadores comportamentais – consciência dos trabalhadores

Os indicadores comportamentais foram elaborados com o intuito de captar aspectos relativos à consciência individual de cada trabalhador a partir da sua reflexão e práxis autogestionária para posteriormente aferir em que medida os diferentes indicadores institucionais/organizacionais influenciam (e se influenciam) o comportamento, a cultura e a prática autogestionária dos trabalhadores, ou seja: realizar o cruzamento entre os indicadores *institucionais* e *comportamentais*.

Se existem diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar torna-se imprescindível entender com qual intencionalidade os trabalhadores experimentam os eventuais avanços obtidos no interior das unidades produtivas. Os

indicadores comportamentais foram divididos em 3 (três) grandes blocos estruturantes: (1) consciência e comportamento dos trabalhadores em relação à autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia, participação, disciplina, confiança e liberdade; (2) consciência e comportamento dos trabalhadores em relação à autogestão societal ampliada: solidariedade de classe, participação e mobilização política, relação com movimentos e outros atores sociais; (3) posicionamento sobre aspectos sociopolíticos gerais, entendidos como politicamente relevantes no momento histórico de realização do trabalho de campo.¹⁷

No primeiro bloco - autogestão interna – o trabalho de campo procurou, a partir de 14 indicadores, captar dos trabalhadores: (1) compreensão sobre a autogestão ou expressões análogas como autonomia, auto-organização, controle dos trabalhadores etc.; (2) percepção sobre a divergência de opiniões e conflitos de ideias; (3) percepção sobre a cooperação entre os trabalhadores; (4) participação nas decisões; (5) conhecimento dos canais de participação; (6) apropriação das informações; (7) protagonismo; (8) participação nas atividades internas e externas de formação técnica; (9) motivação para trabalhar numa OTA; (10) percepção sobre a divisão do trabalho e tarefas; (11) existência de avaliação própria sobre a situação da OTA; (12) o ponto de vista sobre a carga horária e a intensidade do trabalho; (13) discernimento sobre a remuneração do trabalho; (14) a avaliação sobre o que é preciso aprimorar na OTA.

¹⁷ No âmbito da pesquisa cada entrevista foi aplicada em blocos, não obedecendo à mesma ordem definida pelos roteiros, pois uma mesma sequência não é capaz de provocar as mesmas reações em diferentes sujeitos. Durante as entrevistas surgiram muitas dúvidas e profícuos debates sobre os temas, em especial em relação ao bloco *aspectos sociopolíticos gerais* do roteiro individual. Quando solicitado a prestar esclarecimento sobre temas desconhecidos aos entrevistados, procuramos dialogar forma simples e clara sobre os contornos da temática, buscando sempre evitar a usual e arrogante reação moral do entrevistador decorrente da desinformação do entrevistado.

No segundo bloco - autogestão societal ampliada – o objetivo foi avaliar a participação dos trabalhadores em atividades políticas internas e externas que extravasem os muros da unidade produtiva assim como a sua percepção sobre as relações políticas e econômicas estabelecidas pela OTA com outras OTAs e atores sociais. Com isso, intentou-se decifrar em que medida a solidariedade com a classe trabalhadora está presente no imaginário dos trabalhadores e qual a sua percepção sobre uma eventual confluência dos objetivos corporativos da OTA com bandeiras de lutas mais amplas e a socialização dos eventuais avanços obtidos no interior da sua organização. Foram definidos 8 indicadores para o segundo bloco: (15) compreensão da importância da OTA *para além da produção*; (16) consciência sobre o histórico da OTA - memória pessoal sobre o momento de sua criação, principais mobilizações políticas, períodos de crise e vitórias ocorridas; (17) interesse por atividades internas e externas de formação política e a efetiva participação nestas; (18) realização de vivências em outras experiências de trabalho associado; (19) compreensão sobre a existência de relações com outros atores e como estas são feitas - capacidade de identificar aliados, parceiros e adversários da OTA; (20) consciência a respeito da existência de relações econômicas em nível micro e macro econômico e a influência destas no funcionamento da OTA; (21) reflexão sobre perspectivas ampliadas de autogestão tanto na esfera política como econômica - compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário, bens e objetos com outras OTAs, organizações e movimentos populares, entidades de apoio ou redes de OTAs e o Estado; preocupação com a integração sociopolítica da OTA com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual a OTA está inserida e com organizações e movimentos populares, associação de moradores, partidos políticos, sindicatos, coletivos artístico-culturais, cursos EJA, escolas / universidades etc; opinião em relação a existência de relações políticas locais, regionais, nacionais e internacionais assim

como a importância de contribuir nas lutas de trabalhadores e movimentos sociais.

No terceiro bloco – aspectos sociopolíticos gerais – o propósito foi o de avaliar a consciência dos trabalhadores a partir da sua compreensão e posicionamento em relação a temas relevantes à classe trabalhadora e com grande repercussão nos meios de comunicação. Num primeiro momento os trabalhadores foram questionados se sabiam o que significava cada um dos temas e em caso de resposta afirmativa, foram estimulados a manifestar a sua opinião.¹⁸ Foram desenvolvidos indicadores sobre os seguintes temas: (22) opinião sobre os movimentos sociais populares e a participação nestes ou em alguma organização social, partido político, entidade assistencial e capacidade de relacionar a atividade da OTA com as suas pautas e bandeiras de luta; (23) histórico e percurso militante do trabalhador assim como a apropriação em relação ao movimento social ao qual a OTA faz parte e participação neste; (24) posição em relação à reforma agrária; (25) redução da maioria penal para fins de condenação; (26) cotas raciais e sociais de acesso ao ensino superior e outras instituições públicas; (27) união homoafetiva ou casamento gay; (28) capacidade das mulheres para exercerem cargo de direção, coordenação ou chefia – igualdade de gênero; (29) reflexão sobre o modo de produção capitalista como modo de organização social; (30) sobre a existência de preconceito de raça, gênero, classe no Brasil; (31) legitimidade dos partidos políticos e compreensão sobre a participação política direta e indireta; (32) grau de confiança nos meios de comunicação hegemônicos de massa.

¹⁸ As respostas não foram tabuladas a partir da predefinição de uma resposta *correta* ou *mais correta* sobre cada assunto, mas a partir da reação demonstrativa de entendimento e capacidade reflexiva sobre cada tema.

Conclusões

Na sociedade do Capital, enquanto seu sociometabolismo alcança todas as esferas da vida, não é possível alcançar uma nova consciência, a não ser de forma embrionária. Os trabalhadores são indivíduos inseridos nesta sociedade e talvez dispostos a transformá-la. No entanto, *outra consciência* não se desenvolve sem uma nova ordem de relações sociais. Não se pretende com isso afirmar que a transformação material da atual sociedade só ocorrerá quando as novas consciências estiverem aptas a fazer a revolução, e que após isso, ela ocorrerá automaticamente. Ainda que preservada certas determinações materiais, as esferas objetivas e subjetivas combinam-se; a batalha das ideias e a capacidade de uma classe demonstrar suas concepções e valores de forma estratégica preparam o terreno para transformações, por que não dizer *revolucionárias*.

Compreender a consciência como um processo possibilita reconhecer que esta não é estática ou que se desenvolve de forma linear; é formada a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações sociais concretas.

Os resultados da pesquisa sugerem importantes pistas sobre o desenvolvimento dos processos de consciência no interior das OTAs. Assim, conclui-se que as experimentações autogestionárias podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no processo de trabalho, com a eventual socialização ampliada dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas. No entanto, as *rupturas* com a *forma heterogestionária* não eliminam as continuidades com a lógica de organização do trabalho: o horizonte da emancipação dos trabalhadores não está totalmente assegurado. Por outro lado, as *continuidades* não aniquilam as rupturas e a importância da autogestão, como processo. Para tanto, as condições e mediações relacionadas às rupturas e continuidades precisam

ser criticamente apuradas. A tipologia de Mauro Iasi (1999; 2007) aplicada às OTAs estudadas, permite concluir que é possível capturar uma *consciência coletiva* destas organizações, e que, apesar das constantes oscilações, esta *consciência coletiva* é *determinada* e ao mesmo tempo *determinante* do comportamento dos/as trabalhadores/as de cada organização de trabalho. Tal reflexão permite concluir que existem 3 tipologias de consciência dominantes nas Organizações de Trabalho Associado sob autogestão, a saber:

» 1ª forma de consciência – *ultrageneralização e reprodução de perspectivas moralmente conservadoras das relações sociais dominantes – alienação subjetiva;*

» 2ª forma de consciência - *consciência em si.* Dominância de comportamento do tipo autogestionário e autonomista marcado pela *resistência na produção* e pela consolidação da *cooperação, da autonomia, do comprometimento, da liberdade e da participação* na tomada de decisões das organizações;

» 3ª forma de consciência - *consciência para si.* Dominância da solidariedade humana e de classe. Trata-se da experimentação da *livre práxis*, cristalizada por práticas contestatórias ao sociometabolismo do capital: seja pelo qualificado exercício autogestionário no interior da unidade produtiva, seja pela integração da atividade econômica com outras experiências produtivas solidárias; ou ainda pela luta política ampliada, consolidada pela *integração sociopolítica e cultural com movimentos populares e com a comunidade* na qual a OTA está inserida.

A partir desta tipologia, constata-se que dentre as OTAS pesquisadas, a OTA 4 (Núcleo de Produção) tem predominância da tipologia da primeira forma de consciência; a OTA 3 (Teia Ecológica) apresenta níveis intermediários, ajustando-se à segunda forma de consciências; as OTAs 1 (Fábrica Flaskô) e 2 (Okupa 171) apresentam dominância da terceira forma de consciência. Abaixo seguem alguns instrumentos metodológicos desenvolvidos para a tabulação dos dados da pesquisa, acompanhados de algumas observações interpretativas (Imagens 1, 2 e 3).

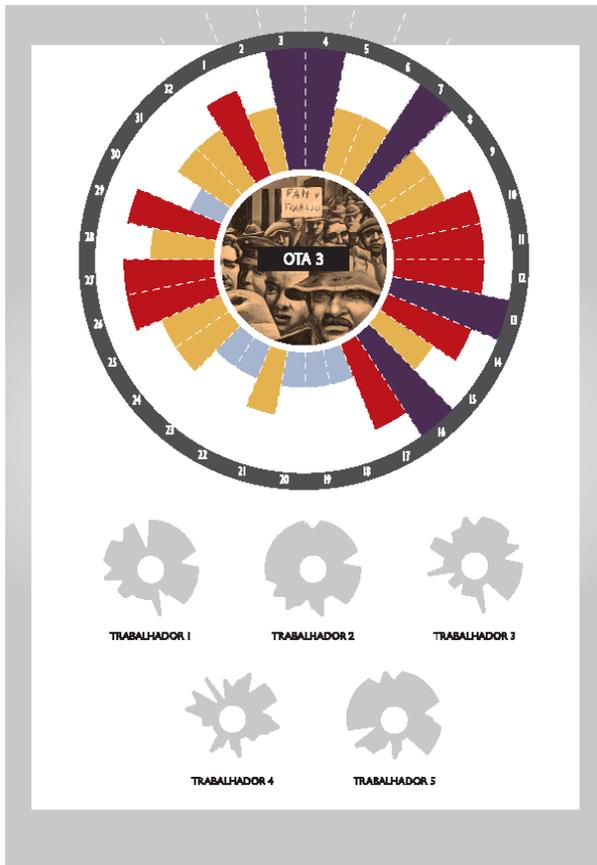


Imagem 1 – autogestômetro institucional/organizacional da OTA 3 ¹⁹

¹⁹ O autogestômetro institucional (Imagem 1, parte colorida) foi elaborado com o objetivo de organizar graficamente os elementos da pesquisa de campo a partir da definição de 32 indicadores institucionais divididos em três grandes blocos estruturantes. Para cada indicador foram fixados quatro níveis para quantificar maiores e menores tendências institucionais com mediações propícias para o desenvolvimento da consciência e prática autogestionária representadas por barras coloridas, definidas a partir do centro em direção às extremidades do círculo da seguinte forma: (1) socialmente inaceitável (cor lavanda); (2) aceitável (cor amarela); (3) socialmente necessário (cor vermelha); (4) padrão idealizado (cor roxa). Os indicadores e níveis foram classificados com base num quadro de tabulação, formulado a partir das informações obtidas pela aplicação do roteiro semiestruturado para entrevistas dos informantes-chave e coleta de dados referentes às OTAs. Na parte baixa da imagem 3



Imagem 2 – autogestômetros institucionais das 4 OTAs investigadas, em perspectiva comparada por contraste de cor – OTA 1, OTA 2, OTA 3 e OTA 4. ²⁰

seguem 5 imagens dos aspectos comportamentais dos trabalhadores da OTA 3, para fins comparativos.

²⁰ Nas OTAs 1 e 2 predomina a cor roxa sendo que a *rosácea* é visivelmente mais ampla que nas OTAs 3 e 4. Constatou-se que as OTAs 1 e 2 apresentam dominância da terceira forma de consciência.

OTA1		T-1	T-2	T-3	T-4	T-5	T-6
Indicadores							
Autogestão interna	1	4	4	4	4	3	4
	2	4	4	4	4	4	4
	3	4	4	4	4	4	4
	4	4	4	4	4	3	4
	5	4	4	4	4	4	4
	6	4	4	4	4	4	4
	7	4	4	4	4	4	4
	8	4	4	4	3	3	4
	9	4	4	4	4	4	4
	10	4	4	4	4	4	4
	11	4	4	4	4	3	4
	12	4	4	4	4	4	4
	13	4	4	4	4	3	4
	14	3	3	4	4	3	4
Autogestão Ampliada	15	2	3	4	4	2	4
	16	4	4	4	4	4	4
	17	4	4	4	4	3	4
	18	4	4	4	3	4	4
	19	4	4	4	4	4	4
	20	4	3	4	4	4	4
	21	4	4	4	4	3	4
Aspectos sociopolíticos gerais	22	4	4	4	3	3	4
	23	4	4	4	2	1	4
	24	4	4	4	4	4	4
	25	4	4	4	2	4	4
	26	4	4	4	2	4	4
	27	4	4	4	2	4	4
	28	4	4	4	2	4	4
	29	4	4	4	4	3	4
	30	4	4	4	3	4	4
	31	4	4	4	3	3	4
	32	4	4	4	3	4	4

OTA2		T-1	T-2	T-3	T-4
Indicadores					
Autogestão interna	1	4	4	4	4
	2	4	4	4	4
	3	4	4	4	4
	4	4	4	4	4
	5	4	4	4	4
	6	4	4	4	4
	7	4	4	4	4
	8	4	4	4	4
	9	4	4	4	4
	10	4	4	4	4
	11	4	4	4	4
	12	4	4	4	4
	13	4	4	4	4
	14	3	3	4	4
Autogestão Ampliada	15	2	2	4	2
	16	3	3	4	4
	17	4	4	4	4
	18	4	4	4	4
	19	2	3	4	4
	20	3	3	3	3
	21	3	4	4	4
Aspectos sociopolíticos gerais	22	3	4	4	4
	23	3	4	4	4
	24	2	4	4	4
	25	3	4	4	4
	26	4	4	4	4
	27	4	4	4	4
	28	4	4	4	4
	29	4	4	4	4
	30	4	4	4	4
	31	4	4	4	4
	32	4	4	4	4

OTA3		T-1	T-2	T-3	T-4	T-5
Indicadores						
Autogestão interna	1	4	3	3	2	3
	2	4	4	4	3	4
	3	4	4	4	4	4
	4	4	4	4	2	4
	5	4	4	4	4	4
	6	4	4	3	4	4
	7	4	4	4	4	4
	8	2	2	2	2	2
	9	4	4	4	3	3
	10	4	4	4	4	4
	11	4	4	4	3	4
	12	4	4	4	2	4
	13	4	4	4	2	4
	14	2	2	1	1	1
Autogestão Ampliada	15	1	2	1	1	1
	16	4	4	4	3	2
	17	2	3	2	2	3
	18	2	2	2	1	1
	19	2	3	2	2	2
	20	2	4	1	3	3
	21	3	3	2	1	3
Aspectos sociopolíticos gerais	22	3	4	2	1	4
	23	2	3	1	1	1
	24	4	4	4	2	4
	25	3	4	2	2	4
	26	4	4	2	3	4
	27	4	4	4	3	4
	28	4	4	4	3	4
	29	3	4	2	1	4
	30	4	4	3	4	4
	31	4	4	3	1	3
	32	4	4	4	3	4

OTA4		T-1	T-2	T-3	T-4	T-5
Indicadores						
Autogestão interna	1	2	4	1	1	2
	2	2	4	3	1	3
	3	3	4	3	2	3
	4	2	4	3	3	3
	5	2	4	3	2	3
	6	3	3	2	2	2
	7	1	4	4	1	4
	8	2	2	2	1	2
	9	4	4	3	3	3
	10	3	3	3	1	2
	11	4	4	3	2	3
	12	2	2	2	1	1
	13	2	3	2	2	2
	14	3	4	2	2	2
Autogestão Ampliada	15	1	4	1	1	1
	16	2	4	2	1	2
	17	3	4	2	2	2
	18	1	2	1	1	2
	19	2	3	1	1	2
	20	2	3	2	1	2
	21	3	4	2	2	2
Aspectos sociopolíticos gerais	22	3	4	2	1	2
	23	2	4	1	1	1
	24	4	4	3	2	1
	25	4	4	2	2	2
	26	1	4	3	4	2
	27	4	4	4	4	4
	28	2	4	3	2	2
	29	4	4	2	3	2
	30	4	4	4	4	4
	31	3	4	2	3	3
	32	4	4	3	3	3

Imagem 3 – Quadro comparativo por contraste dos indicadores de consciência dos trabalhadores nas 4 OTAs²¹

²¹ A diferença entre os distintos níveis de consciência dos trabalhadores está representada pelo contraste nos 4 quadros da figura 3, onde cada quadro se refere a uma organização de Trabalho Associado (OTA 1, OTA 2, OTA 3 e OTA 4). Os 32 indicadores estão dispostos em linha. As cores cinza escuro, cinza claro e branco significam: (4) cinza escuro - nível alto de consciência; (3) cinza

O cruzamento das imagens 2 e 3 permite concluir que alguns componentes autogestionários/institucionais das OTAs impulsionam um posicionamento politicamente engajado, favorecendo o despertar de uma *nova consciência* nos trabalhadores (*consciência para si ou de classe* - 3ª forma de consciência). Algumas OTAs sustentam suas experiências em bases favoráveis a outra forma de perceber o mundo e de interagir neste. Os indicadores comportamentais evidenciam que a solidariedade de classe está presente no imaginário dos trabalhadores das OTAs 1 e 2, inclusive numa perspectiva internacionalista. A consciência e a solidariedade dos trabalhadores se confirmam na prática concreta destas que apresentam perspectivas de confluência dos seus objetivos corporativos, com bandeiras de lutas políticas mais amplas e com a socialização dos avanços obtidos no interior da sua organização, especialmente pela integração sociopolítica das unidades produtivas à comunidade nas quais estão inseridas. É a *livre práxis* estabelecida na autogestão ampliada: *da resistência e reivindicação na produção à contestação social do capital*.

Numa segunda tipologia de OTAs, a cooperação, a autonomia, a disciplina, a liberdade e a participação também se encontram em níveis avançados (2ª forma de consciência - *consciência em si*). OTAs deste tipo são organizações consolidadas que já superaram momentos muito difíceis e apresentam uma aguçada sintonia coletiva. No entanto, a estabilidade no processo de trabalho e a boa situação financeira podem levar OTAs que se encaixam nesta tipologia a uma condição de estagnação: esta situação pode ser perigosa e

claro - nível moderado de consciência; (2) e (1) cor branca - níveis fraco e muito fraco de consciência. Os trabalhadores 1, 2, 3 correspondem a T-1, T-2, T-3 etc. Note-se que quanto mais escuro for o quadro, mais elevado o nível de consciência de cada trabalhador e mais elevado o nível de consciência predominante na OTA. O exame por contraste evidencia uma importante diferença entre os níveis de consciência dos trabalhadores das OTAs 1 e 2 se comparados com os níveis de consciência dos trabalhadores das OTAs 3 e 4.

precisa ser contornada. Algumas vezes os canais de comunicação e participação perdem funcionalidade porque *tudo vai bem e não há mais o que discutir*. São OTAs que apresentam um histórico de intenso engajamento político com práticas formativas diversas, mas com o passar dos anos passaram a priorizar tarefas de gestão do empreendimento e demandas econômico-corporativos, desatendendo para as práticas formativas dos seus trabalhadores e o seu relacionamento com a comunidade local. Para Sartre, é a *livre práxis do grupo organizado* cristalizada em *práxis constituída*: quando o grupo se endurece e o que era movimento se torna rotina, o que era ação converte-se em *procedimentos* (1979). As OTAs com este perfil tendem a estimular um comportamento do tipo autogestionário/autonomista, como equivalente, na tipologia de Iasi (2012), à *segunda forma de consciência*. Este é o caso da OTA número 3; a *resistência na produção* é o traço marcante deste tipo de organização.

Os resultados relacionados aos aspectos sociopolíticos da pesquisa (obtidos a partir das 83 perguntas dirigidas aos trabalhadores/as) demonstraram que alguns trabalhadores ainda têm um conhecimento muito superficial de assuntos relevantes à classe trabalhadora. Esses resultados são um tanto alarmantes e podem evidenciar uma terceira tipologia de OTA, com predominância de trabalhadores com comportamentos típicos da *primeira forma de consciência*, como a *ultrageralização* e a *reprodução* de perspectivas moralmente conservadoras. O fragilizado entendimento dos aspectos políticos e sociais mais relevantes, somado à falta de compreensão mínima sobre o que venha a ser a *autogestão*, mesmo no sentido de autonomia ou de autodeterminação, revela a fragilidade dos componentes institucionais destes empreendimentos e põe em dúvida as perspectivas emancipatórias destes. Mesmo existindo diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar no interior das OTAs; são um tanto frágeis as potencialidades emancipatórias das OTAs com este perfil. O fortalecimento da sua organicidade é tarefa

urgente e necessária. Alguns trabalhadores de organizações com este perfil apresentaram dificuldades em compreender que o seu trabalho está inserido num contexto mais amplo do sociometabolismo do capital ou de forma mais simplificada, que os acontecimentos no interior da OTA também são influenciados pelo movimento de outros atores importantes como o Estado e os agentes privados do Mercado. Esse é um bom motivo para a intensificação das práticas formativas. No entanto, estas práticas precisam ultrapassar o método clássico de formação política. A pedagogia mediada por atividades artístico-culturais como o teatro, a música, a dança e o muralismo, são surpreendentes instrumentos de sensibilização e transformação dos sujeitos.

O distanciamento ocorrido nas últimas décadas entre os movimentos populares e o campo do Trabalho Associado no Brasil, ocasionou um afastamento das OTAs do campo do enfrentamento político. Neste sentido, a pesquisa aponta que a relação entre as OTAs pesquisadas e os movimentos-referência ocorre de várias maneiras: desde uma forma mais orgânica e integrada (relacionada à terceira forma de consciência), ou como uma mera referência genérica - quando os movimentos populares são mencionados no sentido de representarem um horizonte abstrato ou uma bandeira de luta idealizada, comportamento típico da primeira e segunda forma de consciência.

Quando os entrevistados foram consultados sobre o seu *percurso militante*, constatou-se que em cada OTA havia no mínimo um/a trabalhador/a com percurso militante resultante de experiências anteriores ao trabalho no empreendimento e que ingressaram neste em razão da militância política. No entanto, um interessante elemento diferencia as OTAs n° 1 e n° 2 das OTAs n° 3 e n° 4. Nas OTAs 1 e 2 constatou-se a existência de percurso militante em mais de um trabalhador, e que se efetivou após o ingresso deste na OTA. Ou seja: é possível que as mediações políticas nestas OTAs tenham sido capazes de despertar a consciência dos seus trabalhadores e

provocar a superação da primeira e por que não dizer, da segunda forma de consciência; inserindo-os organicamente em alguma luta mais ampla, para além da atividade na unidade produtiva do empreendimento. O mesmo não ocorreu nas OTAs 3 e 4 (com dominância da primeira e segunda forma de consciência), nas quais os únicos militantes existentes nas organizações tinham percurso militante constituído anteriormente ao ingresso na OTA e declararam estar afastados das atividades nos movimentos há um bom tempo.

Conclui-se que os indicadores institucionais “participação institucional da OTA em movimentos populares ou organizações sociais” e “participação destes na OTA” combinado com qualificados índices de “repartição do poder” tornam-se *variáveis determinantes* num duplo sentido: (1) como mediação necessária para o surgimento de embriões da *nova consciência* dos trabalhadores; (2) como vetor indispensável para a superação dos objetivos econômico-corporativos das OTAs.

Estes resultados constituem um importante *termômetro* para a atuação dos núcleos de assessoria empenhados com uma incubação *técnica e política* capaz de incrementar um profundo e contínuo processo de consciência dos sujeitos que protagonizam estas organizações.

É necessário o resgate da autogestão no sentido que Claudio Nascimento dá ao Princípio de Poder Popular-Comunal como “processo através do qual os locais de vida (trabalho, estudo, lazer, moradia etc.) das classes populares se transformem em órgãos coletivos constituintes de um poder social alternativo e emancipatório, que permita avançar na construção e consolidação de um campo contra hegemônico” (199?).

As evidências do campo sugerem que a incorporação das OTAs às lutas políticas mais amplas (reivindicação e contestação) a partir da relação orgânica com movimentos e organizações populares torna-se um indispensável caminho para a possibilidade de superação dos objetivos unicamente

corporativos das OTAs; elevando-as à condição de sujeito político capaz de incidir na correlação de forças com eventuais possibilidades de disputa pela implantação de seu projeto político.

Referências bibliográficas

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE DA VIA CAMPESINA. (2007). **Agitação e propaganda no processo de transformação social.**

ELIAS, N. (1994). **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: ZAHAR.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. “Trabalho associado e mudança social”. (2010). In: DAL RI, Neusa Maria [org.]. **Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina.** Associação das Universidades Grupo Montevideu. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. (2011). Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação: Reformas e Rupturas. In: NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo Leme. (orgs.) **Trabalho, Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XXI.** Bauru, SP: Canal 6.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. (2001) **Trabalho associado.** Rio de Janeiro: DP&A.

FREUD, S.(1948). Esboço de psicanálise. In: **Os pensadores.** São Paulo: Abril cultural.

GAIGER, L. I. (2014) O mapeamento nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v.12, n.1, p. 7-24.

GARCIA, S. (1990). **Teatro da militância.** São Paulo: Perspectiva/Edusp.

GULLERM, A.; BOURDET, Y. (1976). **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar.

IASI, M. L. (2012). **As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular.

IASI, M. L. (2007). **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular.

IASI, M. L. (1999). **Processo de Consciência.** São Paulo: CPV.

- MARX, K. (1981) A enquete operária – o questionário de 1880. Anexo 1. In: Thiollent, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Pólis.
- MARX, Karl. (1982) Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório: as diferentes questões. In: BARATA-MOURA, J.; CHITAS, E.; MELO, F.; PINA, A. (Orgs.). **Marx e Engels: Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- MARX, K. (1998). **O capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MÉSZÁROS, I. (2011). **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo.
- MOTHÉ, D. (1980). **L'Autogestion goutte a goutte**. Éditions Du Centurion. Paris, *apud* Nascimento, C. Socialismo Autogestionário. Recuperado de <www.contag.org.br/imagens/f763socialismoClaudioNascimento.pdf> Acesso em 25/05/2013.
- NASCIMENTO, Cláudio (199?). **Sobre o Poder Popular**. Material Impresso.
- NASCIMENTO, C. (2004). **Do “beco dos sapos” aos canaviais de Catende**. Brasília: SENAES.
- NASCIMENTO, C. (s/d). **Momentos e ideias decisivos para uma história da autogestão**. s/e. Recuperado de <<http://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2014/04/Elementos-para-uma-historia-da-autogest%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017
- NOVAES, H. T. (Org.). (2011) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular.
- NUNES, T. de G. (2016). **Autogestão em perspectiva comparada – quatro organizações de trabalho associado na resistência da produção à contestação do capital**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4955605 Acesso em: 25/12/2018.
- SARTRE, J.P. (1979). **Crítica de la Razón Dialéctica**. Buenos Aires: Editorial Losada, v.1.

THIOLLENT, M. (1981). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis.

TIRIBA, L. (2001). **Economia popular e cultura do trabalho – pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora Unijuí.

2.

Experiências e vivências construídas na INTECOOP e no NESIC/UCPEL

REDE RECICLAR: A Pesquisa e a extensão universitária contribuindo com uma experiência de autogestão dos/as trabalhadores/as de cooperativas de resíduos sólidos¹

Renato da Silva Della Vechia

Diego Rodrigues Gonçalves

Bruna Corrêa Tillmann

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado de duas pesquisas e um projeto de extensão universitária, ambos desenvolvidos de forma vinculada ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativa da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPel). Os resultados das duas pesquisas, intituladas; “*mapeamento dos pontos de comercialização de resíduos sólidos na região do Corede/Sul,*” e “*Coleta Seletiva: estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos catadores do município de Pelotas*” contribuíram para o desenvolvimento do projeto de extensão denominado “*Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos da Região Sul do RS*”, a partir do financiamento via edital pela SENAES/MTE. Este projeto tinha por objetivo a constituição de uma rede de comercialização entre as cooperativas da região, melhorando as condições de trabalho para os/as trabalhadores/as e potencializando as políticas públicas no âmbito da economia solidária e da autogestão na região.

Introdução

O presente trabalho buscou a realização do mapeamento do número de pontos de comercialização de produtos originados pela coleta de resíduos sólidos na região

¹ Este artigo é um aprofundamento do trabalho intitulado “Mapeamento do Mercado de Resíduos Sólidos na Região do COREDE/Sul do Rio Grande do Sul e a Rede Reciclar”, produzido pelos mesmos autores(as) e apresentado parcialmente conforme o desenvolvimento da pesquisa.

do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE Sul) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), com área de abrangência de 22 municípios. A intenção com esta pesquisa era mapear os pontos de compra e venda, quem são esses comerciantes e sua relação com os/as catadores/as de materiais recicláveis, com o objetivo de identificar a dinâmica da cadeia de comercialização, que se inicia nos/as catadores/as, passando por diferentes níveis intermediários até chegar às indústrias de reciclagem.

O entendimento dessa cadeia é fundamental para o planejamento de uma logística que possa ser impulsionada pelo poder público e que resulte em melhores condições de trabalho e melhor preço dos produtos vendidos pelos/as catadores/as individuais e cooperativas organizadas. Além disso, a própria integração do trabalho das cooperativas dentro da *Política Nacional de Resíduos Sólidos*.

No período em que se desenvolve a elaboração e aplicação da pesquisa, o governo do Estado do Rio Grande do Sul e o governo Uruguaio tinham estabelecido um convênio que previa a formação de uma rede de seleção e processamento de resíduos sólidos, projeto denominado de *Cadeia PET Binacional*. Paralelo a este projeto, o NESIC (Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas), da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), também participou de um projeto financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego MTE/SENAES e que buscava a organização e formação de cooperativas de catadores/as em 10 municípios da região ainda não organizados pela Cadeia PET. O projeto Rede Reciclar se constitui em uma rede de cooperativas da região que comercializam de forma articulada, na perspectiva de melhores condições para os/as trabalhadores/as, no âmbito da organização das cooperativas e da economia solidária e impulsionando também um processo autogestionário da rede de cooperativas, rompendo com os chamados “atravessadores” que atuam na região e vendem diretamente para as centrais de triagem de Porto Alegre.

1. O Contexto

O modelo de sociedade capitalista, principalmente na sua concepção neoliberal, absolutiza o papel do mercado como um espaço natural de organização entre demanda e consumo na sociedade e abomina toda intervenção do Estado. Nessa perspectiva, toda forma de intervenção estatal que possa limitar consumo ou concentração de capital é identificado como um entrave ao desenvolvimento econômico. Entenda-se que nesse caso o conceito de desenvolvimento econômico é visto apenas como crescimento de consumo e ampliação do capital, sem nenhuma relação com questões como sustentabilidade ou qualidade de vida.

O outro elemento característico desse modelo é o aumento incessante do consumo, mesmo que ao custo da geração de enormes passivos ambientais e do empobrecimento da maior parte da população. Significa que essa perspectiva precisa produzir mercadorias que tenham curto espaço de vida, que se tornem rapidamente obsoletas para incentivar a cadeia permanente do consumo. As formas de produção atuais são caracterizadas pelo aumento do desperdício como fórmula para o aumento da lucratividade e está expresso, segundo Mészáros, na taxa decrescente do valor de uso das mercadorias.

É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo - intrínseco ao avanço produtivo em geral - seja completamente *revertido* da mais intrigante forma: em que a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “*consumir*” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “*bens de consumo duráveis*” que

necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil (MÉSZÁROS, 2002, p. 640).

Essa dinâmica onde a economia se baseia fundamentalmente no consumo cria diariamente milhões de toneladas daquilo que costumamos denominar de lixo. Durante muitos anos esse material ou não era coletado pelo poder público (cada um incinerava seu próprio lixo ou atirava em algum local desocupado), ou era jogado em grandes lixões constituídos por algumas das administrações públicas (grandes e médias cidades). Não existe um consenso na bibliografia sobre a origem daqueles indivíduos que costumamos denominar de catadores/as, pessoas que através da coleta de materiais jogados fora tiravam o sustento de suas famílias ou no mínimo complementavam renda.

Há referências sobre o início da atividade de catador/a desde o início do século XX (sucata). Outros estudos falam na década de 50 como início dessa atividade (frequentemente um conceito misturado ao de pessoas em condição de rua). Mas em geral, no Brasil, é mais frequente a referência ao início da década de 1980 como uma atividade mais massiva nas cidades de grande e médio porte.

Ainda na década de 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACS, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACS destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural de diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACS acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda criativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado (SINGER, 2003, p. 122).

Diante da crise econômica no país, a década de 1990 foi marcada por novas alternativas na forma de organização dos/as trabalhadores/as, entre elas a tomada de empresas falidas e a organização dos assentados da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na perspectiva do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária (SINGER, 2002, p. 123).

A organização das cooperativas de catadores/as tem referência no início dos anos 2000.

Até o início de 2000, eram raras as iniciativas de regulamentação da atividade dos catadores, das suas formas de produção e comercialização, suas instituições de apoio e de representação política. Nos últimos quinze anos, a economia solidária e as cooperativas de catadores vêm ganhando notoriedade como movimento social e também como objeto de políticas públicas do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais (ZANIN, GUTIERREZ, 2011, p. 40).

O passivo ambiental e o enorme número de pessoas que vivem dessa atividade força o poder público a dar uma resposta organizada. Nessa perspectiva surgem dois grandes movimentos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos que busca a integração do/a catador/a e a regulamentação da profissão que permite a constituição de direitos e previdência.

2. Política Nacional de Resíduos Sólidos/Plano Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, instituída pela lei 12.305/2010, prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos num amplo processo de mobilização e participação social.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos contempla a problemática dos diversos tipos de resíduos gerados, as alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, planos de metas, programas, projetos e ações correspondentes. O documento, elaborado sob a coordenação do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos - CI, composto por 12 ministérios, apresentou o diagnóstico atual dos resíduos sólidos no Brasil, o cenário ao qual devemos chegar até 2031, diretrizes, estratégias e metas que orientam as ações para o Brasil implantar a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos (BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010).

O III Plano Nacional de resíduos sólidos possibilita não apenas políticas adequadas para trabalhar as questões ligadas à sustentabilidade ambiental, como também permite uma melhor organização do trabalho hoje desenvolvido de forma individual pelos/as catadores/as. O III Plano Nacional de resíduos sólidos está previsto na Lei 12.305/2010 que determina os deveres dos estados e municípios para o manejo do lixo, como metas de redução, reciclagem, reutilização e outras que reduzam a quantidade de rejeitos, a eliminação dos lixões associadas à inclusão social e a emancipação econômica dos/as trabalhadores/as (catadores/as) de materiais. Esse plano contribui significativamente com a organização dos/as catadores/as na medida em que prioriza que as prefeituras façam convênios com cooperativas, e não empresas. Ao mesmo tempo flexibiliza questões jurídicas e permite ao poder público fazer convênios com cooperativas sem necessidade de licitação ou seleção pública onde existe apenas uma cooperativa.

Outro fator que veio a contribuir no processo de organização dos/as catadores/as, embora ainda não adequadamente divulgado e pouco difundido, é o reconhecimento legal da profissão de catador/a. Essa possibilidade, além do aspecto social que permite contribuição previdenciária e seus benefícios, também contribui com a melhora da auto estima da categoria, que até pouco tempo

atrás sofria muito fortemente preconceitos sociais derivados de uma visão deformada dos/as catadores/as, como pessoas desqualificadas, moradores de rua, vinculados ao crime, etc.

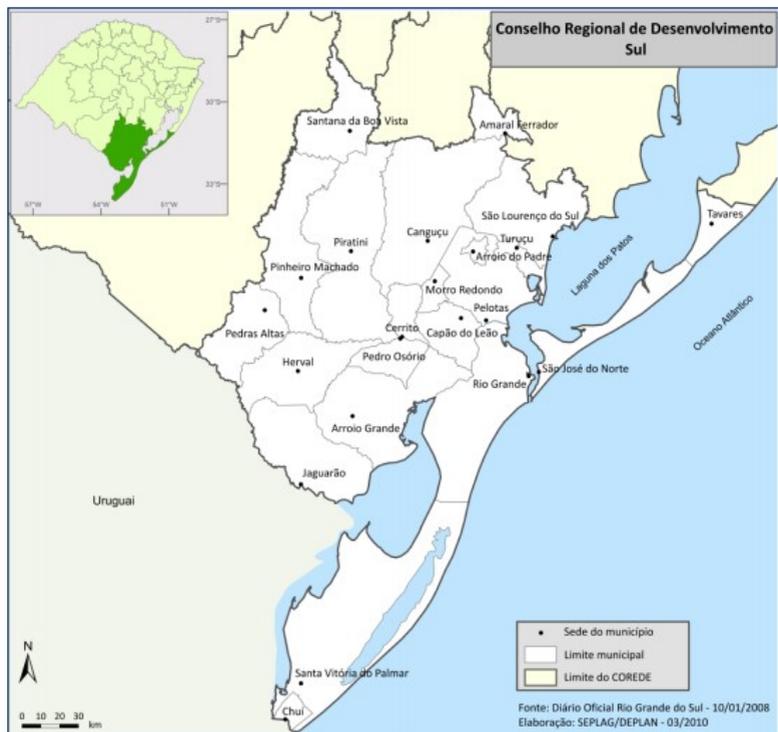
A perspectiva criada pelo III Plano tende a proporcionar um aumento da coleta de resíduos sólidos em grande parte dos municípios. No entanto, existe uma falta de habilitação de parte de diversas prefeituras para efetuar o plano, pois o "problema do lixo" ainda é comumente tratado como uma questão de governo, ou seja, diferentes governos dão distintos encaminhamentos (políticas) para a questão, sem uma continuidade no tempo que permita a consolidação de um projeto sustentável ambientalmente e inclusivo socialmente.

Nesse contexto, a iniciativa privada (inclusive em grupos estruturados internacionalmente) está se organizando fortemente para dar conta do que o poder público não consegue, desvalorizando os/as catadores/as que já estão no mercado e buscando a privatização dos sistemas de lixo, esgoto e água. Mais recentemente estamos percebendo um movimento forte na perspectiva da incineração do lixo. Empresas internacionais, algumas proibidas de atuar em países europeus, se voltam para regiões como a nossa, onde os governos aceitam passivamente a entrada de capital externo e o comprometimento ambiental em uma perspectiva privatista. Muitas vezes motivados por fatores pouco transparentes, típicos de um sistema político fortemente enraizado na corrupção.

3. A região - COREDE/Sul

Tanto o mapeamento a respeito do mercado de resíduos sólidos, como o projeto de extensão que tinha como objetivo o aumento do número de cooperativas de catadores na região sul do RS buscavam contribuir com a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente junto aos municípios que não tinham uma política de organização da reciclagem em andamento ou em vias de se consolidar.

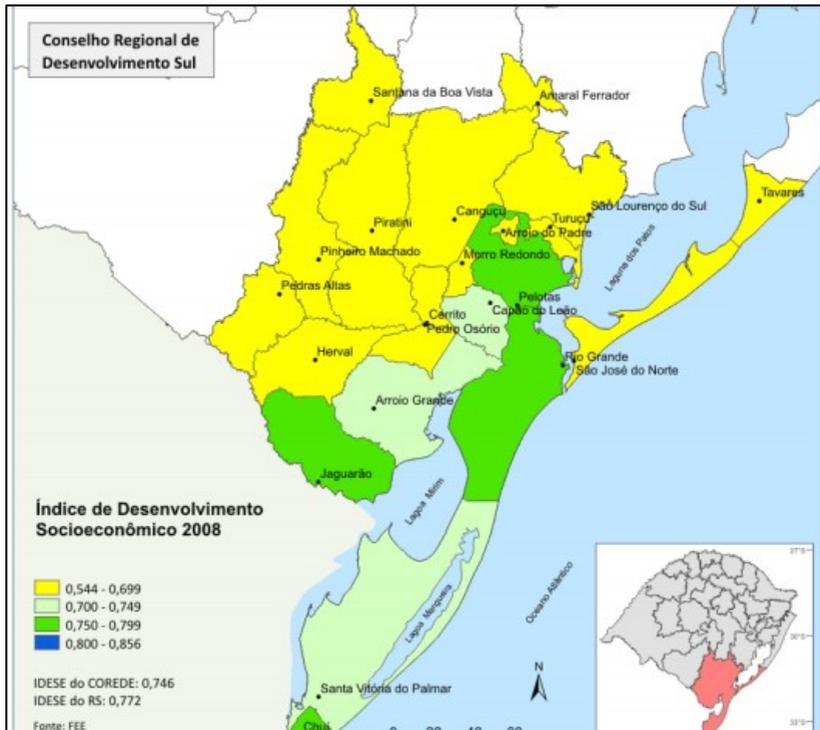
A região foi escolhida pela proximidade da sede da instituição de execução da pesquisa, a UCPEL, e devido a sua posição estratégica em meio à constituição de um polo de transformação de garrafas PET, a Cadeia Binacional Solidária do PET.



Mapa da região/municípios

O COREDE/Sul se destaca pela concentração urbana, com cerca de 69% dos seus moradores vivendo no chamado Aglomerado Urbano do Sul. A Região ocupa 17% do território, acolhe 843.206 habitantes, que representam 7,9% da população do Estado, conforme dados do Censo Demográfico

2010, e responde por 6,2% do PIB gaúcho, ou seja, R\$12.462.107,00 de acordo com os dados de 2008.



Mapa da Região/Índice de desenvolvimento socioeconômico por município no COREDE/SUL

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), é elaborado nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e desenvolvido através de um amplo cruzamento de dados divididos em cinco grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento, Domicílios e Saúde. Esta região não conta com nenhum município na faixa de alto desenvolvimento, estando todos enquadrados nas faixas de médio e baixo desenvolvimento.

4. A região e a “Cadeia Binacional Solidária do PET”

Esta cadeia prévia, por meio de um convênio firmado entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Economia Solidária e apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), e o governo Uruguaio, a formação de uma rede de seleção e processamento de resíduos sólidos cujos termos estabeleciam que o RS deveria repassar aproximadamente mil toneladas/mês de flocos de garrafa PET, que deveriam ser obtidas através da organização de quatro (4) centrais de seleção, triagem e picotagem montadas em quatro (4) microrregiões do Estado do RS. O material produzido nas centrais deveria ser destinado a uma unidade de transformação do país vizinho, Cooperativa Industrial Maragata (COOPIMA), para receber processamento (transformação em “flakes”, ou seja, em flocos), e retornar posteriormente ao Brasil diretamente para a Cooperativa de Produção Têxtil (COOPERTEXTIL) localizada na cidade de Pará de Minas, em Minas Gerais. O objetivo de tal processo seria a agregação direta de valor aos produtos através da transformação do PET em fio para a tecelagem. A intenção era que provocasse a alavancagem econômica do setor de reciclagem no Estado, pois se constituiria como um importante meio para a melhoria da renda dos trabalhadores, já que visa estabelecer relação de comercialização somente com cooperativas no sentido de valorizar a relação direta entre o produtor (agentes ambientais) e o consumidor (centrais de processamento).

5. Uma análise de “quem são” os comerciantes de Resíduos Sólidos na região do COREDE/Sul

Para melhor compreensão deste mapeamento dos pontos de comercialização é necessário que identifiquemos quem são esses comerciantes e sua relação com os/as catadores/as de materiais recicláveis. Nesse sentido

destacamos o papel importante da pesquisa científica para a compreensão da realidade, bem como a importância de alguns elementos como, teoria, método e criatividade na pesquisa.

Poderíamos dizer, nesse sentido, que o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído (MINAYO, 2001, p. 12).

O comerciante é a pessoa que compra o material reciclável do/a catador/a não organizado em cooperativas, autônomos/as. Esses/as comerciantes também são chamados, de maneira pejorativa, de atravessadores/as, intermediário/a ou sucateiros/as e são caracterizados/as como grande e médio comerciante. A diferença entre o grande e o médio atravessador/a é a estrutura para o armazenamento e transporte dos materiais, bem como sua localização. Os grandes atravessadores/as estão situados nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades ou à margem delas, onde também podem se encontrar as indústrias de processamento (por exemplo, Porto Alegre e Cachoeirinha). Os médios atravessadores/as estão localizados/as nas cidades de médio e pequeno porte, servindo de fornecedores/as e/ou atravessadores/as para os grandes atravessadores/as (por exemplo, Pelotas e Piratini).

Foram realizadas entrevistas com os/as atravessadores/as e cooperativas, nos 22 municípios do COREDE/Sul, com um questionário semiestruturado, com 52 questões para identificar o perfil socioeconômico e cultural dos/as compradores/as de resíduos sólidos. Ao total foram entrevistados/as 64 atravessadores/as e 10 representantes de

cooperativas (afora 5 que não aceitaram responder ao questionário). Os locais identificados foram²:

Cidade	Atravessadores	Cooperativas
Amaral Ferrador	1	0
Arroio do Padre	0	0
Arroio Grande	1	1
Canguçu	3	1
Capão do Leão	6	0
Cerrito	1	0
Chuí	4	0
Herval	2	0
Jaguarão	3	1
Morro Redondo	0	1
Pedras Altas	1	0
Pedro Osório	1	0
Pelotas	14	4
Pinheiro Machado	2	0
Piratini	1	1
Rio Grande	12	1
Santa Vitória do Palmar	5	0
Santana da Boa Vista	1	0
São José do Norte	1	0
São Lourenço do Sul	2	0
Tavares	1	0
Turuçu	2	0
Municípios: 22	Atravessadores: 64	Cooperativas: 10

A maior quantidade de comerciantes encontrados em Pelotas e Rio Grande já aponta para uma característica da região. Sobre a questão gênero, identificamos que: 61 entrevistados são homens e 13 mulheres³. Considerando o mercado de trabalho, pode-se declarar que a idade é um fator

² Houve modificações na quantidade de cooperativas e de atravessadores em alguns municípios após a realização dessa pesquisa.

³ Em uma pesquisa específica com catadores do município de Pelotas, realizada pelo NESIC/UCPel (2013/14), identificamos 168 homens, (em torno de 76,71%) e 51 mulheres (23,29%). No caso, a diferença é menor quando comparada com os que responderam em nome dos empreendimentos (82,43% homens) e (17,57% mulheres).

decisivo, onde percebemos que grande parte dos/as compradores/as de resíduos sólidos (54) têm idade superior a 40 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, dois são analfabetos, 36 têm Ensino Fundamental Incompleto, 10 têm Ensino Fundamental Completo, 6 têm Ensino Médio Incompleto, 10 têm Ensino Médio Completo, 3 têm Ensino Superior Incompleto, 5 têm Ensino Superior Completo e 4 não quiseram responder.

Quanto aos dados sócio econômicos encontrados sobre estes atravessadores e os cooperados, podemos identificar que 21 atravessadores e 1 representante de cooperativa possuem outra atividade econômica além da reciclagem, e que apenas 2 atravessadores já estão aposentados. Quanto à renda, podemos perceber pela tabela abaixo que existe uma grande variação de valores.

Renda	Atravessadores	Cooperados
Até R\$400,00	4	0
De R\$400,00 até R\$700,00	2	1
De R\$700,00 até R\$1000,00	4	1
De R\$1000,00 até R\$1500,00	7	0
De R\$ 1500,00 até R\$2000,00	6	1
De R\$ 2000,00 até R\$2500,00	4	0
De R\$2500,00 até R\$3000,00	5	0
Superior a R\$3000,00	7	0
Não quiseram responder	25	7
Total	64	10

Para que possamos ter uma compreensão melhor de valores, precisamos levar em consideração que o salário mínimo em 2014 era de R\$ 724,00 (37,85% menor que o atual). E em 2015 era de R\$ 778,00 (26,65% menor que o atual). Além disso, levar em consideração que um número grande dos entrevistados (24) não quis responder a esta pergunta, o que pode mascarar um pouco os valores reais. Mas mesmo com esse limite nessa resposta podemos identificar que aproximadamente 15% recebem até um salário mínimo; 26%

entre 1 a 2 salários; 24% entre dois e três; 20% entre três e quatro e 15% acima de quatro salários mínimos. Mas como na amostra que identificou esses valores apenas 4 pessoas são cooperadas e a imensa maioria (39) são comerciantes ou responsáveis por empreendimentos privados de reciclagem, precisamos ter o cuidado de não estender estes valores ao conjunto dos catadores ou pessoas que trabalham em galpões, mas apenas aos empreendedores privados deste ramo. Provavelmente em função desta realidade é que também encontramos um número tão reduzido de pessoas que participam de algum programa social (apenas 2 atravessadores e 5 cooperados), já que a renda é um critério determinante para participação neste tipo de programa (renda per capita inferior a R\$ 160,00).

Quando fomos tentar identificar o tempo de atuação no ramo, pudemos perceber que a maioria (60%), já está no negócio a mais de 10 anos. Novamente não podemos esquecer que estamos trabalhando com informações de empresários do ramo, e não com catadores individuais. É possível (embora não identificado na pesquisa) que no caso dos trabalhadores avulsos a rotatividade na atividade seja bem maior dependendo muito das condições de empregabilidade em outras atividades econômicas e da condição individual dos mesmos.

Em relação ao licenciamento ambiental, apenas 25 atravessadores/as e 6 cooperativas possuem licenciamento. Destes atravessadores/as que o possuem, a forma como obtiveram o licenciamento é confusa, contraditória e aponta para condições de irregularidades.

Destes dados obtidos podemos fazer algumas associações. Por exemplo, os comerciantes com maior renda no negócio são os mesmos que têm o ensino superior completo e que possuem licença ambiental para trabalhar. O que aponta para o mercado como uma oportunidade de empreendedorismo. Outrossim, a grande maioria dos comerciantes trabalha na informalidade.

A maioria dos/as entrevistados/as não participam de atividades de organização coletiva (por exemplo, clube social, partido político, Associação de Bairro, Associação profissional), a atividade mais expressiva foi a participação na Igreja (10 entrevistados). Nesta perspectiva podemos destacar a cultura da individualização dos sujeitos, típico do modo de produção capitalista.

6. A dinâmica da comercialização entre os municípios da região do Corede/Sul

Para além das questões apontadas acima que tangem a “quem são” e “como trabalham” os/as atravessadores/as, mapeamos o caminho dos resíduos pelos municípios da região, dos pequenos e médios atravessadores/as até a indústria de processamento.

No primeiro cenário, mapeamos o caminho entre os municípios e entre os diferentes “níveis” de atravessadores/as. Percebemos dois pólos ou municípios que se destacam e ganham evidência na comercialização da região.

Pelotas recebe material de quase todos os municípios da região, exceto de Santana da Boa Vista. Isso ocorre devido a distância entre os dois municípios, bem como a proximidade entre Santana da Boa Vista e o município de Santa Maria, cidade de médio porte e que já faz parte de outro COREDE.

Pelotas recebe resíduos sólidos de



Notamos também que Pelotas recebe os materiais em dois *níveis ou etapas*. No primeiro *nível* o comerciante das cidades de pequeno porte envia direto para Pelotas. É o caso, por exemplo, de Piratini e Pedro Osório.

No segundo *nível*, o município de pequeno porte compra de outros municípios de mesmo porte ou menores (próximos geograficamente) como, por exemplo, Arroio Grande que compra de Herval e envia para Pelotas.

Vejam que o principal destino na região é Pelotas, porém, os materiais em alguns casos circulam entre comerciantes e municípios antes de chegar a Pelotas.

Essa dinâmica geral caracteriza o município de Pelotas como o grande pólo de recebimento dos materiais da região e de comercialização para fora da região (região metropolitana de Porto Alegre, Santa Catarina, Paraná e São Paulo).

Rio Grande é um polo industrial bem desenvolvido na região e produz grande quantidade de material. A condição de cidade portuária com o segundo maior porto em movimentação

de carga do país lhe propicia uma capacidade de logística mais consolidada que os outros municípios. Desta forma, o município de Rio Grande recebe material de outros municípios da região (principalmente ferro) e envia direto para a região metropolitana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde se encontra um grande número de indústrias de processamento de resíduos sólidos.

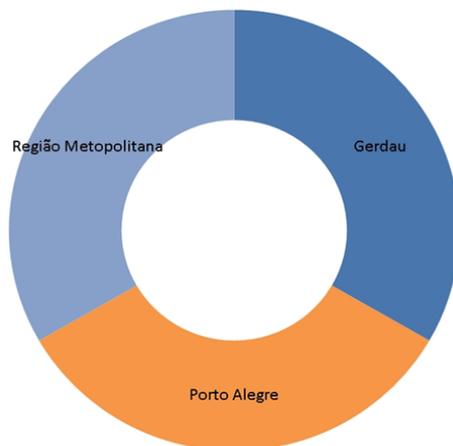
Outro município que não entra na dinâmica geral da cadeia de comercialização da região é São José do Norte. Com uma grande estrutura de galpão, maquinário, caminhões e renda, o/a atravessador/a que tem o trabalho vinculado à prefeitura, se destaca em sua estrutura e movimentação de materiais que são enviados direto para centros industriais como São Paulo.

Além disso, ambas as cidades encaminham as sucatas para a empresa Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, e a maior recicladora da América Latina, transformando sucata em aço (Gerdau, 2019).

De toda forma, mesmo Rio Grande com sua capacidade logística, acaba enviando certos produtos para Pelotas, reforçando o município como pólo regional na comercialização.

Rio Grande envia Resíduos Sólidos para

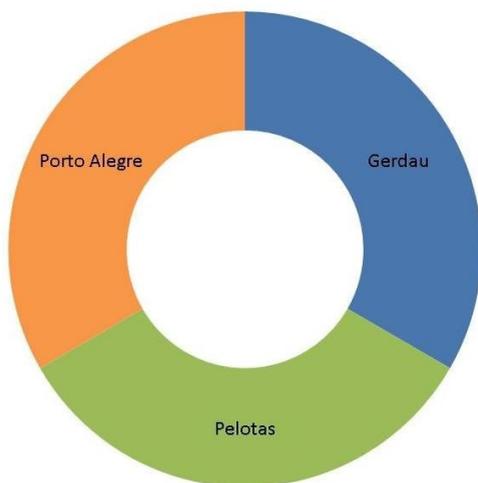


São José envia Resíduos Sólidos para**7. A comercialização das Cooperativas da região do COREDE/Sul**

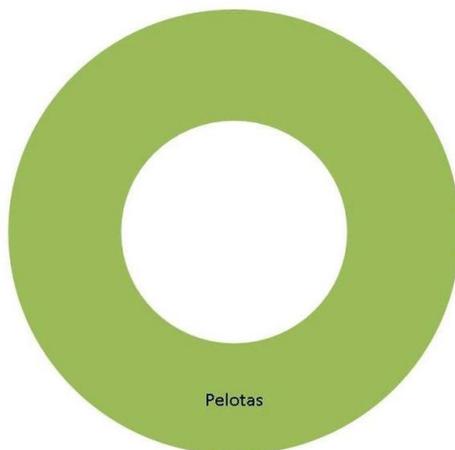
Como o presente trabalho tem por objetivo o impulso nas políticas públicas no âmbito da Economia Solidária e da Autogestão das cooperativas, é fundamental entendermos também a dinâmica das cooperativas da região. Esse entendimento pode e deve articular as cooperativas em uma perspectiva de rompimento com a dependência dos diversos níveis de atravessadores/as. Primando por melhores condições de ganho, de trabalho e vida para os/as cooperados/as.

Vejamos, nos gráficos a seguir, alguns exemplos do fluxo das cooperativas da região.

Jaguarão



Piratini



As cooperativas dos municípios de Piratini (pequeno porte) repassam todo o material para Pelotas (atravessadores/as de médio porte). O município de Jaguarão tem um fluxo mais diversificado, ainda assim aparece novamente Pelotas como um pólo de recebimento. O município de Arroio Grande envia para Pelotas e Bagé. Contudo, Bagé recebe de Arroio Grande e também envia para Pelotas.

Rio Grande, assim como Pelotas, é um pólo importante na região. O material das cooperativas passa pelo/a atravessador/a (médio porte) do próprio município que tanto o envia para o/a atravessador/a (grande porte) da região metropolitana ou, ainda, direto para a indústria em São Paulo.

O fluxo das cooperativas, em boa parte, repete a dinâmica dos comerciantes da região. Tanto quanto as “cidades pólo”, como aos “níveis de comercialização”. Contudo, a cadeia de comercialização não é nada linear ou simples. Os resultados apresentados são expoentes, ou seja, são as questões que mais se repetem, neste estudo, como por exemplo, o apontamento de Pelotas como um município importante e estratégico na cadeia.

8. A Rede Reciclar

A Rede Reciclar⁴ surgiu com o objetivo de articular as cooperativas da região sul do estado do Rio Grande do Sul – COREDE Sul, na perspectiva de melhores condições na comercialização dos materiais, melhores rendimentos, logo melhores condições de trabalho a partir da perspectiva da economia solidária e da autogestão de cooperativas, articuladas em rede.

⁴ O projeto de incubação aportado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e desenvolvido pelo NESIC/UCPEL ocorreu entre os anos de 2012 e 2016, com o projeto “Constituição de uma Rede de Empreendimentos Solidários de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos da Região Sul do RS”, obtendo recursos para sua execução no edital n° 004/2011 da SENAES/MTE.

A Rede Reciclar Sul está inserida da Metade Sul do Rio Grande do Sul e já abrangeu as cidades de Arroio Grande, Pinheiro Machado, Piratini, São Lourenço do Sul e Turuçu. Esta rede é considerada pioneira na Região Sul do RS, e mesmo ainda informal e a passos lentos, vem garantindo uma maior autonomia para as Cooperativas da região, aumentando a comercialização dos materiais e rompendo com o atravessador.

Para além da questão do “modus operandi” na comercialização, é importante firmarmos uma perspectiva mais ampla sobre questões centrais para a compreensão deste trabalho. Paul Singer, em seu livro *Introdução à economia solidária*, versa que fundamentalmente a economia solidária é:

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10).

O conceito de economia solidária tem sido bastante discutido. Um debate que aproxima e/ou distingue práticas e conceitos como, economia popular e solidária, economia social, cooperativismo e terceiro setor (CRUZ, 2006, p.89). De toda forma, e com todos os desafios conceituais que cercam o tema, trabalhamos na perspectiva de um modo de produção que se opõe às relações de produção do modo de produção capitalista.

A auto-organização das cooperativas da região, bem como o processo de construção da rede (Rede Reciclar), se constituiu com base em um processo que caracteriza a autogestão na atualidade como uma categoria política e analítica, material e histórica de condições subjetivas/objetivas. Não necessariamente se desenvolve em períodos revolucionários de disputa do Estado, mas apresenta diferentes graus de controle da produção (NUNES, 2016). Nessa perspectiva, (autogestão), é que buscamos impulsionar as

cooperativas. Claro que esse é um processo longo e difícil de se consolidar, mas que demanda uma política específica para que gere resultados. Afinal, a autogestão não só não surge de forma espontânea como ainda vem na “contramão” da lógica tradicional das relações de poder constituídas em nossa sociedade.

A construção de uma “rede” de comercialização entre as cooperativas da região é impulsionada por um elemento importante na história recente da economia solidária no país. Trata-se das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITCPS). Organizadas desde 1999, em uma rede, e ligadas à entidades universitárias, as ITCPS tem tido um importante papel no desenvolvimento teórico, político e prático da economia solidária no Brasil (SINGER,2002,p.123).

Buscando a articulação das cooperativas de forma a diminuir o impacto dos atravessadores e aumentar a renda das cooperativas, foram realizados contatos e visitas de sensibilização e mobilização com os municípios da região aos quais o projeto se destinava. Posteriormente, pensou-se na organização de um Fórum, denominado “Fórum de empreendimentos que atuam com resíduos sólidos na região sul do RS”. O papel do Fórum, enquanto espaço de organização e articulação dos empreendimentos para o enfrentamento coletivo de suas demandas, é oportunizar a discussão das dificuldades enfrentadas pelos mesmos diante do poder público, das investidas econômicas da iniciativa privada e interesses contrários à própria Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O primeiro encontro da Rede aconteceu no dia 11 de junho de 2015, no Campus II da Universidade Católica de Pelotas. Participaram 7 municípios, totalizando 24 pessoas presentes. A programação constituiu-se da apresentação da proposta e objetivos. Seguiu-se uma palestra sobre redes e a apresentação dos dados de pesquisa (Mapeamento do Mercado de Resíduos Sólidos na Região do Corede/Sul) na época em execução.

De Junho de 2015 ao fim do primeiro semestre de 2017, foram realizadas 19 reuniões do Fórum de Empreendimentos (até a metade de 2019 já foram realizadas mais de 40 reuniões). Durante esses dois anos a efetivação da rede passou por diversas etapas do processo de incubação: diagnóstico das cooperativas, do mercado, riscos para as cooperativas, enfim limites e possibilidades de diferentes cenários que a rede poderia estar posta.

No início do ano de 2016, três cooperativas, das cidades de Arroio Grande, Piratini e Turuçu, estavam decididas e planejadas para a realização da primeira venda conjunta. A definição consensual da venda passou por várias etapas como: planejamento, logística, pagamento, notas de compra e venda tipos de materiais, definição da data, características dos compradores, contatos e aproximação com o comprador, informações sobre preços de venda do papel e comparação dos preços praticados pelos compradores da região metropolitana e do atravessador da região. Enfim, discussões necessárias e que regulamentaram a operação de venda.

Um cuidado importante foi à percepção de que as cooperativas não poderiam romper automaticamente com o atravessador. Os desdobramentos da venda coletiva, mesmo que planejados e analisados criteriosamente, não poderiam garantir por si só o desenvolvimento à médio e longo prazo da rede. As relações de compra e venda no modo de produção capitalista, não ocorrem de forma isolada de todo o contexto sócio, econômico e político, tanto nas micro relações (cooperativas e até à rede), como nas macro relações (variação econômica e política, global).

Em março de 2016, as três cooperativas somaram uma carga de aproximadamente 15 toneladas de papel e realizaram sua primeira venda conjunta para a região metropolitana de Porto Alegre, rompendo assim com a cadeia de atravessadores da região.

Nos relatos sobre a venda coletiva, duas cooperativas afirmaram que o resultado foi positivo, na média entre R\$

500,00 e R\$ 600,00 a mais em relação à venda individual e para o atravessador. A terceira cooperativa não tinha claro ainda se o rendimento tinha sido maior ou menor.

A segunda e a terceira venda, já com o plástico e o ferro, começaram a modificar o cenário do mercado. Notou-se que, as cooperativas outrora refêns das alterações de preços, subordinadas e dependentes do atravessador, agora começavam a receber ofertas de melhores preços dos compradores da região metropolitana. O que foi objeto de debate e levou ao estabelecimento de critérios para a venda.

Porém, as decisões de “para quem vender”, a logística de separação e pesagem, a questão do transporte (rota e datas), são intrínsecas ao processo de venda e são objeto de permanente discussão e aperfeiçoamento. Para tal, todo o processo de constituição da rede foi perpassado pelas assessorias técnicas, em diversas questões (jurídica, contábil, ambiental, logística, gestão).

Levando em conta o histórico de dependência e baixos rendimentos das cooperativas, é visível que a constituição da rede trouxe benefícios para as cooperativas e para os cooperados. Mesmo assim, ao longo do tempo a rede teve “altos e baixos”, tanto em relação à relação de pressão com os atravessadores que inúmeras vezes buscaram dificultar as relações internas da rede, quanto às oscilações de mercado e dificuldades nas relações internas entre as cooperativas. Mas se formos analisar na média do tempo em que a mesma está organizando sua comercialização, podemos perceber um salto de qualidade, tanto no rendimento como na relação com algumas prefeituras municipais que melhoraram as condições dos convênios, bem como no fortalecimento da autoestima e da consciência política e social dos catadores enquanto agentes ambientais fundamentais em nossa sociedade.

Com a aproximação da cooperativa da cidade de São Lourenço do Sul, conseguiu-se um contato com a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da FURG Campus São Lourenço do Sul que também passou a dar

um apoio para a rede. Além deste, já vinha participando como apoiador da rede, o Núcleo de Economia Solidária (NESol), do Instituto Federal Sul Riograndense (IFSul) Campus Pelotas.

As vendas da Rede continuaram nos anos seguintes, mesmo com o fim do Projeto. O número de cooperativas oscilou nestes anos e contava no ano de 2018 com 5 cooperativas, das cidades de Piratini, Pinheiro Machado, Turuçu, São Lourenço do Sul e Arroio Grande. Porém com a conjuntura do País, o pouco suporte para a Economia Solidária e a dificuldade de um apoio maior à rede resultou na saída da cidade de Piratini em meados da metade de 2018 e da saída de São Lourenço do Sul em Maio de 2019. O NESIC/UCPEL continua com assessorias pontuais junto à rede, mas entendendo que já se trata de um acompanhamento de desincubação.

Nesse processo, pudemos identificar um conjunto de problemas que ao longo do tempo dificultaram a constituição de cooperativas bem como da própria rede Reciclar. Em primeiro lugar a falta de uma compreensão por parte de alguns gestores públicos de que muitas das políticas públicas precisam ser entendidas enquanto políticas permanentes. Alguns municípios tinham se proposto a trabalhar na perspectiva do projeto de constituição de cooperativas. No entanto, após as eleições e com a troca de partidos no comando dos executivos, muitos deles olharam com desconfiança e se retiraram do processo. Um segundo problema foi a falta de recursos para investir ou a falta de compreensão de que a constituição de cooperativas não significa gasto, mas economia ao longo do tempo. Afinal, não havendo triagem e venda de material nos municípios, aumenta o volume de resíduos sólidos que as prefeituras precisam mandar aos lixões licenciados, volume esse que é remunerado por tonelada. Outra situação que identificamos foi a preocupação em algumas prefeitura em controlar politicamente as pessoas que compunham a cooperativa, como se estivessem fazendo um favor pessoal ao permitir convênio do município com as mesmas, sendo que em alguns casos havia até mesmo a participação direta de gestores

públicos, quase que interventores dentro das cooperativas para melhor controlá-las.

9. Considerações finais

O presente trabalho apresenta-se como um desafio diante de todos os elementos que perpassam pela proposta inicial do projeto de pesquisa. O mapeamento dos pontos de comercialização dos resíduos sólidos na região do Corede/Sul torna-se apenas um ponto de partida para uma discussão que debata os desafios da Economia Solidária e da Autogestão no atual contexto sócio, econômico e político em que se desenvolve o trabalho.

A análise da lógica de mercado em uma perspectiva crítica, objetiva e histórica, possibilita uma ampla compreensão da totalidade em que os sujeitos catadores, cooperados e atravessadores estão inseridos, dentro do modo de produção capitalista. Também, como a sociedade se comporta em relação ao consumo e ao descarte.

Tangenciando esses temas, vão se desenvolvendo às políticas públicas que tentam dar conta das diferentes dimensões do problema, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, limitada pela incapacidade e/ou desinteresse do poder público na sua efetivação.

As tentativas de alguns governos em desenvolver e potencializar a Economia Solidária (como a tentativa de implementação da Cadeia Binacional Solidária do Pet), esbarrou na tradição de nossa política partidária. A troca de comando tanto no governo do estado como no município e a não identidade dos novos governos com esse modelo de economia (solidária) bem como um comprometimento com modelos empresariais de coleta e seleção de resíduos, inviabilizou (ao menos momentaneamente) que esse projeto tivesse continuidade, e também criou problemas em algumas iniciativas municipais.

Historicamente o movimento de economia solidária se reinventa e resiste aos contextos contrários ao seu desenvolvimento. A organização dos trabalhadores, o apoio de movimentos sociais que trabalham na perspectiva da economia solidária e de instituições como às Incubadoras Tecnológicas, bem como o intercâmbio das experiências de destes sujeitos coletivos tem sido de fundamental importância para a resistência e para o horizonte de uma outra economia.

Neste contexto de novas práticas fundamentadas nas experiências históricas é que surge a constituição da Rede Reciclar. A organização das cooperativas da região sul do Rio Grande do Sul, em uma rede de comercialização conjunta, que diminua o peso da figura do atravessador (que obtém parte do lucro do trabalho realizado pelo trabalhador) é uma importante e necessária experiência. Há dois anos em desenvolvimento e com boa adesão das cooperativas da região (o que pressupõe melhores condições de comercialização e de trabalho) a rede alcança seus objetivos iniciais e se consolida como uma alternativa de auto-organização das cooperativas.

Para além de resultados econômicos (por si só importantes para as pessoas envolvidas), ainda identificamos como um dos maiores saldos deste processo a aproximação com o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCMR), sendo que algumas cooperativas da região não só participaram de diversas atividades estaduais e nacionais do movimento, como começaram a participar inclusive de sua direção estadual.

Na perspectiva inversa, relacionada às dificuldades mais recentes, podemos identificar que os empreendimentos de economia solidária que já enfrentavam diversos desafios, foram completamente alijados das políticas públicas com o Plano Plurianual (PPA) do período 2016-2019. Para a Economia Solidária foram definidas metas e iniciativas, porém sem dotação orçamentária. Isto resultou em uma grande diminuição orçamentária comparado ao PPA anterior (SILVA, 2018).

Considerando o total aprovado pela LOA em 2016, há uma queda de 52,2% em relação ao ano anterior. Já no ano de 2017 a queda em relação a 2015 é ainda maior, 60,6%. Considerando somente os recursos da ação 8274, a soma do orçamento dos dois anos representou apenas a metade do orçamento de 2015.

Apenas por esses números já seria possível confirmar a queda relativa da temática da economia solitária na agenda governamental em termos de dotação orçamentária. Porém, se forem considerados também os números da LOA de 2018, a queda é ainda maior, representando apenas 14,9% dos valores aprovados em 2015. Nota-se então que, comparando com os números da tabela 1, o valor orçado para a política de economia solidária em 2018 é o menor de toda a série histórica, desde 2004, o que limita bastante a capacidade de atendimento das demandas sociais e das metas projetadas no PPA 2016-2019. (SILVA, 2018, p.169)

Além disso, outras mudanças vieram a partir de 2016, como a saída do Secretário Paul Singer, que sempre esteve a frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), além da troca de grande parte da equipe técnica e gestora da Secretaria. Porém, pouco tempo depois, a Secretaria criada em 2003 foi transformada em subsecretaria ligada ao gabinete do Ministro do Trabalho (SILVA, 2018), sendo que atualmente o processo de desestruturação foi tão grande que a estrutura que sobrou (transferida para o Ministério da Cidadania) praticamente tem como função apenas o acompanhamento dos últimos (e raros) convênios ainda existentes.

Mas a despeito desse processo de desmonte, é importante o fortalecimento de iniciativas que ampliem o número de cooperativas na região, buscando a constituição de novos empreendimentos e melhorando a logística da comercialização.

Contudo, para além dos resultados da pesquisa e dos apontamentos sobre algumas experiências (Rede Reciclar) e temas (Política Nacional de Resíduos), é de suma importância

a condição de compreender à dinâmica das relações econômicas, políticas, sociais e ambientais em que a sociedade se organiza, conforme o percorrer do tempo e da história. Por fim, entendemos que o presente trabalho conseguiu acompanhar tais desdobramentos, obtendo análises de base concreta e propondo experiências e ações condizentes com a realidade.

Referências bibliográficas

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária**: Uma nova metodologia. Brasília: Anteaq, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Linha do Tempo**. Disponível em:

www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo. Acesso em: 10 out. 2017.

COREDE SUL/RS. **Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: www.coredesul.org.br/Pagina/34/Perfil-da-Regiao.pdf. Acesso: em 11 out. 2017.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Campinas, SP: [s.n], 2006.

GERDAU. **Responsabilidade Ambiental: Reciclagem**. Disponível em <https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/responsabilidade-ambiental>. Acessado em 01 de Agosto de 2019.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Tiago de Garcia. **A autogestão em perspectiva comparada**: quatro organizações de trabalho associado na resistência da produção à contestação do capital. Tese (Doutorado em Direito e Sociologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói. Rio de Janeiro. 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Disponível em:

www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo. Acesso em 10 Outubro de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores Sociais**: Alfabetização. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. 2019. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/alfabetizacao>. Acessado em 01 de Agosto de 2019.

SILVA, Sandro Pereira. Crise de Paradigma? A Política Nacional de Economia Solidária no PPA 2019-2019. In: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise. abr., 2018. p. 163-172. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64.pdf. Acessado em 01 de Agosto de 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F.; TARGA, L. G.; FRANCA, L. M.; FRANCESCHINI, G. **Parceria entre universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP**. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Org.). Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas. 1 ed. São Carlos: Claraluz, v. 1, p. 229-253, 2011.

A atuação do/a trabalhador/a social no âmbito da Economia Solidária: a história oral de vida como recurso metodológico no processo de incubação junto ao NESIC-UCPEL¹

Janaína da Silva Guerra

Resumo

Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso “*Do Senso Comum ao Conhecimento Crítico: o (a) Trabalhador (a) Social na Incubação de Cooperativas Populares*” (2005), e trata do processo de construção coletiva do conhecimento crítico dentro de empreendimentos populares e de como o (a) Trabalhador (a) Social pode contribuir com este processo. Por entender que a prática profissional não deve estar engessada, e que, portanto, as formas de construção da criticidade resultam da experimentação coletiva, este trabalho foi realizado a partir do levantamento da história oral de vida das cooperadas que compunham os empreendimentos participantes do estudo, e assim, contribuir com o desenvolvimento do método da pesquisa-ação, utilizado no período de pré-incubação pelos (as) Técnicos (as) da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTECOOP. A INTECOOP na época, hoje Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas – NESIC, tem sido um espaço que, além de contribuir para a criação de alternativas ao trabalho convencional, intervém na vida das pessoas como fator externo que fomenta as discussões acerca das manifestações da questão social. O (a) Trabalhador (a) Social que atua neste espaço deve contribuir com discussões que

¹ Esse artigo é baseado no trabalho de conclusão da autora no curso de Serviço Social da UCPEL, intitulado **Do senso comum ao conhecimento crítico: o (a) Trabalhador (a) Social na Incubação de Cooperativas Populares**. Pelotas, 2005. (Acervo da biblioteca da Universidade Católica de Pelotas).

instiguem o conhecimento crítico, através de um processo constante de reeducação de si próprio (a) como dos (das) trabalhadores (as) que assessora.

Introdução

O trabalho, que resultou neste artigo, surgiu a partir da necessidade de se encontrar subsídios para melhor desenvolver a pesquisa-ação dentro de iniciativas populares incubadas pela INTECOOP, hoje NESIC, e assim, atingir os objetivos propostos pela mesma.

Por acreditar que tais subsídios trariam respostas a uma série de dúvidas referentes aos grupos incubados – no que diz respeito ao histórico dos mesmos, assim como a trajetória de cada cooperada – optou-se pela história oral de vida, enquanto dispositivo de coleta de dados, como melhor forma de identificá-los, já que tal instrumento proporciona uma leitura da realidade a partir do observado pelas próprias entrevistadas.

Ao iniciar a pesquisa-ação em conjunto com a INTECOOP – a fim de construir coletivamente com os grupos incubados um espaço onde prevaleça a autogestão, a solidariedade e a cooperação – foi realizada uma pesquisa diagnóstica cujo objetivo era melhor conhecer o meio e as pessoas que iniciariam o empreendimento popular.

Porém, tal objetivo não foi atingido pelo fato da pesquisa diagnóstica não proporcionar dados a respeito de como as cooperadas veem a realidade onde vivem, além de como se observam enquanto parte desta realidade.

O projeto de intervenção da INTECOOP tinha como metodologia a pesquisa-ação, e buscava aportes teóricos e práticos que possibilitassem a elaboração de propostas para a atuação do (a) Trabalhador (a) Social junto aos empreendimentos populares, a fim de contribuir com o processo de construção da consciência crítica, a partir de uma

alternativa à forma de trabalho convencional, através da Educação Popular e da Economia Popular e Solidária.

O presente trabalho organizou-se em três tópicos. O primeiro, intitulado “Conhecendo a pesquisa”, trata do caminho percorrido até a compreensão de que atingir a autogestão e a cooperação dentro de empreendimentos populares é resultado de um processo de construção coletiva de uma outra consciência a respeito do que é Economia Popular e Solidária e do que é Cooperação. Ainda neste primeiro tópico, vê-se a metodologia utilizada na pesquisa.

O segundo tópico, “Conhecendo a história”, refere-se à descrição das experiências de incubação. Aqui, é feito o relato e a análise dos grupos pesquisados: CRID (Cooperativa de Reciclagem Integrada do Dunas) e DunasVest (Cooperativa de Vestuário do Dunas). Apresenta-se como as cooperadas se observam nas relações sociais que estabelecem e posteriormente comparando os dois grupos. A análise busca identificar como, durante o período de incubação, vinha se instigando a criticidade entre as envolvidas no processo.

No terceiro e último tópico, cujo título é “Do Senso Comum ao Conhecimento Crítico” procura-se formas de como o (a) Trabalhador (a) Social, comprometido com a transformação social, pode apoiar, dentro das iniciativas populares, àquela construção.

1. Conhecendo a pesquisa

1.1 O caminho da pesquisa

No Loteamento Dunas², desde 2001, existia uma Incubadora de empreendimentos populares, construída pela

² O Loteamento Dunas é considerado um dos Loteamentos mais empobrecidos do Município. No ano de 2002 existiam 12.000 habitantes e o índice de desemprego atingiu 42,9% da população economicamente ativa de acordo com o estudo feito por CRUZ, Antônio; SCUR, Gabriela. Emprego-Desemprego e Hábitos de Consumo dos moradores do Bairro Dunas (Pelotas/RS). Pelotas: Escola de Serviço Social da UCPEL, 2000. 54 p. Relatório..

Prefeitura Municipal em parceria com a Agência Estatal Alemã (encarregada de gerenciar projetos no 3º mundo), para a Cooperação Técnica – GTZ e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste período, na Incubadora estavam em processo de construção três empreendimentos: a cooperativa de vestuário - DunasVest, a cooperativa de artesanato - Artes e Cia. e a cooperativa de separação de resíduos sólidos denominada Cooperativa de Reciclagem Integrada do Dunas- CRID. O último empreendimento, no qual nossa equipe atuava, era formado por 20 cooperadas.

Grande parte da renda das cooperadas era proveniente do trabalho informal como faxinas e separação e venda de resíduos sólidos, além de políticas públicas do governo.

Neste contexto, a INTECOOP permitia, agora como NESIC, o contato direto dos técnicos, professores e monitores inseridos junto às comunidades empobrecidas do Município e, principalmente, propicia a troca constante entre os saberes acadêmico e popular, possibilitando às pessoas conhecerem uma outra concepção de trabalho.

No entanto, ao ingressar na INTECOOP e ir a campo, a partir da pré-incubação da CRID, foram observados fatores que vinham impedindo o grupo de trabalhar seguindo os princípios da Economia Solidária.

As pessoas que compunham tal empreendimento eram baixa renda, desempregadas ou subempregadas, cujo perfil não condizia com as exigências do mercado de trabalho, ou pela escolaridade ou pela idade ou ainda pela falta de experiência.

Ao utilizar as Frentes Emergenciais de Trabalho (projeto vinculado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul) a INTECOOP tratou de garantir às pessoas uma renda mensal, e ao mesmo tempo buscou oportunizar-lhes a geração de renda enquanto produto do seu próprio trabalho. Isto se viabilizava com a realização de cursos profissionalizantes, e de oficinas que objetivavam a construção de uma consciência crítica por parte de todos os envolvidos (acadêmicos e cooperados). Porém,

algumas das pessoas que compunham aquelas iniciativas, após o término das Frentes, se desligaram do projeto e partiram em busca de outras fontes de renda.

A metodologia da INTECOOP previa que os empreendimentos populares se viabilizassem economicamente num curto espaço de tempo, mas nem sempre isto ocorria. Ao trabalhar em parceria com órgãos estatais – através do encaminhamento de projetos – a INTECOOP passou a depender do tempo destes órgãos no financiamento dos projetos para viabilizar a incubação, o que acabava surtindo significativa demora.

Além disso, o acesso ao mercado também contribuiu para inviabilizar os empreendimentos populares, pois estes não dispunham de capital inicial suficiente para competir com outras empresas que fabricam em larga escala e barateiam seus produtos.

Trata-se de um processo demorado, que não proporciona resultados imediatos, não gera renda suficiente para o sustento das cooperadas e por isso muitas tiveram dificuldade em permanecer em tais iniciativas.

A evasão nos empreendimentos incubados justificava-se por dois motivos: a urgência de que as necessidades básicas das cooperadas fossem supridas, e, pela própria cultura dominante, pois “uma vez que os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único objetivo de obter lucros imediatos, só podem dar importância aos resultados mais próximos e imediatos” (ENGELS, 1982, p. 26). Aqui não houve a intenção de denominar as cooperadas de “capitalistas isolados”, mas de fazer referência ao fato destas reproduzirem práticas que lhes são alheias, próprias daqueles.

Acredita-se que as situações acima observadas dificultam significativamente a construção de uma nova cultura do trabalho, pois presas a conservadoras concepções, e ainda, passando dificuldades financeiras, a maioria das cooperadas não se permitiam construir uma outra relação de trabalho.

Portanto, o projeto de pesquisa procurava, com a contribuição do (a) Trabalhador (a) Social, fazer da incubação de iniciativas populares um dispositivo de mudança da realidade de todas as pessoas envolvidas, não só referente à renda, apesar desta evitar a dissolução do grupo, mas principalmente no sentido de que estas construíssem uma visão crítica da sociedade, estabelecida através de outras relações de trabalho dentro dos empreendimentos populares.

Nossa questão norteadora foi: Como o (a) Trabalhador (a) Social pode contribuir

– junto aos (as) cooperados (as) das iniciativas de economia solidária incubadas pela INTECOOP/UCPEL – com o processo de transição (a) do senso comum ao conhecimento crítico, e (b) da condição de “objeto” à condição de “sujeito” dos processos sociais.

Metodologicamente, o projeto de pré-incubação da INTECOOP³ guiava-se pela pesquisa-ação, por entender que a construção de uma consciência crítica trata-se de um processo coletivo, “não usando as pessoas, mas junto com as pessoas. Você experimenta junto com as pessoas e não as usando. Elas estão por dentro do processo” (FREIRE E HORTON, 2003, p. 34).

Depois de iniciada a pesquisa-ação, observou-se que esta por si só não trazia à tona as subjetividades das cooperadas. Por isto, o instrumento de história oral de vida proposto na pesquisa que resultou neste trabalho, foi utilizado como forma subsidiária e necessária à pesquisa-ação, pois para realizá-la de maneira a atingir os objetivos propostos no projeto de pré-incubação da INTECOOP, sentiu-se a necessidade de conhecer a vida das pessoas envolvidas.

O projeto de pesquisa teve como amostragem o total de 12 cooperadas entrevistadas, sendo metade da CRID e a outra

³ A pesquisa-ação aqui dita foi realizada pela equipe técnica da INTECOOP, cujos resultados não serão mencionados neste trabalho. Já a pesquisa de história oral foi desenvolvida apenas pela autora, à época, estudante do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas UCPEL, com as cooperadas através de entrevistas individuais.

da DunasVest. Apesar de acompanhar somente a primeira cooperativa, optou-se por realizar a pesquisa com as cooperadas do DunasVest pelo fato desta estar sendo incubada há mais tempo e ter espaço físico e maquinários para desenvolver seu trabalho, enquanto que a CRID tinha um período de incubação de apenas 11 meses e não disponibilizava de capital inicial.

A fim de realizar o levantamento da história oral com as cooperadas, a entrevista foi separada em dois blocos: o primeiro procurava conhecer a história de vida destas desde sua infância, e o segundo procurava saber quais eram os principais problemas que aquelas enfrentavam e a quais fatores atribuíam estes problemas; quais eram seus planos, como poderiam fazer para concretizá-los, se dependia somente delas fazê-lo; quais formas de trabalho (convencional ou cooperativo) preferiam, etc.

1.2 Por que história oral de vida?

No instrumento de história oral de vida, o sujeito exclusivo do processo é o entrevistado, tendo este a liberdade e o espaço total para expressar períodos de sua vida, tratando o entrevistador de evitar excessivas interrupções durante o relato. Conforme Meihy (1996, p. 35): “nas entrevistas de história oral de vida, as perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, na sequência cronológica de cada entrevistado.”

Uma das funções da história de vida é à busca de novos conhecimentos quando as fontes teóricas já se esgotaram, pois ela “pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área” (HAGUETTE, 1995, p. 82). Utilizar a história oral de vida, enquanto método científico, significa conhecer determinada realidade a partir dos olhos daqueles que dela fazem parte, justamente por ser “muito mais subjetiva que objetiva” (MEIHY, 1996, p. 5).

De acordo com Haguette:

é fundamental que as questões sobre determinados problemas sociais, como delinquência, crime [...] sejam levantadas do ponto de vista do delinquente, do criminoso, para que, assim, conheçamos seu mundo, os constrangimentos e as pressões aos quais estão sujeitos (1995, p.82).

A história de vida contribui para que o pesquisador subtraia do depoente como este percebe sua vida, suas experiências e como se vê enquanto indivíduo inserido num contexto social, como as pessoas interpretam suas próprias vidas e o mundo onde vivem.

Quanto ao conceito de história oral, cabem as considerações de Meihy:

A história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem (1996, p.10).

Portanto, a história oral de vida foi utilizada no trabalho por melhor relatar a vida das entrevistadas da forma como elas a veem e a entendem, buscando conhecer seus anseios, suas perspectivas e ao que elas atribuem sua condição social.

2. Conhecendo a história

2.1 Histórico da CRID e da DunasVest

Em 2003 a INTECOOP assessorou um grupo cuja demanda era a criação de uma cooperativa de reciclagem, porém devido à falta de financiamento para viabilizar o trabalho este grupo dissolveu-se.

Ao entrevistar a Sra. S.A.M., que compôs o grupo anterior e fazia parte do CRID, esta relatou: ‘uma vizinha entrou pro grupo e me avisou, na primeira vez. Depois não deu certo, porque não tinha um local pra fazer o galpão, faltou o terreno. Eles disseram que ia vim uma verba de R\$ 7.000,00 naquela época, mas como não tinha o terreno, o dinheiro voltou. Ai cada um foi pra um lado.’ ”

Em dezembro de 2004, após a liberação das Frentes Emergenciais, procuraram-se as pessoas que compunham o grupo anterior, porém apenas duas destas aceitaram continuar na iniciativa, as demais alegavam que não iam continuar fazendo reuniões sem ter garantia de trabalho. Então, houve uma reunião inicial com elas e deliberou-se que iriam conversar com outros moradores, que, preferencialmente, já trabalhassem com reciclagem, para que estes se somassem ao projeto. Após esse movimento houve o cadastramento das vinte cooperadas e assim formou-se a CRID.

Ao iniciar a pesquisa-ação⁴, em Dezembro de 2004, quando começaram as Frentes, notou-se a falta de informações a respeito da Cooperativa CRID e das pessoas que dela faziam parte para dar continuidade ao estudo. Então, entre os meses de Agosto à Outubro de 2005, foi aplicado o instrumento de história oral de vida.

O empreendimento DunasVest teve início em 2001, a partir da participação de suas cooperadas no Comitê de Desenvolvimento do Dunas - CDD, onde eram feitas as reuniões com os objetivos de: construir a Incubadora do Dunas e criar a cooperativa. Uma de suas cooperadas relatou que: “a gente quando começou não tinha nada, fizemos muito almoço

⁴ A pesquisa diagnóstica trabalha com o método de pesquisa-ação, que pode ser definida como: uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social ou da comunidade [grifos do autor] com que está comprometido (OLIVEIRA E OLIVEIRA citado por HAGUETTE, 1995, p. 147).

pra conseguir dinheiro e comprar os maquinários que a gente tem. Claro que as máquinas não são boas, são máquinas domésticas, o que não seria o ideal pra nós, mas tudo o que a gente conseguiu, foi à base de muito esforço. A gente não tinha nem local, pedia uma casa emprestada, o colégio emprestado, são quatro anos de luta. ”

Em 2005 a DunasVest estava composta por 07 trabalhadoras, sendo que no período das Frentes era composta por um total de 21. No mês de setembro de 2005, este grupo inaugurou sua loja no CDD. A documentação para legalizar a DunasVest não foi encaminhada à Junta Comercial, pois não atingiu o número mínimo de pessoas previsto por lei (20 pessoas) para que o empreendimento se tornasse uma cooperativa⁵.

Assim, os dois grupos de iniciativa popular estudados foram a CRID e a DunasVest. Sendo que o primeiro estávamos acompanhando desde o início da incubação, e com o segundo o contato ocorreu nos meses da pesquisa de história oral de vida, o que permitiu uma análise comparativa entre os grupos.

2.2 O que dizem as cooperadas?

2.2.1 Escolaridade e mercado de trabalho

Na fala das cooperadas observam-se valores morais difundidos não necessariamente na educação provinda da escola tradicional, mas principalmente dentro da família. Porém, não são valores criados, mas reproduzidos pelas pessoas, com o intuito de afirmar o capitalismo enquanto sistema hegemônico.

“E roubar foi coisa que eu nunca ensinei e digo: vocês podem chegar na porta de uma casa e pedir até um pão um dia que não tiver, mas roubar jamais e nem estar na esquina nesses negócios de droga.” Esta fala demonstra entre outros fatores, a existência de valores

⁵ Era o que a lei estabelecia à época, embora a mesma já tenha sido modificada.

ditados por uma pequena parcela da sociedade para que as classes populares os sigam, com o intuito destas não pôr em risco o “direito” à propriedade privada daquela.

Quanto à escolaridade, vê-se que as entrevistadas acreditavam no estudo formal como algo importante, inclusive duas delas, sendo uma da DunasVest e outra da CRID, sonhavam em voltar a estudar. “Bom, o estudo pra mim era tudo, eu tenho vontade de estudar, chego a sonhar que estou escrevendo no colégio.” Elas atribuem a falta de estudo ao fato de começarem a trabalhar quando ainda crianças e a fatores físicos: “[...] e lá fora era muito longe, a gente levava mais de uma hora de a pé pra chegar na escola”

Em nenhum momento das duas entrevistas, atribuiu-se ao fato de não ter oportunidade de estudar à pobreza na qual viviam, esforçando-se cotidianamente para conseguirem oportunizar aos filhos o que não lhes foi garantido. “A gente luta, briga uma vida inteira pros filhos estudarem, a gente também não teve condições de estudar, mas deu uma chance pra eles estudarem. ”

Das entrevistadas, somente a M.A.D (CRID) colocou que achava chato estudar. Isto pode explicar-se, porque a educação tradicional de modo geral não instiga a curiosidade do aluno, e tende a reprimir constantemente sua forma de pensar e agir, além de ensinar a partir de uma realidade diferente da vivida por ele e que pouco lhe interessa, pois “tanto as palavras, quanto os textos das cartilhas nada têm que ver com a experiência existencial dos alfabetizados.” (FREIRE, 1981, p.14).

Ainda, ao falar da educação tradicional como apenas a transferência de conhecimento, Freire segue dizendo que:

Em tal prática, os educadores são os possuidores do conhecimento, enquanto os educandos são como se fossem ‘vasilhas vazias’ que devem ser encheidas pelos depósitos dos educadores. Desta forma, os educandos não têm por que perguntar, questionar, desde que sua atitude não pode ser outra senão a de receber,

passivamente, o conhecimento que os educadores neles depositam. (1981, p. 87)

É interessante observar que a M.A.D. desistiu dos estudos porque achava “chato”, mas quando lhe foi indagada a respeito de seus sonhos, esta disse: “É dos meus filhos terminar os estudos. É trabalhar, estar bem empregada, ganhando meu dinheiro, sem precisar estar mendigando nada”. Isto demonstra que ela atribui o desemprego também à falta de escolaridade. “João já sabe ler. Vejam a alegria em sua face. João agora vai conseguir um emprego!” (FREIRE, 1981, p.15).

Já a cooperada do DunasVest, Sra. L.S.S. colocou que ter escolaridade não é sinônimo de estar bem empregada: “eu tenho irmãs formadas em Técnicas Domésticas no CAVG e outra tem Doutorado em Pedagogia e tá desempregada, então nem o diploma tem tanta importância assim.”

Entre as entrevistas, aparecem constantemente as exigências do mercado de trabalho como algo que impede a obtenção de um emprego: “aqui mesmo, minha filha pra pegar numa loja tem que ter curso de computador, quando surge um curso ela tem que dar uma taxa por mês e daí, de onde tira? E se ela paga essa taxa, ela passa dificuldade, vai passar a necessidade do alimento”

A Sra. D.F.D. (DunasVest) expos que existe “racismo velado” na sociedade, o que contribui para o desemprego, também coloca que: “é lógico que se eu chegar numa firma, ela não vai me dar serviço desse jeito, olha só: preta, pobre, gorda, desdentada, é tudo que o sistema não quer.” Aqui, o mesmo tempo em que a cooperada acreditava existir um “racismo velado”, ela própria o legitimava inferiorizando-se. A “autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores” (FREIRE, 1991, p. 50).

Ainda as pessoas acabam no subemprego como forma de sustento, submetendo-se não a exploração do trabalho formal, mas à exploração do informal, isto é, “se eu fosse fazer

uma limpeza e dizia pra dona da casa que queria R\$25,00 e ela dizia que R\$25,00 não podia me pagar, eu tinha que fazer por menos pra levar o que comer.”

2.2.2 Cooperativismo e trabalho convencional

Incluir-se no mercado de trabalho é extremamente difícil por todos os fatores vistos anteriormente, e incluir um empreendimento popular neste mercado tem o mesmo ou maior grau de dificuldade. Quanto a isto, a cooperada da DunasVest, A.V.N. disse: “Acabei fundando uma cooperativa com mais de 20 pessoas de alimentação alternativa, e faltou muito pouco pra dar certo, pra falar a verdade faltou mercado pra ela e aí teve que desmanchar tudo, porque senão ia ficar com dívidas.”

Exatamente por conhecer as dificuldades em viabilizar um empreendimento popular, a cooperada D.F.D. da DunasVest, coloca: “Mas o principal é a falta do dinheiro, de poder vender mais, de poder trabalhar mais. Por isso, que a gente briga muito, eu e o pessoal da INTECOOP, porque eles acham que a gente não tem que ter patrão, tem que trabalhar por si, mas a gente não consegue esse dinheiro. E eu dou valor ao patrão por isso, porque ele paga meu INPS, eu tenho salário no fim do mês que eu posso contar.”

No dia a dia dos grupos, observava-se que a cooperativa era o sonho da maioria daquelas mulheres, se pudessem optar, trabalhariam no empreendimento popular, mas como este não lhes proporcionava uma garantia, estas também disputavam vaga no mercado de trabalho, porque necessitavam do salário fixo, mesmo que alguém do que acreditavam merecer, portanto, o empreendimento era tido como algo quase que utópico⁶.

Refere-se à questão acima os principais problemas observados na DunasVest, e expostos pela cooperada A.V.N.:

⁶ Para Karl Mannheim, “utopias [...], são aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente.” (LÖWI, 1995, p. 13)

“Tem umas que questionam: tá mas para aí, vou trabalhar o mês inteiro pra ganhar R\$10,00, se eu faço uma faxina por semana e ganho R\$40,00. Então, é uma coisa que quase não se tem argumento pra argumentar isso. Tu trabalha um dia na semana, e realmente tu trabalha, não é nada fácil, mas tu vem pra casa com R\$40,00. Tu trabalha 30 dias, tendo que conviver, ceder, ter ‘jogo de cintura’ com mais seis pessoas” .

Todas as cooperadas entrevistadas sabiam, mesmo que minimamente, do que tratava o cooperativismo, tendo cada uma sua forma de defini-lo. Ao mesmo tempo todas as definições subentenderam um sentimento de união. “Pra mim é a amizade das pessoas, do grupo. Porque eu acho que tem que ser todo mundo unido. Se vai fazer uma coisa, todo mundo fazer junto”. A cooperada M.A.D. definiu o cooperativismo como: “[...] uma família de muitos que o único objetivo é trabalhar pra manter aquilo ali e pra ter dinheiro. A cooperativa pra mim é que nem lá em casa. Nós somos seis irmãos, tem a minha mãe, tem meus sobrinhos, tem as cunhadas, então quando resolve fazer alguma coisa, é todo mundo junto, não tem ninguém pra se mixar, ficar se escondendo pra não fazer ou pra não cooperar com o dinheiro pra fazer uma vaquinha, pra fazer um almoço. E pra mim, a cooperativa é isso, eu espero que seja!”.

Com relação à participação que deveria ter dentro da cooperativa, enquanto espaço de autogestão, a entrevistada A.V.N. relatou que “tinha gente que nunca falava, que não estava concordando com o que estava acontecendo, mas não se posicionavam, não diziam nem que sim, nem que não [...] É que essas pessoas quando resolveram se posicionar, aquelas pessoas que se queixavam que elas não se posicionavam, tão achando ruim. Porque agora tu me incomoda, antes tu não me incomodava e era bom.” .

Mesmo havendo nas relações entre as cooperadas o que foi dito acima pela Sra. A.V.N., algumas seguiam abstendo-se frente às decisões da cooperativa. De acordo com a Sra. L.S.S.: “as pessoas não dizem na tua frente e ficam falando nas costas,

porque não teve coragem e fica quieta. Aí botou o pé na rua quando acabou aquela reunião e diz: eu acho que não devia ter aceitado! Aí eu digo: Mas porque tu não falou? É importante a tua opinião, tu tens que colocar, tu não podes deixar a tua opinião de fora.”

Quanto à autogestão dentro do empreendimento popular, a Sra. A.V.N. colocou que: “o patrão é quem se preocupa se tem que pagar imposto, água, luz, telefone, se naquela roupa leva tantos metros de linha, tu só trabalha. E com nós é diferente, tu tem que te preocupar em produzir, te preocupar em ter mercado pra quem vender.”

De acordo com Marx (1993, p. 62), no trabalho convencional “quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo interior, se tornam.”

2.2.3 O meu e o nosso

A entrevistada A.V.N. falou o seguinte a respeito das relações que a mesma estabelece na cooperativa: “Eu acho que se tu diz: é nossa, tem três se preocupando e as outras sete ficam só na carona. Eu costumo pensar que é meu, e se é meu, eu brigo, porque é meu, eu vou fazer, porque é meu. Não estou fazendo pela fulana, pela colega, estou fazendo por mim. Mesmo que isso venha a beneficiar a todos.” A afirmação feita pela cooperada demonstrou a dificuldade em romper com o individualismo e o sentimento de posse. Neste caso, a solidariedade torna-se secundária na afirmação “mesmo que isso venha a beneficiar a todos.”

Quando num outro momento a mesma cooperada colocou: “acabei fundando uma cooperativa com mais de 20 pessoas” também se verifica que o eu está em maior relevância que o nós. Esta forma de expressar-se acabava refletindo nas relações de dentro do empreendimento. O exposto se contrapõe

à construção de e para a coletividade, onde “não há estritamente falando um ‘eu penso, mas um ‘nós pensamos’. Não é o ‘eu penso’ o que constitui o ‘nós pensamos’, mas, pelo contrário, é o ‘nós pensamos’ que me faz possível pensar” (FREIRE, 1981, p. 86).

2.2.4 Assistência e assistencialismo

Durante as entrevistas são observados alguns programas governamentais como: o Bolsa Escola (atual Bolsa Família do Governo Federal), as Frentes Emergenciais e o Família Cidadã (Governo Estadual de 1998 à 2002). Ao comparar o grupo que fazia parte no Família Cidadã, com o grupo originado pelas Frentes de Trabalho, a cooperada T.J.O.C. (CRID), colocou que o primeiro “era uma maravilha” se comparado com o segundo. Ao falar isto, ela está se referindo a questão da união e harmonia que quase não existiram dentro do grupo de iniciativa popular acompanhado pela INTECOOP. Muito, porque o dinheiro do Família Cidadã, conforme relatado pela cooperada, “chegava dia 20 e era certinho”, já o dinheiro das Frentes que financiava a incubação atrasou cerca de 3 meses já no primeiro pagamento.

Com o constante atraso no pagamento das Frentes, a incubação ficou prejudicada, pois as cooperadas ficavam preocupadas com a incerteza da vinda do dinheiro, o que gerou vários conflitos entre as mesmas e delas com a INTECOOP.

Durante as entrevistas, foi relatado pela Sra. D.M.M.R. (CRID) o recebimento das mesmas Frentes, porém através do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD): “Agora eu estou esperando esse galpão aqui, e enquanto não vem, eu entrei nessa coisa do MTD esse, que é dos Sem Terra. Só que nós só vamos fazer luta e fazer os cursos aqueles, mas esses cursos são pagos, a gente faz, mas recebe. Se for um mês, recebe um mês, se for dois, recebe dois e assim eu vou levando a vida.”.

Observa-se que a cooperada possuía uma visão equivocada do papel do MTD, enquanto movimento social. E no decorrer da entrevista, pode-se observar que tal equívoco é resultado do fato de não participar das reuniões que poderiam esclarecer o “fazer luta”, já que o movimento servia-lhe apenas como fonte provisória de renda.

Ao informar a respeito da ajuda que recebia, também a cooperada D.M.M.R. diz que: “o pessoal lá da Igreja da Luz ajudam muito, caderno e lápis eu não gasto nada pra ele, e já disseram que se ele passar de ano, eles vão ajudar ele. Mas eu não queria, né? A gente ter que depender dos outros pra ajudar, mas da onde eu vou tirar pra dar pra ele?”

É interessante observar o quanto a religião pode contribuir para que a pessoa, além de conformar-se com a situação financeira e social, agradeça por “migalhas” fornecidas pelo governo, desconhecendo os direitos que tem e que lhe devem ser assegurados: “Graças a Deus hoje meus filhos tem uma ajuda do governo, que é o bolsa escola, pros material deles, mas eles têm só o necessário, não tem o material completo”.

Além das políticas governamentais, existe também forte presença da Igreja – enquanto aparelho ideológico do Estado – como fomentadora da caridade e assistencialismo dentro da comunidade. O interessante na fala da D.M.M.R. é observar que ela não tem pretensão de depender da “boa vontade” de outras pessoas para sobreviver, ao contrário “se a gente tivesse já trabalhando ali, quando terminasse esse dinheiro, nós já tava com o dinheiro ganho do nosso suor.”

Contudo, não se pode descartar a contribuição de setores progressistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, junto às Comunidades Eclesiais de Base, que proporcionam uma ampliação do debate, entre as classes populares, a respeito da questão social.

Vê-se que as pessoas não querem depender da ajuda seja do governo, seja da caridade. Elas querem trabalhar, produzir para seu próprio sustento, sentirem-se úteis. Ao estarem excluídas do mercado de trabalho, acontece o que disse a Sra. D.M.M.R.: “Eu acho que um pouco da minha doença também é porque a gente não tem onde trabalhar. Eu sempre trabalhei na minha vida!”.

O fato de todas as entrevistadas da CRID concordarem que entraram no grupo de iniciativa popular devido ao dinheiro das Frentes não foi novidade, porque a ausência daquele dinheiro dificultaria a construção de cursos, oficinas ou reuniões pela INTECOOP com a participação de todas as cooperadas.

Porém, algumas também colocaram que apesar do dinheiro ter sido o responsável por sua entrada na cooperativa, “não foi só por causa do dinheiro, eu entrei por causa que ia sair o galpão e eu não queria tanto o dinheiro, eu queria era trabalhar.”

2.2.5 Desemprego: oportunidade ou falta de vontade

Outro momento que cabe analisar foi quando a Sra. D.M.M.R. sentiu-se culpada pela situação que se encontrava e a M.A.D e a A.V.N. afirmam que dependia somente delas a realização de seus planos e sonhos.

As pessoas são instigadas pelas instituições que convivem (escola, família, Igreja) a culparem-se por tudo que ocorre em suas vidas. Elas percebem-se como sendo parte isolada do todo e têm dificuldade em observar que a maioria da população sofre com os mesmos problemas que elas, ou seja, não é coincidência, são situações consequentes do sistema econômico e social vivido.

Então, elas estão em situação de pobreza, não porque são preguiçosas, incapazes, não tiveram sorte ou Deus não quis, mas porque a sociedade atual não cria as condições para uma outra realidade. Cabe colocar a afirmação da entrevistada

L.S.S.: “até quando tu pega aquela pessoa que não tem capacidade nenhuma, se tu investir nela, consegue dela. Algum potencial ela tem e tu vais descobrir e ela vai começar a botar pra fora.”

As cooperadas L.S.S. e A.V.N, mesmo sendo da mesma cooperativa (DunasVest), e mesmo estando envolvidas com o CDD desde o início, ocupando os mesmos espaços de discussão e construção, tem visões completamente distintas a respeito do desemprego.

Enquanto a L.S.S. afirmou que é falta de oportunidade, a A.V.N. diz o seguinte:

“Eu não acho que tu não teve oportunidade, eu acho que tu não teve foi vontade. Ou tu ficas na miséria eternamente ou tu começa a lutar por um outro caminho.” .

Por último, cabem as afirmações da cooperada D.M.M.R (CRID): “tanta gente com tanta coisa e a gente sem nada! [...] Tem muita gente que tem oportunidade e pode ter tudo que quer e não sabe aproveitar e eu quero aproveitar e não tenho essa oportunidade.”

2.3 Análise comparativa

Após analisar as entrevistas das cooperadas de cada grupo, viu-se que a CRID surgiu na vida daquelas pessoas enquanto alternativa ao desemprego, proporcionando-lhes conhecer outras formas de trabalho que visem o seu bem-estar e não as coloquem na condição de objetos do processo.

Por compreenderem a forma de trabalho cooperativo como algo que as liberta da dependência de um patrão, a maioria das cooperadas da CRID relataram que se fosse apenas questão de escolha, obviamente não deixariam o cooperativismo pelo trabalho convencional.

Apesar das incertezas referentes à vinda do Galpão de Reciclagem, fruto do Projeto encaminhado pela INTECOOP à Fundação Banco do Brasil, elas definiram pela legalização da

CRID, pois acreditavam que assim facilitaria viabilizá-la economicamente.

Quanto ao entendimento do que é autogestão e do que são relações solidárias dentro do ambiente de trabalho, cabe lembrar que este processo estava em fase inicial para ambos os grupos.

Na DunasVest existiam dois grupos: um onde a solidariedade se expressava de forma mais objetiva e outro em que a solidariedade quase não se expressava.

O primeiro grupo demonstrava que as relações dentro da cooperativa deveriam ocorrer no sentido de instigar a participação e autogestão de todas as cooperadas. Via-se o comprometimento com o empreendimento popular enquanto um espaço alternativo de geração de renda e de luta pela cidadania.

O segundo grupo, apesar de entender o cooperativismo da mesma forma que o primeiro grupo, entrava em constante contradição quando expunha que as relações deveriam dar-se de forma individual, impositiva e não coletiva. Além de colocar que o desemprego, a desmobilização e a miséria são problemas individuais, ou seja, a pessoa é a única culpada.

É importante expor que o cooperativismo (autogerido e solidário) provoca nas pessoas um sentimento de desconforto perante as injustiças que ocorrem em suas vidas. “Às vezes eu fico pensando: mas eu sou cidadã, eu tenho que lutar por isso [...] Então, pelo meu direito de cidadã, eu vou lutar, eu comecei a aprender muita coisa nesse sentido de lutar por aquilo que é justo. Não pensar: eu não vou fazer, vou me incomodar! Tem que se incomodar às vezes! As pessoas se acomodam. Então, o cooperativismo é também um pouco de luta, de mostrar quem tu és, que tu és capaz, que tu podes fazer, e isso eu fui juntando tudo.”

Mesmo “o cooperativismo sendo também um pouco de luta”, é necessário frisar que construir uma consciência crítica, libertadora, é um processo demorado, e a pessoa

disposta a lutar pelo e no cooperativismo, deve dispor-se também a reeducar-se no sentido de superar o individualismo difundido pela sociedade atual.

Isto justifica a utilização de palavras do tipo: “Acabei fundando uma cooperativa”.; “eu vou fazer, porque é meu”, “não estou fazendo pela fulana, pela colega, estou fazendo por mim”, ou seja, estas expressões surgem mesmo que: “não é minha intenção mandar.”

O histórico de vida das cooperadas mostrou que a maioria é de origem muito pobre e começou a trabalhar quando ainda criança, com exceção da A.V.N. que teve “a oportunidade de conviver com uma situação de classe um pouco mais alta do que a que

convivo hoje. Eu fui criada numa classe social mais elevada.” .

Do mesmo modo, a maioria nunca havia participado de espaços de discussão e construção anteriores a incubação da INTECOOP. A única que se aproximou foi a L.S.S., onde durante a adolescência foi “uma jovem cristã” e participou “das reuniões do grupo jovem [...] criava encontros religiosos, retiros, [...] coordenava, sempre aqueles mais líderes criavam pros outros.” Então, na história de suas vidas, não ocorreu nenhum fato que pudesse despertar um sentimento de angústia e descontentamento perante as contradições da sociedade atual, e lhes instigasse formas de mobilização para lutar contra a injustiça social que sofriam cotidianamente.

As duas cooperadas que são exceções em relação às outras nas suas histórias de vidas, são àquelas consideradas líderes pelo grupo da DunasVest. Respostas para tal fato não podem ser conclusivas com os poucos dados (referentes ao grupo) proporcionados pela pesquisa, porém são pertinentes algumas hipóteses.

No caso da L.S.S., esta relatou que era líder no grupo de jovens da Igreja, pode ser que o “espírito de liderança” tenha se estendido para sua participação dentro da cooperativa. Já no caso da A.V.N.: “eu costumo pensar que é meu, e se é meu, eu brigo, porque é meu, eu vou fazer, porque é meu. Não estou

fazendo pela fulana, pela colega, estou fazendo por mim.” Com isto, a mesma deixa claro como costuma agir com relação à cooperativa, isto pressupõe que as cooperadas apesar de reconhecerem a tomada da liderança, legitimam-na e não expõem seu descontentamento.

Quanto às relações hierárquicas que deveriam ser desconstruídas dentro do modelo cooperativo, cabe a colocação da Sra. M.S.A.B.: “Depois que eu vim pra cá eu até fui estudar mais uns dias, mas aí as gurias começaram: ou tu ficas no estudo ou tu vens pra cá, aí tu vê o que é melhor pra ti.” .

A pesquisa de história oral de vida mostrou que a pessoa que teve a oportunidade de atuar em outro espaço de discussão e construção anterior à cooperativa, aproximava seu trabalho aos princípios de solidariedade e autogestão. As demais cooperadas estavam num processo embrionário, em construção.

Então, antes de intervir dentro do espaço de incubação, torna-se necessário conhecer a história de cada cooperada, para trazer à tona suas experiências anteriores e/ou construir novas percepções, através do questionamento de situações passadas, negando-as (ou legitimando-as) e superando-as (ou mantendo-as).

Viu-se que a INTECOOP desempenhou o papel de interferir na vida destas pessoas, na medida em que lhes proporcionou conhecer alternativas ao trabalho tradicional. Porém, não buscou conhecer a história destas pessoas para trabalhar a partir do conhecimento que elas tinham a respeito de suas próprias vidas e do meio no qual estavam inseridas.

Certamente a INTECOOP vinha colaborando para que as pessoas - tanto as cooperadas quanto os estagiários, os técnicos e os professores - adquirissem, em cada contato, cada troca, elementos que pudessem contribuir dialeticamente para a superação do conhecimento ingênuo. Mas os resultados poderiam ser maiores e se dar em menor tempo, se a história de vida das cooperadas ocupasse um papel primordial já no processo de pré-incubação.

3. Do senso comum ao conhecimento crítico

As pessoas que compunham aqueles empreendimentos, não se importavam com outra coisa senão a forma como conseguiriam suprir suas necessidades básicas, pois “o impulso da alimentação é inexorável e pouco maleável, quer dizer, cobra sua satisfação imediata e ameaça a continuidade da existência” (IASI, 2001, p. 17).

A construção de uma consciência crítica é inviabilizada sob condições extremas, já que “os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX, 1999, p. 39). Por isso, apesar das políticas de Estado serem limitadoras do processo de transformação social, é necessário utilizá-las, pois “para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX, 1999, p.39). Nesta perspectiva, com a pesquisa de história oral de vida, comprovou-se que a superação da consciência ingênua poderá ocorrer com a viabilidade econômica do empreendimento popular.

Entre outros fatores, a dificuldade financeira faz com que as pessoas exerçam uma atividade espontânea, portanto não revolucionária. Por exemplo, o fato das cooperadas lutarem pelas Frentes de Trabalho torna-se algo espontâneo, porque implica na sobrevivência das mesmas. A partir do momento que estas atingem seu objetivo, ou seja, conseguem o dinheiro que estava atrasado, voltam a acomodar-se.

Lembrando Gramsci:

as idéias que constituem as concepções de mundo não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo [...] a ideologia proletária não pode emergir espontaneamente numa sociedade em que outra ideologia, contrária a do proletariado, é hegemônica. (INNOCENTINI citado por FRANCO, 1985, p.123).

Frente a isto, cabe a seguinte questão: “como o ‘roubo dos famintos’ adquire a forma de uma expropriação coletiva das

classes possidentes ou como ‘as greves dos explorados’ podem se inserir num conjunto de ações organizadas que visem destruir a supremacia burguesa?” (FRANCO, 1985, p. 116).

Sabe-se que o senso comum interfere na libertação da consciência, pois “é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única, como superstição” (SIMIONATTO, 1995, p. 79). Porém, é preciso entender que Gramsci não pretende extinguir o senso comum, ao contrário “procura mostrar que o senso comum já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária.” (SIMIONATTO, 1995, p. 82). Ele propõe a passagem do mesmo para “uma concepção mais coerente, que não ocorrerá através de uma educação ‘verbal e livresca’, mas em conexão com a luta política de uma classe” (SIMIONATTO, 1995, p.81).

O (a) Trabalhador (a) Social comprometido (a) com a emancipação das classes subalternas deve reconhecer o senso comum como sendo a base do conhecimento, pois parte-se deste para explicar a realidade. Negá-lo, seria negar aquilo que as pessoas sempre consideraram como verdadeiro e real, o que acarretaria na descrença e no afastamento das mesmas do processo de construção coletiva.

Ao trabalhar junto às comunidades, é preciso estar atento para que não ocorra uma “transfusão de consciência” por parte do (a) Trabalhador (a) Social, onde este (a), por ansiar desenvolver seu trabalho, introduz o conhecimento acadêmico e ignora o saber popular. Pois “não se trata, como reconheceu Gramsci (citado por FRANCO, 1985, p.115), ‘de introduzir, a partir do zero, uma forma de pensamento na vida de todo mundo, mas de renovar e tornar crítica uma atividade já existente.’”

Equivoca-se o (a) Trabalhador (a) Social quando considera que uma pessoa possa ser desprovida de consciência, pois “não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e, que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de ‘não consciência’” (IASI, 2001,

p.13), por isso fala-se sempre em processo de consciência⁷ e não consciência por si só.

O trabalho na comunidade deve considerar primeiramente o saber das pessoas que nela vivem. Isto requer escutá-las, dialogar com elas, estabelecer uma relação de horizontalidade. No que se refere ao diálogo, cabe a colocação de Freire (1992, v. 24, p.51): “problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação.” Caso contrário, a intervenção estaria não experimentando novas práticas, mas reproduzindo as mesmas que o capitalismo impõe como forma de manipulação das classes populares para manutenção do poder, legitimando a relação dominante-dominados.

Durante as entrevistas de história de vida, observou-se o distanciamento que existe entre a linguagem acadêmica e a popular, mesmo havendo interesse dos técnicos em aproximar estes dois meios, como nos diz L.S.S.: “Era assunto em cima de assunto e eu sou muito curiosa, tudo quanto é coisa que eu não entendo, eu pegava o dicionário para saber o que era aquilo, pra não ficar fazendo feio lá na frente dos outros. Ai eu fui crescendo e entendendo as coisas.” Se existem palavras que a cooperada não reconhece durante as reuniões ela também não se reconhece enquanto parte daquele processo.

A atuação dos profissionais que trabalham na comunidade necessita de uma constante reeducação, porque “a ideologia pequeno-burguesa que os ‘atravessou’, em sua condição de classe, interfere no que deveria ser a sua prática revolucionária, que se torna assim contraditória de sua expressão verbal” (FREIRE, 1981, p. 141).

⁷ Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto [...] como um desenvolvimento dialético onde cada momento trás em si os elementos de sua superação, onde as formas já incluem contradições que ao amadurecerem remetem a consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos. (IASI, 2001, p.12)

A invasão cultural que com frequência é realizada por técnicos, mesmo que não intencional, interfere no processo “dialógico” e emancipatório. Explica Freire que:

O primeiro [invasor] atua, os segundos [invididos] têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são ‘pensados’ por aqueles. O invasor prescreve; os invididos são pacientes da prescrição. (1992, v. 24, p. 41-2)

Também, a partir da pesquisa de história oral de vida, foi comprovado que sem conhecer o histórico das pessoas com quem se trabalha, a fim de observar quais relações sociais e de que forma estas se interiorizaram na consciência das mesmas, não é possível realizar um trabalho que fomente o conhecimento crítico. Segundo Iasi (2001, p. 14): “a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção).”

A consciência crítica é algo que deve ser construído por cada um e por todos, é um processo coletivo. Refere-se a cada um – sendo fundamental conhecer a história das pessoas – porque a primeira forma de consciência é construída a partir das relações que o ser humano desenvolve com o mundo concreto, sendo estas realizadas na instituição família, e sucessivamente na escola, no trabalho, etc. “Cada indivíduo vive sua própria superação particular” (IASI, 2001, p.13), porque ninguém pode desenvolver por outra pessoa uma concepção crítica. Tal concepção somente ocorre no momento em que a mesma constata por si as contradições sociais. Este processo não pode ser imposto, mas instigado por relações externas através de constantes questionamentos que fazem emergir tais contradições, por isto acaba sendo também coletivo.

Segundo Freire (1981, p.39): “no momento que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar.”

É ingenuidade pensar que com a construção do conhecimento crítico, por si só, será o suficiente para transformar a sociedade. Isto não ocorre porque tal processo se dá em micro organizações e micro parcelas populacionais. Para efetivamente atingir a transformação social é necessário voltar à atenção para a superestrutura, porque é através dela que a “classe dominante consegue impor a sua ideologia” (SIMIONATTO, 1995, p. 79).

Quanto à mudança de percepção que se pode ter da realidade, Freire (1981, p. 39) coloca que: “é algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada.”

O (a) Trabalhador (a) Social pode contribuir com a mudança de percepção da realidade, pois ao perceber-se “objeto” dos processos sociais, deve instigar que os demais indivíduos também se percebam nesta condição, e assim partam coletivamente a procura de formas de superação da condição de “objeto” à condição de “sujeito” daqueles, reconhecendo-se enquanto produtores da sua própria história.

Fomentar a construção coletiva é um trabalho demorado e constante, por isto a principal pergunta dentro da academia, por estudantes do Serviço Social, é: como instigar a consciência crítica para a transformação social se dentro das instituições tenho que seguir normas pré-estabelecidas pelas mesmas, que não visam à libertação do indivíduo?

Cabe lembrar que de modo geral a contratação de Assistentes Sociais é feita por instituições “prontas”, hierárquicas, e a maioria dos estágios curriculares na academia se dá dentro destas, por isto o (a) acadêmico (a) de Serviço Social tem dificuldade em observar “lacunas” que possam contemplar o que é estudado dentro do curso.

Mas estas “lacunas” existem e de acordo com Rodrigues⁸ podem ser utilizadas para fomentar o rompimento de regras institucionais:

O Assistente Social em sua prática cotidiana defronta-se com imposições institucionais, fenômenos conjunturais, fenômenos estruturais e ainda limitações profissionais, que podem ser ‘obedecidas’ ou ‘enfrentadas’ com competência e habilidade, na perspectiva da mudança e/ou superação dos limites e a utilização das oportunidades existentes, construídas e negociadas no atendimento dos objetivos profissionais, além daqueles colocados pela população usuária da instituição e dos próprios objetivos institucionais. ([19--], p. 115)

O (a) Assistente Social que, ao ingressar na instituição, passa a acreditar no desenvolvimento de uma atuação neutra, e dissocia teoria e prática, entra num processo de enfraquecimento do sentimento de resistência e de enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais que foi instigado durante toda a sua formação. Assim, ao invés de fazer emergir as contradições sociais, contribui para a manutenção da alienação.

Segundo Freire (1981, p. 135): “separada da prática, a teoria é puro verbalismo inoperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego. Por isto mesmo é que não há práxis autêntica fora da unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria.” O (a) Assistente Social que se tornar reacionário (a) – enquanto profissional que pratica o assistencialismo dificultando a transformação social – assumirá posições sectárias.

O (a) Trabalhador (a) Social sectário (a), “até quando se pensa dialético, a sua é uma ‘dialética domesticada’” (FREIRE, 1991, p. 26), pois “a sectarização é sempre castradora, pelo

⁸ RODRIGUES, João Antônio. A questão do método na Teoria Social de Marx e o Serviço Social. Bauru: Faculdade de Serviço Social-ITE- Bauru, [19 --]. 9 f. Notas de aula.

fanatismo de que se nutre [...] transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada [...] é um obstáculo à emancipação dos homens” (FREIRE, 1991, p. 25).

A hegemonia capitalista procura atrair para si profissionais das classes subalternas, a fim de que estes contribuam para a manutenção e fortalecimento da mesma. Marx (citado por SIMIONATTO, 1995, p. 54) coloca que “quanto mais capaz for uma classe dominante de incorporar os homens mais eminentes das classes dominadas, tanto mais sólida e perigosa será a sua dominação.”

Por isto, “não são raros os revolucionários que se tornam reacionários pela sectarização em que se deixam cair, ao responder à sectarização direitista” (FREIRE, 1991, p. 25). Cabe, então, reafirmar que o processo de reeducação frente às imposições capitalistas deve ser constante, para que não se reproduzam velhas práticas.

Diferente do (a) reacionário (a) e sectário (a) é o (a) Trabalhador (a) Social radical, ou seja, “a radicalização [...] é sempre criadora pela criticidade que a alimenta [...] é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva” (FREIRE, 1991, p. 25).

Ser radical implica no verdadeiro comprometimento com a transformação social, lutando não pelas, mas em conjunto com as camadas populares. O (a) trabalhador (a) radical não é libertador (a) de homens e mulheres, é sim fomentador (a) da libertação a partir de um processo coletivo, a partir do contato direto e constante com as camadas oprimidas. “Se a sectarização [...] é o próprio do reacionário, a radicalização é o próprio do revolucionário” (FREIRE, 1991, p. 27).

Portanto, o (a) Trabalhador (a) Social radical, enquanto ser histórico, tem a tarefa também histórica de “criar uma hegemonia que se oponha a da burguesia. O que compreende

a formação de uma camada de intelectuais organicamente ligada ao proletariado” (FRANCO, 1985, p. 115).

Cabe ressaltar que não existe “receita” pronta para a construção da criticidade, o que existem são formas de instigar a emergência das contradições presentes no capitalismo, através do experimento de processos pedagógicos e de ação social, “pois prática-teoria-prática, encaminham as mediações em cada realidade, em cada relação particular do sujeito, seja ele o indivíduo, o grupo ou população com uma perspectiva de totalidade” (RODRIGUES, [19 --], p. 112).

Considerações finais

O cooperativismo com princípios da Economia Popular e Solidária pode transformar a realidade econômica e social das pessoas que nele trabalham, assim como também pode tornar-se um espaço que fomente a construção coletiva da criticidade.

Mas não é o empreendimento popular por si só e tampouco a construção crítica que proporcionarão a transformação social. Estes são apenas dispositivos instigadores de tal processo. Apenas com a transformação da superestrutura é que se pode efetivamente atingir a mudança social.

O processo de consciência crítica dá-se na medida em que as pessoas passam a observar as contradições do capitalismo como, por exemplo, a sociedade dividida em classes sociais, havendo um “abismo” econômico e social entre elas.

Estas contradições não emergem espontaneamente em cada indivíduo, pois a ideologia dominante cria o tempo todo mecanismos que impossibilitam isso. Então, levando em consideração que a consciência se transforma a partir da vivência de fatores externos que se interiorizam, através das relações sociais que se estabelecem, a inserção em espaços de debate e a construção coletiva podem contribuir significativamente para o fomento da criticidade.

Enquanto fator externo, a INTECOOP, hoje NESIC, vem proporcionando, desde sua criação, que os grupos incubados conheçam uma alternativa ao mercado dominante e principalmente vem instigando que os mesmos construam um sentimento de luta e busca da cidadania através dos processos coletivos vivenciados ali dentro.

Porém, na pesquisa de história oral de vida, realizada em 2005, foi constatado que a pré-incubação da INTECOOP, que previa uma pesquisa-diagnóstica pelo método da pesquisa-ação, era sucinta no sentido de não fazer emergir a história de vida das cooperadas, processo metodológico cujo intuito é conhecer para intervir, seguindo a educação popular.

Conhecer a história de vida das pessoas com quem se trabalha é essencial para a construção do conhecimento crítico, pois como explicitado neste estudo, é através dela que observamos se houve experiências emancipatórias entre as relações sociais que se estabeleceram no decorrer de suas vidas e as relações sociais alienantes vivenciadas.

Outra conclusão que o instrumento de história oral proporcionou refere à viabilidade econômica das iniciativas populares. Sem renda, quem sofre cotidianamente com a desigualdade social tem dificuldade de libertar-se das imposições capitalistas.

É importante que a participação do(a) Trabalhador(a) Social, comprometido(a) com as camadas populares, nestes espaços, seja de troca entre saberes e não da imposição de um saber sobre o outro. O(a) mesmo(a) não deve ser visto como àquele que detém o conhecimento e os demais como simples receptores, pois “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (FREIRE, 1992, v. 24, p. 47).

Cabe salientar que nem mesmo o (a) Trabalhador (a) Social atingiu o conhecimento crítico, pois ele está em processo de construção em todos os indivíduos, e para que todos estejam

comprometidos com este processo, é necessário que se sintam sujeitos do mesmo.

Por último, cabe aos professores, técnicos e monitores responsáveis pelo processo de incubação, estar cientes de que todos devem passar por uma constante reeducação no sentido de observar e agir, não reproduzindo velhas práticas, mas construindo coletivamente outras que proporcionem a emancipação de todos os trabalhadores e trabalhadoras, afinal, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1992, p. 52).

Referências bibliográficas

- CRUZ, Antônio; SCUR, Gabriela. **Emprego-Desemprego e Hábitos de Consumo dos moradores do Bairro Dunas (Pelotas/RS)**. Pelotas: Escola de Serviço Social da UCPEL, 2000. 54 p. Relatório.
- ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Tradução de Âmbar de O. Barros e Célio Franco de Godoy Jr. São Paulo: Global, 1982. 35 p. (Universidade Popular)
- FRANCO, Augusto de. **Autonomia e Partido Revolucionário**. Goiás: Ferramenta, 1985. 154 p.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.
- _____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Título original: Extención o Comunicaci3n? v. 24, 93 p. (Coleção O mundo hoje)
- _____. HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003. 229 p.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 184 p.
- GUERRA, Janaina da Silva. **Do senso comum ao conhecimento crítico: o (a) Trabalhador (a) Social na Incubação de Cooperativas Populares**. Pelotas, 2005. (Acervo da biblioteca da Universidade Católica de Pelotas).
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224 p.
- IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. 2. ed. São Paulo: CPV, 2001. 96 p.

INNOCENTINI, M. op. cit.; p.46. *apud* FRANCO, Augusto de.

Autonomia e Partido

Revolucionário. Goiás: Ferramenta, 1985. 154 p.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 112 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 138 p. Título Original: Die deutsche Ideologie.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844.** Tradução de Maria Antônia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993. 181 p. Original alemão.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996. 78 p.

OLIVEIRA, R.D. de; OLIVEIRA, M.D. de. **Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecer a Realidade para poder Transformá-la.** In:

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Pesquisa Participante.* 3. ed. [S.l.]: Brasiliense, 1983 *apud* HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224 p.

RODRIGUES, João Antônio. **A questão do método na Teoria Social de Marx e o Serviço Social.** Bauru: Faculdade de Serviço Social-ITE-Bauru, [19 --]. 9 f. Notas de aula.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995. 281 p.

Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel

Tiago de Garcia Nunes

Solaine Gotardo

Samara Christ

Renato Della Vecchia

Aline Mendonça dos Santos

Resumo

O artigo trata da experiência de constituição e consolidação da “Feira Virtual Bem da Terra”, um “grupo de consumo responsável” (GCR) inspirado nas tradicionais cooperativas de consumo, mas que incorpora novas tecnologias sociais para atuar como instrumento estratégico na autogestão entre a produção e o consumo solidário na região da cidade de Pelotas/Brasil, a partir da relação estabelecida junto ao NESIC/UCPel quando do seu processo de constituição. A metodologia utilizada para a pesquisa combina levantamento bibliográfico e análise documental da experiência com estratégias metodológicas participativas como a investigação participante/militante e a observação direta, considerando o envolvimento cotidiano dos autores da pesquisa com a Rede Bem da Terra e o GCR Feira Virtual. A análise aponta a relevância de diversos elementos objetivos e subjetivos particulares da territorialidade da experiência estudada; elementos historicamente construídos e diretamente impulsionados pelos avanços e pelas dificuldades dos empreendimentos solidários na região, sendo necessária a constante avaliação das suas potencialidades e limitações.

1. Aspectos precursores e a articulação existente nas dimensões de atuação do NESIC/UCPel e Rede Bem da Terra

A Rede Bem da Terra (RBDT) surgiu na cidade de Pelotas em outubro de 2007 como uma rede informal de produtores associados, cujo processo impulsor esteve vinculado ao trabalho extensionista empreendido pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas – NESIC/UCPel.

A natureza e o arranjo político pedagógico do NESIC/UCPel vem permitindo aportar um conjunto de conhecimentos teóricos e metodológicos necessários ao fomento e suporte, seja para constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como para a consolidação ou reestruturação organizativa e econômica dos mesmos. Seu caráter interdisciplinar, mediado pela ação extensionista de pesquisa e aliado a metodologias participativas, creditou ao NESIC uma relação singular na formação da Rede Bem da Terra.

O processo de incubação em economia solidária dentro da UCPEL existe há cerca de 20 anos, inicialmente através da vinculação de alguns professores à Rede Unitrabalho e posteriormente através da INTECOOP/UCPEL (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/UCPEL) e sua incorporação à rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCs).

Mesmo passando por alguns processos de reformulação, em seu tempo total de existência, a incubadora já acompanhou individualmente 02 Redes de cooperação e mais de 20 empreendimentos de Economia Solidária de Pelotas e da região, dos diferentes campos produtivos, desde grupos de alimentação e artesanato, até empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O NESIC/UCPEL também desenvolve dois grandes projetos, o “Bem da Terra”, apresentado sob alguns aspectos neste artigo, e um projeto de consolidação de

uma rede regional de empreendimentos e coleta e seleção de resíduos sólidos.

A metodologia utilizada para a realização das atividades pelo NESIC/UCPEL junto aos EES - através do processo de incubação - é antes de tudo um processo pedagógico formativo de troca e interação, que permite apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, com a viabilização de mecanismos para sua organização. Além disso, através do processo de incubação, princípios de solidariedade, cooperação, participação, entre outros são abordados sistematicamente junto aos empreendimentos, podendo ser observados em seu interior as transformações derivadas do processo de incubação, tendo como base principal a autogestão. Como indica Singer (2002), praticar a autogestão exige que os trabalhadores de EES, além de cumprir as tarefas referentes a sua função, também devem envolver-se com os problemas gerais do empreendimento. Por este motivo é que as oficinas e atividades formativas do processo de incubação são desenvolvidas com o coletivo e as decisões sobre o empreendimento tomadas em assembleias.

O projeto que deu origem a RBT¹ foi inicialmente denominado como *Alternativa de Comercialização*, e contou com a participação de 14 empreendimentos (urbanos e rurais). No ano de 2009 os empreendimentos formalizaram a criação da Associação Bem da Terra, que passa a representar oficialmente a RBT. A Associação surge com o seguinte objetivo:

[...] desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e

¹ A proposta de origem propunha a formação da Rede Bem da Terra a partir da constituição de pontos permanentes de comercialização nos municípios de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Canguçu, Santa Vitória do Palmar e Piratini.

assessoramento para os coletivos de produção (ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA, 2019).

A rede nasceu como resultado direto de uma *pesquisa-ação* desenvolvida por um grupo formado pelos empreendimentos fundadores e pelo NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Os pesquisadores-trabalhadores visitaram empreendimentos de comércio justo e solidário no Brasil (*Cooesperança* - Santa Maria e *Mundo Paralelo* - Porto Alegre) e estudaram algumas experiências exitosas (supermercado *Eróski* - Mondragón/País Basco/Espanha, Centro de Abastecimento Comunal *El Galpón* - Buenos Aires/Argentina e *CEPESI* – *Centro Público de Economia Solidária* - Itajaí/Brasil). A pesquisa investigou o comportamento dos consumidores e através de oficinas que buscavam resgatar as experiências de comercialização dos próprios empreendimentos, construiu um perfil para o *consumidor solidário*, sintetizando as seguintes especificidades:

(a) as feiras livres são importantes, mas não são ideais: elas demandam muito tempo de organização, custos muito grandes de logística e deslocam os produtores da produção, que são obrigados a fazer também sua própria comercialização; (b) os consumidores solidários são os mais exigentes: eles reúnem as características básicas de um consumidor convencional (querem praticidade: a maior variedade possível de produtos num mesmo lugar, de fácil acesso e com instalações confortáveis, de preferência com preços compatíveis aos dos produtos convencionais) com as características do consumo consciente (os produtos devem ser saudáveis, produzidos de forma sustentável e com trabalho solidário); (...) (d) os produtos oferecidos, além de grande variedade, devem estar preocupados com sua qualidade – devem atender as exigências dos consumidores, em todas as suas dimensões. A produção, portanto, deve ser qualificada; (e) O layout dos espaços de comercialização deve ser coerente com a proposta: devem servir como um espaço

de sociabilidade entre produtores, trabalhadores e consumidores, de cada um deles com seus próprios pares (ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA, 2019).

Transcorridos quase 10 anos do seu surgimento como rede, o Bem da Terra conta atualmente com 40 empreendimentos econômicos solidários (EES) que envolvem diretamente cerca de 200 produtores/trabalhadores da região extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, Jaguarão e Piratini.

A Rede abarca diferentes segmentos produtivos a partir de grupos informais, associações e cooperativas de pequenos produtores agroecológicos urbanos e rurais, de artesãos, de assentados da reforma agrária, de pescadores, de costureiras entre outros e os EES encontram-se articulados em distintas perspectivas políticas de atuação como a produção orgânica e agroecológica, a segurança e soberania alimentar, o acesso à terra e à reforma agrária, geração de emprego e renda, saúde mental, permacultura, pesca comunitária e artesanal etc.²

No período que compreende 2010 e 2014 o Bem da Terra manteve sua estrutura de comercialização e produção centradas em quatro frentes, quais sejam: (1) *Feiras presenciais* organizadas em espaços públicos da cidade de Pelotas - como as realizadas nas estruturas das Universidade Católica de Pelotas e Instituto Federal Sul-rio-grandense - ³, além de eventos específicos do campo da Economia Solidária - como as promovidas pelos fóruns locais, regionais e estaduais, no RS, propostas com vistas a difusão e divulgação dos princípios do

² A atividade produtiva cobre uma ampla variedade de culturas como alimentos, bebidas processadas, artesanato, brinquedos infantis, artigos de higiene pessoal, artigos para casa, carnes, conservas, doces, especiarias, grãos, cereais, homeopáticas, produtos hortifrutigranjeiros, laticínios, massas, plantas ornamentais, produtos de limpeza, panificados, pescados, vestuário e calçados.

³ Atualmente também fazem parte do cronograma das chamadas feiras presenciais ou itinerantes o processo de comercialização realizado também em 03 *campis* da Universidade Federal de Pelotas.

Comércio Justo e Solidário⁴ e Economia Solidária⁵; (2) *Loja Bem da Terra* no Mercado Central da Cidade de Pelotas – um espaço de comercialização que escoar a produção de itens de artesanato urbano/local dos empreendimentos da Associação e difunde a imagem da Rede; (3) Pela experiência empreendida no município de Piratini, situado cerca de 100 km de Pelotas, onde entre 2011 e 2013 esteve em atividade o “Armazém Bem da Terra”. Tal iniciativa representou a primeira investida efetiva no sentido da implementação da proposta de Rede, idealizada em 2009, sendo ofertada à comunidade local uma grande diversidade de produtos de empreendimentos econômicos solidários provenientes do próprio município, assim como de iniciativas coletivas de outras regiões. Entretanto, dadas as características geográficas, de escala, de logísticas, aliadas a inexistência de uma cultura de Consumo Consciente e Responsável no local, em 2013, o armazém reconfigurou-se a sua participação na Rede reorientando a sua estrutura e mantendo apenas uma pequena padaria solidária. No mesmo momento se reintegrou a um importante projeto assistencial empreendido pela Mitra Diocesana de Pelotas⁶, ao qual ainda se mantém vinculado; e (4) o *Núcleo de Produção Bem da Terra* formulado enquanto um processo de incubação que objetiva a constituição de um coletivo que interseccionasse empreendimentos econômicos a partir da participação de

⁴ Para compreensão da noção de Comércio Justo e Solidário, observaremos a referência apresentada pelos documentos elaborados pelo *Faces do Brasil*, a partir da seguinte definição: “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia” (*Faces do Brasil*, 2015, p. 4).

⁵ No que tange ao entendimento do conceito associado à Economia Solidária consideramos como: “Um conjunto de iniciativas econômicas associativas, nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando efetivamente relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2004. p.69)

⁶ Instituição de caráter Ecumênico vinculado a Igreja Católica.

artesãs da Rede Bem da Terra. No curso do trabalho o Núcleo idealizou e executou uma coleção artesanal de produtos denominada *Elementos da Terra*, cuja perspectiva buscava orientar o aprimoramento técnico das trabalhadoras, assim como estruturar laços mais sólidos quanto a perspectiva pedagógica de autogestão no empreendimento com o resgate e uso de técnicas ancestrais e referências as características e elementos da flora.

Nesse sentido, e considerando o conjunto das experimentações concretas empreendidas no curso de desenvolvimento da Rede - aliadas aos estudos e pesquisa a acerca da produção solidária e comportamento de consumidores - é que no segundo período de 2014, alguns integrantes do Bem da Terra e Núcleos de Incubação passaram a investigar as possibilidades de implementar a tecnologia organizativa dos Grupos de Consumo Responsável (GCR) como instrumento estratégico para impulsionar a planificação da produção e desenvolver laços de solidariedade entre produtores associados, consumidores urbanos e movimentos sociais.

Para a elaboração e fundamentação do presente texto destacamos que a metodologia empregada combina levantamento bibliográfico e análise documental da experiência, com estratégias metodológicas participativas como a investigação participante/militante e a observação direta, considerando o envolvimento cotidiano dos autores da pesquisa com a Rede Bem da Terra e o Grupo de Consumo Responsável Feira Virtual Bem da Terra.

2. O GCR enquanto estratégia de organização política

Na última década vem se multiplicando no Brasil a experiência dos “Grupos de Consumo Responsável” (GCRs), organizações referenciadas no modelo tradicional das cooperativas de consumo, mas com distinções marcantes em relação à estrutura e ao processo de funcionamento destas. Para Antônio Cruz (2014), as cooperativas tradicionais de

consumo, em que pese sua formatação jurídica diferenciada, não significariam, necessariamente, qualquer ruptura com o padrão de consumo capitalista convencional, mas antes representam uma mera variante do mesmo processo na medida em que reproduzem esse padrão através de um esforço de organização coletiva, raramente marcado pela autogestão e pela solidariedade.

Assim, num horizonte conceitual os GCRs apareceriam como uma possibilidade de superação do cooperativismo de consumo tradicional, com ênfase nos seguintes elementos organizativos:

(a) gestão horizontal (autogestão); (b) parâmetros privilegiados de avaliação de resultados qualitativos (sociais e ambientais), em sobreposição aos quantitativos; (c) inexistência ou insignificância de mão de obra assalariada (menos de 1% em relação ao número de associados); (d) alta criteriosidade em relação aos produtos: tipo, composição, origem, impacto social e ambiental, embalagem etc. (e) prevalência da informalidade sobre o formato jurídico cooperativo, mas com forte incidência de inter-cooperação (...); (f) contraposição relativa às cisões entre concepção/produção e produção/consumo: prioridade para práticas de autogestão no interior das organizações (de produção e de consumo) e preferência manifesta por acordos dialogados entre produtores e consumidores organizados (CRUZ, 2014, p.4).

De acordo com o Instituto Kairós⁷, os GCRs surgem como

⁷ De acordo com o levantamento do instituto Kairós existem aproximadamente 30 GCRs em atividade no Brasil. Outras diversas experiências semelhantes ocorrem no mundo, especialmente na Europa, nos EUA e no Japão. Para maiores informações visitar <http://institutokairos.net>.

[...] iniciativa de consumidores organizados que se aproximam de produtores e juntos propõem-se a transformar seu ato de compra em um ato político, agregando preocupações com as questões sociais e ambientais (relacionadas ao lugar do trabalhador na cadeia produtiva e comercial e aos impactos dos padrões de consumo de massa) e de saúde (relacionadas ao direito ao consumo de alimentos livre de agrotóxicos, excesso de industrialização etc.) (INSTITUTO KAIRÓS, p.107-9).

Contudo, percebe-se que não existe uma regra única de funcionamento para os GCRs: cada um se organiza de maneira distinta desenvolvendo seus próprios acordos coletivos e modos de atuação, com diferentes níveis de envolvimento dos consumidores e uma maior ou menor responsabilidade em relação à produção⁸.

Assim, a partir da pesquisa-ação feita em torno da melhor estratégia para implementação de um GCR no interior da RBDT, a formulação da proposta priorizou uma tecnologia organizativa que se adequasse aos elementos objetivos/subjetivos da região de abrangência do *Bem da Terra*. Muitas oficinas e debates foram realizados em torno do tema com diversos parceiros e apoiadores.

Durante as discussões, uma primeira constatação foi em relação à ocorrência de diversas experiências pretéritas similares aos GCRs na cidade de Pelotas, com entrega de sacolas e encomendas diretas dos produtores. Quando questionados em relação ao insucesso ou interrupção das experiências, alguns militantes apontaram que a principal razão seria a carência de uma estratégia organizativa que

⁸ No caso dos GCRs do tipo CSA (Comunidade Sustentada pela Agricultura), há uma maior responsabilidade por parte do consumidor em relação à produção dos alimentos. O CSA é desenvolvido com base num acordo coletivo no qual os consumidores (definidos como “co-produtores”) não compram uma quantidade definida de produtos, pois financiam parte da produção e assumem possíveis riscos com a safra mediante pagamentos antecipados que podem ter duração de 6 meses ou até 1 ano.

envolvesse os consumidores como força de trabalho voluntário e que desonerasse os produtores de toda a logística envolvida.

Considerando que a região de Pelotas apresenta uma importante concentração de experiências associativas mobilizadas em torno de distintas bandeiras de luta, caberia aos assessores da RBDT desenvolver uma proposta com capacidade agregadora de distintas intencionalidades políticas do “campo progressista”. Além disso, seria importante pensar numa organicidade coesa, mas flexível, capaz de inserir pessoas comuns atraídas, inicialmente, pela demanda por produtos saudáveis, mas suscetíveis a ingressar numa organização social diferenciada, a partir de uma nova forma de relação com a produção e com o consumo.

A apresentação da Feira Virtual (FV) disponibilizada no sítio eletrônico da Rede oferece uma boa síntese da experiência:

A FV é um mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável. Os consumidores encomendam semanalmente os produtos de sua preferência através de uma plataforma virtual (portal Cirandas.net), mas para fazer pedidos, o consumidor deve estar previamente vinculado a um dos núcleos de consumo responsável e ter participado de um dia de formação/acolhida. Os pedidos são feitos entre a segunda e a quinta-feira de cada semana. No sábado, entre às 11h30min e 15h, os consumidores recolhem seus pedidos na sede da Associação Bem da Terra e fazem o pagamento correspondente. Os empreendimentos da RBDT são responsáveis pela produção local e pela oferta de produtos trazidos de outras regiões. Os núcleos de consumidores são responsáveis pela auto-organização de todo o processo - processo de gestão e de distribuição que ocorre num ‘mutirão-em-rodizio’ aos sábados pela manhã (ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA, 2018).

Apesar de ser uma recente experiência, com apenas 5 anos de existência, o GCR Feira Virtual já apresenta um acúmulo interessante, permitindo algumas reflexões que podem contribuir para tecnologias sociais futuras. Conforme será desenvolvido a seguir.

3. Autogestão, trabalho coletivo e inovação social no GCR Feira Virtual Bem da Terra

A síntese dos resultados da pesquisa em relação ao GCR Feira Virtual será apresentada a partir de 3 vetores: (a) forma de organização, (b) estrutura de poder, (c) tecnologias sociais desenvolvidas.

(a) forma de organização. A opção organizativa construída pela Associação Bem da Terra considerou as particularidades subjetivas/objetivas locais, redundando numa forma organizativa de natureza mista que combina elementos da tipologia dos GCRs organizados como “redes singulares” com particularidades dos grupos organizados como “redes capilares”⁹. A predileção pelo “nucleamento” ou divisão dos participantes em *Núcleos de Consumidores* (NC) deu-se pela aposta no envolvimento dos diversos agrupamentos progressistas e das distintas intencionalidades político-ideológicas no processo de auto-organização da FV, rearticulando grupos preteritamente envolvidos em diferentes experimentações do campo da Economia Solidária.

Atualmente a FV conta com aproximadamente 100 famílias consumidoras organizadas em 10 NCs estruturados a

⁹ Existem 2 tipologias de GCRs: (1) grupos singulares - GCRs formados por um coletivo de consumidores, o qual tem um eixo centralizado de gestão e distribuição dos produtos (entrega/retirada) e que se relaciona diretamente com os produtores; (2) grupos capilares - GCRs formados por diferentes núcleos de consumidores (caracterizados por certa localização geográfica, ambiente de trabalho etc.) que descentralizam a gestão e a distribuição dos produtos (entrega/retirada) e podem apresentar variados graus de autonomia entre si, dependendo da proposta do grupo (PISTELLI E MASCARENHAS, 2011, p.13-15).

partir de sindicatos e organizações de categorias profissionais, entidades religiosas, instituições de ensino, núcleos de educadores, organismos da sociedade civil e coletivos estudantis.¹⁰

Cada NC possui 1 articulador (responsável pela representação do núcleo do Conselho de Núcleos e pela organização das tarefas internas); 1 facilitador (encarregado de coordenar a logística do Centro de Distribuição em forma de escala); alguns separadores (designados para trabalhar na organização dos pedidos do núcleo no Centro de Distribuição, de forma escalonada) e membros de Grupos de Trabalho responsáveis pelos processos de comunicação e organização interna; educação e formação pedagógica para o consumo solidário; gestão financeira e administrativa; relação com produtores e prospecção de produtos.

(b) estrutura de poder: a instância máxima da feira é o *Encontrão* - Assembleia Geral semestral da qual participam produtores, consumidores e assessores universitários. O *Conselho de Núcleos* (CN) é composto por 11 conselheiros (um/a representante de cada núcleo de consumidores), quatro membros da Associação de produtores Bem da Terra e pela *coordenação da Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra* (BEM DA TERRA, 2019).

O CN é a instância executiva que funciona subordinada às deliberações semestrais do *Encontrão* e a gestão cotidiana da Feira é exercida pela coordenação da Associação de Consumidores, que é composta por dois coordenadores gerais, um vice coordenador e um suplente, um secretário e um suplente, juntamente com o Conselho Fiscal, que reúne-se semanalmente com as atribuições atinentes ao

¹⁰ Os elementos explorados neste artigo levam em consideração a estrutura da FV mantida até junho de 2019. No início de 2019 iniciou-se um amplo processo avaliação da atual estrutura organizativa da Feira Virtual. A partir da reflexão crítica sobre suas fortalezas e fragilidades, foi aprovado um “redesenho” que altera boa parte dos elementos aqui analisados e que passou a ser efetivado em julho deste ano.

acompanhamento geral das atividades representativas, organizativas e financeiras executadas pelos quatro *Grupos de Trabalho (GT)* atualmente constituídos, quais sejam: Ponto de Equilíbrio e Transparência (PET), Educação, Organização e Provisão¹¹.

Os GTs são compostos por integrantes dos Núcleos de Consumidores e um representante da coordenação da Associação de Consumidores, sendo que a dinâmica de encontros obedece a uma agenda de reuniões quinzenais onde são planejadas ações a partir de cada uma das frentes de trabalho formadas enquanto resultado de um processo denominado “transição para autogestão”.

No ano de 2017, durante aproximadamente 4 meses, os consumidores realizaram um conjunto de debates (oito oficinas formativas) e planejamento geral da feira, que até então era aportado pelas equipes de incubação dos Núcleos Interdisciplinares de Economia Solidária da UFPel e UCPel e que, a partir do mês março foi parcialmente assumida pela

¹¹ As principais atividades dos Grupos de Trabalho, conforme indica o sítio eletrônico da Rede (<http://bemdaterra.org/rede-de-consumidores/grupos-de-trabalho-da-feira-virtual/>) são: GT Educação - O GT Educação foi constituído no processo denominado “transição para a autogestão” e é um espaço pedagógico com principal atribuição em realizar campanhas educativas para o consumo responsável e comércio justo; formação de novos núcleos; acolhida de novos/as consumidores/as através de oficinas formativas; proposição de atividades e debates acerca das práticas vinculadas ao trabalho no campo da economia solidária, sustentabilidade e agroecologia, visando a integração e ampliação dos vínculos solidários entre quem produz e quem consome. GT Organização - O GT Organização, uma das frentes de trabalho da Feira Virtual Bem da Terra, é responsável pelo funcionamento e manutenção do centro de distribuição, pelas mídias de comunicação interna, pela articulação e sistematização dos encontros e conselhos e também pelo gerenciamento do cadastro dos/as consumidores/as. GT Provisão - Está encarregado de garantir a oferta de produtos locais (urbanos e rurais) e de outras regiões em fluxo adequado à demanda; atualizar a plataforma de encomendas dos consumidores, contatar produtores, buscar novos produtos e cuidar para que a oferta tenha a máxima qualidade possível. GT Ponto de Equilíbrio e Transparência - Possui a atribuição de efetuar pagamentos aos Empreendimentos fornecedores (locais e externos), proceder a organização contábil, assim como realizar estudos de viabilidade e prospecção econômica da iniciativa.

Associação Educacional para o Consumo Responsável Bem da Terra.

(c) tecnologias sociais desenvolvidas. Para engendrar todo o processo político e logístico da Feira foram desenvolvidas as seguintes tecnologias sociais¹²: (i) *Plataforma Cirandas.net*. Todos os pedidos da Feira são realizados na plataforma Cirandas mediante a atualização semanal dos produtos disponibilizados pelos produtores da Rede. A FV foi o primeiro GCR a usar a plataforma para este fim, contribuindo de forma experimental para o engendramento da tecnologia que hoje é utilizada por outros 6 GCRs.¹³ (ii) *Rede Rizoma*¹⁴ - tecnologia social de compra coletiva desenvolvida em parceria com os núcleos universitários NESIC e TECSOL¹⁵ para a aquisição direta de insumos de produção para os produtores da rede bem como de produtos processados que não são encontrados na região para o abastecimento dos associados de toda a Rede; (iii) *Centro de Distribuição (CD)*. O CD tem a aparência de uma loja convencional de mercadorias, mas na prática funciona como uma espécie de polo tecnológico da FV. O Centro funciona 4 dias da semana como entreposto para a retirada dos produtos oriundos dos produtores da Rede (locais e não-locais) pelos consumidores associados. Além disso, serve como espaço para exposições de produtores e como centro de formação política e

¹² Dagnino (2002) entende Tecnologia Social como sendo o conjunto de "produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social".

¹³ A plataforma Cirandas.net é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação do campo da Economia Solidária.

¹⁴ Atualmente o Projeto Rizoma está formulado na perspectiva de expansão da Rede Bem da Terra, cuja proposta articula uma iniciativa conjunta entre a Associação para o Consumo Responsável Bem da Terra/Feira Virtual e o Núcleo TECSOL/UFPel - enquanto núcleo de extensão universitária - para constituição de novos GCRs/Bem da Terra em outros quatro municípios da região, em um eixo geográfico de aproximadamente 70 km no entorno de Pelotas/RS.

¹⁵ Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária - Universidade Federal de Pelotas.

técnica nas temáticas específicas desenvolvidas pela Associação; além de servir como espaço de reunião aos empreendimentos e consumidores da rede; (iv) *Logística própria para a produção local*. A problemática do escoamento da produção é uma constante na realidade dos empreendimentos solidários tanto urbanos como rurais. Devido a insuficiência de instrumentos não-capitalistas de escoamento, o produtor permanece “na mão” de atravessadores, perdendo boa parte do produto do seu trabalho. Assim, mediante a parceria com uma cooperativa associada, o Bem da Terra desenvolveu um sistema logístico que faz a coleta semanal da produção local, a partir de um mapeamento que viabiliza o percurso menos custoso para a Rede.

Considerações finais

Os gargalos apontados pelos produtores/consumidores da experiência da Feira Virtual e Rede Bem da Terra, em sua maioria, são os mesmos enfrentados pela maioria dos empreendimentos solidários. No entanto, destacamos 3 limitações específicas em relação à experiência da Feira Virtual Bem da Terra: (1) a escala reduzida - o pequeno volume de compras causa insegurança aos produtores, obstando a substituição integral do sistema de comercialização convencional via mercado capitalista; (2) a questão de classe - dados internos das experiências demonstram a fragilidade dos GCRs em incorporar estratos sociais desprivilegiados ao sistema de compra coletiva, concentrando a possibilidade de um consumo consciente e saudável aos estratos sociais médios e altos; (3) a continuidade de uma prática extensionista tradicional - a fragmentação da estrutura produtiva da Rede Bem da Terra redonda na dificuldade de implantação de uma dinâmica de extensão rural onde os protagonistas do processo de capilarização do conhecimento sejam os próprios produtores, nos moldes do sistema Camponês a Camponês da

Associação Nacional dos Pequenos Agricultores de Cuba (ANAP)(MACHÍN *et al*, 2012).

Apesar de os GCRs não serem uma experiência totalmente inovadora, as tecnologias sociais desenvolvidas pela Feira Virtual Bem da Terra, como o uso da plataforma virtual de compras cirandas.net, o desenvolvimento de uma metodologia organizativa de controle e a participação direta dos consumidores na autogestão do processo e a consolidação (ainda que incipiente) de uma estrutura física autônoma da Rede, permitem 3 reflexões centrais:

- (1) O desenvolvimento de uma estrutura logística própria, assim como a autonomia na fixação dos preços finais aumenta os ganhos dos produtores e diminui os preços aos consumidores, graças à redução dos custos de transação. Tal fenômeno abre possibilidades de conectar a resistência na produção solidária e avançar para formas de contestação do sistema por meio de práticas sociais concretas e sustentáveis que conectam produção, investimento, circulação e consumo;
- (2) Em que pese os distintos tempos de assimilação e possibilidades de engajamento dos consumidores, a Feira tem impulsionado um envolvimento efetivo destes nos vários processos de autogestão do consumo, destacando a natureza política do instrumento e a sua capacidade em atuar como mediação no processo de uma nova consciência. Assim, a coerência e a transparência na condução da feira enaltecem o trabalho autogestionário como princípio educativo: “as palavras convencem, mas o exemplo arrasta!”
- (3) A relação e o diálogo efetivo entre produtores e consumidores, além de concretizar um importante passo na superação da relação fetichizada do consumo, desvela uma realidade que é dissimulada pela lógica do capital, permitindo aos associados consumidores compreenderem os elementos da cadeia produtiva omitidos pelo Capital, como a formação de preço, a

especulação, o excesso do uso de agrotóxicos etc. Tal relação possibilita resgatar a bandeira da autogestão num sentido histórico e ampliado, pelo qual a produção e reprodução social da vida tenham como “horizonte a associação de produtores livres e iguais” (Marx, 1982). No sentido apontado, o consumo responsável se afirma como um importante e transformador “ato político”.

Ao considerar que o objetivo da emancipação é a radical transcendência da divisão social hierárquica do trabalho, Mészáros (2002) enfatiza o peso da separação entre *concepção e a execução*, entre *capital e o trabalho*. Isso permite inferir que a autogestão ampliada além de ser uma estratégia é uma possibilidade tática, pois além de almejar uma sociedade autogovernada, os efeitos colaterais desse processo podem paulatinamente melhorar as condições de inserção dos trabalhadores na luta de classes, a partir do seu local de trabalho. Assim, a reprodução de diferentes processos associados a esfera da produção, circulação, consumo e educação social e política impõem-se como necessidade implicada, sobretudo, pela inviabilidade de administrarmos a crise estrutural do capital a partir de soluções parciais, conforme ainda sugere o próprio autor.

Um elemento influente no desenvolvimento da proposta Bem da Terra passa por assegurar a participação efetiva dos produtores e consumidores, que em muitos momentos encontram-se reticentes no sentido de empreender passos mais concretos na direção da constituição de novas iniciativas e no desenvolvimento da rede. Isso, em alguma medida, pode estar associado à complexidade conferida ao processo, por razões relacionadas à dinâmicas organizativas dos grupos de produção e Núcleos de Consumo e até pela existência de entraves burocráticos no universo da rede.

O processo de definição de constituição dos espaços de comercialização, a elaboração de regras internas, a formatação de aspectos legais, jurídicos e contábeis, a qualificação, diversificação e a definição referente ao gerenciamento de

produtos de origens diversas, entre outros, talvez pudesse ter assumido um contorno mais apressado visto o trabalho e participação constante das Incubadoras¹⁶. Entretanto, caso essa escolha metodológica fosse levada a efeito, incorreríamos sob a possibilidade de maior desagregação coletiva ou fortalecimento de processos centralizados ou de característica restritiva e não horizontal.

As incubadoras de empreendimentos econômicos de caráter solidário têm exercido um papel fundamental na consolidação da economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento social e econômico efetivo. Elas desenvolvem o seu trabalho na base de organização dos trabalhadores, fomentando a ampliação dos empreendimentos e apoiando as iniciativas através de formação e aporte pedagógico no âmbito da autogestão e controle dos processos políticos, econômicos e produtivos.

Assim, no que tange a concepção e identificação política pedagógica do NESIC/UCPEL, a intersecção necessária entre saber acadêmico e o saber popular adquire plena relevância quando concebida nos marcos da Economia Solidária, Autogestão e organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, as condições teóricas e práticas de extensão contribuem para a elaboração de um processo implicado entre a incubação de empreendimentos solidários, a extensão universitária e pesquisa acadêmica a partir da sistematização de conhecimentos que resultam de uma análise imbricada entre pesquisador e sujeitos pesquisados.

¹⁶ Além do trabalho de assessoria e incubação aos Empreendimentos Econômicos Solidários realizados pelo NESIC/UCPel e TECSOL/UFPel, fazemos referência a participação do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares (Núcleo de Economia Solidária/NESol) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul - rio - grandense / IFSUL – Campus Pelotas e do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Referências bibliográficas

- Associação Bem da Terra (2019). Recuperado de <http://bemdaterra.org/>
- Cruz, A. C. (2006). **A diferença da igualdade: A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006. Recuperado de <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/teseantoniocruz.pdf>
- Cruz, A. C. (2014) **Os grupos de consumo responsável no Brasil – experiências inovadoras de comercialização solidária**. X Seminário Acadêmico Internacional Procoas AUGM: trabajos completos. (2014). Mendoza: Marcos Mattar Ediciones, v.1. pp. 203-215.
- Dagnino, R. (2002). **Autogestão, Adequação Sócio-Técnica e Economia Solidária**. Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/3840/4328>.
- Faces do Brasil. (2015). **O comércio justo e solidário no Brasil**. Recuperado de www.facesdobrasil.org.br/cartilha-sncjs.html.
- Instituto Kairós. (2013). **Práticas de comercialização – uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. Recuperado de <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-comercializacao.pdf>.
- Machin, B., Roque A. M., Ávila, D. R., Michael, P. (2012). **Revolução Agroecológica – o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (1982). **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório: as diferentes questões**. In: Barata-moura, J.; Chitas, E.; Melo, F.; Pina, A. (Orgs.). Marx e Engels: Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições Avante. Recuperado de <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>.
- Mészáros, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da unicamp/Boitempo, 2002.
- Pistelli, R. S. e Mascarenhas, T. T. (2011) **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo: Kairós.
- Singer, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

A formação como ação extensionista: a participação do NESIC/UCPEL na concepção e execução de cursos PRONATEC adaptados à realidade de acampamentos do MST em Pelotas/RS

Vanessa Monks da Silveira

Resumo

O Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL) é um projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas. Seu objetivo é apoiar a formação e a consolidação de empreendimentos de economia solidária. Sua atuação é baseada no intercâmbio entre o saber popular e o saber universitário. Do ponto de vista institucional podemos destacar a forte integração do NESIC junto a outras instituições de ensino através de seus núcleos de Economia Solidária e entidades representativas do movimento de ECOSOL. Assim, o NESIC realiza um conjunto de atividades de formação e qualificação, sempre baseados nos preceitos da educação popular. Em 2014/2015 foram ofertados cursos PRONATEC de Horticultura Orgânica e Piscicultura dentro de acampamentos no MST no município de Pelotas, promovidos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus CAVG. Estes cursos foram resultado de uma articulação de diversos atores e instituições, dentre eles destacamos o Movimento da Economia Solidária através de três incubadoras de instituições de ensino da cidade. Durante a construção e avaliação dos cursos pode-se observar a importância da articulação do movimento de economia solidária, em destaque a atuação do NESIC, para que esta iniciativa alcançasse êxito. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar a atuação do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas no processo de construção curricular dos cursos PRONATEC FIC de Horticultura Orgânica

e Piscicultura ofertados em 2014/2015, a partir dos contextos locais dos acampamentos do MST em Pelotas/RS.

1. Antecedentes e justificativas

O Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPEL) é um projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Seu objetivo é apoiar a formação e a consolidação de empreendimentos de economia solidária (cooperativas populares, empresas recuperadas, redes de empreendimentos solidários etc.). Tem sua atuação baseada no intercâmbio entre o saber popular, representado pelas experiências e conhecimentos dos grupos, e o saber universitário, representado pelas experiências e conhecimentos desenvolvidos na universidade.

O NESIC, durante seu processo de incubação, oportuniza a aproximação do ensino e da pesquisa com as necessidades das camadas populares, buscando a constante participação dos atores sociais, no intuito de que eles se reconheçam protagonistas de sua própria história. Em sua estrutura envolve professores/as, técnicos/as e estudantes desenvolvendo atividades de forma coletiva e interdisciplinar.

Na perspectiva de integração dos processos de ensino, pesquisa e extensão no campo da Economia Solidária, o NESIC tem atuado a partir de distintos espaços. Nestes, propondo o aperfeiçoamento de sua metodologia de trabalho através, dentre outras atividades, dos processos de formação e difusão de tecnologias sociais. Desempenha papel importante no processo de constituição de novas incubadoras através de processos de formação e de atuação coletiva. Teve contribuição importante na criação e consolidação do Núcleo de Economia Solidária do Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas (NESOL /IFSUL - Campus Pelotas) e do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas (TECSOL/UFPel).

Do ponto de vista institucional podemos destacar a integração do NESIC com outras instituições de ensino através de seus núcleos de Economia Solidária e entidades representativas do movimento de ECOSOL. Isto pode ser observado na atuação das incubadoras nos Fóruns de Economia Solidária, no apoio e assessoramento da Rede Reciclar, na articulação das incubadoras da Rede ITCP's, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, entre outras atividades. A atuação nestes espaços é planejada e articulada, entre os núcleos de economia solidária da cidade de Pelotas, de tal forma que o capital humano, estrutura e as ações executadas sejam potencializados, evitando sobreposição e, desta maneira, buscando o maior benefício dos empreendimentos e dos trabalhadores.

Assim, o NESIC realiza um conjunto de atividades de formação e qualificação dos empreendimentos como, por exemplo, o Curso de Formação Encontros dos Saberes, projeto de extensão promovido TECSOL/UFPEL com parceria do NESIC/UCPel que busca reunir em cursos temas como economia solidária, sustentabilidade e tecnologias sociais em um processo interdisciplinar reunindo para esta discussão alunos/as, professores/as e trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos solidários. Da mesma forma apoiou a execução de cursos ofertados pelo IFSUL Campus Pelotas dentro do programa “Mulheres Mil”, sendo esta uma iniciativa do governo federal que busca a formação cidadã e profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Mais recentemente, apoiou a realização de atividades formativas no campo da Economia Solidária, Associativismo e Tecnologias Sociais junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, também em parceria com o IFSUL.

Em 2011 o governo federal lançou e investiu um volume significativo de recursos no PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Foi criado por meio da lei 12.513/2011 com os seguintes objetivos: a necessidade de

expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Com isso, buscava ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada às/aos jovens, trabalhadores/as e beneficiários/as de programas de transferência de renda (BRASIL, 2011).

A política educacional brasileira se caracteriza por medidas que desconsideram a realidade dos/as educandos/as, sendo, na maioria das vezes, genéricas e com aplicabilidade limitada. Muitas delas se caracterizam como ações pontuais e descontínuas, pois, à medida que um governo dá início às suas atividades, há a extinção de políticas de governos anteriores, mesmo que estas tenham bons resultados (SAVIANI, 2008).

Nem sempre há o mesmo entendimento de quem cria e de quem executa uma política pública, criando distorções, enrijecimento, entraves e burocracias no momento da execução, que dificultam sua implantação e o melhor aproveitamento pelos/as beneficiários/as. Fonseca (2009) destaca que nas últimas décadas é possível ver uma oscilação na qualidade educacional onde, na prática, se deu ênfase a programas e projetos orientados pela lógica econômica, embora havendo mobilização dos/as educadores/as para a construção democrática de propostas mais autônomas.

Em geral, o que os movimentos sociais comprometidos com a educação buscam construir é uma educação que se aproxime da realidade do/a educando/a, que considere sua realidade e que permita que este indivíduo se torne um agente ativo do processo educativo.

Durante o processo de elaboração do PRONATEC não houve participação de todos os atores que posteriormente participariam da execução, principalmente dos IF's (Institutos Federais de Educação Tecnológica), estes entraram no processo após intensa reivindicação. Outra questão problemática do programa foi o fato de ter sido concebido para ser executado dentro de uma lógica do sistema privado, principalmente para o Sistema "S" (Sebrae, Senai, Senac, Senar, Sesc, Sest/Senat),

concepção apontada por Nascimento & Cruz (2016). As autoras afirmam que “o programa beneficia, principalmente o setor privado mediante repasse de recursos, o que contribui para o fortalecimento da parceria público-privado e para a mercantilização da educação” (p. 11).

Diante desta realidade, muitos movimentos sociais adaptaram o PRONATEC para as suas necessidades. Em Pelotas, algumas iniciativas foram pensadas com base nas demandas de movimentos sociais como o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Em 2014/2015 foram ofertados cursos PRONATEC de Horticultura Orgânica e Piscicultura dentro de acampamentos do MST no município de Pelotas. Os cursos resultaram da articulação de diversos atores e instituições, dentre eles destacamos o Movimento da Economia Solidária através de três incubadoras de instituições de ensino superior da cidade.

A autora pode participar do processo de concepção dos cursos, já que integrava a equipe do NESIC como técnica de projeto. Participou como professora responsável pelas disciplinas da área de Economia Solidária, e teve oportunidade de ajudar na gestão, articulação e execução dos cursos.

Durante a construção e avaliação dos cursos pôde-se observar a importância da articulação do movimento de economia solidária, em destaque a atuação do NESIC, para que esta iniciativa alcançasse êxito. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar a atuação do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas no processo de construção curricular dos cursos PRONATEC FIC – Cursos de Formação Inicial Continuada de curta duração e que buscam a capacitação nas diversas áreas da educação profissional – de Horticultura Orgânica e Piscicultura ofertados em 2014/2015, a partir dos contextos locais dos acampamentos do MST em Pelotas/RS.

2. Diálogo com a produção teórica em ação

2.1 *Pedagogia da autogestão, educação popular e economia solidária*

A economia solidária é um termo que se popularizou no país durante a crise econômica da década de noventa, embora sua origem e seus fundamentos sejam anteriores a isto. Nada mais é do que outra forma de produzir e, portanto, busca ser uma forma alternativa ao modo dominante, ou seja, ao capitalismo. Tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002).

Surge nas últimas décadas do século XX como uma resposta à precarização das relações de trabalho e do assalariamento e, conseqüentemente, aumento da pobreza, resultado da imbricação de dois processos, o econômico e o social, a partir da década de 1980 (CRUZ, 2006; GAIVIZZO, 2006).

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária surge logo após o surgimento do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. É um movimento econômico popular e informal como forma de combater as desigualdades e o desemprego decorrentes da crise econômica. É baseada em elementos fundamentais como a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a democracia.

Autogestão é um dos princípios da Economia Solidária e nos fala da gestão democrática e autônoma, onde o coletivo toma as decisões superando os interesses individuais. É um termo recente e tem uma ampla gama de interpretações, mas sempre aparece relacionado aos princípios de autonomia e democracia. No que se refere à questão econômica se traduz na propriedade coletiva dos meios de produção e na divisão igualitária dos excedentes de produção (VERAGO, 2007)

A autogestão não permeia somente os processos econômicos da economia solidária, mas também está presente nos processos educativos, juntamente com os princípios da educação popular freirianas.

De acordo com Nascimento (2014), Paul Singer nos afirma que: “a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando” (p. 01).

A Pedagogia da Autogestão pode ser entendida como o processo pedagógico no âmbito do trabalho associado e autogestionário. Dentro dos processos do movimento da Economia Solidária assim se define o papel do/a educador/a, ou seja, o/a militante que deve ser mais o/a mediador/a que permite aos grupos experimentar; aquele/a que em qualquer situação experimenta os valores da ação. É ele/a que ajuda, reenvia aos grupos suas próprias análises como sendo análises e não certezas, sendo assim, exerce um importante papel na valorização do saber acumulado (NASCIMENTO, 2017).

A Educação Popular de Paulo Freire dialoga com os princípios da pedagogia da autogestão presentes na Economia Solidária, tanto que em suas teorias existe uma práxis educativa com pedagogia do trabalho associado/autogestão, se trata da aplicação criativa de princípios das pedagogias freireanas/educação popular, ao campo do trabalho associado (NASCIMENTO, 2017).

Para Freire (2017), a pedagogia eficiente é aquela capaz de suscitar nos/as educandos/as o diálogo e o saber de si. Como diálogo se entende o encontro que solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e, portanto, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideais. Dentro do diálogo não há espaço para a competição, pois a autossuficiência é incompatível com o diálogo. O diálogo pede a solidariedade, o amor, a humildade, a verdade, a confiança e, principalmente, o pensar crítico.

Estes princípios de uma educação baseada na Pedagogia da Autogestão e na Educação Popular, principalmente do diálogo e da construção democrática, começam a partir da escolha do conteúdo. Para Freire (2017) não há como começar esta prática no encontro do educando-educador, é necessário que o diálogo inicie em torno do conteúdo programático.

Não se pode esperar uma educação transformadora e resultados positivos de um programa educativo desrespeitando a visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, pois isto se constitui uma espécie de “invasão cultural” (FREIRE, 2017). O educando/a ao se sentir invadido/a irá repelir qualquer prática pedagógica. Portanto, a participação democrática e autogestionária deve se dar desde a concepção da proposta pedagógica, passando, principalmente, pela escolha dos conteúdos, mas não se esquecendo de discutir de que forma estes conteúdos serão abordados.

Dentro desta abordagem de educação popular na perspectiva freireana, há na educação no campo especificidades que a distingue de outras áreas. É necessária uma educação dialógica que respeite e considere a realidade do campo. De acordo com Percassi (2008), é possível perceber que a educação popular tem papel importante nos processos de militância e nos movimentos sociais, contribuindo para emancipação dos indivíduos e promovendo mudanças na cultura através da participação e da autogestão.

2.2 A Educação do Campo

Historicamente, os/as profissionais das Ciências Agrárias têm sido formados marginalizando a importância do aprendizado de posturas e práticas dialógicas que permitam que os/as profissionais formados sejam capazes de realizar uma leitura crítica da realidade em que a atividade está inserida. Essa perspectiva inviabiliza questionamentos sobre

os interesses econômicos e as relações de poder presentes neste setor.

A peculiaridade da Educação do Campo, em relação a outros discursos de Educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do contexto na qual está inserida, a Questão Agrária, e todos os conflitos inseridos nesta realidade: desigualdades sociais, exploração do trabalho, disputa pela terra, hegemonia do agronegócio e acumulação de capital. Sua base deve compreender que o campo vai muito além de um espaço de produção agrícola e acúmulo de capital. O campo é espaço de vida, de produção, de relações sociais, de história, cultura e conhecimento (MOLINA, 2009).

Portanto, sua compreensão exige visão ampliada dos processos de formação dos sujeitos do campo, das relações de poder existentes e do discurso hegemônico que defende a supremacia do agronegócio. Há um discurso predominante que tenta convencer a sociedade que o agronegócio é moderno, eficiente e que só ele é capaz de sustentar a economia do país. Em contrapartida, é dito que o rural tradicional é arcaico e obsoleto. Nesse sentido, há um reforço da ideia que criar políticas públicas para reforma agrária, inclusão de indígenas e quilombolas, de produção familiar e orgânica, é um atraso e que o que deve ser incentivado é a produção em grande escala, com utilização de grandes extensões de terra desconsiderando o intenso impacto ao meio ambiente, às comunidades e à saúde da população.

Segundo Freire (2017), uma sociedade que é governada pelos interesses de alguns grupos, classes e nações nunca incentivará a educação como prática de liberdade, ou seja, uma pedagogia eficiente capaz de suscitar nos/as educandos/as o diálogo e o saber de si. Ao fazer o/a aluno/a conhecer a liberdade, a educação desenvolvida nesta perspectiva, torna-o apto a se constituir crítica e responsabilmente e, assim, o/a torna capaz de refletir sobre sua realidade e a ter o poder de modificá-la.

Sendo assim, a educação técnica para o campo não pode se desligar do contexto que está inserida e das disputas de poder e conflitos que permeiam o meio rural, em função dos diferentes interesses econômicos e sociais existentes na utilização do território. Deve-se procurar uma prática pedagógica que permita a reflexão social do rural, que priorize a vida e a dignidade, que promova a igualdade e a justiça social e que permita o acesso democrático à terra (MOLINA, 2009).

No que se refere à Educação do Campo, é urgente promover a aproximação dos processos educativos da realidade do/ educando/a, já que o campo é um local carregado de especificidades e processos próprios que carecem de uma educação que permita que o/a educando/a não abandone o campo ou não abandone a escola. É necessária uma educação que valorize o saber (conhecimentos prévios do/a educando/a) e permita uma participação ativa e democrática destes na construção do processo educativo, que considere suas necessidades e demandas, sem abrir mão de um ensino de qualidade.

Dentro da recente conjuntura, as políticas públicas em educação sofreram modificações em suas concepções que refletiram na educação no campo. Uma das mudanças foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no segmento PRONATEC-Campo.

2.3 PRONATEC: potencialidades e limitações

A educação no Brasil por muito tempo foi oferecida para poucos. É recorrente a carência de políticas educacionais que garantam a universalização do acesso à educação básica. Sempre foi pensada e planejada de acordo com as necessidades da sociedade da época, ou melhor, tem sempre servido aos interesses daquela pequena parcela que detinham o poder, ou seja, os meios de produção e o capital (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000).

A Educação Profissional passou a ter atenção especial do Estado a partir do início do século XX, tendo em vista o cenário que se desenhava com o intensivo processo de industrialização que exigia cada vez mais mão de obra qualificada. O ensino industrial era visto, inicialmente, como educação para tirar os pobres da ociosidade e sem maior significação (SILVA, CAMPELO & DIAS, 2015). Na sua origem, foi pensado como forma de promover a formação de mão-de-obra para atender às exigências de uma incipiente industrialização e destinado para as pessoas de baixa renda (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000).

Ainda hoje a educação é pensada, por uma parte da sociedade, de acordo com as necessidades capitalistas. Entende-se que o ensino técnico vem acompanhando a lógica do sistema econômico e, na prática, pouco mudou. O ensino profissional ainda hoje tem como público alvo as classes menos favorecidas e serve aos interesses econômicos.

O PRONATEC é um exemplo deste fato, já que atende aos interesses de formação rápida para o mercado de trabalho. Tanto que acabou sendo praticamente dominado pelo Sistema S (SESC, SENAI, SENAR, SENAT) e amplamente associado aos setores privados demandantes de mão de obra qualificada (BATISTA, 2016).

De acordo com Silva, Campelo e Dias (2015, p. 25),

O PRONATEC foi instituído a partir da aprovação da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011 que consistiu numa promessa de campanha, cujo objetivo seria o de financiar cursos profissionalizantes para pessoas de baixa renda abrangendo tanto estudantes do ensino médio quanto trabalhadores interessados em qualificação profissional.

Apesar do grande aporte de recursos, principalmente no setor privado, na prática o Programa encontrou muitos entraves e desafios. Silva, Campelo e Dias (2015) em seu trabalho de avaliação do Programa, concluíram que o planejamento e a execução do PRONATEC demandam um

conjunto de ações com diversas peculiaridades tornando-se bastante complexa e desafiadora a sua implementação.

De acordo com Batista (2016), nem mesmo a modalidade PRONATEC Campo fugiu desta lógica. Mesmo sendo criado como um programa o Pronacampo (Programa Nacional de Educação do Campo), que é oriundo de pressões de movimentos sociais por uma Educação do Campo, acabou sendo absorvido pelo Sistema S, mais especificamente pelo SENAR, servindo aos interesses e objetivos desta organização.

Para Lemos (2016, p. 134) o PRONATEC:

revela-se como expressiva estratégia do capital em crise, cumprindo duas funções específicas e essenciais à reprodução do sistema: a primeira refere-se ao caráter econômico de financiamento do setor privado por via Estado; a segunda, de cunho totalmente ideológico, à medida que desqualifica a classe trabalhadora em cursos de baixa qualidade e de curta duração, encaminha-os aos centros de exploração de sua força de trabalho, escamoteia a barbárie e assegura o maior controle ideológico das consciências dos trabalhadores.

Somente a partir de uma boa leitura da realidade local, uma eficiente articulação com os diferentes setores da sociedade e, principalmente, um diálogo aberto com a comunidade local, é que o PRONATEC poderá ser eficaz em suas ações atendendo às reais necessidades de uma região e, desta forma, superar o seu papel de curso que oferece conhecimento pragmático, aligeirado e condicionado ao mero treinamento (LEMOS, 2016). Somente um arranjo institucional bastante complexo contemplará as competências técnico burocrática, política e participativa necessárias à implementação eficaz do programa (CASSIOLATO & GARCIA, 2014).

O projeto pedagógico do Instituto Federal Sul-riograndense assume que os cursos técnicos devem possibilitar uma formação profissional abrangente e flexível, o que significa

que a mesma está para além da formação técnica instrumental, mas se insere numa perspectiva ampla de formação humana, integrando conhecimentos de diversas ordens para a formação do ser humano, abrindo infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo (IFSUL, 2015).

Levando em consideração os objetivos institucionais do Instituto Federal Sul-rio-grandense, os recursos aportados com o PRONATEC poderão contribuir com a efetivação de ações que viabilizem a formação de um profissional com o perfil prospectado pela instituição de ensino.

Entretanto, para que isto ocorra é preciso abrir espaço para o diálogo e provocar a mudança ouvindo aqueles que fazem parte do contexto. Enquanto o ensino técnico profissionalizante não for pensado não só como uma ferramenta de qualificação que possibilite o acesso ao mercado de trabalho, mas também, como um agente de transformação de nossa sociedade, a realidade pouco vai mudar e a política será, somente, mais uma política pública de inclusão social.

3. Metodologia

Esta reflexão é fruto de uma pesquisa se caracterizou como estudo de caso, que é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas Ciências Sociais e Humanas. De acordo com GIL (2002), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados empíricos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de trazer informações e subsídios para fundamentação da pesquisa, auxiliando na compreensão de fatos e na construção do processo metodológico que seria utilizado para coleta de dados, também, enriquecendo a discussão.

A pesquisa documental foi realizada em documentos produzidos durante o processo de formatação dos cursos estudados como atas, e-mails, relatórios e, por fim, os projetos pedagógicos dos cursos de Horticultor Orgânico e Piscicultor para os acampamentos do MST em Pelotas/RS.

Além disso, foram realizadas entrevistas com alguns atores que participaram da construção dos cursos. Foram escolhidas três pessoas sendo que uma representava a instituição e a gestão dos cursos PRONATEC no IFSUL, outra representando o grupo de coordenação e execução dos cursos e a última representando os grupos de apoiadores. Dois dos entrevistados, coordenação e apoio, também participaram da execução dos cursos abordando alguns temas do conteúdo programático.

O entrevistado 01, professor integrante de instituição de ensino superior com articulação junto aos movimentos sociais locais e atuação dentro da Economia Solidária, participou da concepção, execução e avaliação do curso, ocupando o papel de coordenação pedagógica.

O entrevistado 02 é servidor da instituição proponente e representa a instituição dentro do movimento da Economia Solidária e na relação com outros movimentos sociais. Participou da concepção dos cursos e da articulação institucional que possibilitou a realização da proposta.

O entrevistado 03 é professor da instituição proponente e representa a gestão do Pronatec sendo responsável pelos processos administrativos e pedagógicos do curso.

As informações obtidas foram categorizadas por temas: início, construção, gestão, PRONATEC, dificuldades, vantagens, professores/as, grupos organizados, currículo e concepção pedagógica.

Ao se analisar os dados obtidos, pode-se perceber a importância do NESIC tanto na articulação como na execução dos cursos, o que levou a autora a fazer um recorte nos dados obtidos, com objetivo de descrever o papel desta entidade na concepção e execução dos cursos ofertados.

4. Resultados e discussão

4.1 Economia Solidária na Região de Pelotas: O papel do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas

A economia solidária (ECOSOL) aparece como uma resposta ao emprego e à decomposição do trabalho, mais que responder às dificuldades econômicas dos trabalhadores, dos camponeses ou dos pequenos comerciantes, ela emerge como uma resposta dos sem-terra, dos sem-capital, dos sem-trabalho, dos sem-teto: dos setores socialmente excluídos ou em risco de exclusão (CRUZ, 2006).

Em Pelotas, a ECOSOL se consolidou através da ação das incubadoras de economia solidária das instituições de ensino superior. O NESIC/UCPEL foi pioneiro nas ações de economia solidária na cidade e, mais recentemente, outras instituições de ensino lançaram projetos e ações dentro da perspectiva da economia solidária surgindo, então, o TECSOL/UFPEL e o NESOL/IFSUL.

O NESIC iniciou duas atividades em 1998 através da união de professores de diversas áreas do conhecimento que se propunham a discutir o mundo do trabalho, mas oficialmente surge em 1999 com apoio da Reitoria da UCPEL.

Durante vinte (20) anos, o NESIC concentrou seus esforços na incubação dos empreendimentos econômicos solidários em distintos segmentos, desde o artesanato, passando por laticínios, reciclagem, hortas comunitárias e, mais recentemente, uma rede de comercialização de produtos da Economia Solidária, acumulando importante experiência. Em parceria com as outras incubadoras da região, promoveu e incentivou atividades nas áreas de comércio justo e solidário, artesanato, agroecologia, reciclagem popular e solidária.

Atualmente o NESIC atua em diferentes frentes de trabalho, sendo estas: (1) **Rede Bem da Terra** (especialmente as atividades na Associação “Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário”; nas Feiras Itinerantes que ocorrem na UCPEL,

IFSUL e UFPEL; no Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra; na Feira Virtual Bem da Terra; na Banca do Mercado Público; e na Associação para o Consumo Responsável Bem da Terra); e (2) **Rede Reciclar Sul** (rede regional que se originou de projeto do NESIC em parceria com o Ministério do Trabalho, executado na região sul do RS, com o objetivo de promover a integração dos empreendimentos solidários.

Mas sem dúvida, seu pioneirismo como a primeira incubadora da cidade, foi de fundamental importância para a consolidação e expansão do movimento da Economia Solidária na cidade de Pelotas e região. A Economia Solidária se articula na região com outras entidades além das incubadoras universitárias citadas, existe um processo organizativo através de reuniões periódicas em Fóruns locais, estaduais e nacionais. O movimento da ECOSOL também se articula com outros movimentos sociais, como aqueles grupos oriundos da agricultura familiar, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Levante da Juventude, entre outros.

Desta articulação, surge no ano de 2012 a iniciativa do curso de formação com participação de diferentes instituições dentro do Programa Mulheres Mil no município de Piratini com o curso de Reciclador, que foi formatado e executado com importante apoio do NESIC, principalmente no que diz respeito à sua equipe técnica e professores/as, que atuaram ajudando na concepção do projeto do curso e na regência das disciplinas.

Em 2013 inicia a atuação dentro do PRONATEC com a elaboração e execução de outros dois cursos no mesmo formato, auxiliar de panificação e confeitaria e padeiro, em parceria com o MTD.

Estas experiências de atuação coletiva e democrática possibilitou a criação de uma expertise que culminou com a atuação das incubadoras e de diversos movimentos sociais nos acampamentos do MST nos anos de 2014 e 2015.

4.2 O surgimento da demanda e o PRONATEC como oportunidade

No ano de 2014 o MST iniciou ações no município de Pelotas que resultaram em dois acampamentos: o primeiro na Colônia Z3, próximo a uma área destinada à agricultura e o segundo na Fazenda da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O objetivo destes acampamentos era mobilizar e chamar a atenção para a necessidade de acesso a terra às famílias que estavam ali acampadas.

As incubadoras NESIC/UCPEL, NESOL/IFSUL e TECSOL/UFPEL passaram a acompanhar estes grupos, juntamente com o MST e outros apoiadores como o Observatório dos Conflitos da Cidade – Curso de Serviço Social/UCPEL, o MTD e o Levante da Juventude. Deste processo de assessoria e acompanhamento surgiram demandas importantes e urgentes, dentre elas a de qualificação destes trabalhadores para atuarem nos futuros assentamentos, garantindo a estas famílias renda e possibilidade de permanência no campo.

Através da ação do NESOL/IFSUL foi colocada a possibilidade de realização de cursos PRONATEC via IFSUL dentro dos acampamentos e as propostas começaram a ser discutidas e desenhadas, conforme nos fala dos envolvidos na construção dos cursos.

A demanda foi identificada por meio de militância mesmo, porque o pró-reitor de extensão tinha pessoas conhecidas dele e eu também, que militavam naquele momento na questão da segurança alimentar] [..e essas pessoas começaram a comentar que estavam em processo de tentativa de ocupação de terras na Z3, que havia este outro grupo também ligado ao MST na fazenda da UFPEL, estavam lá e que a gente poderia se articular e desenvolver algum projeto com eles, então foi dessa forma a gente acabou tomando contato...](Entrevistado 2).

Sendo assim, se iniciou uma série de encontros sistemáticos e periódicos com o objetivo de articular as entidades envolvidas no apoio aos acampamentos visando à construção de cursos de capacitação para os acampados conforme o informado pelo entrevistado 2:

foi uma ação realmente interinstitucional e uma ação ampla, envolvendo muitos segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade social, desde apoios ao MST até o próprio MST, ele nos exigiu uma estrutura bem peculiar e bastante complexa, mas em linhas gerais, e mais a tensão do gestor do PRONATEC querendo nos enquadrar naquela formatação que vinha do PRONATEC...] (Entrevistado 2).

O primeiro encontro do coletivo ocorreu em junho de 2014, quando se estabeleceu o que deveria ser feito e se deu o primeiro contato para estabelecer de que forma o IFSUL através do PRONATEC poderia contribuir para a formação técnica daqueles trabalhadores.

Neste processo, o NESIC esteve presente ativamente, participando das reuniões com atuação de seus técnicos/as, bolsistas e professores/as. Devido a experiência anterior na concepção dos cursos Mulheres Mil e PRONATEC MTD, teve participação efetiva na concepção destes cursos, na articulação entre os atores envolvidos e na busca de formadores/as com a formação e experiência necessárias.

4.3 Construção Coletiva, Democrática e Autogestionária

Com o aval e apoio de gestores do IFSUL se deu início o processo de construção dos cursos. Ao total ocorreram dez encontros de julho a outubro com periodicidade semanal e as propostas foram discutidas de forma coletiva e democrática, conforme observado na fala de um dos sujeitos que participaram da construção dos cursos.

A gestão do curso foi feita através da autogestão, todo o tempo com reunião, tanto do ponto de vista dos professores como das lideranças. Definiu com elas as demandas e os interesses temáticos para os cursos, então foram muitas reuniões de autoanálise, autogestionadas, com as lideranças e com os professores e, a partir disso, se planejou. [...] autogestão, todo o tempo com reunião, tanto do ponto de vista dos professores como das lideranças] (Entrevistado 1).

De acordo com a fala dos/as entrevistados/as pode-se observar que os preceitos da economia solidária e educação popular estiveram presentes na construção e execução dos cursos, onde a autonomia dos indivíduos e a autogestão com decisões coletivas estiveram sempre presentes.

Os processos eram participativos e, pautados pelos preceitos da educação popular e autogestão, todos/as tinham vez e voz; gestores/as, apoiadores/as, estudantes e trabalhadores/as se mobilizaram para elaborar um currículo que se considera as demandas dos grupos e suas especificidades. As decisões eram tomadas de forma coletiva de tal forma que o curso cumprisse os requisitos estipulados pela política pública, pelos requisitos estipulados pela instituição, mas sempre priorizando o educando baseados nos princípios da autogestão e educação popular. Isto é reforçado pela seguinte fala.

o processo ele estava vinculado a todos os núcleos de economia solidária da cidade, ou seja, o NESOL, o TECSOL e o NESIC, aí estava os representantes do MST por meio do Levante da Juventude, que é um movimento que também que se insere em apoio ao MST ao mesmo tempo que seus integrantes, muitos deles, também são jovens oriundos do MST, e eles estavam nessas PLENÁRIAS que haviam as reuniões gerias, então estava o MST representado, além das reuniões que a gente fazia por acampamento, na colônia Z3 e lá no grupo da fazenda da UFPEL no Capão do Leão, então se desenhou uma

logística bárbara, porque estávamos acompanhando dois grupos em paralelos, mas a partir da mesma equipe de formadores e com o movimento social agregado e definindo a cada dia, a cada momento o andamento. [...] reuniões para cada curso também, as reuniões periódicas de avaliação, acompanhamento neh, e enfim, daí fazia a conexão dos cursos] (Entrevistado 2).

A concepção pedagógica buscada foi dentro dos preceitos freirianos de educação popular e ancorados na pedagogia da autogestão da economia solidária. Houve uma valorização da participação do/a educando/a em todos os momentos, respeitando a sua realidade e trazendo-a para o processo de aprendizagem, tanto que as aulas ocorreram nos acampamentos, nos horários que os trabalhadores tinham disponíveis e com total liberdade de diálogo e negociação, conforme pode ser observado na fala dos entrevistados:

Até a ementa, o programa, o conteúdo programático foi pensado a partir da realidade das comunidades ocupadas. Não a partir de um conteúdo programático fechado. Lógico que tinha questões de cima para baixo do próprio ministério, mas ia adiante (Entrevistado 01).

E é uma concepção que passa por uma pedagogia escorada na educação popular, no Paulo Freire, nos educadores de concepção de educação popular, numa metodologia e numa concepção escorada numa prática democrática educacional, onde todos são sujeitos, não existe objeto da educação, todo mundo tem que aprender junto, cada um desempenhando funções diferenciadas que a realidade vai colocando, mas que todos estão aprendendo (Entrevistado 02).

Sem dúvida a escolha de profissionais, que se adaptassem a esta realidade, que entendessem processos coletivos e democráticos, foi a base do êxito dos cursos ofertados. Com pessoas comprometidas com o viés da educação popular e da economia solidária foi possível a adequação dos

cursos para a realidade dos assentamentos, conforme enfatizado pela fala dos envolvidos no processo.

Equipes de trabalho, que obviamente tinham que ser necessariamente pessoas do próprio movimento popular demandante ou pessoas que já tivessem experiência de trabalho em educação popular (Entrevistado 02).

Principal desafio primeiro é tu ter um corpo docente que tu saiba que tu pode contar eu estou sendo bem franco e o contar não é pela capacidade técnica pela capacidade humana, mas sim tudo que envolve a disposição os horários a capacidade que tu tem que ter de gerir pessoas e são pessoas normalmente que tem um histórico, dependendo do grupo, muito variado (Entrevistado 03).

4.4 Avaliação: resgate e perspectivas futuras

O processo de avaliação dos cursos foi contínuo e servia como base para ajustes necessários ao longo da execução. Além do processo de avaliação pedagógica dos/as alunos/as, houve avaliação contínua da execução dos cursos.

A avaliação dos/as alunos/as foi feita de forma coletiva e com a busca por um processo dialógico, teoria e prática andavam lado a lado buscando um resultado final. Os alunos/as puderam ser avaliados/as em visitas técnicas, construção de viveiros de peixes, cultivo e condução de horta, entre outras atividades.

Já o processo de avaliação dos cursos, foi feita de forma coletiva e democrática e com a participação de representantes dos/as alunos/as. Houve encontros com as turmas dos dois acampamentos ao longo do curso, havia visitas periódicas da supervisão que se permanecia atenta para aos problemas e dificuldades e ao final houve um grande processo coletivo de avaliação onde todos puderam dar sua opinião e sugestões que serviram de base para um relatório.

O processo de avaliação foi descrito pelos apoiadores da seguinte forma.

A avaliação das pessoas com cada professor, com cada conteúdo foi combinada entre eles, não foi realizada prova, eram atividades práticas, atividades dialógicas. E a avaliação do processo no final do curso em um grande encontro onde eles puderam dar o retorno do que foi aproveitado e o que deveria ser modificado e foi enviado relatório depois (Entrevistado 01).

A proposta era que a avaliação fosse feita no caminho, até onde eu acompanhei houve reuniões em diversos níveis até para avaliar (Entrevistado 02).

Ao final do curso foi possível ter o retorno dos/as alunos/as que fizeram uma avaliação do curso conforme pode ser percebido na fala de um dos apoiadores.

O retorno deles foi muito bom em uma comunidade a gente teve adesão grande no início e não foi o mesmo número de pessoas que chegaram ao final. No outro grupo não, a grande maioria chegou ao final, retornaram dizendo que tinha sido muito importante para o conhecimento deles e para fortalecer a luta que eles estavam. A luta maior era a questão de ocupação de terra para que as pessoas possam continuar (Entrevistado 01).

Considerações finais

No estudo aqui apresentado, ao se avaliar a experiência de dois cursos em acampamentos do MST no município de Pelotas em 2014-2015 foi possível analisar a utilização de uma política pública em educação para atender uma demanda específica de um grupo organizado.

Ao se escutar a fala dos envolvidos é possível perceber que no caso das demandas em educação dos movimentos

sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e economia solidária, ainda são poucas as iniciativas de criar políticas públicas que atendam estas necessidades e levem em consideração suas especificidades.

Foi necessário buscar a parceria e a organização de várias entidades de apoio dentro das instituições de ensino e dos movimentos sociais para adaptar uma política pública genérica para atender a demandas urgentes desses grupos.

A construção coletiva e democrática foi um processo rico e complexo. Desde a identificação da demanda, passando pelo planejamento e execução dos cursos até a avaliação, o processo se deu todo no coletivo com a participação de todos/as os/as envolvidos/as e dando vez e voz para todos, mas principalmente para os representantes dos/as educandos/as. Foram várias reuniões, encontros, trocas de e-mails e conversas para que ao final se observasse um processo de aprendizagem efetivo e condizente com a realidade daquelas pessoas, sempre pautados nos princípios da autogestão.

Neste processo, o NESIC esteve presente ativamente, participando das reuniões representado por seus/suas técnicos/as, bolsistas e professores/as. Devido a experiência anterior na concepção dos cursos Mulheres Mil e PRONATEC MTD, teve participação efetiva na concepção destes cursos, na articulação entre os atores envolvidos e na busca de formadores/as com a formação e experiência necessárias.

Boa parte da equipe dos cursos, tanto formadores/as como coordenação pedagógica, pertencia ou já havia passado pelo NESIC, mostrando que este é um importante espaço de formação e articulação do movimento da Economia Solidária.

Podemos destacar que o histórico dos participantes do processo foi importante para que a construção coletiva do processo educacional tenha alcançado os objetivos desejados. Ainda há um cuidado e uma preocupação com o egresso. O que difere dos cursos tradicionais que foram ofertados pelo PRONATEC, é a manutenção do vínculo, um acompanhamento,

que só é possível pela concepção e metodologia utilizadas pela Economia Solidária.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto de lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**. Presidência da República, Casa Civil. 26 de outubro de 2011. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em agosto: de 2017.

BATISTA, Maiara. **Por corações e mentes: A configuração do projeto da classe dominante na Educação Profissional da Juventude do Campo: Um estudo acerca da iniciativa PRONATEC Campo/SENAR/CNA**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. 2016. Dissertação (Mestrado acadêmico). 138f.

CASSIOLATO, M.M.M., GARCIA, R.C. (2014). **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1919.pdf. Acesso em: 22 out. 2017.

CRUZ, Antônio. Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência. In: **ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO**, 4., 2011, Rosário. *Anais...* Rosário, 2016., pp. 1-15. Disponível em:

<<http://antares.UCPEL.tche.br/nesic/iniciativasecoassociativas.pdf>>. Acesso em: 10 set. de 2017.

FONSECA, Marilía. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAIVIZZO, S. B. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas**. 2006. 110 f. Dissertação, Porto Alegre, 2006.

Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5183/1/000346811-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 15 set. de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODSON, Ivor F. **A construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

IFSUL. Procedimento Didático-Pedagógico e Administrativo do Campus Pelotas – Visconde da Graça, 2015. **Instituto Federal Sul-rio-grandense**. Disponível em:

<http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=19&Itemid_Pelotas_%20visconde%20da%20graa.pdf>. Acesso em: 25 jan. de 2019.

LEMOS, Ana Thyara L. **O PRONATEC e a política de formação da classe trabalhadora no contexto da proclamada sociedade do conhecimento: um exame onto-crítico**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa de Pós-graduação em Educação, 2016. Dissertação, 148f.

MOLINA, Mônica Castagna. (Org.) [et al] **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009. 07-11p.

NASCIMENTO, Cláudio. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. **Página Cláudio Nascimento: Socialismo Autogestionário**. 2014. Disponível em: <<http://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2014/04/pedag-autog-unicamp.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2017.

_____, Cláudio. Autogestão reinventando Paulo Freire. **Página Cláudio Nascimento: Socialismo Autogestionário**. 2017. Disponível em: <<http://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Paulo-Freire-e-a-Pedagogia-da-Autogest%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 30 nov. de 2017.

NASCIMENTO, Maria Luzirene O; DA CRUZ, Rosana E. Financiamento e gestão do PRONATEC: o público e o privado na política de educação profissional. **Rev. de Financiamento da Educação**. UFRGS. Porto Alegre, V. 6, n. 11, 2016. ISSN: 2236-5907. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v6-68634>>.

Acesso em: 12 jan. de 2018.

PERCASSI, Jade. **Educação popular e movimentos populares: emancipação e mudança de cultura política através da participação e da autogestão**. Site: Acervo Paulo Freire. Disponível em:

<http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4153/1/PPF_PTPF_01_0810.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação**. Campinas/SP, nº 24. p. 7-16, junho de 2008.

SILVA, Márcio Carvalho; CAMPELO, Maria Estela C. H; DIAS, Marcílio Carneiro. Diretrizes da Educação Profissional Brasileira: propostas e desafios da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). **Revista Internacional de Organización Educativa y Liderazgo**. vol. 2, nº 1, 2015. ISSN 2386-8392. Disponível em:

<<http://journals.epistemopolis.org/index.php/liderazgo/article/view/File/933/498>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, 388p. Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm> .

Acesso: 13 out. 2017.

VERAGO, Josiane Lombardi. Autogestão e relações de mercado capitalistas: autonomia ou adaptação?. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS**, 5, 2007, Campinas/SP. *Anais...* Campinas: Universidade de Campinas, 2007. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt7sessao2.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Gestão relacional e iniciativas de Economia Solidária: cartografia de um tempo curto

*Cristine Jaques Ribeiro
Aline Cunha da Fonseca*

Resumo

Apresentar a experiência do trabalho interdisciplinar problematizando lugar da gestão relacional na relação com os grupos de economia solidária foi um dos objetivos desta escrita. Sendo assim, se pretendeu instigar processos de análise capazes de desconstruir a perspectiva da intervenção técnica centralizada no saber acadêmico. O reconhecimento da potência das manifestações coletivas agenciou análises capazes de denunciar a naturalização das imagens e dos discursos construídos sobre os modos de viver das populações. Para tanto, a formação em Serviço Social no estágio curricular, junto aos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), possibilitou o reconhecimento de um outro modo de habitar e de produzir resistência frente às imposições do sistema capitalista. As contribuições de Michel Foucault, Félix Guattari, Antonio Negri, assim como as de Márcio Goldman e Ruben George Oliven, orientaram o percurso “errante” deste estudo.

1. Gestão relacional: uma proposta de assessoria técnica

Resgatar da memória um tempo outro sobre um trabalho que pretendeu questionar o próprio lugar da universidade na vida das populações é, sem dúvida, o desafio de um registro que propõe apresentar as linhas que atravessaram e transversalizaram¹ a assessoria

¹Para Esquizoanálise e Análise Institucional, a transversalidade é a “interpenetração, entrelaçamento, no rizoma (modelo de uma raiz vegetal que não tem membranas celulares nem limites externos), que é imanente à rede

interdisciplinar. Assessoria esta que buscou romper com paradigmas sobre grupo, economia solidária e imagens instituídas socialmente sobre assentados e assentamentos de reforma agrária.

Assim, este texto deseja apresentar a experiência realizada junto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) nos anos de 2004 a 2007 vinculada à Universidade Católica de Pelotas (UCPel). O presente relato está focado na proposta de análise e intervenção construída pela gestão relacional.

Primeiro, importante problematizar a constituição de uma gestão, considerada “gestão relacional”, que tinha como tarefa acompanhar grupos através da organização de cooperativas ou associações populares. Esse acompanhamento propunha assessoria técnica das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, para o enfrentamento das questões cotidianas comuns aos coletivos que pretendiam trabalhar juntos, como: motivação, mobilização, enfrentamento de conflitos, formação, entre outras necessidades que pudessem aparecer. Vale reafirmar que a constituição desta gestão, como de outras gestões instituídas na época, era resultado de um plano de trabalho da Rede Universitária Incubadoras Tecnológicas Cooperativas Populares (ITCPS), que objetivava apostar na assessoria técnica para grupos de iniciativa de economia solidária em todo Brasil.

Sendo assim, no período de 2004 a 2007, a constituição da gestão relacional se amplia bem como suas alianças junto às organizações populares, incluindo a parceria com os assentamentos de reforma agrária, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), na região sul do Rio Grande do Sul; em especial, nos municípios de Piratini, Canguçu, Pedras Altas e Herval.

Com a nova demanda produzida através da intervenção técnica, esse processo foi cada vez mais problematizado no

social, das forças produtivo-desejantes-instituintes-organizantes” (BAREMBLITT, 1998, p. 195).

sentido de construir a perspectiva de implicação², isto é, em uma produção de práticas coletivas. Para tanto, se tornava urgente, enquanto equipe, desconstruir a compreensão de social como também a ideia sobre o que vinha a ser assessoria “relacional”. Havia dois objetivos centrais propostos pela gestão relacional. O primeiro era em reconhecer as potências coletivas das iniciativas de economia solidária, e o segundo era denunciar intervenções profissionais que pretendessem falar em nome dos grupos, intervenções constituídas no imaginário³ acadêmico que fortalecessem a concepção de que os povos necessitam de portas vozes para enfrentar seus desafios.

Portanto, o objetivo deste texto é de apresentar a experiência vivida e produzida junto aos assentamentos de reforma agrária, bem como a perspectiva teórica que orientou a assessoria da gestão relacional na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas nos anos de 2004 a 2007.

2. Gestão relacional: uma experiência coletiva

O campo de análise deste item é a perspectiva de intervenção da gestão relacional e das demandas produzidas coletivamente enquanto assessoria interdisciplinar. Cabe iniciar análise do que se espera de uma equipe cuja tarefa é de assessorar grupos para que melhor pudessem conviver no ambiente de trabalho, de luta e de coexistência. Essa tarefa

²A compreensão aqui de implicação diz respeito às contribuições de autores do movimento institucionalista que defendem a importância de analisarmos o quanto interferimos na realidade dos grupos, pois “Eu não posso analisar minhas implicações sozinho em meu canto. Os dispositivos de análises que construirmos são sempre coletivos” (MARTINS, 2019, p. 497).

³A proposta é pensar o conceito de imaginário como produção social retirando o lugar cômodo da intervenção como “função” natural do poder técnico. “(...) a sociedade moderna permite ver a fabricação histórica das necessidades que são manufaturadas todos os dias sob nossos olhos (...) a economia do capitalismo moderno só pode existir na medida em que ela responde às necessidades que ela própria confecciona” (CASTORIADIS, 1995, p. 188-189).

pela gestão foi redimensionada com a perspectiva de não evitar conflitos, mas de propiciar processos de autoanálise e de autogestão⁴ onde os grupos deliberassem suas decisões coletivas.

Compreender que campo de análise e campo de intervenção⁵ acontecem juntos, era a perspectiva teórica que conduzia a assessoria. A atuação junto aos grupos de “empreendimentos” de economia solidária ocorria também com a orientação de problematizar a intervenção técnica e desnaturalizar a imagem sobre o que vinha a ser um grupo. Sobre o campo de análise e de intervenção, questões importantes se impunham, como: é possível produzir intervenção sem análise? Qual o significado da “interferência” da ação do conjunto de técnicos na vida da população? Quando a defesa do reconhecimento do saber popular se torna potência ou se reduz a minimização frente ao saber do “expert”⁶?

⁴O autor Baremblytt, apresenta no ‘Compêndio de Análise Institucional’ a importante perspectiva sobre auto-análise e autogestão. Auto-análise é um “ processo de produção e re-apropriação, por parte dos coletivos autogestionários, de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, desejos, demandas, problemas, soluções e limites” (1998, p. 156). Inevitavelmente, esta auto-análise está imbricada aos processos de autogestão. Autogestão “é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar sua vida” (1998, p. 157).

⁵A proposta de intervenção que orientava a equipe era de Pesquisa Intervenção que “(...) pressupõe saber ouvir e conviver com o diferente, desenvolver atividades que possam constituir-se em acontecimentos analisadores, enfrentar os próprios limites e medos; registrar cada passo, cada reação e cada fala” (GALVÃO; GALVÃO, 2019, p. 8).

⁶Sobre a ideia de expert, ou melhor, sobre a denúncia de um suposto expert, as contribuições de Michel Foucault foram imprescindíveis, pois “(...) o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas os dizem muito bem” (1996, p. 71).

Seu papel, então, não é de formar a consciência operária, visto que ela existe, mas de permitir a essa consciência, a esse saber operário entrar no sistema de informações, difundir-se e ajudar, conseqüentemente, outros operários ou pessoas que não tem consciência do que se passa (FOUCAULT, 2010, p. 87).

No que se refere ao tema grupo, eram constantes as tentativas de desconstruções paradigmáticas coladas aos corpos dos agentes e de suas organizações coletivas. Os discursos instituídos, sobre como os grupos deveriam ser ou sobre o que de fato seriam grupos, eram constantes no cotidiano da gestão relacional. O desafio era tentar combater com discursos que pudessem congelar modelos frente aos modos de existir e de se organizar das iniciativas de economia solidária. Discursos com afirmações hegemônicas: “O grupo não deve acabar” ou “É preciso trabalhar as relações do grupo se não o grupo não será mais grupo”, se tornavam comuns. Então, a tentativa de desconstrução ocorria nos questionamentos da equipe: O grupo é grupo? Se o grupo é grupo como se constitui? Como se movimenta? Ou, porque não pode deixar de ser “aquele” grupo e se tornar outro?

Sendo assim, se torna importante, neste trabalho afirmar que são as mais diversas buscas que formam um grupo. Quando existe aproximação entre diferentes agentes, não somos mais os mesmos, porque rompemos com as fronteiras que aprisionam o saber coletivo, autogestando transformações cotidianas resultantes desta relação. O conflito, longe de ser tratado, necessita de expressão. Expressão das diversas manifestações da vida que passa por todos, como: descontentamentos, ansiedades, frustrações, indignações, raivas, lutas ou alegrias, conquistas, esperança, criatividade, etc. Estas manifestações acontecem no dia a dia. São manifestações que fortalecem a capacidade dos coletivos em reinventar o seu modo de viver e nisso implica reinventar as relações de gênero, relações políticas, relações econômicas,

relações étnicas, relações religiosas, entre outras tantas relações que se constroem na convivência com a diferença.

Com as questões citadas acima, a gestão relacional construiu sua proposta de trabalho. Questões que desenhavam a cartografia da intervenção a partir da relação ético estético-política⁷.

Os discursos que impunham códigos de verdade sobre os saberes e sobre os modos de existir, foram combatidos no exercício constante da formação das equipes. Ainda, as reflexões auto analíticas aconteciam também nas equipes e não apenas como proposta da assessoria junto às iniciativas de economia solidária. A perspectiva sobre o tema grupo ultrapassava o que estava instituído sobre um modo técnico de lidar com a questão para questionar a implicação da proposição técnica na vida dos grupos. Questionar a demanda⁸ produzida pela incubadora tecnológica era uma constante no trabalho da equipe. Entender que a demanda não é natural e que não há problema de produzir demanda também se tornava constante. Mas, por que essa importância? Porque o compromisso era problematizar não a demanda produzida, mas o tipo de demanda produzida. Demanda para a cooperação ou para a competição? Demanda para autonomia ou para submissão? Demanda para dependência ou emancipação?

O reconhecimento da conexão com o heterogêneo também orientava a “intervenção”. Mas, o que é heterogêneo⁹?

⁷O Paradigma ético estético-político, que pautou a relação entre os coletivos envolvidos, tinha a preocupação de reconhecer a “potência estética de sentir (...) potência de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente” (GUATTARI, 2000, p. 130).

⁸A análise da demanda produzida pela equipe, pela gestão e até mesmo pela Incubadora Tecnológica, foi o desafio constante no cotidiano junto às iniciativas de economia solidária. Para tanto, as contribuições de Monceau, se apresentam pertinentes a tal intervenção. “(...) As instituições científicas vão ter suas próprias ideologias. Elas não são particularmente objetivas (...) A questão não é que devamos nos livrar de nossas ideologias (...), mas tentar analisá-las coletivamente” (2008, p. 22).

⁹A concepção de heterogênesse está vinculada a concepção de coletivo que “deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para

Considerando as práticas entre os grupos e as equipes interdisciplinares, surgia a grande questão: O que existe de heterogeneidade? E descobríamos que as buscas, os tempos, as histórias, os movimentos, as forças, eram o que agenciavam as proposições da gestão sobre a importância em reconhecer a diferença. Ainda, a conexão, no sentido dado aqui, era considerar as possibilidades criadas no encontro entre os saberes coletivos, saberes estes oferecidos por mulheres e homens, que não poderiam ser mais adjetivados como popular e erudito. Saberes substantivos, cotidianos, percebidos e singularizados. Saberes que pulsam nos diversos acontecimentos. A conexão heterogênea propiciava e propicia a possibilidade do “ser corpo” e não somente ideias.

O problema nunca consistiu na natureza deste ou daquele grupo exclusivo, mas nas relações transversais em que os efeitos produzidos por tal ou qual coisa (...) sempre podem ser produzidos por outros meios. (...) O problema não é ser isto ou aquilo no homem, mas antes o de um devir inumano, de um devir universal animal: não tomar-se por animal, mas desfazer a organização humana do corpo, atravessar tal ou qual zonas de intensidade do corpo, cada um descobrindo as suas próprias zonas, e os grupos, as populações, as espécies que o habitam (DELEUZE, 2006, p. 21).

O desafio era de não limitar aproximação apenas no plano racional, mas no conjunto desterritorializado que ao mesmo tempo pudesse autoanalisar práticas coletivas reinventando o lugar da academia e a vontade de demarcar seu saber e sua vontade de verdade.

(...) a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente

além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica de afetos mais do que uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (GUATTARI, 2000, p. 20).

utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; é amplamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (REVEL, 2011, p. 148-149).

Outro desafio assumido, naquele período, era sobre a perspectiva de social¹⁰ que consequentemente influenciaria na produção da demanda da equipe técnica. Reconhecer o social enquanto produção da sociedade era retirá-lo do lugar naturalizado historicamente dedicado à intervenção dos “técnicos do social”. Portanto, o desafio se colocava no reconhecimento do social, primeiro, como setor produzido para reprodução de intervenções punitivas e de vigilância que necessitava de denúncia ao discurso meritocrático e de subserviência dos “pobres” impostos pela sociedade ocidental. Segundo, evidenciar o social em sua dobra¹¹ e, aqui a partir de um outro tipo de economia, economia solidária, que reverberava as potências e capacidades coletivas no plano da imanência. Por fim, ressaltar que mais do que uma proposta de intervenção técnica, junto aos grupos de iniciativa de economia solidária, era a proposição do reconhecimento dos modos de existir que a todo momento exigiam, a partir de suas criatividades e resistências, ultrapassar a visão e o discurso cientificista¹² para a desconstrução das fronteiras que

¹⁰Compreender que “o social ultrapassa a perspectiva de sociabilidade, pois se coloca como campo do conhecimento” (RIBEIRO; KRUGER; OLIVEIRA, 2017, p. 128) possibilita e possibilitou desconstruir modelos impostos sobre a vida dos grupos e da intervenção técnica.

¹¹Romper com a linearidade da realidade, dos acontecimentos, das práticas e dos espaços, é a perspectiva de dobra trabalhada aqui e Deleuze contribui nesta análise. “Diz-se que um labirinto é múltiplo, etimologicamente, porque tem muitas dobras. O múltiplo é não só o que tem muitas partes, mas o que é dobrado de muitas maneiras” (2000, p. 14).

¹²Sair do lugar arrogante técnico-profissional cientificista foi a meta da gestão relacional, pois “uma teoria da ciência que delineia padrões e elementos estruturais para todas as atividades científicas e os autoriza por referência à

estigmatizavam os corpos e os modos de viver no campo e na cidade.

3. O autoconsumo como resistência cotidiana: assentamentos de reforma agrária; campo potente

Este item pretende apresentar um campo específico de aliança que foi construído junto aos assentamentos de reforma agrária vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A construção da aliança com o MST foi resultado de um intenso período de fortalecimento da luta pela reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul na década de 90 que resultou na inserção da incubadora tecnológica nos anos de 2000. Para tanto, o que se deseja aqui é salientar a perspectiva do autoconsumo defendida pelo movimento campestre. A afirmação que segue traduz um pouco a bandeira de luta deste movimento. “Primeiro precisamos plantar para comer e depois para pôr no mercado”. Essa frase surgiu em uma conversa com um assentado que expressava a importância da produção de alimentos para o autoconsumo nos assentamentos. Durante o acompanhamento da incubadora junto às famílias do MST foi possível identificar a preocupação com o tema do autoconsumo como resistência aos mecanismos de controle produzidos pelo sistema presente na sociedade.

As formas de opressão utilizadas pelo capitalismo vão além do controle da produção de bens e das relações sociais. Talvez a opressão consista na própria produção da subjetividade, ou seja, numa máquina que modela, que “forma” conforme os interesses do sistema.

“Razão” ou “Racionalidade” pode impressionar os observadores externos – mas é um instrumento grosseiro demais para as pessoas envolvidas” (FEYERABEND, 2007, p. 18-19).

O capitalismo (...) sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando 'recapturar' os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, com isso, controlar todas as pulsões processuais que trabalham a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 2015, p. 323).

Sistema que transforma o ser em trabalhador marcando seus corpos cotidianamente. Sistema que interfere nos modos de habitar decidindo onde agricultoras e agricultores terão que viver, impondo o espaço urbano como única possibilidade. Sistema que constrói um quebra cabeça onde as peças são distribuídas segundo seus interesses. Cada peça tem seu lugar e seguindo sua ordem na manutenção de seu controle.

Com a imposição citada se tornava urgente conhecer os mecanismos do sistema que estamos submetidos. Compreender o que se deseja, analisando se legitimamos a regulação de uma política¹³ que controla a vida de todos ou reinventamos a sociedade como espaço que garanta a expressão das multiplicidades na tentativa de romper com a ordem pré-determinada. Ordem onde o capital impõe modos de vestir, modos de aprender, modos de trabalhar, modos de consumir, modos de plantar, ou seja, ordem que controla como nos constituímos enquanto seres. Compreender que o sistema capitalista atua no corpo, portanto, em todo movimento de existência.

Frente a essa realidade surge a necessidade de construir alianças de resistência, alternativas de rupturas com esse tipo de dominação. E, para isso, o trabalho proposto pela gestão relacional partiu do reconhecimento da micropolítica

¹³Sobre um poder político que regula a vida de todos na obra Império encontramos contribuições proficuas. "As grandes potências industriais e financeiras produzem, não apenas mercadorias mas também subjetividades (...) Na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida" (NEGRI; HARDT, 2001, p. 51).

que pulsava como revoluções moleculares¹⁴ no reconhecimento da união das moléculas para causar “impactos” por onde passassem.

(...) as grandes mudanças históricas, as macromudanças, são sempre resultados de pequenas micromudanças, e que os grandes poderes em vigor na sociedade são apenas forças resultantes de pequenas potências que se chocam e conectam em espaços microscópicos de uma sociedade (...) o micro é o lugar do aleatório e do imprevisível (...) pensa que as pequenas conexões locais são o lugar do instituinte, e entendê-lo assim está estritamente relacionado com as estratégias de invenção nos âmbitos, nos espaços de atuação (BAREMBLITT, 1998, p. 41).

Desta forma, se percebe que as mudanças não dependem apenas do desejo individual, da vontade de alguns, mas da expressão coletiva. A mudança se constitui a partir do desejo coletivo. Assim, reconhecia a possibilidade de micromudanças levando em consideração o envolvimento com o coletivo, destacando suas potencialidades e criatividade. Portanto, as lutas são ao mesmo tempo micro e macropolíticas. Consequentemente, a questão agrária está presente nas lutas cotidianas e no enfrentamento da estrutura da sociedade, tanto na produção para o autoconsumo quanto na reinvenção dos modos de viver no campo. A vida no campo não está imune ao mercado, o que seria impossível, dada as regras de sobrevivência impostas. Mas o autoconsumo é a resistência criada a partir das famílias da reforma agrária.

Enfim, a produção diversificada para o autoconsumo era e é a garantia de um processo autogestionário que acontecia dia a dia. Relacionada ao autoconsumo estava a agroecologia,

¹⁴Para Guattari, a “revolução molecular consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 46).

que prioriza o modo como as famílias se relacionam com a terra, garantindo suas experiências, histórias, saberes e poderes. É um tipo de produção de alimentos que rejeita a cultura do agrotóxico e da transgenia. É a defesa que o alimento produzido garanta o bem-estar das famílias, a liberdade de trabalhar sem se submeter às regras do mercado, buscando consumir fora o menos possível, somente o que ainda não é produzido no assentamento. E a comercialização dos alimentos só ocorria, por parte dos assentamentos, enquanto excedente da produção, enfrentando cada vez mais a submissão imposta para agricultura familiar e camponesa e, nesse caso, para agricultura vinculada à iniciativa de economia solidária.

Com essa perspectiva de atuação, tanto por parte da equipe e dos assentamentos de reforma agrária, se consolidaram experiências que marcaram o vínculo de estudantes, professores e profissionais que se deslocavam do ambiente universitário para encontrar, no espaço dos assentamentos e da luta pela reforma agrárias, brechas para uma atuação que viabilizasse as alianças em defesa do direito de existir dos coletivos. Portanto, o próximo item a seguir detalhará a inserção nos assentamentos a partir da Incubadora que viabilizou também a realização de estágio curricular em Serviço Social.

4. Estágio em Serviço Social e a perspectiva junto das iniciativas de economia solidária

Passava os dias ali, quieto, no meio das coisas miúdas. E me encantei
(Manoel de Barros)

A realização do estágio supervisionado nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra era o desejo de um grupo de estudantes do curso de Serviço Social, que no ano de 2003 participava de um projeto de pesquisa sobre a ‘Questão Agrária’, coordenado pela professora Cristine Jaques Ribeiro.

No entanto, os movimentos sociais, em específico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, não eram constituídos como campo de estágio do curso de Serviço Social.

O esforço de abrir o campo de estágio, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, acabou sendo possível através núcleo UNITRABALHO/INTECOOP, que na ocasião executava um convênio firmado entre governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Gabinete da Reforma Agrária e Universidade Católica de Pelotas.

Esse convênio era executado pela UNITRABALHO/INTECOOP em conjunto com outros projetos voltados para a geração de Trabalho e Renda, com o objetivo de fortalecer e fomentar a criação de cooperativas populares. Os projetos eram executados através de uma equipe interdisciplinar formada por professores, técnicos e estudantes de diferentes áreas do saber. Foi adotada uma metodologia de incubação que previa a formação de equipes interdisciplinares para o acompanhamento do processo de formação fundamentado pelos princípios da economia solidária. Ao Serviço Social coube compor a equipe da gestão relacional.

O grupo de estudantes do qual fazíamos parte era responsável por acompanhar grupos urbanos de catadores de resíduos sólidos, nos bairros Dunas e Getúlio Vargas na cidade de Pelotas e as cooperativas de produção dos assentamentos de reforma agrária, localizados nos Municípios de Canguçu, Piratini e Pedras Altas.

Participávamos do processo de acompanhamento e formação dos grupos, a partir de uma metodologia fundamentada nos princípios da economia solidária, através da articulação entre diversas áreas do conhecimento, na busca de uma unidade entre “saber científico” e saber “popular”.

Como parte da equipe da gestão relacional, desenvolvemos o plano de estágio que buscou aproximação com a proposta do estágio de vivência. Sendo assim, optamos pela metodologia de imersão no campo de estudo, através da pesquisa cartográfica e de um deslocamento epistemológico

para compreender as formas de resistência desses coletivos, frente às estruturas e narrativas hegemônicas sobre as formas de habitar, de produzir e de reprodução da vida social.

Nesses termos, a proposta foi de compreender as formas de resistências através do campo micropolítico e do reconhecimento de resistência como performance a partir dos modos de vida operantes. Se distanciando de dicotomias, tais como o distanciamento do holismo e do individualismo na compreensão da dinâmica social. Não menos importante, a reflexão sobre lugar o da pesquisadora no estudo junto aos grupos.

Através de estágio de vivência nos assentamentos, acompanhamento às cooperativas de produção, participação em encontros de formação, reuniões e plenárias do movimento. Dessa forma, foi possível identificar processos sociais, com base em relações hierárquicas, no prestígio, na honra e nos rituais presentes nas reuniões dos grupos, nas místicas que animam os momentos de formação, os atos políticos e as ações públicas. Também acompanhamos o cotidiano da produção de alimentos e os espaços de comercialização, onde identificamos processos relacionados à troca e à reciprocidade, as redes de vizinhança e parentesco, constitutivas das relações sociais. Outra questão observada tinha relação com a reivindicação da identidade de agricultor, que confrontava as identidades periféricas, marginais e provisórias. Ou seja, era reivindicada uma identidade de agricultor ligada à tradição e ao cumprimento de certos procedimentos e à representação política. Esse confronto acontecia tanto dentro do movimento, em direção a uma tradição agrária e das identidades construídas na história da luta pela terra, como na relação com o Estado, pelo reconhecimento dessas identidades como condição de acesso às políticas públicas de reforma agrária. O estudo com os catadores de resíduos sólidos se desenvolveu numa perspectiva de geração de trabalho e renda, nos termos da economia solidária.

Observamos que as redes de trocas não se reduziam à dimensão econômica, aos critérios de utilidade, mas operavam em um sistema de relações que envolvia elementos das sociabilidades ligadas às relações de vizinhança e parentesco. Para a maioria dos modelos utilizados pelas políticas públicas, a identidade estava diretamente relacionada aos modelos produtivos. Ser agricultor ou catador deveria obedecer ao domínio de uma técnica, de um saber a respeito do processo produtivo devendo os agentes passarem por cursos de formação e capacitação oferecidos por técnicos das universidades ou entidades governamentais, com vistas à formação de uma identidade como condição de acessar os recursos públicos. Nessas duas experiências já aparecia o interesse em deslocar a análise da questão à identidade como representação e efeito das relações de produção para pensá-la enquanto processo e performance, bem como o interesse na problematização da dicotomia entre campo e cidade. Nessa relação, o rural era concebido como um espaço homogêneo, monolítico e ausente de ambiguidades, contrastando com uma cidade fragmentada, secularizada, caracterizada pela desordem, pelo conflito e pelo individualismo (OLIVEN, 2007).

Pensando nos modos de habitar dos grupos, compreendido aqui como modos de resistência, é possível considerar que são realidades plurais, práxis e construções culturais, situando-os nos “entre-lugares” (BHABHA, 2010), margens vivas, espaços em construção e espaços de contestação. Os entre-lugares contrapõem os essencialismos, porque são espaços de fronteira e podem ser pensados enquanto espaços de criatividade, performance, contestação política e de múltiplas estratégias de sobrevivência. Bhabha (2010) articula o conceito de comunidade contrapondo a ideia de homogeneidade, identidade, linearidade. O autor fala de uma “solidariedade afiliativa” para pensar comunidade como uma “leitura minoritária”, inserindo o elemento da subversão com vistas a perturbar uma ordem estabelecida. Essas experiências minoritárias, esse espaço da contestação que

emerge dos entre-lugares, podem ser estabelecidas de forma consensual ou conflituosa. As fronteiras são sobrepostas e fluidas, de modo que os conflitos e os traços diacríticos da cultura não desaparecem, mas são condições da própria cultura. Nesse sentido, os movimentos de diferenciação, os antagonismos e os conflitos são elementos constitutivos dos próprios modos de habitar (BHABHA, 2010).

Nota-se na maneira como alguns agricultores reivindicam uma outra relação com a terra. Buscam uma relação de imanência com a natureza, mostrando toda a precariedade da dicotomia natureza/cultura.

As experiências minoritárias também puderam ser percebidas na resistência de alguns agricultores, frente aos técnicos do Estado que prestavam assessoria técnica aos assentamentos de reforma agrária. Essa resistência se colocava tanto em relação às indicações dos técnicos, quanto às formas de cultivo e manejo do solo. Essas resistências podem ser compreendidas através de elementos relacionados ao saber que era passado de geração a geração, elementos ligados a questões místicas e a relações de parentesco e reciprocidade. Escutamos de um agricultor que a terra tem seu próprio tempo e que tem desejo. Da mesma forma que as relações de parentesco e reciprocidade ficam evidenciadas na fala de um agricultor: “A gente pega a terra emprestada dos nossos filhos, cuida dela, prepara e depois devolve para eles”.

Essas dimensões minoritárias, muitas vezes, tendem a ser desconsideradas pelos órgãos estatais que operam as políticas públicas. Não raras vezes, esses agricultores são considerados descomprometidos e despreparados quanto aos processos de melhoria das formas de produção nos assentamentos.

Nesses termos o trabalho de Goldman (2007) é importante para analisar as manifestações e expressões de ordem simbólica que foram tratadas como questões de segunda ordem pela tradição sociológica de pensar as resistências sob o domínio econômico e político, em termos de uma ação política

mediada exclusivamente pelo Estado. Goldman (2007) fala do reconhecimento das expressões singulares e dos processos micropolíticas que reivindicam o direito à diferença. Goldman (2007) propõe que se esteja atento para o “movimento dos movimentos”, para as linhas de fuga, dos processos que escapam das situações majoritárias e das identidades. Se pensarmos em termos desse movimento minoritário e micropolítico na relação com o Estado, Goldman aponta que deve reconhecer as classificações cotidianas e os modos operantes de enfrentamento do/as formas enrijecidas das instituições estatais, o que denomina como “contextualização e relativização” (GOLDMAN, 2007).

Através da reconstituição do campo social, foi possível localizar processos sociais que não passam pela centralidade do Estado, que operam em uma lógica que difere das representações e das narrativas oficiais sobre a cidade. E com a preocupação de não desenvolver um estudo junto aos grupos minoritários de forma reducionista, ou seja, de tratar os processos sociais, simbólicos e políticos, sem a mediação com os processos mais amplos. O esforço foi no sentido de reconstituir o campo social, onde essas dimensões aparecem articuladas, contraditórias entre si, mostrando a tensão presente na forma de ocupar e constituir os territórios, bem como as disputas em torno desses conceitos.

O esforço teórico de mostrar como operam as dimensões micro e macrossocial dos processos de ocupação e produção dos assentamentos de reforma agrária, bem como através das experiências dos grupos de catadores que habitam a cidade. O estudo mostrou que estar nas margens não significa estar “fora”, porque as margens são espaços de fronteira, onde se instalam os conflitos de ordem territorial, social, político e simbólico. Tratam-se de zonas de interação, onde diferenças se colocam como condição de constituição dos territórios. É necessário aprender a ler os modos de habitar pelas suas fronteiras.

Para Barth (2000), convencionou-se utilizar um conceito abstrato de sociedade para representar um sistema social abrangente, dentro dos quais grupos, unidades menores e conceitos podem ser analisados. Conceitos como comunidade, identidade e sociedade, desconsideram as características e fronteiras empíricas. A constituição do território estudado se caracteriza por movimentos de mobilidade e permanência e pela diversidade de agrupamentos. Tal processo refere-se a variações descontínuas que tendem a se agrupar Barth (2000). A questão não é a preocupação com o aperfeiçoamento de tipologias, mas a tentativa de descobrir quais os processos que produzem tal agrupamento.

Portanto, qualquer sentido de identidade, de comunidade que se tente atribuir às experiências citadinas, se torna inoperante, frente aos movimentos que oscilam entre a mobilidade e a permanência, particular e universal. É justamente nesses termos que conclui-se que para compreender os modos de habitar as margens deve-se considerar a questão em torno das territorialidades, entendendo-a como um “modo particular, histórico e cultural de ocupar o território” (SEGATO, 2005, p. 08), a partir de contextos específicos (DEEPIKA, 2013) para não essencializar os modos de habitar a periferia, produzindo o exotismo e/ou a vitimização dos grupos.

Haraway (1995) em sua perspectiva epistemológica sobre “conhecimentos situados” propõe a construção do conhecimento a partir de um posicionamento histórico e cultural que busque atender aos interesses sociais, cognitivos e políticos das minorias, dos grupos subjugados historicamente. Essa posição de valorização da visão das minorias é adotada não porque o olhar desses grupos seja “inocente”, mas porque esses grupos têm possibilidades objetivas de transformação

Os modos de ver das minorias, dos grupos, que encontram-se nas fronteiras, nos “entre-lugares”, são por si só contraditórios diante das visões hegemônicas. Aprender a ver

do ponto de vista do outro, essa visão dupla, possibilita questionar as visões construídas, acrescentando outras perspectivas como forma de revisualizar o mundo e produzir enfrentamentos e resistências aos mundos organizados por eixos de dominação. As estratégias levantadas por esses diferentes posicionamentos contraditórios, esse “eu dividido”, tornam possível questionar sobre esses. O eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos a serem responsabilizados, o que pode construir e juntar-se a conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história.

Divisão, neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas simultaneamente e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas (HARAWAY 1995, p. 26). Mas aprender a ver do ponto de vista do outro, adotar o ponto vista dos subjugados, não significa adotar uma posição romântica frente aos grupos, tampouco uma “posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial” (HARAWAY, 1995, p. 26). A produção do conhecimento a partir da experiência cotidiana de seus habitantes, em um contexto específico e de uma política de localização, requer assumir uma posição de tensionamento frente às estruturas que produzem as formas desiguais.

De acordo com Haraway (1995, p. 29), “os conhecimentos locais também devem tencionar as estruturas que produzem as trocas desiguais, sejam essas trocas materiais ou semióticas”. Esses tensionamentos, para a autora, não significam uma teorização ou uma ação sobre o mundo de forma global, mas a consideração das diferenças que existem entre as comunidades, entre grupos em termos de poder; o conhecimento entre esses grupos e as conexões. Para compreender como essas questões locais se relacionam em um contexto sócio histórico, como propõe o texto de Depikā (2013), é fundamental rejeitar a dicotomia local e global e assumir uma

leitura com relação às semelhanças e às diferenças entre os grupos em uma escala global.

Nesse contexto, é necessário prestar atenção às maneiras pelas quais os grupos e as periferias resistem à opressão; assim como suas estratégias de resistência em diferentes locais. Como propõe Spivak (DEPIKA, 2013), é imprescindível ler esses grupos não como iguais, mas como vizinhos moradores próximos em uma lógica de adjacência. Ao adotar essa perspectiva, é necessário estar atento a como operam as resistências em contextos específicos e às múltiplas estratégias utilizadas pelos grupos em diferentes escalas dentro da cidade, assim como as semelhanças, distanciamentos e aproximações com os diferentes grupos no espaço urbano.

A relação entre territorialidade e saberes localizados possibilita pensar os modos de habitar como o lugar dos fluxos, dos contra discursos, da reivindicação, das multiplicidades de vozes, da ludicidade, da criatividade e das performances contra as normativas na forma de gestão dos territórios. A experiência etnográfica mostra um cotidiano atravessado por contradições e ambiguidades de performances frente aos agentes do Estado, na utilização de estratégias para acessar recursos públicos, nas reivindicações por espaços de visibilidade e escuta e na manutenção dessa invisibilidade, quando se trata de aspectos da vida cotidiana frente aos aparatos de controle social do Estado.

Considerações Finais

O tempo outro, registrado nestas linhas, potencializou a paciência com o processo coletivo que não está dado como verdade, como modelo a seguir. Reconhecer as metas de um trabalho em equipe, interligadas às exigências de políticas públicas, frente a intervenção do Estado, é reconhecer a importância de cuidar da demanda produzida através de uma metodologia que pretendeu criar modos de afetar, ou seja, criar práticas que não mortificassem os modos de existir dos grupos

e, nesse caso, das histórias de luta constituídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra através dos assentamentos de reforma agrária.

Os deslocamentos produzidos, entre gestão relacional e grupos, reverberaram os sentidos da assessoria técnica para desconstrução da dicotomia entre o saber popular e o saber erudito. A aposta foi em permitir que os saberes constituintes das diferentes trajetórias pudessem juntos reinventar alianças, proposições e planos. Os processos autogestionários e autoanalíticos foram o foco de atenção para que a deliberação surgisse de forma imanente e implicada em todos os sentidos.

Por fim, reconhecer as vozes que ecoam nos modos de habitar o rural e o urbano é denunciar um poder que deseja ser “porta-voz”, poder que nega a escuta sensível das vozes que lutam em sua trajetória, lutas manifestadas nas resistências frente a imposição da subjetividade capitalista que pretende definir, por exemplo, o que é ser agricultor e agricultora, como devem plantar e, conseqüentemente, como devem habitar os territórios.

Referências bibliográficas

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DEEPIKA, Bahri. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, v. 21 n. 2: 336, p. 659-682. maio./agosto. 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Repensar a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GALVÃO, Edna Ferreira Coelho; GALVÃO, Juarez Bezerra. Pesquisa Intervenção e Análise Institucional: alguns apontamentos no âmbito da pesquisa qualitativa. **Revista Ciências da Sociedade**, vol. 1, p. 54-67, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistadecienciasdasociedade/>>. Acesso em: 09 jul. de 2019.

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. **Ilha Revista Antropologia**, vol. 9, número 1 e 2, p. 8-22, 2007.

GUATTARI, Felix. **Caosmose** - um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2000.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

MARTINS, João Batista. Análise Institucional e o Processo de construção do conhecimento: A questão da implicação. **Psicologia em Revista**, vol. 23, n. 1, p. 488-499, jan. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a30.pdf>>. Acesso em: 10 jul. de 2019.

MONCEAU, G. **Implicação, Sobreimplicação e implicação profissional**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S198402922008000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 jul. de 2019.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIBEIRO, Cristine Jaques; KRUGER, Rafael Medeiros; OLIVEIRA, Thayna corrêa. A Cidade e a Moradia: O caso de Pelotas. Píxo - **Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, vol. 1, n. 3, p. 126-147, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/12789>>. Acesso em: 05 jul. de 2019.

SEGATTO, Rita Laura. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Série Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005.

**Economia Solidária na estratégia de desenvolvimento:
da Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadicção (CAEX) ao Centro de Referência em Práticas Sustentáveis**

Aline Mendonça dos Santos

Carlos Eduardo Arns

Renato da Silva Della Vechia

Solaine Gotardo

Tiago de Garcia Nunes

William Borges Aldrighi

Resumo

O artigo discute a relação entre um projeto de curto prazo proposto em parceria com o programa de recuperação de dependentes químicos - vinculados a Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadicção/ CAEX (Pelotas) e a concepção estratégica do NESIC articulada à constituição de um Centro de Referência Regional em Práticas Sustentáveis, que visa desenvolver e ampliar as ações de extensão e incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a partir do trabalho - articulando as dimensões associadas à Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O projeto de curto prazo propõe no âmbito da produção a constituição de quintal agroecológico de produção orgânica e as discussões de constituição da organização de um EES, para qualificar o processo de laborterapia junto aos dependentes químicos; no âmbito da comercialização e do consumo, a construção de uma relação com a Rede Bem da Terra, que envolve produção, distribuição e consumo em Pelotas e região há aproximadamente 12 anos. No entanto, busca estabelecer a relação com uma proposta estratégica para a Unidade Agrícola

e sua relação com a comunidade local e regional na perspectiva do fortalecimento da economia solidária e o desenvolvimento territorial.

Introdução

Nas últimas três décadas a Economia Solidária fez uma trajetória de mudanças de grande significado, uma vez que parte das experiências dos anos de 1990, constituídas como reações a crise do capitalismo em suas mudanças estruturais foram avançando como propostas de geração de trabalho e renda com caráter de economia solidária.

Na década de 1990, vimos emergir um conjunto de experiências oriundas de ações solidárias de assistência social junto aos grupos sociais mais vulneráveis (como foi o caso dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs da Cáritas), empresas recuperadas que foram convergindo na criação de cooperativas, associações, grupos informais que foram representando o que nomeamos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs).

Nos anos 2000, inicia-se o processo mais consistente de articulação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) mais maduros, Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) e Gestores Públicos (GP) que se articularam na organização de um sujeito político e coletivo da economia solidária: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Além do FBES outros organismos públicos foram legitimados como espaços de diálogo entre Estado e sociedade: o Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) e as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CNES), marcando o período como de construção e experimentação na implementação de políticas públicas, conduzidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Neste período se fortalece e se consolida a compreensão da diversidade de realidades e contextos, tendo em vista a dimensão da identidade e territorialidade da Economia Solidária no país.

Já os anos de 2010 foram marcados pela consolidação de grandes redes de empreendimento e organizações como as redes e cadeias de empreendimentos de produção, de comercialização - Comercio Justo e Solidário, de finanças solidárias, dos Centros de Formação em Economia Solidária e o fortalecimento da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Neste contexto, a Economia Solidária já se afirmava como um projeto contra hegemônico e passava a conformar o conjunto das outras economias de resistência que caracterizam outras formas de produzir e viver e outra lógica de desenvolvimento.

No entanto, esse processo foi fortemente impactado pela crise política instaurada no país a partir de 2015 e que levou ao processo de *impeachment* em outubro de 2016. Com a imposição da agenda da globalização neoliberal, vem sendo conduzido um rápido e profundo desmantelamento das políticas sociais concebidas especialmente nos governos progressistas (Lula-Dilma). Dentre as políticas sociais envolvidas está a Política Nacional de Economia Solidária. O desmonte desta política, não só compromete a relação Estado e sociedade, mas também fragiliza o movimento social.

Em meio a esse contexto, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede-ITCPs) integra e incorpora as mudanças na trajetória do Movimento de Economia Solidária do país. Ao longo dessas quase três décadas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) vêm dimensionando uma proposta interdisciplinar de realização concreta do princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão nas universidades brasileiras.

Do mesmo modo, o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), como um espaço de extensão da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), integrante da Rede ITCPs, em seus 20 anos de atuação, também constrói uma relação estreita junto aos EES e ao movimento de Economia Solidária, comprometido em legitimar

a extensão¹ como um espaço científico e político importante dentro da universidade.

Unindo esforços para criar as condições para visibilizar e potencializar outras formas de produzir e viver, outras economias, o processo de extensão do NESIC consiste em um processo pedagógico, coletivo e democrático, pautado pelos preceitos da economia solidária. Assim, o NESIC expressa uma solidariedade mútua, uma troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social: a universidade e a comunidade.

Portanto, a proposta deste trabalho consiste em refletir sobre as relações entre o projeto de curto prazo e ações operacionais contidas no projeto CAEX² e sua articulação com a concepção estratégica do NESIC com a perspectiva de consolidar outras formas de produzir e viver a partir de uma lógica de desenvolvimento territorial.

O Projeto CAEX compreende ações claras e objetivas, com metas e resultados esperados e projetados na ver proposta enviada ao CNPQ. Nesta perspectiva, o projeto prevê fortalecer a horta local na transição agroecológica, melhorar a infraestrutura da horta com insumos, ferramentas e formação em agroecologia e economia solidária e criar as condições para o fomento de um EES entre os usuários da CAEX. No entanto, o projeto CAEX compreende três ações que extrapolam a temporalidade do projeto (12 meses): a constituição de uma organização associativa, a articulação deste EES na Rede Bem da Terra e ações de aproximação da CAEX com a comunidade e seu entorno.

¹Historicamente a extensão ocupa um lugar periférico na universidade. Embora o movimento de Córdoba, que deixou um legado na reforma universitária da América Latina, tenha completado cem anos em 2018 pautando a extensão na agenda da universidade, esta é uma questão latente e ainda em disputa.

² O vulgo Projeto CAEX representa o projeto intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno”, operacionalizado pelo NESIC e financiado pelo CNPq.

Desta forma, têm-se claro que essas ações vão além do projeto de curto prazo e refletem a expectativa de longo prazo da constituição de um Centro de Referência em Práticas Sustentáveis. Embora essa proposta estratégica ainda se encontre em fase embrionária, é de suma importância e merece ser considerada neste livro, uma vez que pode representar uma novidade no processo de incubação que o Núcleo vem desenvolvendo ao longo de sua história.

Assim, o trabalho foi organizado em três momentos complementares. Num primeiro momento, faz-se uma abordagem dos conceitos principais e noções fundantes que orientam a proposta do projeto como estratégia de desenvolvimento; na sequência se descreve sucintamente o projeto CAEX desenhado pra responder ao edital (CNPq/MCTIC/MDS No 36/2018); em seguida apresenta-se a proposta do Centro de Referência em Práticas Sustentáveis como espaço privilegiado de construção de práticas e tecnologias sociais articuladas a economia solidária como estratégia de transformação da realidade; e, por fim, nas considerações finais, trazemos algumas notas de contribuição ao debate.

1. Economia Solidária e os elementos fundantes para uma proposta de desenvolvimento territorial

Aqui apresentam-se alguns dos principais conceito e noções que constituem referências para a proposta do desenvolvimento territorial que orienta tanto o Projeto CAEX, bem como a proposta estratégica do Centro de Referência em Práticas Sustentáveis.

a) *Economia Solidária e sua relação com a Comunidade Terapêutica*

O projeto implica em constituir uma iniciativa de Economia Solidária a fim de que os dependentes químicos em recuperação possam organizar uma alternativa de geração de renda, de agroecologia e que supra a necessidade da laborterapia no tratamento da dependência química. Com esta iniciativa, ainda é possível criar as condições de soberania alimentar para os diferentes sujeitos envolvidos no processo.

Nesta perspectiva, pretende-se aproximar as relações de trabalho aos princípios e valores admitidos na comunidade terapêutica, evitando se submeterem novamente à alienação do trabalho, promovida pelo sistema capitalista. As pessoas têm mais espaços no Mundo do Trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas. A proposta da Economia Solidária configura-se como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração da mais valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, capaz de resgatar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico (SANTOS, 2000).

A autogestão é um processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e decidem. Para tanto, é necessária uma educação permanente dos envolvidos, afinal trata-se de um novo paradigma que está sendo colocado à frente das relações e do trabalho dos trabalhadores (ANTEAG, 2000).

Na sociedade contemporânea, a dependência química se torna uma problemática recorrente e, portanto, considerada um problema social e estrutural. Assim, reconhece-se que o processo de recuperação da dependência química passa pela necessidade de uma outra relação do usuário com a sociedade e, conseqüentemente, com o trabalho. Os tratamentos de

reabilitação dos dependentes químicos em recuperação propõem uma transformação da pessoa humana, procuram levar o indivíduo a um conhecimento mais profundo de si e do contexto em que está inserido.

Nesta perspectiva, os princípios da Economia Solidária podem ter uma relação com os princípios de uma Comunidade Terapêutica. Segundo o Código de Ética da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, o trabalho nelas deve ser baseado no respeito à dignidade da pessoa humana (FEBRACT, 1999).

Ambas as experiências buscam valorizar o ser humano, permitindo que ele viva numa relação diferenciada das impostas pela sociedade capitalista. Tanto na comunidade terapêutica, como na economia solidária as pessoas vivem em comunidade, discutem as possibilidades, respeitam os diferentes saberes, enfim, não são tratadas como objetos e sim como sujeitos dos seus processos históricos. Desta forma, entende-se que esta é uma estratégia tanto para geração de trabalho e renda, como para os cuidados com a saúde mental.

No âmbito desta estratégia, o projeto está desenvolvendo uma estrutura autogerida (quintal agroecológico) que pretende ser uma organização legítima e democraticamente estruturada, capaz de garantir uma governança horizontal e coletiva das ações e recursos que são e serão compartilhados pelos diversos sujeitos que fazem parte do projeto de desenvolvimento territorial participativo. A proposta respeita as regras democráticas de tomada de decisão e obtém legitimidade legal para o exercício de suas Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno. Esta estrutura pode ser uma associação civil de pessoas físicas; uma cooperativa singular ou uma cooperativa de segundo grau; uma organização da sociedade civil de interesse público, ou qualquer outra forma jurídica que possa comportar internamente o caráter jurídico

da horta comunitária que compõe o projeto (Nunes, Santos, Cruz, Gotardo e Vitoria, 2017:12).

b) Desenvolvimento territorial

A questão do desenvolvimento territorial e o próprio conceito de território assumiram uma dimensão no campo das ciências humanas e sociais que ultrapassa o debate realizado pela Geografia e pela Geopolítica. Além da Economia, a Sociologia e a Antropologia que se apropriaram do debate para explicar os objetos de estudo num determinado espaço social, cultural, econômico e político, o conceito passou a ser base para organização estratégica e metodológica de políticas públicas e sociais, sobretudo nos governos considerados mais progressistas no Brasil (2003 a 2016).

A noção de território nesta perspectiva mais ampla permite que se abandone uma proposta estritamente setorial; impede a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento social; estimula a análise sobre organização local e processos de cooperação (Abramovay, 2007).

Nesta perspectiva que apontamos a economia solidária e a expansão da Rede Bem da Terra como uma estratégia de desenvolvimento territorial. Os objetivos e metas construídos permitem descrever o projeto a partir de uma perspectiva de desenvolvimento territorial participativo. Como desenvolvimento territorial participativo compreende-se:

- (a) um conjunto de ações de caráter econômico, social, político e tecnológico;
- (b) que se origina das demandas dos agentes locais, agrupados segundo características comuns de geografia física e humana, cultura política e organizacional, e objetivos socioeconômicos compartilhados;
- (c) cujo objetivo é ampliar as oportunidades de bem-estar e de elevação da condição de cidadania e de liberdade das pessoas;
- e (d) que são desenvolvidas coletivamente a partir da combinação de processos diretos e representativos de planejamento,

execução e avaliação. O desenvolvimento é compreendido, então, como a busca da liberdade humana em seu sentido substantivo (de ampliação das oportunidades econômicas, das liberdades políticas, das facilidades sociais, das garantias de transparência, de segurança protetora e de preservação da natureza com vistas à sustentabilidade)³, como processo de caráter emancipatório (Nunes et al., 2017:11).

A democratização do alimento agroecológico ainda é uma questão latente na sociedade brasileira. Segundo a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos⁴, o Brasil é o maior consumidor de alimentos com fertilizantes e agrotóxicos do mundo. Existe uma parcela significativa da população que já tomou consciência desta problemática e passou ao consumo de alimentos agroecológicos, no entanto trata-se de um alimento produzido em pequena escala por experiências de agricultura familiar e, portanto, torna-se um alimento mais escasso e mais caro que os vendidos no mercado convencional. Assim, torna-se difícil o acesso, ou mesmo a opção do alimento agroecológico compor a cesta básica das comunidades mais pobres. Esta vem sendo uma questão continuamente debatida na Rede Bem da Terra e, com a possibilidade de proximidade com as comunidades que compõe o território da CAEX, percebeu-se uma oportunidade de trabalhar o alimento agroecológico como direito humano e social junto as comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O processo de democratização passa por fornecer para a população informações sobre os benefícios da alimentação saudável, sobre o alimento como direito e criar estratégias

³ Dessas seis liberdades substantivas apontadas, as cinco primeiras foram formuladas especificamente por Amartya Sen e a sexta foi incorporada a partir dos debates desenvolvidos pela ecologia política, especialmente as noções formuladas por Joan Martínez-Alier e Vandana Shiva. (Nunes et al., 2017:12).

⁴ Para maiores informações sobre a Campanha ver <http://contraosagrototoxicos.org/> Além de atender o espaço territorial da CAEX, o projeto pretende desenvolver o processo de democratização do alimento agroecológico nas comunidades em torno da Comunidade Terapêutica.

sobre abastecimento e preço para que este alimento seja uma opção acessível as classes populares (Mascarenhas e Gonçalves, 2017). Segundo Rocha (2019:06), as principais barreiras para o consumo agroecológico são:

a) ao comparar o alimento agroecológico com o alimento produzido em larga escala que contém agrotóxicos e adubos químicos é possível constatar que o agroecológico ainda tem um custo elevado, e, portanto, quem o pode consumir ainda é um grupo mais favorecido economicamente; b) os locais das feiras agroecológicas por serem de difícil acesso aos moradores das zonas periféricas da cidade acaba sendo um obstáculo para o consumo do alimento agroecológico, sendo assim, a maior parte da população, principalmente a população pauperizada, ainda não tem acesso a esses alimentos; c) os alimentos orgânicos vendidos em grandes supermercados tem um custo bastante elevado, o que contribui com a ideia de que todos os alimentos sem agrotóxicos são caros; d) a falta de conhecimento do mal causado pelo consumo de alimentos produzidos com agrotóxicos e adubos químicos contribui para o consumo destes alimentos; e) a escolha pelo consumo de alimentos padronizados, grandes e bonitos, ou seja, com boa aparência, faz o consumidor optar por alimentos produzidos com agrotóxicos e adubos químicos.

Desta forma, entendemos que o trabalho com esta perspectiva territorial compreende não só o fomento da economia solidária e da agroecologia no território, mas também a expansão da proposta do Bem da Terra no mesmo. Analisando experiência semelhante em São Paulo, Mascarenhas e Gonçalves (2017:35) concluem que “a decisão de levar os alimentos para serem vendidos na cidade deslocou o MICC⁵ para outros contextos, como a articulação de

⁵ Para saber mais sobre o MICC: www.micc.org.br

consumidores urbanos, a ampliação da comercialização (...)”. Assim, as autoras afirmam que

Incentivar e multiplicar iniciativas de circuitos curtos (...) podem ser possibilidades para enfrentar a questão da segurança alimentar e nutricional, aproximando consumidores e produtores e integrando campo e cidade. (...) a integração entre campo e cidade (...) um possível arranjo local de abastecimento de alimentos para as classes populares, a preços acessíveis, com uma proposta de alimentação de qualidade e que, inclusive, se propõe a realizar atividades de sensibilização e educação alimentar (Mascarenhas e Gonçalves, 2017:39).

São três comunidades de Pelotas onde projetamos trabalhar: Vila Princesa⁶, Dunas⁷ e Estrada do Engenho ou Passo dos Negros⁸. Todas as três comunidades constituem

⁶ Localizada junto à BR 116, a 15 km do centro de Pelotas, a vila Princesa tem hoje aproximadamente cinco mil moradores, a maioria pequenos agricultores oriundos da região da colônia, que vieram tentar a sorte em uma região ao mesmo tempo próxima da cidade, mas com as características da vida no campo com um território que aqui denominamos de rururbano.

⁷ Loteamento Dunas datado de 1986 é uma ação do Executivo de Pelotas que ao receber como doação de um lote de 60 hectares de terra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), localizada no Bairro Areal paralelo ao Bairro Bom Jesus na região leste do município de Pelotas. No ano de 1987 a 1988 foram entregues a posse dos 03 primeiros lotes. No período de 1989 a 1990 a Universidade Federal, junto a Prefeitura de Pelotas ao realizar o cadastramento de uma parcela da população, cadastrou 7.000 famílias que não dispunham de habitação, a proposta inicial para o lote seria entregar um projeto com condições de urbanização e moradia, que acaba por não se concretizarem função da troca de governo no município. De acordo com o censo demográfico do IBGE em 2010 a população estimada no loteamento é de 20.217 pessoas distribuídas numa área com 29 ruas.

⁸ Rua Estrada do Engenho é uma ocupação que concentra cerca de 60 famílias, denominada Ocupação Estrada do Engenho. No local habitam moradores há mais de 20 anos, sendo que um aumento do número de pessoas aumentou a partir de 2010. As condições socioespaciais daquela localidade são de um grande abandono do poder público em relação a promoção de serviços essenciais, como saneamento básico, iluminação, lazer, entre outros. Poucos moradores possuem acesso a água e energia elétrica, o restante tem que sobreviver com ligações de vizinhos. As famílias residentes desta ocupação buscam sua subsistência principalmente na área da pesca e coleta de resíduos sólidos, havendo um conflito com outros residentes desta área, já que essa

território de loteamento, socialmente vulnerável, com famílias com renda mensal que varia entre $\frac{1}{2}$ e $1 \frac{1}{2}$ salários mínimos. Neste caso, o processo de expansão do Bem da Terra busca que estas comunidades possam ter acesso ao alimento agroecológico, da economia solidária, garantindo melhores condições de saúde e de soberania alimentar. Na Vila Princesa, estima-se atingir 40 famílias, com aproximadamente 200 pessoas e nas comunidades Dunas e Estrada do Engenho estima-se o envolvimento 30 famílias e 150 pessoas cada.

Além do processo expansão do Bem da Terra no território, pretende-se desenvolver circuito territorial de comercialização solidária que compreende a articulação da organização autogerida de produção solidária (quintal agroecológico) com espaços de consumo responsável e de distribuição. Trata-se da estruturação, em escala local/territorial, de mecanismos de distribuição/comercialização realizados entre empreendimentos produtivos da economia solidária e organizações e redes de consumidores responsáveis, num dado território local/regional.

c) Agroecologia e Tecnologia social

As tecnologias sociais surgem como alternativas modernas, simples e de baixo custo para a solução de problemas produtivos dos empreendimentos econômicos solidários. Elas são possibilidades de encontrar soluções efetivas para temas como educação, meio ambiente, energia, alimentação, habitação, água, trabalho e renda, saúde entre outros. Surgem como uma alternativa ao movimento convencional de desenvolvimento tecnológico e propõem uma lógica mais solidária e sustentável (Jesus e Costa, 2013).

região é muito valorizada pelo capital imobiliário e pelo poder público, como uma crescente urbanização de classe de média alta, a exemplos dos empreendimentos Lagos do São Gonçalo, Parque Una I e Una II, que se constituem enquanto condomínios de alto padrão.

As tecnologias desenvolvidas e disponibilizadas para as empresas tradicionais nem sempre são passíveis de utilização no contexto dos empreendimentos solidários – porque são inadequadas em sua escala, em sua forma de gestão, em sua relação com os recursos naturais etc., enfim, porque são fontes de reprodução das desigualdades. É preciso “reconceituar” a tecnologia de forma que a mediação técnica entre os produtores e a tecnologia e entre estes e a natureza seja marcada pelos princípios da economia solidária.

Segundo Dagnino (2009), tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojeto ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação. Sem dúvida o processo de produção agroecológico se enquadra neste conceito de tecnologia.

A produção agroecológica vem desenvolvendo ao longo do tempo um conjunto de técnicas bem distintas do padrão convencional de produção. Neste modelo existe uma preocupação com o resgate dos conceitos tradicionais e, ao mesmo tempo, um movimento de inovação com uma produção intensiva de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias sociais. Em paralelo, há uma mudança no hábito de consumo de uma parcela significativa da população, que busca consumir alimentos de forma mais consciente, adquirindo produtos que sejam produzidos de maneira mais sustentável, valorizando a preservação do meio ambiente, uma remuneração mais justa do trabalho e produtos com identidade regional.

Esta mudança de processo produtivo e hábitos de consumo tornam o sistema de produção agroecológico importante possibilidade de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social. Além disso, a produção coletiva e autogestionária de alimentos são uma forma de promover soberania alimentar para pessoas que se encontram em situação de miséria extrema, quer seja no campo quer seja na cidade.

Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (Feiden, 2005; Caporal e Costabeber, 2004). A partir da década de 1980 este termo passou a ter o significado que apresenta atualmente, sendo assim Gliessmann (2002) nos diz que agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

O estudo da agroecologia proporciona o desenvolvimento de base científica e tecnologias para promoção de estilos de agricultura mais sustentáveis, tendo como um dos seus objetivos a produção de alimentos de qualidade para a sociedade. No que se refere a ser sustentável pode-se destacar que é no sentido mais amplo da palavra, não se restringindo a aspectos ambientais e técnicos. Há no sistema de base ecológica uma preocupação com o aspecto social, pois reconhece uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (Caporal e Costabeber, 2004)

Ao se preocupar com os aspectos sociais da produção de alimentos, a agricultura de base ecológica dá ênfase a remuneração justa ao trabalhador, erradicação do trabalho escravo e infantil, valorização do papel da mulher, promoção da identidade regional e incentivo ao trabalho cooperativo. Estes princípios aproximam muito a produção agroecológica dos fundamentos da economia solidária.

Para além da produção, a economia solidária preconiza relações mais solidárias, inclusive nos processos de comercialização, onde o consumo consciente, a diminuição de atravessadores e a remuneração mais justa dos trabalhadores são temas amplamente debatidos e difundidos.

A comercialização é um dos principais entraves para a viabilidade de empreendimentos da área da agricultura familiar, ainda mais se este se enquadra nos sistemas de base ecológica. É fundamental para viabilizar economicamente estes

empreendimentos, a assessoria técnica especializada, que ajudará os produtores a planejarem a produção de acordo com as demandas dos consumidores e, também, criar alternativas para que estes produtos cheguem ao consumidor. Ao se fomentar iniciativas desta natureza é importante mapear alternativas para o escoamento, tanto canais de comercialização como a logística para que este produto chegue até o consumidor.

O êxito de experiências de geração de trabalho e renda na produção de alimentos de base ecológica deve ter como base o trabalho associado, a adoção de processos autogestionários, acompanhamento de assessoria técnica e articulação em rede. Paralelo a isso, os produtores devem estar amparados por um processo contínuo de formação para garantir sua permanência nos empreendimentos e promover uma remuneração justa do seu trabalho, um exemplo disto é a Rede Bem da Terra, que se organiza em diversas estruturas e frentes de comercialização, promovendo a soberania alimentar e uma remuneração mais justa dos produtores.

Iniciativas de produção de base ecológica se mostram como uma alternativa viável de geração de trabalho e renda e reinserção social de dependentes químicos em recuperação. Muitos estudos destacam o papel terapêutico e de resgate da cidadania de atividades ligadas a produção de alimentos conforme destaca Souza e Miranda (2017) a horticultura, além de resgatar a autoestima, proporciona aos pacientes uma atividade laboral, que os faz planejar, articular, executar e depois ver os resultados, possibilitando assim o resgate do sentimento de cidadania e de pertencimento à sociedade.

d) Projeto CAEX: um processo de curto prazo

2.1 Contextualizando o objeto

O projeto, de 12 meses de duração (curto prazo), intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária,

Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno” consiste em desenvolver e ampliar as ações de extensão e incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a partir do trabalho proposto em parceria com o programa de recuperação de dependentes químicos - vinculados a Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadição/ CAEX (Pelotas) - articulando as dimensões associadas a Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A CAEX fica situada em um território do município de Pelotas numa área rururbano - um espaço de transição entre o rural e o urbano, de aproximadamente **240** hectares de terra, das quais, em torno de 150 são agricultáveis. Neste espaço, o NESIC foi desafiado a pensar e executar junto com a comunidade um processo de geração de trabalho e renda de base agroecológica que atendesse tanto os usuários da comunidade terapêutica, bem como seus familiares e moradores das comunidades do entorno do território. Desta forma, desenvolveu-se uma proposta que envolve produção, comercialização e consumo a partir dos preceitos da Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Trata-se de um projeto plural que envolve três frentes principais na proposta da tecnologia social: produção, comercialização e consumo.

No âmbito da produção, o projeto implica na constituição de quintal agroecológico de produção orgânica e organização coletiva que deve se constituir em um EES, bem como num processo de laborterapia para os dependentes químicos que estão em processo de recuperação na Comunidade Terapêutica CAEX.

No âmbito da comercialização e do consumo, o projeto consiste numa relação estreita entre os sujeitos da produção e

a Rede Bem da Terra, uma rede de economia solidária consolidada no município de Pelotas há aproximadamente 12 anos e que envolve produção, distribuição e consumo. Neste caso, a proposta é que os produtos sejam comercializados nas feiras itinerantes, virtual e Rizoma da Rede Bem da Terra⁹.

2.2 *Objetivos*

O projeto foi contemplado em um dos editais do CNPQ que tinha como objeto da chamada metodologias de Tecnologias Sociais e que visava um compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e firmados por 193 países, inclusive o Brasil, no âmbito da Agenda 2030 em 2015.

Para atender a finalidade proposta no edital do CNPq o projeto encontra-se relacionado a três objetivos principais:

2.2.1. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoraria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do quintal agroecológico e a comercialização e consumo solidário – duas das principais metas do projeto compreendem um processo de tecnologias sociais pautadas pela agricultura de base agroecológica, pela soberania alimentar e pela economia solidária. a) O primeiro consiste no conjunto de conhecimentos sistematizados, construídos na interação entre saber científico e saber tradicional, que defende a incorporação dos princípios ecológicos sustentáveis e dos valores culturais tradicionais do

⁹A Rede Bem da Terra consiste em um processo que envolve produção (Associação de Produtores Bem Da Terra), distribuição (Rizoma Bem da Terra) e consumo (Associação Educacional de para o Consumo Responsável Bem da Terra). Atualmente a Rede Bem da Terra é um elo de articulação da economia solidária na região de Pelotas e, assim, é incubada pelos Núcleos de Economia Solidária das universidades de Pelotas: NESIC/UCPel, TECSOL/UFPel E NESOL/IF. Para maiores informações sobre a Rede Bem da terra ver <http://bemdaterra.org>

campesinato às práticas agropastoris; b) O segundo consiste no direito de produzir, comercializar e consumir alimentos a partir de circuitos locais de abastecimento e distribuição, vinculados à cultura, à diversidade ecológica e ao modo de vida dos territórios, que evitem a dependência em relação aos circuitos internacionais de comércio e que estimulem a produção de alimentos pela agricultura familiar e que sejam ecologicamente sustentáveis (e, portanto, livres de agroquímicos sintéticos e com baixo custo energético de produção e distribuição); e c) terceiro consiste no fomento de empreendimentos econômicos relacionados à produção, distribuição, consumo (de bens e serviços) e de crédito, urbanos e rurais, de caráter permanente e multifamiliar, nos quais a propriedade de seus meios, o trabalho, os resultados econômicos e o poder de decisão são compartilhados entre seus participantes sob os princípios da solidariedade, da autogestão e da cooperação, independentemente da forma jurídica sob a qual estejam registrados. Assim, os processos de produção do alimento a partir do quintal agroecológico e a comercialização e o consumo a partir do Bem da Terra, são processos que visam promover outros modos de produzir e viver garantindo um alimento sustentável não só para os usuários da CAEX e seus familiares, como também para os moradores do território em torno da Comunidade Terapêutica e, finalmente, para os demais consumidores da Rede Bem da Terra.

2.2.2. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Além da questão da Soberania Alimentar explicitada anteriormente, a questão da garantia de uma vida saudável se relaciona com o fato de ser um projeto que se preocupa com a saúde mental e a importância do bem-estar psicológico e físico através da laborterapia implicada no tripé do tratamento de recuperação de dependentes químicos da Comunidade Terapêutica CAEX. Neste caso, o projeto participa de um

processo de conscientização quanto ao uso de álcool e drogas e o esclarecimento cada vez maior em torno da saúde mental¹⁰.

É dessas abordagens é que surgem diferentes concepções de tratar a dependência química, como por exemplo: - A política de redução de danos (política nacional da droga); - Tratamento de desintoxicação do organismo, como substituição de drogas ilícitas por lícitas, considerado bastante eficiente pelos modelos psiquiátricos; - tratamento de Comunidade Terapêutica que geralmente ressalta as abordagens de controle de abstinência, terapias cognitivas e comportamentais, psicoterapia, atendimento familiar e terapia ocupacional.

¹⁰ O uso abusivo de drogas e o tratamento das dependências de substâncias psicoativas têm sido tema de debate constante nas últimas décadas, principalmente por segmentos do meio científico e pela comunidade em geral. Diversas são as abordagens que envolvem esta problemática, o que propicia uma polêmica na qual pouco são os consensos. As abordagens de tratamentos da dependência de drogas são assim constituídas (Santos, 2000): - Manutenção de uma situação de abstinência, através dos grupos de auto e mútuo ajuda que têm como proposta trabalhar verbalmente a doença e os conflitos que acarreta, para assim controlarem uma situação de abstinência. Como exemplo, temos os Alcoólicos Anônimos (AA) e os Narcóticos Anônimos (NA); - Substituição de uma dependência ilícita por outra similar lícita, como é o caso de alguns tratamentos psiquiátricos em que os médicos substituem as drogas, por exemplo, a heroína, pela metadona; - Controle medicamentoso da sintomatologia associada às dependências, trata-se aqui do modelo psiquiátrico tradicional, método bastante utilizado em hospitais psiquiátricos; - Adequação de indivíduos que apresentam comportamentos desviantes a uma norma estaticamente definida, são os modelos comportamentais; - Reestruturação de uma personalidade que apresenta distúrbios no seu desenvolvimento, são os modelos psicoterápicos. É dessas abordagens é que surgem diferentes concepções de tratar a dependência química, como por exemplo: - A política de redução de danos (política nacional da droga); - Tratamento de desintoxicação do organismo, como substituição de drogas ilícitas por lícitas, considerado bastante eficiente pelos modelos psiquiátricos; - tratamento de Comunidade Terapêutica que geralmente ressalta as abordagens de controle de abstinência, terapias cognitivas e comportamentais, psicoterapia, atendimento familiar e terapia ocupacional.

2.2.3 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

Finalmente, o projeto implica num processo de consolidação do quintal agroecológico em um empreendimento econômico solidário. Os dependentes químicos em recuperação, usuários da CAEX, são em sua maioria jovens que estão fora do mercado de trabalho. Desta forma, o empreendimento pode se constituir num espaço de reinserção do dependente químico em recuperação no mundo do trabalho.

A partir desta proposta, o projeto foi alinhado a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver pesquisa exploratória buscando mapear as potencialidades e demandas existentes no grupo, bem como pensar a organização do trabalho a partir da Laborterapia, que articula a multiplicidades de “saberes” e a diversidade de “fazeres”.
- Realizar ação de pesquisa (junto ao público alvo) a fim de potencializar o trabalho da equipe buscando identificar os principais aspectos interseccionais – que articulam a produção solidária e o consumo responsável, com efeito para formação pedagógica baseada nos princípios e práticas propostas pelo projeto, quais sejam: economia solidária, laborterapia, trabalho associado, agroecologia, entre outros.
- Estruturar processos de gestão, inovação, produção e distribuição solidária junto ao público de abrangência (residentes da comunidade terapêutica, residentes em processo de reinserção social, egressos da casa, familiares e consumidoras/es do entorno da Rede Bem da Terra) integrando a iniciativa de produção ao processo de comercialização que é realizado através de feiras livres e espaços permanentes de comercialização solidária empreendidas no território.

- Realizar atividades formativas, intercâmbios técnicos e científicos a fim de difundir e acumular teórica e metodologicamente conhecimentos acerca das temáticas associadas à Incubação de EES, Economia Solidária, Autogestão, Sustentabilidade, Laborterapia, Consumo Responsável e formação de Redes.
- Promover o desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas às necessidades dos Empreendimentos de Economia Solidária enquanto estratégia de geração de trabalho, renda e desenvolvimento territorial, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, do Consumo Consciente, Solidário e demais experiências difundidas no âmbito das Comunidades Terapêuticas.
- Desenvolver ações de difusão e educação para o consumo responsável (consciente /sustentável /solidário) no território, visando a organização de grupos de consumo popular, com prioridade para a inclusão de estratos sociais em situação de vulnerabilidade econômica.
- Participar de espaços e eventos de caráter científico com vistas à difusão, incorporação e aprimoramento metodológico e teórico do trabalho desenvolvido pela equipe junto aos empreendimentos e público beneficiário.

2.3. Metodologia

Metodologicamente, a consecução do projeto pressupõe uma articulação coerentemente lógica entre Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno movimentos sociais (economia solidária, consumo responsável, comércio justo, agroecologia, soberania alimentar), princípios teóricos (autogestão, educação popular,

tecnologias sociais / adequação sociotécnica, soberania alimentar) e a laborterapia (já sinalizada anteriormente) como processo terapêutico para os dependentes químicos em recuperação.

A (1) autogestão pressupõe o empoderamento dos agentes partícipes do processo, tanto em nível individual quanto coletivo, através de fluxos de informação e de formação (educação), que possibilitem o envolvimento nos processos decisórios.

A (2) educação popular constitui o princípio educativo/pedagógico fundamental da experiência, que permite desenvolver a dialogicidade das diferentes formas de saber representadas pelos diferentes agentes do processo, valorizando os aprendizados individuais e coletivos e possibilitando as suas trocas no interior de uma comunidade colaborativa, sujeito da produção do próprio conhecimento. É o princípio teórico estruturante de todo o projeto.

A (3) adequação sociotécnica deve ser compreendida como a metodologia fundamental de desenvolvimento das tecnologias sociais¹¹.

As etapas de execução do projeto forma delimitadas em três momentos: Pré- incubação – Estruturação; Incubação – Desenvolvimento; Desincubação - encerramento e avaliação.

O primeiro momento, Pré- incubação, momento atual, implica no processo de estruturação, seleção de pessoal, levantamento diagnóstico dos territórios onde será desenvolvido o projeto; e construção dos planos locais de ação, compreendendo encontros para definição de prioridades, ações

¹¹ Produtos, processos e metodologias desenvolvidos na interação entre grupos sociais, podendo envolver a participação de quadros científicos, que valorizam as diferentes formas de saber e que têm como objetivo o aprendizado e/ou a criação de soluções tecnológicas livremente apropriáveis, ambientalmente sustentáveis e comprometidas com as perspectivas emancipatórias. As TSs envolvem conhecimentos relacionados à articulação entre humanos e natureza (produtos, processos produtivos, ferramentas de hardware e software etc.) e de humanos entre si (organizações, relações humanas e sociais, soluções jurídicas e contábeis etc.).

e agentes responsáveis. Os planos de ação devem prever ações (em ordem de prioridade) nos seguintes âmbitos:

a) Educação – oficinas, cursos e mini-cursos. Para fins de programação, a coordenação do projeto deverá sugerir os seguintes temas, que deverão ser confirmados, substituídos ou acrescidos de outros temas, conforme a demanda social: (i) autogestão da produção: produtos e processos; (ii) autogestão em empreendimentos produtivos I: processos participativos; (iii) autogestão em empreendimentos produtivos II: planejamento econômico; (iv) autogestão em empreendimentos de consumo: GCRs; (v) gestão participativa de redes de produção e consumo solidários; (vi) execução e gestão participativa do quintal orgânico.

b) Quintal agroecológico¹²: definição e adequação do espaço para o desenvolvimento da horta, e aquisição e disponibilidade dos equipamentos.

No segundo momento, intitulado de incubação, implica no desenvolvimento do projeto a fim de alcançar as metas. Assim, trata-se do momento de implementação dos planos de ação (locais e territorial), do Quintal Agroecológico e constituição de empreendimento econômico solidário para gestão do mesmo e, por fim, a realização do processo que envolve o escoamento da produção na Rede Bem da Terra.

Finalmente o período de conclusão do projeto envolve uma dinâmica de Desincubação - encerramento e avaliação. Aqui nos referimos a um processo final apenas do projeto financiado que é de curto prazo, 1 ano. Pois, obviamente, que um projeto desta dimensão não é possível de ser desincubado

¹²Os Quintais Produtivos Agroecológicos “são lugares multifacetados e com múltiplas funções, pois, além de garantir a soberania e segurança alimentar e a saúde das famílias, representam a oportunidade de resistência cultural do campesinato, perpetuação dos saberes, sabores, simbologias, memórias, práticas e reconstrução de novas estratégias de reprodução socioeconômica, conservação da agrobiodiversidade e manutenção da cultura camponesa. Todas essas dimensões são reconhecidas e valorizadas pelas camponesas e pelos camponeses que estão com a tarefa de construir assentamentos agroecológicos” (LOPES, et al, p. 183).

em tão pouco tempo. O envolvimento do NESIC com esta proposta provavelmente se estenderá por alguns anos, até que as metas estejam atendidas e consolidadas. No que diz respeito ao processo final do projeto financiado, previu-se um seminário de avaliação, que deverá indicar: - o grau (qualitativo) de atingimento dos objetivos estabelecidos pelo projeto; - os encaminhamentos relativos a um novo planejamento para o a continuidade do processo.

3. Centro de Referência: uma proposta estratégica

O Centro de Referência em Práticas Sustentáveis sugere um processo participativo de construção estratégica que parte de três grandes elementos estruturais presentes no projeto do CAEX:

- 1- Fortalecer, revitalizar a horta local na perspectiva de um Quintal Agroecológico e realizar um conjunto de atividades produtivas e formativas em Economia Solidária e agroecologia, com a intencionalidade de possibilitar uma forma de remuneração do trabalho realizado por internos, viabilizada com a produção e comercialização de excedentes da horta.
- 2- Capacitar/preparar os internos para buscar alternativas de renda após seu tratamento de modo a conseguiram construir alternativas de sobrevivência através da organização de um Empreendimento de Economia Solidária (EES);
- 3- Realizar um diagnóstico para identificar possibilidades de envolvimento da comunidade do entorno com atividades produtivas (produção e comercialização) na área da CAEX.

Neste item, pretende-se apresentar um desenho geral contendo a estratégia, o processo de constituição e os principais componentes que podem vir a constituir o projeto de reconversão do Projeto CAEX em um Centro de Referência em Práticas Sustentáveis, com tecnologias sociais, processos

agroecológicos, solidários e territorializados para incidir no desenvolvimento regional.

A proposta está construída a partir de quatro momentos ou subprojetos a serem implementados de forma autônoma e independentes, mas que são complementares e podem vir constituir um sistema de produção agrosilvopastoril.

Nesta perspectiva, os subprojetos são planejados de forma integrada e desenvolvidos coordenadamente para a constituição do Centro de Referência Regional. O desenho está estruturado a partir dos seguintes momentos: 1- Organização de um “Quintal Agroecológico” e formação em economia solidária; 2- Constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários: uma cooperativa de trabalho e uma cooperativa de produção; 3- Promoção da organização e integração com a comunidade do entorno a partir de um amplo diagnóstico participativo; 4- Implementação do processo de conversão¹³ do estabelecimento agrícola para os princípios da agroecologia.

A seguir descreve-se de forma breve cada um dos componentes da proposta estratégica:

1- *CAEX e o Quintal agroecológico*: pode ser considerada a primeira fase, de curto prazo e apresenta as condições de serem executadas dentro do seu marco temporal envolvendo a maior parte das ações previstas no projeto já elaborado pelo NESIC. Aqui se encontram fundamentalmente dois conjuntos de ações práticas e pragmáticas (já em execução):

- a) Aquisição do conjunto de insumos, ferramentas e equipamentos previstos no projeto para a constituição do Quintal Agroecológico;
- b) Realização de um conjunto de atividades formativas na Economia Solidária e Produção Agroecológica;

Neste momento, é possível definir um conjunto de cultivos, técnicas e práticas adequadas para garantir uma

¹³A transição ou conversão agroecológica é “entendida como o processo de mudança ou substituição das atuais formas de produção por sistemas agroecológicos que incorporam princípios, métodos e tecnologias de base ecológica” (LIMA; CARMO, 2016, p. 61).

produção na perspectiva da demanda do consumo interno e mercado próximo. Nesta perspectiva, pode-se destacar: manejo da cobertura do solo, da água, da fertilidade, construção calendário da produção e do quadro de atividades e respectivos responsáveis; a gestão e controle dos custos, da força de trabalho e da produção, bem como da venda dos excedentes.

A horta agroecológica possui três objetivos específicos: 1- Produção de alimentos de qualidade para o auto abastecimento, para redução de custos, com respeito ao ser humano e ao meio ambiente; 2- Espaço para o desenvolvimento de atividades laborais, como parte ou complementação das práticas terapêuticas da Casa; 3- Comercializar o excedente da produção da horta, para constituição de um fundo comunitário, para remunerar horas trabalhadas. No processo de comercialização está prevista uma articulação com a Rede Bem da Terra.

2- Constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários: uma Cooperativa de Trabalho e uma Cooperativa de Produção Autogestionária

Considerando as características particulares da comunidade terapêutica e da complexidade de construção de um empreendimento econômico solidário, este momento consiste em um processo de médio prazo, pois compreende-se a necessidade de constituição de dois tipos distintos e complementares de empreendimento:

a) Constituição de uma Cooperativa Social ou uma Associação sem fins lucrativos. Uma figura jurídica, regulamentada e capaz de assumir um conjunto de atividades, especialmente a horta, mas também podem ser incorporadas outras atividades da Comunidade. A Cooperativa Social é uma organização que poder ser constituída a partir de um estágio mais avançado de organização e funcionamento da horta agroecológica. A constituição de uma cooperativa social implica no amadurecimento dos sujeitos envolvidos na relação com um novo sujeito (coletivo). Este processo exige reconhecimento e

atitudes de fortalecimento que implicam em adequação/mudanças de comportamentos, práticas, conceitos e noções já usuais na Comunidade. Isso implica em um processo de formação e um esforço de reconstrução teórico-metodológica da Comunidade Terapêutica que produza as bases da nova organização. Aqui reside a oportunidade de uma experiência inovadora no campo institucional, pedagógico e teórico. A Cooperativa Social pode ser constituída apenas por um conjunto de usuários da CAEX devidamente preparados e dispostos, bem como, pode ser discutida a participação dada a rotatividade de residentes. A Cooperativa Social não está sujeita a competitividade e produtividade do trabalho dos demais tipos de empreendimento do mercado, submetidos à lógica capitalista. A cooperativa social pode contribuir para a construção pedagógica da autonomia dos sujeitos na experiência de gestão de um empreendimento/organização, mas também pode contribuir na captação e gestão de recursos.

b) Constituição de uma Cooperativa de Produção: este EES constitui-se em um estágio mais avançado de organização e inserção no sistema sócio produtivo local/regional. Deve funcionar de forma sustentável e autônoma, com geração de renda aos seus membros. Este empreendimento deve gerenciar seus fatores de produção (terra, capital, trabalho/conhecimento) e, também, o mercado. A princípio, tem-se como possibilidade a condição de arrendamento de uma área de terra dentro do estabelecimento agrícola da Igreja Católica (Diocese-Pelotas), para a produção de hortigranjeiros, em escala comercial, mas outras iniciativas podem surgir e incentivada. Este EES requer uma força de trabalho com melhor qualificação técnica na atividade produtiva e nas atividades de gestão do empreendimento. Esta unidade deve constituir-se de modo autônomo e independente da gestão do estabelecimento agrícola da Diocese e da Comunidade Terapêutica. Para isso deverá estruturar-se com todas as ferramentas, equipamentos, alojamentos etc., estabelecido a

partir de um estudo de viabilidade econômica e projeto de financiamento.

3- Organização e integração da comunidade do entorno: esta ação mobiliza concretamente e diretamente o conceito de território apresentado anteriormente e, por conseguinte amplia, qualifica e complexifica os demais conceitos correlacionados na ação concreta.

Na condição mais ampla se colocam relações complexas como a do rural-urbano, da produção-consumo, do trabalho-renda, do autoconsumo-mercado, da comunidade-território, entre outras tão importantes quanto, para gerar uma vida digna, segura e feliz.

Para a construção proposta, torna-se importante a realização de um diagnóstico participativo para compreender:

- 1- O perfil das famílias limítrofes/lindeiras e possíveis interessados em estabelecer alguma relação com o projeto; suas características (habilidades, interesses, origens, etc.);
- 2- O perfil das comunidades de seu entorno, para conhecer suas instituições/organizações, equipamentos públicos/sociais, suas demandas, seu potencial de produção e de consumo, para viabilizar interações entre produção-consumo com o projeto;
- 3- O diagnóstico também deverá abranger um estudo de mercado para identificar as demandas dos principais tipos de atividades produtivas do estabelecimento agrícola (horticultura, floricultura, fruticultura, pequenas criações). Deverá identificar e analisar as capacidades/competências e interesses para construção de complementaridades/parceria.

A partir do diagnóstico evidenciam-se as possíveis estratégias relacionadas com as atividades desenvolvidas ou de potencial desenvolvimento no Centro de Referência e seus entornos na realização de atividades produtivas de ocupação da área produtiva, a partir de diferentes formas organizativas de produção (Cooperativa, Associação e unidades familiares), embora se insista na priorização de formas cooperadas/solidárias.

Esta estratégia, por sua complexidade e dimensão, tanto de pessoas e recursos envolvidos, exige uma assessoria técnica qualificada, específica ou construída por parcerias com entidades especializadas, públicas ou sociais, sem fins lucrativos.

Portanto, a viabilização desta estratégia pressupõe maior profundidade de estudos e conhecimento da realidade, administrativo e jurídico para dar suporte institucional e legal, bem como demanda de um arranjo institucional de maior complexidade (público - privado), por conseguinte, exige maior tempo para sua concepção e implementação.

4- *Projeto estratégico de reconversão do estabelecimento agrícola para a agroecologia*: este componente da proposta estratégica se justifica, por um lado, pelas ações já existentes e em andamento com o apoio do projeto NESIC como a horta agroecológica de auto abastecimento, a cooperativa e a aproximação com a comunidade do entrono. Por outro lado, se justifica pelas potencialidades intrínsecas do próprio estabelecimento agrícola por sua dimensão (240 hectares), pela área de cobertura vegetal nativa, riqueza hídrica, das áreas e atividades já exploradas, dentre outras, porém subutilizados.

Portanto, a maior parte do estabelecimento agrícola, demanda ações de recuperação, conservação e conversão para sistemas sustentáveis de produção e, por conseguinte, obter melhor retorno ambiental, social e econômico.

Para tanto, sugere-se um conjunto possível de atividades produtivas em sistemas alternativos de criação e cultivo, adequados às características de solo, terreno e demanda de mercado, para garantir a ocupação máximo da área em produção, mas também coerentes com as proposições anteriormente apresentadas.

Na proposta, parte-se do fortalecimento de uma leitura sistêmica e sustentável para o estabelecimento agrícola, reativando e inserindo novos subsistemas de produção na

perspectiva agroecológica. Inicialmente propõe-se a ativação das seguintes áreas:

1- *Área de mata ciliar com recuperação por regeneração e repovoamento com espécies nativas*: nesta área, uma parte se constitui em reserva legal, que pode ser complementada com a implementação de Sistemas Agro-Florestais (SAFs) pela introdução de espécies nativas com potencial produtivo, especialmente as frutíferas nativas e a exploração da apicultura.

2- *Área de pastagem para criação animal*: aproveitar a área adequada e já explorada com subsistemas de criação (gado de corte, leite ou misto, ovinocultura, caprinocultura, dentre outras), especializados ou em consórcio em sistemas sustentáveis, aos moldes do PRV (Pastoreio Rotativo Voisin). Cabe ressaltar que a atividade pecuária pode e deve ser conduzida de forma integrada com a área de cultivo (grãos, frutíferas e florestais, dentre outras), pois pode contribuir para a fertilização e resiliência do sistema de produção.

3- *Área de produção de vegetal*: grande parte da área do estabelecimento permite a produção de cultivos anuais (grão, hortaliças, forrageiras) e cultivos permanentes (forragens, frutíferas, florestais, etc.) que devem ser conduzidos em sistemas de cultivo orgânicos/agroecológicos, pela capacidade de renda e pelas fortes características ambientais. O ecossistema permite o cultivo de frutíferas em sistemas especializados ou em consórcios entre espécies (anuais e perenes) e criações (gados, caprinos, ovinos, suínos e aves).

Portanto, a partir destas três grandes áreas do estabelecimento agrícola e seu grande potencial, pode-se identificar e propor a constituição de um sistema de produção relativamente bem diversificado e alicerçado nos princípios agroecológicos, respeitando a área de Reserva Legal (ARL), um conjunto de subsistemas de três tipos básicos - cultivo, criação e transformação:

- a) **Reflorestais**: com espécies madeireiras e fruticulturas nativas que podem ser conduzidas em

Sistemas Agroflorestais (SAFs) ou ainda integradas com criações, como, apicultura, gado de leite, de corte, caprinos e ovinos.

b) **Frutíferas:** de espécies domesticadas de clima temperado (pêssego, uva, etc.) e tropical (citros, banana, etc.) produzidos em sistemas de consórcio de espécies vegetais ou com espécies animais (coelhos, ovinos, aves, etc.) em Sistemas Agroflorestais ou Sistemas Agrosilvopastoris;

c) **Grãos:** especialmente a produção de milho, feijão, considerando a demanda do autoconsumo doméstico e dos subsistemas de criação, bem como a venda de excedente da produção para o mercado local;

d) **Hortalças:** este é um dos subsistemas em andamento no estabelecimento agrícola, que já vem sendo conduzido na perspectiva da agroecologia e na perspectiva do auto-abastecimento da CAEX, que tem um grande potencial de expansão com retorno econômico, mas que ocupa pequena área de terra;

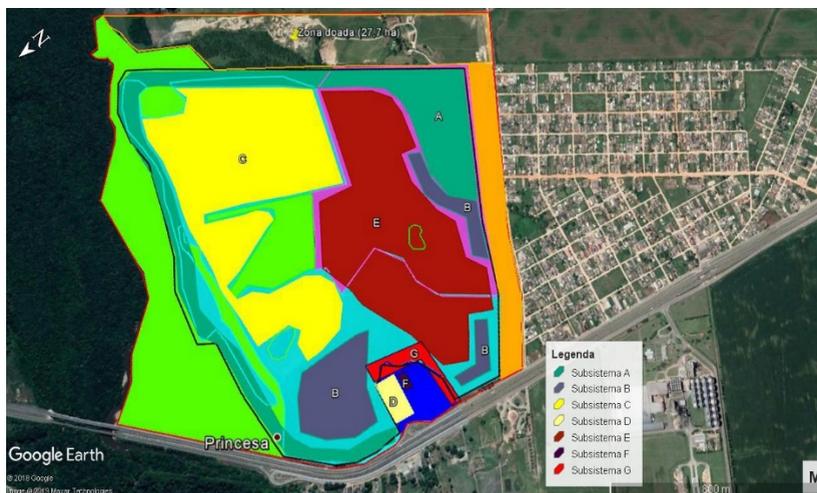
e) **Criação animal:** atualmente já vem sendo realizada a criação de gado de corte (engorda) e leite para subsistência com pequena venda de excedente, porém com baixa produtividade e ociosidade em área ocupada. No entanto, esta se constitui em uma atividade de grande potencial de produção e renda, considerando a área de pastagem disponível e subutilizada, bem como as condições favoráveis do ecossistema. Conforme demonstrado anteriormente essa atividade apresenta o potencial de grande diversidade de espécies (bovino, suíno, aves, caprinos, ovinos, abelhas, dentre outras);

f) **Viveiro de mudas:** considerando o sistemas de produção do Centro de Referência, considera-se interessante a construção de um viveiro de mudas especializado ou diversificado em espécies nativas ou comerciais;

g) **Agroindustrialização:** esta unidade se constitui a partir da produção interna e/ou do entorno, com matéria prima que pode ser transformada ou industrializada, em uma unidade industrial múltipla/complexa ou especializada, considerando o tamanho da área produtiva (escala) e a diversidade de atividades produtivas potenciais, seja animal (embutidos) e/ou vegetal (sucos, doces e conservas), com dupla finalidade: a do auto-abastecimentos e o da comercialização. Esta atividade apresenta forte complementariedade a CAEX e sua cozinha, que poderia tomar o caráter industrial.

Abaixo segue um mapa do território com a proposta do sistema de produção do Centro de Referência em Práticas Sustentáveis.

Figura 1. Mapa de ilustração da distribuição dos subsistemas na área da CAEX



Considerações finais

Pelo exposto e como se propôs o estudo, fica demonstrado a relação entre o conjunto de ações de curto prazo, materializadas nos projetos do NESIC, particularmente no projeto CAEX, com a perspectiva estratégica que envolve os principais conceitos correlacionados com a Economia Solidária.

O trabalho demonstra a complexidade de materialização dos projetos (seja na sua dimensão de curto ou longo prazos) dados as condições limitadas das atividades da extensão universitária construídas tendo em vista a temporalidade dos projetos financiados por agências de fomento à pesquisa e extensão que na maior envolve um período de 12 a 24 meses.

Como pode ser observado, cada uma das propostas aqui apresentadas (subprojetos) é ampla em suas implicações, complexos em suas inter-relações, lentas em suas implementações (médio e longo prazo).

Ressalta-se a necessidade de realização do estudo de viabilidade técnica e econômica, de cada uma das propostas para subsidiar cada um dos subprojetos em seus fundamentos conceituais, teórico-metodológicos, objetivos operacionais, metas, resultados esperados, atividades, investimentos necessários, seus custos e cronologicamente distribuídos no curto, médio e longo prazo.

O processo implica um conjunto de discussões teóricas e técnicas sobre os temas e conceitos considerados, como forma de fundamentar as opções definidas pelos espaços de tomada de decisão e fundamentar as nos diferentes momentos de implementação.

Por fim, cabe salientar a necessária compreensão desta construção como um processo gradual e dinâmico, que implica em decisões política e necessita de uma coordenação instituída.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (2007). Para uma teoria dos estudos territoriais. Em A.C. Otega e N. A. Filho (Org.), *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, Brasil: Alínea editora.
- Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (2000). *Autogestão e Solidariedade*. São Paulo, Brasil: Anteag.
- Caporal, F. R. e Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, Brasil: MDA/SAF/DATER-IICA. Recuperado de <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>
- Dagnino, R. P. (2009). *Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, Brasil: IG/UNICAMP. Recuperado de http://www.actuarcd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts_ferramenta_sociedade.pdf
- Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) (1999). *Código de Ética*. São Paulo, Brasil: FEBRACT.
- Feiden, A. (2005). Agroecologia: Introdução e Conceitos Em Aquino, A. M. e Linhares de Assis, R. (Eds.), *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável* (pp. 49-70). Brasília, Brasil: Embrapa Informação Tecnológica. Recuperado de <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap2ID-upGSXszUrp.pdf>
- Gliessman, S. R. (2002). *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba, Costa Rica: CATIE.
- Jesus, V. M. B e Costa, A. B. (2013). Tecnologia Social: um breve referencial teórico. Em A. B. Costa (Ed.), *Tecnologia social e Políticas Públicas* (pp. 18-32). São Paulo, Brasil: Instituto Pólis; Brasília, Brasil: Fundação Banco do Brasil.
- LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; CARMO, Maristela Simões do. Agricultura Sustentável e a Conversão Agroecológica. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí, ano 4, n. 7, jan./jun. 2006 p. 47-72
- LOPES, P.R, ET al. Revista Brasileira de Agroecologia | Vol.13 N°. Esp. | Ano 2018 | p.183.
- MASCARENHAS, T. S. e GONÇALVES, J. R. (2017). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. São Paulo, Brasil: Instituto Kairós.

NUNES, T. G.; SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M.; GOTARDO, S. e VITORIA, L. (2017). Rizoma Bem da Terra: rede de redes num circuito territorial de comércio justo no extremo sul do Brasil. Projeto de extensão. Pelotas: UCPEL. Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno 218 *OtraEconomía*, vol. 12, n. 21, enero-junio 2019

PINTO, C. V. e SALAMONI, G. (2012). Urbanização e Ruralidade: Concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, Brasil.

ROCHA, M. R. (2019). Limites e desafios da democratização do alimento agroecológico: a rede bem da terra e suas estratégias de comercialização da produção agroecológica (Projeto de Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Brasil.

SANTOS, A. M. (2000). A Economia Solidária como estratégia de Reinserção Social do Dependente Químico no Mundo do Trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social). Universidade Católica de Pelotas, Brasil.

SOUZA, T. S. e MIRANDA, M. B. S. (2017). Horticultura como tecnologia de saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 6(4), 85-98. Recuperado de <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1662>

Sobre os autores

Aline Cunha da Fonseca

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2006), especialização em Atenção Psicossocial No Âmbito do Sistema Único de Saúde pela Universidade Federal de Pelotas (2009) e mestrado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2016). Trabalhou como bolsista no NESIC e atualmente é Assistente Social coordenadora do Trabalho Socioambiental, responsável técnica pelos projetos sociais do PAC Saneamento e membro da equipe interdisciplinar do Programa Saúde do Trabalhador do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas. fcunha.aline@gmail.com

Aline Mendonça dos Santos

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Durante o ano universitário europeu 2008, realizou estágio doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES - UC). Atualmente é professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas e pesquisadora do CES UC onde integra a equipe de Boaventura de Sousa Santos no programa ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo. Coordena o Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Emancipação: trabalho, saberes, outras economias, movimentos sociais e democracia. É membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES), membro do Grupo de Pesquisa sobre Economia Solidária da UNISINOS (ECOSOL UNISINOS) e pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/ UERJ). Participou como bolsista na INTECOOP/UCPEL e atualmente é

professora vinculada ao NESIC. É coordenadora do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. nocams@gmail.com

Antonio Carlos Martins da Cruz

Graduado em História (1989), com Especialização em Ciência Política (1993) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1998); Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2006) - com estágio de doutorado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires (UBA) (2004). Atualmente, é professor adjunto no Centro de Integração do Mercosul, na UFPEL, onde é docente de disciplinas de economia no Curso de Relações Internacionais. Na mesma universidade, atua como pesquisador/extensionista do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (Tecsol-UFPEL). Foi um dos fundadores da INTECOOP e posteriormente do NESIC na UCPEL. Foi coordenador nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) em 2007-2008 e atualmente é editor-responsável da Revista das ITCPs. antoniocacruz@uol.com.br

Bruna Corrêa Tillmann

Formada em Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas. Atuou como bolsista CNPQ em projetos de pesquisa vinculados à realidade dos catadores e atuou voluntariamente no NESIC UCPEL. Tem experiência na área de Saúde Mental e Política Social. brunascorrea.96@gmail.com

Carla Silva de Ávila

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2006) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Professora de Sociologia no Curso de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, atuando nos Cursos de Serviço Social, Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia. Atuou como professora no NESIC, responsável pela parte de formação (2012 a 2015). Coordenadora do Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais da Universidade Católica de Pelotas. Atua como Professora na Rede Pública Estadual de Ensino como professora de História e Sociologia nas Escolas Santa Rita e Monsenhor Queiroz. sociocarla@gmail.com

Carlos Eduardo Arns

Doutorando em Política Social e Direitos Humanos na UCPEL. Possui mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2010). Foi professor no curso de agronomia e medicina veterinária da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) por 22 anos. Coordenou programas de extensão universitária como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unochapecó) e o programa permanente de extensão Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (PAPEL). Foi membro de diversas coordenações: Rede de ITCPs de 2012 a 2014 (Coordenação Nacional); membro da Executiva Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2012-2014); Conselho Nacional de Economia Solidária (2012 a 2015). Membro do Comitê Gestor Nacional e do Comitê Pedagógico do CFES (Centro de Formação em Economia Solidária). Participou da comissão organizadora da Plenária Nacional de Economia Solidária (2014) e da Conferência Nacional em Economia Solidária (2016). Foi membro do Conselho Estadual de Economia Solidária (SC) e da Coordenação do Fórum

Catarinense de Economia Solidária no período de 2010 à 2017. Foi bolsista CNPq de agosto de 2014 a março de 2017, como Assessor Territorial para Inclusão Produtiva no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Oeste Catarinense. tcche@unochapeco.edu.br

Cristine Jaques Ribeiro

Graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1997) Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas. Já participou como professora em projetos de extensão junto ao NESIC. Atualmente coordena o grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos conflitos da Cidade vinculados ao Curso de Serviço Social e Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Coordena o Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas. cristinejrib@gmail.com

Diego Rodrigues Gonçalves

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas/RS. Mestrando em Política Social e Direitos Humanos/Universidade Católica de Pelotas. Participação em projetos de extensão e pesquisa em nível de iniciação científica PIBIC/CNPq. - Experiência profissional com Educação Popular, Educação Ambiental. Trabalho com Grupos, Comunidades/territórios e movimentos sociais. diego.goncalves.uni@gmail.com

Janaina da Silva Guerra

Possui graduação em Serviço Social (2005) e Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2010). Trabalhou como bolsista (2003 a 2005) e posteriormente técnica do NESIC UCPel (2009). Funcionária Pública da Universidade Federal de Pelotas, no cargo de Assistente Social do Núcleo de Serviço Social da Coordenação de Integração Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

janasguerra2@gmail.com

Lia Beatriz Gomes Victória

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Pelotas (2007), mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2011). Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Pesquisadora do grupo transdisciplinar Emancipação Trabalho, Saberes, Outras Economias, Movimentos Sociais E Democracia (CNPq) do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

liagvictoria@gmail.com

Reinaldo Luiz Xavier Tillmann

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1987), mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas (1998) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Professor aposentado (adjunto IV) da Universidade Católica de Pelotas. Atuou em programas de economia solidária na Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares da UCPel (NESIC). Advogado com atuação em assessoria jurídica popular e temas ligados à justiça restaurativa e mediação. Atualmente é coordenador da Cáritas Pelotas.

rl-tillmann@uol.com.br

Renato da Silva Della Vechia

Possui graduação em Ciências Sociais Bacharelado (1985) e licenciatura (1987) pela Universidade Católica de Pelotas (1985), Especialização em Ciência Política pela UFPEL, Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado também na UFRGS (2011). É, Membro do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPel), Professor do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (Adjunto IV) e membro do Conselho Consultivo da Escola de serviço Social; Integra o Grupo de Pesquisa Emancipação: trabalho, saberes, outras economias, movimentos sociais e democracia (grupo ligado ao CNPQ). Já exerceu as funções de Coordenador de Extensão da UCPEL e já foi membro da Coordenação Nacional da Rede de ITCPs e do Conselho Estadual de Economia Solidária do RS. rdellavechia@gmail.com

Samara Christ Teixeira

Nutricionista graduada pela Universidade Federal de Pelotas. Atuou na área de ciência e tecnologia de alimentos pela Embrapa Clima Temperado, com ênfase em processamento e análise de alimentos funcionais. Além de atuar na área clínica, possui interesse e experiência nos seguintes temas: produção, processamento e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos, controle de qualidade dos alimentos, rotulagem nutricional, comportamento do consumidor e efeitos do processamento na qualidade nutricional, sensorial e nos compostos bioativos dos alimentos.

samaramtd@gmail.com

Solaine Gotardo

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (2002), possui Especialização em Filosofia Moral e Política (ICH/UFPel, 2006) e Política (ISP/UFPel, 2006). Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Trabalhou como secretária nacional da Rede de ITCPs durante duas gestões e atualmente trabalha no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas - NESIC/UCPel e Cursa Graduação em Psicologia na Universidade Católica de Pelotas. managotardo15@gmail.com

Tiago de Garcia Nunes

Docente pesquisador e extensionista nos cursos de Serviço Social e Direito da Universidade Católica de Pelotas. Coordenador do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC/UCPel. Educador Popular no Curso Popular Casa da Árvore. Professor no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel. Integra o Grupo de Pesquisa Emancipação: trabalho, saberes, outras economias, movimentos sociais e democracia - grupo vinculado ao PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito. Mestre em Sociologia pelo Instituto de Sociologia Jurídica de Oñati - Universidade de Milão e Universidade do País Basco. nunestg@gmail.com

Vanessa Monks da Silveira

Possui graduação em Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pelotas (2012), graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2003), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Pelotas (2007) e especialista em educação profissional pelo Instituto Federal Sulriograndense (2018). Trabalhou como técnica no NESIC junto ao projeto Reciclar e ao projeto CNPQ Bem da Terra 2018-2019. nessamonks@hotmail.com

William Borges Aldrighi

Mestrando no programa de pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Engenheiro agrônomo pela UFPel, 2017. Atualmente possui uma bolsa CNPQ vinculada ao NESIC e atua junto ao projeto “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno”. Atuou no projeto “Análise dos grupos rurais de economia solidária”, formados por agricultores familiares em situação de fragilidade social e em transição agroecológica. Atuou como coordenador de unidade de beneficiamento de sementes crioulas. Foi extensionista vinculado ao projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) “Menos Tabaco, Mais Alimentos”; na Região do Vale do Rio Pardo, RS. Atuou como bolsista em projeto de extensão no núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária - UFPel. williamirma@gmail.com



Núcleo de Economia Solidária e Incubação
de Cooperativas | UCPel

